



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL

**DIAGNÓSTICO SOBRE AS PRÁTICAS DE AUTOCONSTRUÇÃO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU/SE**

Marina Ribeiro Viana

São Cristóvão/SE

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL

**DIAGNÓSTICO SOBRE AS PRÁTICAS DE AUTOCONSTRUÇÃO NA
REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU/SE**

Marina Ribeiro Viana

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Engenharia Civil como
requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Engenharia Civil.

Orientadora: Dra. Débora de Gois Santos
Agência Financiadora: CAPES

São Cristóvão/SE

2021

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MARINA RIBEIRO VIANA

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE EM 31 DE MAIO DE 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Débora de Gois Santos
Orientadora

Prof. Dr. Alexandro Tenório Porangaba
Universidade Federal de Sergipe
(Examinador externo ao Programa)

Prof^a. Dr^a. Rozana Rivas de Araújo
Universidade Federal de Sergipe
(Examinadora externa ao Programa)

Prof.^a Dr^a. Denise Conceição de Gois Santos Michelan
Universidade Federal de Sergipe
(Examinadora interna)

RESUMO

A autoconstrução habitacional utiliza os próprios moradores como agente do processo de planejamento, gestão e execução das suas casas. Em geral, esse regime de construção não tem o acompanhamento de profissionais especializados. Embora, tal modo de produção seja uma característica comum no cenário habitacional brasileiro, a autoconstrução é geralmente associada à população de baixa renda. Isso ocorre pois o acesso ao mercado formal de habitação não é democrático. Assim, a população que não dispõe de renda suficiente encontra alternativas na produção autônoma de suas residências em locais afastados do centro urbano e/ou em lotes irregulares. Nesse sentido, o presente trabalho consistiu em realizar um diagnóstico sobre as práticas de autoconstrução na região metropolitana de Aracaju/SE. Destarte, buscou-se entender o fenômeno da autoconstrução sob a perspectiva de três de seus agentes: poder público, profissionais da Assistência Técnica de Habitações de Interesse Social (ATHIS) e autoconstrutores. Para tal, desenvolveu-se um estudo exploratório-descritivo, no qual utilizou-se como ferramentas de pesquisa questionários, entrevistas com público específico e registro fotográfico. Essa pesquisa foi iniciada com a realização de uma revisão sistemática de literatura, que subsidiou as bases teóricas e elaboração das ferramentas de pesquisa utilizadas, posteriormente realizou-se entrevistas e aplicação de questionário com os três agentes alvo desta dissertação. Como resultado, traçou-se um apanhado sobre a autoconstrução com base no perfil dos moradores, nas condições de implantação do lote, nas peculiaridades do processo de execução e nas técnicas construtivas utilizadas. Ainda, percebeu-se que não há atuação ativa do poder público nesse tipo de habitação, visto que sua ação é majoritariamente fiscalizadora, no sentido de apenas acompanhar o crescimento da cidade e o surgimento dos assentamentos precários. Dessa maneira, políticas públicas habitacionais existentes são pautadas na remoção e na realocação de família em alinhamento aos programas habitacionais lançados pelo Governo Federal, mas não há programa formalizado de ATHIS ou de incentivo à autoconstrução assistida. Ao analisar os trabalhos desenvolvidos pelos profissionais de ATHIS, essa falta de incentivo ou auxílio por parte dos entes públicos foi reforçada, visto que o financiamento das atividades foi através do recurso dos próprios moradores ou a partir de edital do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Sergipe (CAU/SE). Também, identificou-se que a ineficiência da atuação pública, a falta de profissionais técnicos interessados e a burocracia foram as principais dificuldades para implementação da ATHIS nos municípios. Com isso, conclui-se que a autoconstrução na região metropolitana de Aracaju/SE pode ser caracterizada pela evolução e pela autonomia dos moradores, uma vez que, muitas vezes se consolida por meio de repetidas interrupções e sem perspectiva de conclusão, ainda é moldada a partir da iniciativa e do trabalho dos próprios moradores, com ajuda de familiares ou profissionais contratados (pedreiros e serventes), em geral sem a orientação de um responsável técnico e sob a omissão do poder público. Por fim, espera-se que o levantamento sobre as práticas de autoconstrução e dos atores envolvidos nestas, resultado desse trabalho, possa contribuir para estimular as discussões sobre o tema e a proposição de políticas públicas que contemplem as demandas e especificidades dos autoconstrutores.

Palavras-chave: autoconstrução; Habitação de Interesse Social; produção habitacional.

ABSTRACT

Housing self-construction uses the residents as agents for the planning, management, and execution of their homes. In general, this construction regime is not monitored by specialized professionals. Although such a mode of production is a common feature in the Brazilian housing scenario, self-construction is generally associated with the low-income population. This is because access to the formal housing market is not democratic. Thus, the population that does not have enough income finds alternatives in the autonomous production of their residences in places far from the urban center and / or in irregular lots. In this sense, the present work consisted of making a diagnosis about the practices of self-construction in the metropolitan region of Aracaju / SE. Thus, sought to understand the phenomenon of self-construction from the perspective of three of its agents: self-builders, Technical Assistance for Social Interest Housing (ATHIS) professionals and public authorities. To this end, an exploratory-descriptive study with a qualitative and quantitative approach was developed, in which questionnaires, interviews with specific audiences and photographic records were used as research tools. As a result, an overview of the self-construction was traced based on the profile of the residents, on the conditions of implementation of the lot, on the peculiarities of the execution process and on the construction techniques used. Still, it was noticed that there is no active role of the public authorities in this type of housing, since its action is mostly supervisory, in the sense of just following the growth of the city and the emergence of precarious settlements. In this way, existing public housing policies are based on the removal and relocation of the family in line with the housing programs launched by the Federal Government, but there is no formal ATHIS program or incentive for assisted self-construction. When analyzing the work developed by ATHIS professionals, this lack of incentive or assistance on the part of public entities was reinforced, since the financing of the activities was through the resources of the residents or through an announcement from the Sergipe Architecture and Urbanism Council (CAU / SE). Also, it was identified that the inefficiency of public action, the lack of interested technical professionals and bureaucracy were the main difficulties for the implementation of ATHIS in the municipalities. With this, it is concluded that self-construction in the metropolitan region of Aracaju/SE can be characterized by the evolution and autonomy of the residents, since it is often consolidated through repeated interruptions and with no prospect of completion, it is still shaped by the from the initiative and work of the residents themselves, with the help of family members or hired professionals, generally without the guidance of a technical person and under the omission of the government. Finally, it is expected that the survey on self-construction practices and the actors involved in them, as a result, this work can contribute to stimulating discussions on the subject and the proposition of public policies that address the demands and specificities of self-builders.

Key words: self-construction; Social Interest Housing; housing production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Série histórica do déficit habitacional e da inadequação de domicílios.....	15
Figura 2 – Distribuição do número de operações de ATHIS, pela Lei nº 11.888/2008.	20
Figura 3 – Ciclo de retroalimentação do mercado informal do solo urbano	35
Figura 4 – Produção da cidade COM-FUSA.....	35
Figura 5 – (a) Casa PAS (b) Casa sustentável em Lages/SC	52
Figura 6 – Linha do tempo ATHIS no Brasil	55
Figura 7 – Árvore de problemas sobre os entres da implantação de ATHIS.....	57
Figura 8 – Proposta para implantação de um programa de ATHIS em municípios.....	59
Figura 9 – Estrutura Organizacional da Administração Pública	65
Figura 10 – Comparação entre os aglomerados subnormais e as AEIS de Aracaju (SE)	71
Figura 11 – Vazios urbanos em Aracaju. (A) imóveis baldios, (B) imóveis desativados, (C) imóveis subutilizados.	71
Figura 12 – Divergência entre as AEIS (Aracaju, 2000) e os programas habitacionais implantados em Aracaju.	72
Figura 13 – Total de domicílios localizados em aglomerados subnormais da Região Metropolitana de Aracaju	77
Figura 14 – Etapas de pesquisa.....	82
Figura 15 – Processo de desenvolvimento da ATHIS coletiva	106
Figura 16 – Processo de desenvolvimento da ATHIS individual.....	107
Figura 17 – Aspectos positivos, negativos e limitações da autoconstrução	110
Figura 18 – Árvore de problemas sobre entraves à implantação da ATHIS nos municípios da RMA	112
Figura 19 – Nuvem de palavras sobre o significado de ATHIS	113
Figura 20 – Distribuição espacial das residências dos entrevistados	115
Figura 21 – Faixa etária e Estado civil dos participantes	115
Figura 22 – Renda mensal familiar.....	116
Figura 23 – Nível de escolaridade dos moradores.....	116
Figura 24 – Número de moradores e composição familiar	116
Figura 25 – Tipo da moradia anterior à autoconstruída.....	118
Figura 26 – Quais foram os motivos que levaram a mudança de casa?	118

Figura 27 – Localização e qualidade da moradia anterior à autoconstruída	119
Figura 28 – Forma de aquisição da habitação atual.....	119
Figura 29 – Situação do lote	120
Figura 30 – Existência de documento que comprove a posse do lote	121
Figura 31 – Mais de uma família ocupando o lote?	121
Figura 32 – Dimensão da frente do lote em metros.....	123
Figura 33 – Relação entre as dimensões lateral e frente do lote.....	123
Figura 34 – Área do lote em m ²	123
Figura 35 – Localização do lote em relação ao acesso a diferentes serviços	125
Figura 36 – Disponibilidade de serviços na região.....	125
Figura 37 – Média das respostas para localização do lote e disponibilidade de serviços	126
Figura 38 – Distribuição de frequência do tempo que os autoconstrutores moram na habitação autoconstruída.....	127
Figura 39 – Distribuição de frequência do tempo que os autoconstrutores levaram para começar a autoconstruir.....	128
Figura 40 – Distribuição de frequência do tempo que os autoconstrutores levaram para concluir a construção	128
Figura 41 – Financiamento dos recursos na autoconstrução	129
Figura 42 – Mão de obra na autoconstrução	130
Figura 43 – Elaboração de croqui/projeto	131
Figura 44 – Escolha dos materiais	132
Figura 45 – Obtenção dos materiais	133
Figura 46 – Orientação de profissional técnico	133
Figura 47 – Dificuldades na autoconstrução	134
Figura 48 – Atividades de manutenção	134
Figura 49 – Realização de obras de ampliação/reforma e existência de projeto ou orientação técnica nessas obras	135
Figura 50 – Mão de obra utilizada nas reformas/ampliações	136
Figura 51 – Pretensão de reformar/ampliar	136
Figura 52 – Percepção de defeitos na moradia autoconstruída	138
Figura 53 – Percepção de satisfação: segurança.....	138
Figura 54 – Percepção de satisfação: desempenho térmico	139

Figura 55 – Percepção de satisfação: desempenho lumínico (iluminação natural).....	140
Figura 56 – Percepção de satisfação: desempenho acústico (barulhos/ruídos da vizinhança)	140
Figura 57 – Médias da percepção de satisfação para segurança e conforto	142
Figura 58 – Como você se sente morando nesta casa?.....	142
Figura 59 – Aspiração em mudar de casa.....	143
Figura 60 – Motivos para autoconstrução	143
Figura 61 – Número de pavimentos das Unidades Habitacionais	144
Figura 62 – Acesso externo para o pavimento superior	145
Figura 63 – Existência de recuo lateral	146
Figura 64 – Implantação da casa no lote	146
Figura 65 – Fundação	147
Figura 66 – Sistema estrutural	148
Figura 67 – Sistema de vedação vertical	148
Figura 68 – Execução da alvenaria.....	149
Figura 69 – Sistema de piso.....	149
Figura 70 – Variedade de tipos de revestimento nas paredes e pisos.....	149
Figura 71 – Revestimento das paredes	150
Figura 72 – Sistema de cobertura	151
Figura 73 – Execução da laje.....	151
Figura 74 – Esquadrias	152
Figura 75 – Exemplo de esquadrias utilizadas e marcação dos vãos internos	153
Figura 76 – Instalações sanitárias.....	154
Figura 77 – Execução da fossa	154
Figura 78 – Manifestações patológicas nas Unidades Habitacionais	155
Figura 79 – Manifestações patológicas nas habitações autoconstruídas	156
Figura 80 – Agentes da autoconstrução habitacional	158
Figura 81 – Agentes da autoconstrução assistida	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Unidades Habitacionais do PMCMV por faixa de renda	44
Tabela 2– Quantitativo dos domicílios localizados na região metropolitana de Aracaju	83
Tabela 3 – Número de entrevistados por localidade.....	89
Tabela 4 – Ocupação principal dos entrevistados	117
Tabela 5 – Parâmetros urbanísticos contemplados nos PDDUs da RMA.....	122
Tabela 6 – Notas atribuídas a relação entre localização do lote e disponibilidade de serviços	126
Tabela 7 – Parâmetros estatísticos para as respostas de segurança e conforto.....	141
Tabela 8 – Composição das Unidades Habitacionais.....	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização dos representantes do Poder Público entrevistados	87
Quadro 2 – Caracterização dos representantes dos profissionais de ATHIS	88
Quadro 3 – Comparativo entre as ampliações/reformas realizadas e as que os moradores pretendem realizar	137
Quadro 4 – Agentes do Sistemas de Habitação de Interesse Social	157

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABRAMAT - Associação Brasileira de Materiais de Construção
- AEIS - Áreas Especiais de Interesse Social
- AGSN - Aglomerados Subnormais
- APIs - Assentamentos Populares Informais
- APO - Avaliação Pós-ocupação
- AS - Área de serviço
- ATHIS - Assistência Técnica de HIS
- BCD - Bancos Comunitários de Desenvolvimento
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BMC - Banco de Materiais de Construção
- BNH - Banco Nacional de Habitação
- CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
- CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo
- CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
- CEF - Caixa Econômica Federal
- CEHOP - Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas
- CEHOP - Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas
- CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
- CODHAB - Companhia Habitacional do Distrito Federal
- COGEDURB - Coordenadoria Geral de Desenvolvimento Urbano
- COHAB - Companhias de Habitação Popular
- CONDEMETRO - Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Aracaju
- COOHABEL - Cooperativa Metropolitana de Habitação Popular de Belo Horizonte
- CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
- CTAH - Centro de Trabalho para Ambiente Habitado
- CV - Coeficiente de variação
- DAU/UFS - Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe
- DIRHAB - Diretoria de Habitação
- EMAE - Escritório Modelo de Arquitetura e Engenharia
- EMURB - Empresa Municipal de Obras de Aracaju

ESF - Engenheiros Sem Fronteiras
EUA - Estados Unidos da América
FAR - Fundo de Arrendamento Residencial
FCP - Fundação Casa Popular
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de serviço
FICAM - Financiamento para Construção, Conclusão, Ampliação e Melhoria
FUNDESE - Fundação para o Desenvolvimento do Estado de Sergipe
HIS - Habitação de Interesse Social
IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil
IAPs - Institutos de Aposentadoria e Pensão
IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBH - Instituto Brasileiro de Habitação
IES - Instituições de Ensino Superior
IFS - Instituto Federal de Sergipe
INCOOP/SP - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de São Paulo
ITP - Instituto Tecnológico e de Pesquisas
NBR - Norma Brasileira
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG - Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Programa Aceleração do Crescimento
PAH - Plano de Assistência Habitacional
PAIH - Plano de Ação Imediata para a Habitação
PAR - Programa de Arrendamento Residencial
PAS - Protótipo de Autoconstrução Sustentável
PATHIS - Programa de Assistência Técnica para Projetos e Obra de Habitação de Interesse Social
PCVA - Programa Casa Verde Amarela
PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PEMAS - Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais
PIB - Produto Interno Bruto

PLHIS - Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMA - Prefeitura Municipal de Aracaju
PMCMV - Programa Minha Casa, Minha Vida
PMCMV-E - Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades
PMCM-FAR – Programa Minha Casa, Minha Vida Fundo de Arrendamento
PNH - Política Nacional de Habitação
Profilurb - Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
Promorar - Programa de Erradicação de Subhabitação e Erradicação de Favelas
PVC – Policloreto de vinila
PUC - Pontifícia Universidade Católica
RCD - Resíduo da Construção Civil
RMA - Região Metropolitana de Aracaju
RRT - Registro de Responsabilidade Técnica
RSL - Revisão Sistemática de Literatura
SEDURBS - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade
SEMFAS - Secretaria Municipal da Família e Assistência Social
SEMINFRA - Secretaria Municipal de Infraestrutura
SENGE/SE - Sindicato dos Engenheiros de Sergipe
SEPLOG - Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
SFH - Sistema Financeiro de Habitação
SJR - *Scientific Journal Ranking*
SUPEX - Superintendência Executiva
TI - Tecnologia da Informação
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos
UH - Unidade habitacional
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	26
2.1	MORADIA DIGNA E AUTOCONSTRUÇÃO.....	26
2.2	PROVISÃO HABITACIONAL.....	30
2.2.1	Conceitos e experiências.....	30
2.2.2	Provisão habitação de interesse social no Brasil.....	37
2.3	AUTOCONSTRUÇÃO HABITACIONAL NO BRASIL.....	45
2.4	HABITAÇÕES AUTOCONSTRUÍDAS: PROJETO, EXECUÇÃO E CARACTERÍSTICAS TECNO-CONSTRUTIVAS.....	48
2.5	ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.....	53
3	HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA RMA.....	63
3.1	PODER PÚBLICO E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA HABITAÇÃO NA RMA	63
3.2	PROGRAMAS HABITACIONAIS NA RMA.....	66
3.3	AUTOCONSTRUÇÃO HABITACIONAL NA RMA.....	76
4	MÉTODO.....	80
4.1	PLANEJAMENTO.....	82
4.1.1	Revisão Sistemática da Literatura e Revisão bibliográfica.....	82
4.1.2	Objeto de estudo: Amostra.....	83
4.1.3	Ferramentas de pesquisa.....	83
4.1.4	Elaboração do protocolo de pesquisa e submissão do projeto ao Comitê de Ética	85
4.2	COLETA DOS DADOS.....	85
4.2.1	Perfil dos participantes.....	86
4.3	ANÁLISE DE DADOS.....	89

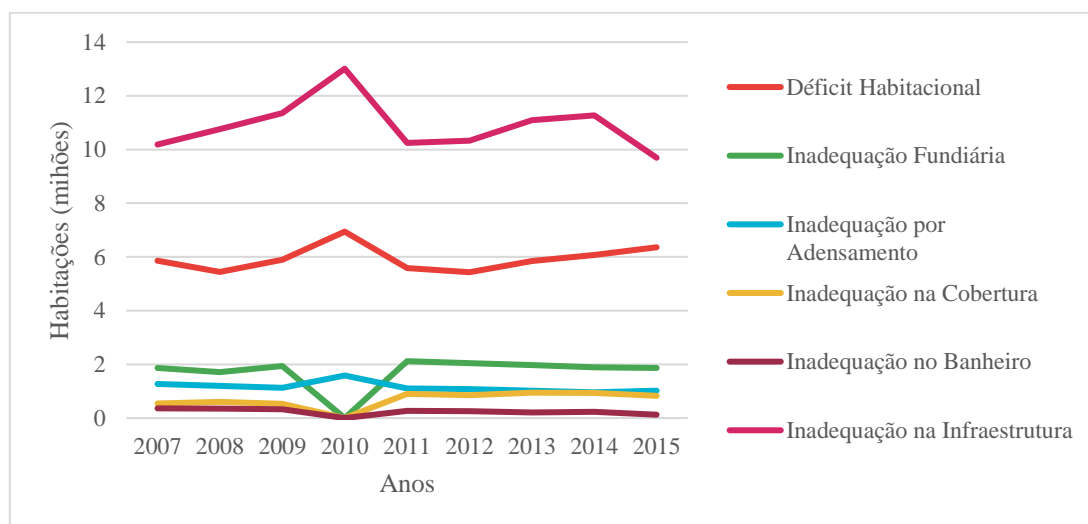
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	92
5.1	ANÁLISE DA ATUAÇÃO PODER PÚBLICO NA AUTOCONSTRUÇÃO HABITACIONAL.....	92
5.1.1	Poder público e a autoconstrução habitacional na região metropolitana de Aracaju	92
5.2	ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ATHIS	95
5.2.1	ATHIS na RMA: experiências	98
5.2.2	ATHIS na RMA: método de trabalho.....	102
5.2.3	ATHIS na RMA: opinião sobre a autoconstrução habitacional	108
5.3	ANÁLISE DA HABITAÇÃO SOB O OLHAR DOS AUTOCONSTRUTORES	114
5.3.1	Caracterização dos autoconstrutores	114
5.3.2	Lote.....	119
5.3.3	Construção	127
5.3.4	Ampliações e reformas	135
5.3.5	Percepção do usuário	137
5.3.6	Tipologia, sistemas construtivos e patologias nas habitações	144
5.4	AGENTES DA AUTOCONSTRUÇÃO HABITACIONAL ASSISTIDA	156
6	CONCLUSÃO.....	163
	REFERÊNCIAS	166
	APÊNDICE A – REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA	184
	APÊNDICE B - LISTA DE VERIFICAÇÃO.....	209
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PROFISSIONAIS DE ATHIS	212
	APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA OS MORADORES	213
	APÊNDICE F - PROTOCOLO DA PESQUISA	220

1 INTRODUÇÃO

O acesso à moradia é um direito social garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988). Contudo, estudos da Fundação João Pinheiro (2018) apontaram que o déficit habitacional brasileiro foi crescente na última década (Figura 1). Esse índice compreende as falhas no estoque de moradias adequadas, seja pela dificuldade de acesso a essas ou pelas inadequações dos aspectos construtivos. Para efeitos de cálculo, considera-se que a carência de unidades habitacionais depende de aspectos, como: precariedade das habitações, coabitação familiar, adensamento de domicílios alugados e aluguéis que comprometem parcela significativa da renda familiar (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018).

Ao refletir sobre as possíveis interpretação do significativo déficit habitacional brasileiro, Nascimento (2011) pontuou que esse índice revela a falta de entendimento de que a moradia é um componente estruturante do espaço urbano e dependente da situação socioeconômica do morador. Ainda, ao considerar sua expressividade numérica, evidencia-se as falhas das políticas públicas habitacionais, enfatizado pela má distribuição das moradias e pela dificuldade de acesso dos mais pobres ao estoque habitacional.

Figura 1 – Série histórica do déficit habitacional e da inadequação de domicílios



Fonte: Fundação João Pinheiro (2018)

Além da estimativa do déficit habitacional, o índice “inadequação dos domicílios urbanos” é outro dado impactante no que se refere ao acesso à moradia digna. Esse índice mensura a inadequação das habitações a partir da consideração dos componentes: carência de infraestrutura urbana, adensamento de domicílio próprios, inexistência de banheiro,

inadequação na cobertura, problemas fundiários (Figura 1)¹. A ponderação desses dois índices demonstra uma visão global sobre a questão habitacional, visto que não se limita à carência de unidades habitacionais, mas observa a qualidade delas, que tem influência direta nas condições de salubridade e no bem-estar dos moradores (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018).

Os índices supracitados também podem revelar a falta de sustentabilidade das cidades. Nesse sentido, a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) traçou a Agenda 2030 com compromissos para o Desenvolvimento Sustentável. A Agenda é composta por objetivos e metas compartilhados entre os países membros com previsão de ser alcançado até 2030. Entre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), o 11º foi nomeado de “Cidades e Comunidades Sustentáveis” e objetiva “tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguro, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2015). Esse objetivo específico trouxe metas, dentre outras, sobre o acesso à habitação adequada e aos serviços básicos.

O Brasil está longe de alcançar os referidos objetivos. Esse distanciamento, para Santos Júnior, Diniz e Saule Júnior (2020), é causado pelas decisões governamentais de violação de Direitos Humanos e Sociais das gestões que sucederam o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Os referidos autores pontuaram, ainda, que as cidades se moldaram de forma segregada e excludente ao serem reflexos de uma concentração de renda por uma parcela mínima que realiza suas atividades de maneira especulativa e rentista e não sob a divisão equitativa de recursos. Assim, demanda de ajuda pública para que aqueles que não acumularam recursos consigam sobreviver com dignidade, mesmo que mínima.

Em consonância com esse pensamento, Abramo (2003) frisou que o acesso ao solo urbano pela parcela mais pobre da população é um complicador desse cenário de segregação espacial e pode se manifestar através de três lógicas sociais. A lógica do Estado, em que o poder público, em nome do bem-estar social, é responsável por decidir a localização, a forma e o público-alvo que terá acesso ao solo urbano. A lógica do mercado, na qual este seria o mecanismo que relacionaria os que desejam vender e adquirir imóveis ou lotes. Essa lógica pode assumir uma configuração formal, quando a transação obedecer às regras urbanísticas e

¹ Para o ano de 2010, alguns componentes do índice inadequação dos domicílios urbanos (como inadequação de banheiro, na cobertura e fundiária) não tiveram valores mensurados, por isso obtiveram zero.

jurídicas vigentes ou informal, quando não há esse enquadramento. Por último, tem-se ainda a lógica da necessidade, que é condicionada pela pobreza, quando o indivíduo não dispõe de um aporte monetário que permita o ingresso no mercado.

Foi a lógica da necessidade que moveu, e continua a mover, um conjunto de ações individuais e coletivas que promoveram a produção das “cidades populares” com o seu habitual ciclo ocupação/autoconstrução/auto-urbanização e, por fim, o processo de consolidação dos assentamentos populares informais (APIs). (ABRAMO, 2007, p. 26).

Diante da fragilidade da provisão pública de habitações, a lógica da necessidade se consolida como maneira significativa de promover o acesso à terra aos mais pobres. Ademais, nas grandes cidades latino-americanas, a relação fruto da mescla entre lógica da necessidade e de mercado, através do mercado informal do solo, manifesta-se como variante da produção do espaço urbano ajuda a configurar as cidades. Destarte, ao considerar essa informalidade urbana e imobiliária, as cidades informais são um desafio para promoção da igualdade urbana e social (ABRAMO, 2003; ABRAMO, 2007).

No Brasil, a lógica de ocupação espacial discutida por Abramo (2007) continua a ser reproduzida. Dessa maneira, ainda que exista significativo número de pessoas em situação de rua ou vivendo em abrigos improvisados, a questão da ocupação desordenada também é preocupante. O adensamento de áreas periféricas, de proteção ambiental, sem a infraestrutura adequada, somado à falta de conservação das edificações em áreas centrais, comprometem a adequabilidade de muitas moradias. Isso ocorre visto que a habitabilidade de uma moradia perpassa por exigências mínimas quanto ao estado de conservação da edificação e a seu processo executivo. Diante do descumprimento desses requisitos, observa-se que o “morar” dos brasileiros é caracterizado como desigual e excludente (ALVES; CAVENAGHI, 2016).

Conforme Nascimento e Braga (2009), em período próximo da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, a produção habitacional brasileira se consolidou, principalmente, por dois processos: verticalização e periferização. A primeira foi executada sob anuência do Poder Público e promovido por construtoras e incorporadoras. Já a segunda foi motivada pela impossibilidade de os trabalhadores obterem suas casas pelas vias formais, sendo assim estimulou-se a autoconstrução em lotes periféricos, clandestinos ou em favelas. O processo de periferização também foi promovido pelo BNH ao implantar empreendimentos

populares afastados das áreas centrais, com o apoio do Poder Público e das construtoras, a fim de atender os interesses particulares (MARICATO, 1982).

Assim, fruto de uma realidade antiga de exclusão dos mais pobres ao acesso formal de moradia, os processos de autoprodução e/ou autoconstrução² configuram parte substancial do espaço construído das metrópoles brasileiras. A construção autônoma em ocupações foi a maneira obtida pelos moradores para compensar a ausência de moradia e a falha das políticas públicas habitacionais. Essa foi a principal solução ao problema de moradia encontrada pela população mais pobre dos centros urbanos brasileiros, a qual ainda perdura. Diante da dimensão, as favelas, por suas características construtivas e estruturais, ganharam visibilidade nacional e internacional, em geral associada à falta de ação política do poder público e ao abismo socioeconômico entre os mais ricos e os mais pobres que, ao final, se reflete na cidade. Assim, a periferização dos mais pobres, em áreas sem infraestrutura urbana, tornou-se um desafio a ser solucionado e incorporado nos compromissos do Estado (FARAH, 2012).

Um aspecto importante ao tratar de habitação é a autoconstrução. Segundo o CAU/BR (2015), 85% da população entrevistada afirmou construir e reformar irregularmente, ou seja, sem o respaldo técnico de profissionais adequados, sejam eles engenheiros ou arquitetos. Percebe-se, portanto, que parte substancial do espaço construído das metrópoles brasileiras advém de processos de autoprodução sem assessoria técnica. Notoriamente, os moradores de bairros populares conseguiram produzir suas próprias casas e realizar reformas ao longo do tempo. Observa-se, assim, um afastamento da produção formal de moradias. Esse distanciamento, além de revelar a desigualdade socioeconômica, resulta em construções propensas a falhas e patologias, visto que sem assistência técnica dificilmente os autoprodutores adotam soluções adequadas (NOGUEIRA, 2013).

Segundo Fabris e Trzcinsk (2019), as habitações quando autoconstruídas sem uma orientação técnica apresentam significativo nível de periculosidade devido a possíveis acidentes que possam ocorrer durante o uso. Ressalta-se a relativa frequência com que

² O termo autoprodução é utilizado para caracterizar as experiências de construção ou de reforma habitacionais, nas quais a tomada de decisão e controle dos recursos são realizados pelos próprios moradores, sem ter a orientação de um profissional adequado. Já autoconstrução é referida à construção da própria residência pelos moradores, que podem utilizar como mão de obra outras pessoas, contratadas ou não. Mais detalhes sobre esses conceitos foram dispostos no tópico 2.1.

ocorrem princípios de incêndio por causa de instalações elétricas ou de gás executadas de maneira errada. Ainda, a implantação dessas moradias em áreas de risco, somada à precariedade das construções, não oferecem mínima segurança aos fenômenos naturais. Outro aspecto considerado, ao se abordar a habitabilidade das edificações, é a estanqueidade à água. A presença de infiltrações e umidade nas casas autoconstruídas é um problema recorrente e é o motivo para reformas e alterações ocasionados por deficiências no sistema de drenagem e na cobertura (DEMARTINI, 2016; LINHARES, 2018; SOUZA, 2017; GOMES, 2014). Esse cenário demonstra o quanto ainda se precisa avançar em prol de assistência técnica mais acessível, que possibilite a execução de edificações de qualidade e com custo baixo para a população carente.

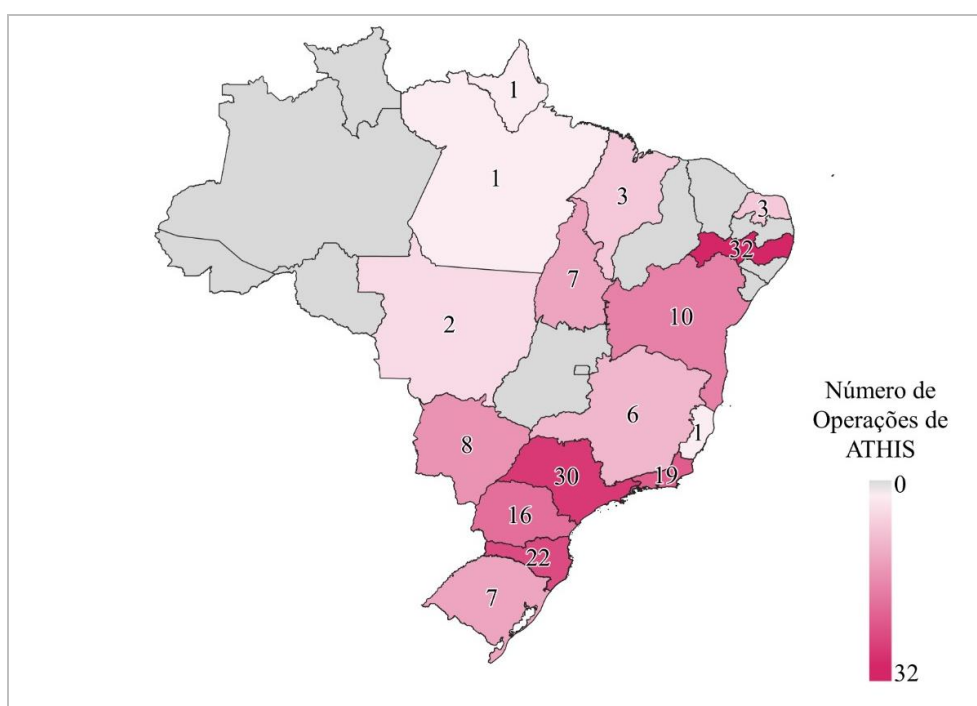
Contudo, a autoconstrução também pode ser vista como política habitacional. Conforme Ferreira (2020), a autoconstrução de moradias foi uma prática institucionalizada e apoiada pelo governo federal principalmente em dois momentos, embora com menor expressão numérica que os programas tradicionais. A priori, com os chamados Programas Alternativos, realizado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) entre 1975 e 1986. Posteriormente, com os programas Crédito Solidário e Minha Casa Minha Vida – Entidades (PMCMV-E), em 2004 a 2018. Nos períodos citados, a autoconstrução foi uma medida complementar, visto que os programas tradicionais lançados pelo governo não conseguiam atender à demanda por moradia, principalmente da população mais pobre.

Bienenstein et al. (2019) pontuaram que para a institucionalização das práticas de autoconstrução como modo de produção habitacional, fez-se necessário o auxílio de uma assessoria técnica para que os moradores executassem suas moradias de forma autônoma e com segurança. Nesse sentido, a Lei Federal n.º 11.888/2008 estabelece assistência técnica pública e gratuita de projetos e construção de casas para famílias com renda mensal de até três salários mínimos (BRASIL, 2008). Tal instrumento legal possibilita um olhar personalizado para o morador que tem direito de receber um projeto de acordo com suas necessidades. Essa condição se diferencia dos projetos massificados característicos de programas habitacionais públicos.

Entretanto, apesar de vigente desde 2008, o desconhecimento da Lei Federal nº 11.888/2008 e a dificuldade no repasse de recursos fazem com que seus resultados não sejam

tão expressivos. Conforme dados solicitados ao Ministério do Desenvolvimento Regional a respeito das operações de assistência técnica pela referida lei, até julho de 2020, foram gastos cerca de 20,4 milhões de reais para atender a lei de assistência técnica para habitação de interesse social (ATHIS) desde a sua promulgação (MDR, 2020c). Ao total, foram 168 contratos de 120 municípios distribuídos em 16 estados (Figura 2). Esses números ilustram a discrepância entre a aplicação do instrumento legal e a demanda por uma habitação melhor. Ao se observar tal quantitativo, nota-se que apenas 2,5% municípios brasileiros, aproximadamente, fizeram uso desse direito e nem todos os estados foram contemplados.

Figura 2 –Distribuição do número de operações de ATHIS, pela Lei nº 11.888/2008.



Fonte: MDR (2020), organizado pela autora

Destaca-se o estado de Pernambuco, que apresentou o maior número de operações de ATHIS desenvolvidas com recursos vinculados a Lei nº 11.888/2008 (32 operações de ATHIS) (BRASIL, 2008). Tal fato pode ser relacionado com a tradição desse estado da federação, visto que já existiam ações institucionalizadas de ATHIS pelo poder público anterior à promulgação da referida lei. Um dos exemplos foi o Banco de Materiais de Construção (BMC-PE), desenvolvido pelo governo estadual na década de 1980, como apoio à autoconstrução assistida a partir do financiamento para aquisição de material e remuneração da mão de obra, além da oferta de ATHIS. O programa Parceria nos Morros, iniciativa da

prefeitura municipal de Recife/PE implementado na década de 1990, também segue a lógica do fornecimento de materiais e assistência técnica para autoconstrução no entorno das residências em áreas de risco, como encostas de morro, e posteriormente (2008) foi ampliado para intervenções em habitações (SÁ, 2009).

Salienta-se, portanto, que a produção de Habitação de Interesse Social (HIS) no Brasil é promovida pela articulação entre público e privado, o setor privado corresponde tanto a empresas quanto a entidades sem fim lucrativos e associações de moradores. Nesse sentido, o tema de habitações promovidas com a participação do futuro morador vem sendo discutido sob diferentes perspectivas e experiências, inclusive como modalidade para políticas habitacionais de países periféricos e centrais (KALIL, 2004).

Considerando os problemas habitacionais supracitados, a busca pela resolução destes é uma preocupação do governo brasileiro, sociedade civil organizada e organismos internacionais. Para tal, faz-se necessário um diagnóstico das condições operacionais das moradias e dos seus residentes, a fim de que possa ser entendida a situação do país e possa ser comparada com outras realidades. Esse diagnóstico favorece tanto o setor público brasileiro quanto o privado no planejamento de ações e na reavaliação dos programas habitacionais em curso. Portanto, um diagnóstico preciso evita perdas de recursos. A atuação dos censos demográficos, é de suma importância no que se refere à coleta de informação sobre o estoque de moradias e seus aspectos qualitativos, bem como a disponibilidade dos serviços de saneamento básico nas regiões brasileiras (ALVES; CAVENACHI, 2016).

Em âmbito nacional, alguns estudos foram desenvolvidos sobre a autoconstrução de moradias. Sá (2009) investigou experiências de autoprodução em assentamentos populares de Recife/PE, com ênfase nos recursos financeiros e humanos empregados nessas execuções. Já Balthazar (2012), estudou moradias autoproduzidas sem assistência técnica no município de Vargem Grande Paulista/SP e considerou aspectos técnicos e de planejamento. O trabalho de Dornelas (2007), por sua vez, estruturou um manual orientativo para o gerenciamento de mutirões para execução de moradias, a partir de um estudo de caso desenvolvido em Uberlândia/MG. Enquanto, Mororó, Pequeno e Cardoso (2015) pesquisaram a evolução de habitações espontâneas em Fortaleza/CE. Watrin (2003) observou o conforto térmico de moradias autoconstruídas em Campinas/SP.

Entretanto, ao analisar o espaço urbano da região metropolitana de Aracaju/SE (RMA), na Revisão Sistemática de Literatura (RSL) realizada (vide Apêndice A) sobre autoconstrução habitacional, não foi encontrado trabalho que abordasse o tema com esse recorte espacial específico. Tal constatação pode inferir na existência de uma lacuna de conhecimento a ser preenchida.

Diante do exposto, a escolha desse recorte temático justifica-se, pois, em Aracaju/SE, assim como em capitais ou cidades de médio ou grande porte brasileiras, o processo de urbanização foi influenciado pelo movimento migratório da população rural. Esses migrantes foram atraídos pelas oportunidades de emprego em decorrência do processo de industrialização. Contudo, as condições de moradia na capital sergipana não eram acessíveis a todos, em virtude dos altos preços de aluguéis, imóveis e terrenos. Soma-se a isso, as estratégias de implantação dos conjuntos habitacionais em áreas distantes e municípios próximos a fim de promover a valorização das áreas entre o centro e a periferia, adotadas pela Companhia de Habitação Popular de Sergipe (COHAB-SE). Esses fatores resultaram na ocupação de áreas periféricas, em regiões limítrofes do município, por serem locais que fornecem habitação de baixo custo, porém a ausência de serviços públicos e infraestrutura adequada era recorrente (MENEZES; VASCONCELOS, 2011).

Segundo Araújo (2011), até o começo da década de 1960, Aracaju cresceu principalmente através da construção em áreas centrais já ocupadas, em um processo de compactação. Posteriormente, pôde-se observar um processo de anexação de áreas, com o crescimento fragmentado e o espalhado da malha urbana. Ainda, sob esse aspecto, a autora destaca a relação da capital com os municípios limítrofes - Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão – tendo com esses últimos alguns exemplos de conurbação urbana.

O espraiamento em direção ao município de São Cristóvão foi influenciado pela inauguração do Campus da Universidade Federal de Sergipe, em 1981, que acarretou no desenvolvimento de um fluxo frequente de pessoas e na ocupação entre as duas cidades, com a implantação de conjuntos habitacionais. Já em relação à Nossa Senhora do Socorro, a implantação do Distrito Industrial de Socorro induziu o crescimento da capital nessa direção, visto que o projeto contemplou a construção de indústrias e conjuntos habitacionais

(ARAÚJO, 2011). Conforme Souza (2009), a estratégia de transformar Nossa Senhora do Socorro em uma cidade industrial culminou na construção de uma cidade dormitório, visto que, de 1980 a 2000, teve um crescimento populacional de cerca de 862%.

Santos e Santos (2015) pontuaram que o poder público como indutor do processo de formação da região metropolitana de Aracaju teve sua atuação especialmente associada à COHAB. As ações dessa, por sua vez, favoreceu o mercado imobiliário, ao adotar a lógica do estoque às terras centrais com fins especulativos e das construções de conjuntos habitacionais nas regiões circunvizinhas à Aracaju. Assim, a partir da década de 1980, observou-se o início de aglomeração urbana, que culminou no processo de metropolização periférico.

Em consonância, Souza (2009) frisou que a política habitacional no município de Aracaju, dada a sua centralização e desarticulação com as demais políticas públicas, favoreceu o agravamento dos problemas sociais e o processo de metropolização com os municípios limítrofes. Contudo, os demais municípios não tiveram participação ativa nas decisões de políticas públicas integradas, nem receberam subsídio financeiro ou administrativo, embora tenham sido impactados significativamente pela metropolização.

Esses municípios herdaram sérios problemas já que, após a entrega dos conjuntos, a administração ficou a cargo de cada município, sem que os mesmos tivessem condições para tal, em função da precariedade de recursos e infraestrutura. Houve ainda a proliferação de assentamentos precários nas franjas do conjunto, agravando os problemas sociais e provocando uma explosão demográfica na periferia da metrópole (SOUZA, 2009, p. 71).

Como ressaltado por Nascimento e Araújo (2018), percebe-se um aumento na quantidade de domicílios permanentes na Região Metropolitana de Aracaju (RMA). O significativo crescimento nos bairros Lamarão, Porto Dantas, Soledade, Santa Maria e na Região da Piabeta, somado à construção de condomínios destinados a atender à demanda de habitação de interesse social, foi um dos fatores impulsionadores do incremento no número de moradias. Entretanto, nesses setores, os processos de autoconstrução ainda são característicos e volumosos. Ademais, observou-se que áreas periféricas aracajuanas também aumentaram a partir de ocupações espontâneas, de acordo com as condições dos seus habitantes (PMA/SPLOG, 2015a).

A cidade informal cresce conjuntamente com a cidade formal gerando sérios problemas ambientais e apropriação de zonas não condizentes para utilização do solo. As regiões da zona norte irão crescendo paralelamente aos avanços gerados pelo mercado imobiliário, mas de uma forma desordenada e consequente da informalidade ocasionada pela demanda de moradia pela população mais carente de condições econômicas (PMA/SEPLOG, 2015a, p.16).

Reflexo desse crescimento é o significativo número de família que moram em aglomerados subnormais (AGSNs) na região metropolitana de Aracaju. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Aglomerado Subnormal (AGSN) consiste em uma ocupação irregular de terrenos de outrem, cuja propriedade pode ser pública ou privada, com a finalidade de estabelecer moradias urbanas. Esses locais apresentam carência de serviços públicos, irregularidades no padrão urbanístico e são áreas com restrição à ocupação. Trata-se de uma forma de habitar geralmente associadas a países subdesenvolvidos, que apresentam um abismo socioeconômico entre os ricos e pobres. No Brasil, essas aglomerações de habitações precárias chamam-se: favelas, vilas, comunidades, loteamento irregular, palafitas. Sob esse aspecto, o referido instituto divulga dados relativos à ocupação desses assentamentos informais a nível nacional. No levantamento de 2019, a RMA tinha 49.364 domicílios localizados em aglomerados subnormais (IBGE, 2019). Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de estudar o modo de habitar da população da região metropolitana de Aracaju, em particular, desses assentamentos informais, a fim de explorar possibilidades para garantir o acesso à moradia digna a todos.

Desse modo, ao considerar o processo característico da formação das cidades brasileiras e seu impacto no acesso à moradia pela parte mais pobre da população e tendo em vista os aspectos apontados anteriormente, pressupõe-se que a produção do espaço urbano na região metropolitana de Aracaju também é marcada pela produção informal de moradias, seja pela autoconstrução, que pode levar a produção de habitação que apresenta manifestações patológicas, conforme mencionado, seja pela falta de regularização fundiária, urbanística e ambiental. Diante disso, pergunta-se: como se caracteriza a autoconstrução de HIS na região da metropolitana de Aracaju? Quem são os intervenientes desse processo?

Assim, o objetivo geral dessa pesquisa consistiu em realizar um diagnóstico sobre as práticas de autoconstrução na Região Metropolitana de Aracaju (RMA), a fim de fomentar o

debate sobre o tema e de auxiliar na tomada de decisão para elaboração de políticas públicas voltadas à Habitação de Interesse Social. Para alcançá-lo foram estabelecidos alguns objetivos específicos:

- a) Analisar a existência e a influência de órgãos de fiscalização das habitações autoconstruídas na região metropolitana de Aracaju.
- b) Investigar os sistemas de provimento financeiro utilizados e sua influência no desenvolvimento da obra.
- c) Identificar as tipologias e as tecnologias construtivas utilizadas nas edificações autoconstruídas.
- d) Verificar a existência de programas de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS) voltada para autoconstrução nos municípios da região metropolitana de Aracaju e casos da aplicação da Lei nº 11.888/2008 (BRASIL, 2008).
- e) Investigar o papel dos intervenientes: poder público municipal e estadual, profissionais da ATHIS e autoconstrutores na formação da cidade autoconstruída.

O desenvolvimento dessa pesquisa culminou então na escrita de cinco capítulos. Inicialmente foi desenvolvida a Revisão Sistemática de Literatura, a fim de mapear a produção teórica sobre a autoconstrução de HIS. Essa revisão divide-se em duas partes, a primeira sobre o mapeamento realizado em teses e dissertações nacionais e a outra realizada em publicações gerais nacionais e internacionais, seus resultados foram disponibilizados no Apêndice A. Com a seleção das publicações, foi possível estruturar o primeiro capítulo, no qual pretendeu-se realizar uma fundamentação teórica sobre o tema e aspectos correlatos. Para tal, abordou tópicos relativos à conceituação dos termos, à produção habitacional no Brasil, à produção habitacional via autoconstrução e à assistência técnica para HIS. Esses assuntos foram tratados à luz de conceituados pesquisadores do espaço urbano e por experiência registradas no meio acadêmico e editorial. Já no segundo capítulo consistiu na caracterização da área de estudo, especificamente a questão habitacional da RMA, no qual buscou-se contextualizar a estrutura da administração pública, os programas habitacionais e as práticas de autoconstrução existentes. No terceiro capítulo, objetivou-se estabelecer o procedimento metodológico para o desenvolvimento da pesquisa. Em sequência, apresentou-se o capítulo de resultados, no qual buscou-se responder os objetivos dessa pesquisa. Por fim, elencou-se as conclusões desse trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MORADIA DIGNA E AUTOCONSTRUÇÃO

A compreensão dos aspectos relativos à autoconstrução habitacional parte da pesquisa sobre o conceito das terminologias correlatas. Inicialmente, define-se a distinção dos termos casa, moradia e habitação, por vezes utilizados como sinônimo para abrigo. Contudo, para Schweitzer e Pizza Junior (1997), casa parte da ideia material, ou seja, da estrutura física, enquanto moradia refere-se a uma função humana, o morar. Já a habitação, correlaciona-se com o uso dinâmico do espaço (SCHWEIZER; PIZZA JUNIOR, 1997).

Moradia e Habitação também são direitos conquistados. A Constituição Federal brasileira incluiu a moradia como um direito social, desde 2000 a partir da emenda constitucional nº 26 (BRASIL, 2000). Enquanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhece a habitação como direito fundamental, desde 1948 (UNITED NATIONS, 1948). Contudo, a luta para que essas deixem de ser apenas um direito e torne-se também realidade no Brasil ainda é travada por muitos, especialmente ao considerar o déficit habitacional de cerca de 6 milhões de unidades (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018).

Ainda, a ONU amplia o sentido de moradia ao definir os pilares para moradia adequada como (UNITED NATIONS, 1991):

- Segurança jurídica da posse: refere-se à proteção contra ameaças, assédio ou despejo que comprometam a posse da moradia em qualquer que seja o formato de posse.
- Disponibilidade de serviços, materiais, benefícios e infraestrutura: a moradia deve dispor de serviços essenciais como acesso à água potável, energia para cozinhar, saneamento, iluminação.
- Custo acessível: o custo da moradia não pode comprometer a realização de outras necessidades básicas. Também compreende os gastos com os serviços durante o uso, como contas de água e energia.
- Habitabilidade: o espaço deve ser um invólucro de proteção para intempéries e doenças, além de apresentar segurança estrutural, ter tamanho adequado ao número de moradores e dispor de local para armazenamento de mantimentos.

- **Acessibilidade:** a moradia adequada deve ser acessível aos grupos vulneráveis, considerando suas necessidades especiais. Nesse sentido, esses grupos devem ser prioritários das políticas públicas de acesso à moradia.
- **Localização:** o local de implantação da moradia deve de fácil acesso às ofertas de emprego, serviços e outros equipamento sociais, além de ser distante de fontes de poluição;
- **Adequação cultural:** os materiais e sistemas construtivos devem respeitar a identidade cultural do morador.

Buonfiglio (2018, p. 13) enfatizou o caráter transdisciplinar da habitação. Para a autora, esta foi “reclamada como direito; reconhecida como necessidade, diagnosticada como déficit, tornou-se, cada dia mais uma carência nas cidades; enquadrada como uma demanda de políticas públicas sem deixar de ser uma mercadoria valiosa”. Essas múltiplas perspectivas revelam discursos paradoxais ou complementares que dependem do sentido imposto por cada agente social que compõe a produção habitacional

Sob esse aspecto, a primeira meta do 11º ODS a ser alcançada até 2030 compreende a “garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas” (UNITED NATIONS, 2015, p. 21). Entretanto, de acordo com a plataforma ODSBrasil³ (2021), 41,4% da população brasileira urbana ainda vive em assentamentos precários, informais ou em domicílios inadequados, conforme dados do Censo demográfico de 2010. O que evidencia a distância entre a realidade e a meta a ser alcançada até 2030.

Nesse sentido, a questão habitacional, principalmente para a população mais pobre, representa um problema urbano, social e econômico. Esse impacta significativamente o processo de constituição das cidades brasileiras desde o final do século XIX, e foi agravado devido ao rápido processo de urbanização no século seguinte. Contudo, embora nem sempre a produção formal de moradias tenha atendido à demanda existente, a população sempre criou

³ A ODSBrasil é uma plataforma que atualiza o cumprimento das metas pelo Brasil, nela encontra-se disponibilizado o relatório dos indicadores para os ODS. Este encontra-se disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>

alternativas para sobreviver, seja em loteamentos irregulares autoconstruídos, ou em favelas (BALBIM; KRAUSE, 2014).

Ao contextualizar especificamente as habitações destinadas à população de baixa renda⁴, percebeu-se que a nomenclatura utilizada foi alterada ao passar do tempo. Nesse sentido, contemporaneamente, tem-se empregado o termo Habitação de Interesse Social (HIS) para definir as habitações dessa parcela populacional, sejam estas produzidas por iniciativa própria ou por meio de programas habitacionais, ainda, alguns pesquisadores utilizam o termo Habitação Popular como sinônimo (PORANGABA, 2019). Posterior à conceituação de HIS, buscou-se entender o que seria a autoconstrução, a autoprodução e a autogestão desses espaços.

Maricato (1982, p. 71) definiu autoconstrução como “[...] um processo de trabalho calçado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se, portanto, das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho.” Ainda, ao intitular o capítulo do livro como “Autoconstrução, arquitetura possível”, a autora utiliza uma metáfora para apontar que a produção de habitação da classe trabalhadora encontra na autoconstrução a escolha possível de acesso à moradia. Assim, estabeleceu-se um processo que utiliza a força de trabalho dos moradores nas horas de folga, de parentes e amigos em uma construção duradoura e compromete parte significativa da renda familiar. Neste cenário, não há outra opção que possibilite o acesso dos menos abastados à moradia, senão a produção autoconstruída.

Já para Bonduki (1994), o termo autoconstrução apresenta significado além da ação de construir fisicamente a casa. Essa caracterização parte de uma visão holística do empreendimento: aquisição de local para implantação, mobilização de um sistema financeiro, contratação de mão de obra, caso necessário, compra de materiais de construção e estoque deles, em realidades que necessitem paralisar as atividades por inviabilidade financeiras.

Para Balthazar (2012), a autoconstrução compreende um modelo de construção habitacional autônomo, ou seja, empreendido pelo próprio morador, desde a escolha do

⁴ Família de baixa renda é considerada aquela com até cinco salários mínimos, em acordo com a Política Nacional de Habitação (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

terreno até a execução da obra. Assim, é a alternativa de reduzir o custo da edificação ao suprimir os agentes do processo, em especial a mão de obra, já que a construção tem a participação do proprietário que não é remunerado. Em consonância, Nascimento (2011) conceitua como um modo de provisão de moradias promovido pela família proprietária, que obtém um lote por vias formais ou informais e constrói a casa com recursos próprios e mão de obra familiar, de amigos ou contratada (pedreiro, ajudantes).

Ademais, a autoconstrução pode apresentar diferentes arranjos práticos. A autoconstrução *laissez-faire*, ou seja, a realizada independente da atuação do Poder Público; a autoconstrução institucionalizada, quando se dá por meio de instituições como associações e cooperativas; ou a autoconstrução assistida, onde o poder público disponibiliza estrutura de financiamento e implementação de serviços além de suporte técnico. Além destas, observa-se também uma autoconstrução coletiva associada às práticas de mutirão dos movimentos populares (NTELMMA, 2011; FERREIRA, 2020).

Quanto à autoprodução de moradias, é conceituada como um processo em que moradores são responsáveis pela gestão dos recursos e a tomada de decisão sobre o espaço, sem, contudo, ter acesso à informação técnica e com o mínimo ou nenhum suporte técnico e intervenção pública. Essa prática pode ou não se associar a autoconstrução (SILVA, 2009a; KAPP; CARDOSO, 2013). Salienta-se que esse trabalho se debruçou sobre as habitações autoproduzidas via autoconstrução.

No que se refere à autogestão, trata-se de uma forma de produção autônoma relacionada a participação coletiva, que permite contribuir para um processo democrático, assim expandiu-se para outras esferas sociais além da questão da produção. No Brasil, essa terminologia é comumente utilizada para situar um modelo no qual associações ou cooperativas que ajudam com assessorias técnicas e fiscalização do poder público realizam projetos de construção habitacional (SILVA, 2009a; KAPP, CARDOSO, 2013).

Portanto, para fins desse trabalho, adotou-se os conceitos acima mencionados por tratar a autoconstrução como prática autônoma, na qual o proprietário é responsável pelas diferentes etapas do empreendimento, ainda que ele possa contar com suporte de familiares e amigos, de instituição, do Poder Público e de mão de obra especializada, sem ou com o mínimo de suporte técnico de profissionais da arquitetura e da engenharia. Contudo, frisa-se a

relevância desse modelo de produção por, comumente, ser a única opção viável para que parte da população de baixa renda obtenha habitação.

Ademais, as distintas conotações associadas à autoconstrução demonstram o teor multifacetado da prática. Percebeu-se que suas configurações estão associadas a habitação evolutiva de forma incremental, atuação individual ou coletiva, processos que ocorrem de maneira espontânea e, também, apresenta viés normativo quando empregado para descrever políticas públicas habitacionais (FERREIRA, 2020). Assim, para entender autoconstrução como modelo de produção habitacional, faz-se necessário entender os modos de provisão e as iniciativas governamentais, enquanto promotor das políticas públicas, para produção de HIS.

2.2 PROVISÃO HABITACIONAL

2.2.1 *Conceitos e experiências*

A questão da moradia ainda é um impasse para muitos países, especialmente, os em desenvolvimento. Nesse sentido, compreender os aspectos relativos à moradia urbana e à produção habitacional é de suma importância para o desenvolvimento de políticas habitacionais eficientes.

Conceitualmente, a provisão refere-se às etapas necessárias a uma determinada produção, ou seja, engloba decisões políticas, coordenação, arranjo organizacional, financiamento, regulamentação dos produtores (WERNA et al., 2001). Especificamente, a provisão habitacional é definida por Maricato (2009) como todas as ações que são inerentes aos processos de produção e distribuição de moradias, ou seja, o local de implantação da edificação no contexto do zoneamento urbano, os subsídios financeiros, a execução, a comercialização, a promoção, os trabalhadores envolvidos. Salienta-se, contudo, que a união desses diferentes agentes é passível de conflitos diversos, por se tratar de interesses antagônicos, como o setor privado que lucra com a habitação e aqueles que precisam de uma moradia.

Ademais, as moradias podem ser oriundas de diferentes modos de provisão habitacional: promoção pública, promoção privada, por meio de cooperativas, via autoconstrução em loteamento regular ou irregular. Esses modos, contudo, não são estanques,

podem ser remodelados ao passar do tempo e, conseqüentemente, podem desaparecer (MARICATO, 2009).

Assim, segundo Aguiar (2014), a forma como as habitações são implantadas nas cidades tem influência preponderante de três fatores: a atuação protagonista do setor privado, a anuência do setor público e a permissividade da regulação urbana. O primeiro fator contribui para setorização do espaço, ao passo que decidem as características e localização dos empreendimentos. Já o setor público, sem grande expressão, colabora para as ações do setor privado, o que resulta em uma cidade segregada, na qual as HIS são implantadas em zonas carentes de serviços e infraestrutura. Por último, os instrumentos de regulamentação urbana não são utilizados, o que impacta em uma cidade cada vez menos democrática. Assim, a atuação estatal no setor da produção da habitação de interesse social brasileira apresentou alcance limitado das políticas públicas às parcelas mais pobres do país. Contudo, seu papel no fornecimento de crédito resultou no fortalecimento da indústria da construção e conseqüentemente na geração de empregos.

A provisão privada, por sua vez, destina-se aos grupos sociais de média ou alta renda. Esta compreende diversos tipos de moradias, desde casas unifamiliares de financiamento próprio a complexos habitacionais multifamiliares comercializados. Salienta-se, também, a possibilidade de um sistema de parceria público-privado que pode ser uma forma de provisão, no qual o Poder Público oferece incentivos para construtoras implementarem seus projetos, a fim de que uma parcela das unidades seja destinada à população de baixa renda. Contudo, ao se tratar de uma relação comercial, a organização privada visa o lucro com a mercantilização das unidades, portanto o ente público deve determinar especificamente o público desta ação, pois, sem a cautela devida, dificilmente as camadas mais populares serão alvo dessa parceria (WERNA et al., 2001; PEREIRA, 2006).

Outro modo de provisão é por cooperativa. Esse modelo depende da situação socioeconômica do país e podem ou não ter incentivo governamental. Trata-se de uma produção habitacional coletiva com origem no movimento dos trabalhadores, mas, que ao decorrer dos anos, mudou sua configuração e apresenta comportamento híbrido de atuação, podendo ser social ou comercial. No Brasil, a produção habitacional cooperativista iniciou em 1964, com o Programa de Cooperativas Habitacionais instituído pelo Plano Nacional de

Habitação. Nesse cenário, o BNH fornecia assessoria técnica para os projetos cooperados, por meio do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de São Paulo (INCOOP/SP). Contudo, houve esvaziamento dos objetivos sociais do Programa que passou a ter características mais mercadológicas. Assim, a partir de 1990, o cooperativismo habitacional do Brasil consolidou duas vertentes: as autofinanciadas para média e alta renda e a populares de autoconstrução (SILVA, 2009b; LANG; CARRIOU; CZISCHKE, 2020).

Ao considerar as diversidades de arranjos e agentes no que tange à provisão das habitações, o modo de provisão de habitação pode ser classificado como formal/convencional ou informal/não convencional. Essa distinção é consequência do déficit empregatício ou de salário inadequados que inviabilizam que uma parcela da população tenha acesso à moradia adequada por meios formais, além das falhas das políticas públicas que não suprem a demanda por habitação de interesse social (WERNA, et al., 2001; CONTRERAS; NEVILLE; GONZÁLEZ, 2019).

Assim, é formada a cidade “dual”, na qual a produção formal e informal coexiste. No que tange aos modos de provisão formais ou convencionais, a produção das moradias acontece pela ação do setor privado, do poder público, de cooperativas ou por meio de iniciativas que mesclam esses agentes. Nesse modo, a terra, o financiamento, os insumos e a mão de obra necessários a execução, são obtidos por via oficial, de acordo com as regras vigentes e técnicas construtivas normatizadas. Pelo modo formal ocorre o provisionamento de unidades destinadas às classes mais altas, quando por ação do mercado privado, e para as classes populares com o auxílio governamental ou comunitário. Assim, a atuação estatal pode ser direta ou indireta, ou seja, quando o poder público é responsável pela construção ou melhoria dos imóveis e quando se estabelece por meio de programas de apoio à construção para camadas populares, respectivamente. O objetivo dessa última, é diminuir a participação financeira do poder público na produção habitacional (WERNA et al., 2001; VÁSQUEZ; LEDESMA, 2013; BALTHAZAR, 2012).

Entretanto, a forte atuação do setor privado somada ao investimento estatal insuficiente colabora para a dificuldade do acesso formal à habitação pelos mais pobres e a consequente expansão dos meios não-convencionais de provisão. Neste cenário surge a face informal da habitação, que consiste nas práticas que se desenvolvem fora do ordenamento ou das leis, seja

no processo da aquisição do terreno ou construção do bem. Essa é a realidade brasileira, assim como de outros países, nos quais uma parcela significativa da população urbana de baixa renda recorre a modos informais de obtenção de moradia, por meio de loteamento irregular, invasões, autoconstrução, aluguel de edificações irregulares ou construções em terrenos irregulares (MARICATO, 2009; WERNA et al., 2001; VÁSQUEZ; LEDESMA, 2013).

Os excluídos do mercado imobiliário formal encontram nos locais periféricos e carentes em infraestrutura, uma forma de edificar sua habitação. Portanto, a localização das HIS é um desafio. Os sucessivos programas habitacionais, especialmente o PMCMV, resultam em tipologias padronizadas e segregadas da malha urbana, pois não há enfrentamento da concentração fundiária, a fim de mesclar os usos das faixas de renda (VALENÇA, 2014; FRANÇA, 2015; SOEMARNO; SUDARMA, 2015). Ainda, é possível que imóveis formais e informais sejam visualmente e tecnologicamente semelhantes. Nesse caso, o valor e a condição jurídica do solo urbano são o diferencial. Muitas vezes, é desconsiderada que a dificuldade do acesso à terra e a renda fundiária tem reflexo na construção civil (MARICATO, 2009; LARA, 2010).

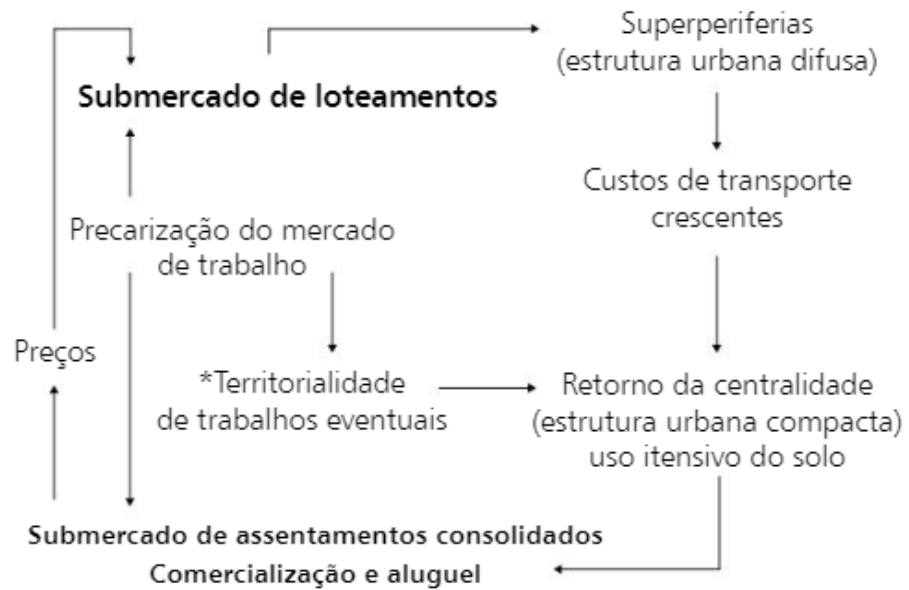
Nesse sentido, a questão do acesso à terra urbana é um fator fundamental. Para Abramo (2007), a existência de dois submercados informais de solo urbano acarreta um fenômeno simultâneo de compactação e difusão na “cidade informal”. Um desses submercados é o de loteamento informais, que atua no fracionamento de terrenos nas áreas periféricas das cidades sem infraestrutura, acessibilidade urbana e serviços. Sendo, portanto, um vetor de expansão e periferização precária das cidades. Esse submercados utilizam a lógica de lucrar com o máximo fracionamento de glebas baratas e distantes do centro, o que culmina na difusão da malha urbana. Já o submercado dos assentamentos populares informais (APIs) tem como estratégia intensificar o uso de solo em áreas consolidadas, pois utilizam a estratégia de economia por proximidade das regiões com oferta de serviços, assim, fomentam um fenômeno oposto ao anterior, um fenômeno de compactação.

Ao considerar os efeitos da atuação desses dois submercados, Abramo (2007) denomina a produção de uma estrutura urbana “COM-FUSA”, que reflete ainda mais na precarização da habitação da população de menor poder aquisitivo.

O mercado informal, ao promover um território cada vez mais difuso, impõe custos de transporte crescentes aos trabalhadores que vivem nesses loteamentos, mas, quando o mesmo mercado produz uma compactação nos assentamentos consolidados, ele causa uma precarização do habitat popular com o aumento de densidade (predial e domiciliar) e verticalização com todas as implicações nos indicadores de habitabilidade (escassez de ar, sol etc.) que essa compactação promove. Em termos macrosociais, a existência e a continuidade do mercado informal de solo estão vinculadas à desigualdade na distribuição de renda e à incapacidade do poder público de promover uma oferta massiva e regular de moradias (ABRAMO, 2007, p. 42).

Com isso, estabelece-se uma dinâmica de retroalimentação desses submercados. A carência de espaço para expansão nos APIs consolidados reflete no alto preço da moradia dessas regiões, o que impulsiona a saída das famílias para áreas mais baratas, ou seja, cria a demanda de interesse no mercado de loteamento informal. Por sua vez, ao produzir uma cidade difusa, o submercado de loteamentos informais gera demanda para o submercado do APIs, ao passo que as longas distâncias das áreas centrais impactam no grande custo de transporte para os moradores que retornam para os APIs consolidados. Esse ciclo de retroalimentação (Figura 3) é movido pelo crescimento de preços no mercado informal do solo urbano, o que influencia na valorização dessas áreas, via descapitalização da população de baixa renda (ABRAMO, 2007).

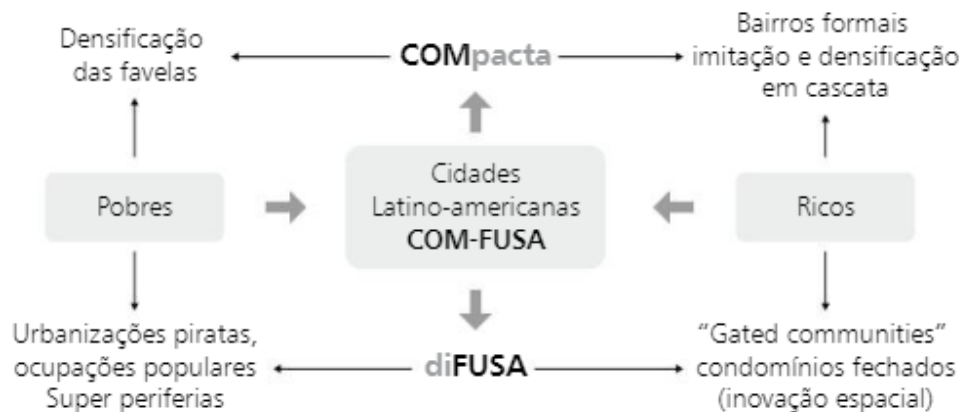
Figura 3 – Ciclo de retroalimentação do mercado informal do solo urbano



Fonte: ABRAMO (2009, p. 72)

Ainda segundo Abramo (2007), esse movimento duplo de compactação e difusão são característicos tanto da atuação de mercado informal, como também do mercado formal, e formam a estrutura COM-FUSA das grandes cidades latino-americanas. A sistematização desse processo de “COM-FUSÃO” foi disposta na Figura 4.

Figura 4 – Produção da cidade COM-FUSA



Fonte: ABRAMO (2009, p. 73)

Tendo em vista as diferentes características apresentadas quanto aos modos de provisão, depreende-se, portanto, que esses modelos são influenciados pelas condições socioeconômicas dos países, assim como suas características são consoantes com as

demandas que visam atender. Na Grã-Bretanha, por exemplo, um sistema de produção de habitação de interesse social transitou do domínio público para o privado, ainda que tenha regulamentação e financiamento estatais. Trata-se de um sistema de locação social (*Council Housing*), que chegou a corresponder a 1/3 do estoque de moradias britânicas. Ao longo do tempo, essa parcela diminuiu, resta cerca de 20%, visto que o estoque foi inicialmente vendido aos inquilinos e posteriormente às Associações Habitacionais. Embora parcialmente privatizado, as ações de manutenção e conservação são de responsabilidade pública. Quanto a sua localização, é variada, ainda que também ocupem áreas periféricas em virtude da demanda do pós-guerra. Originariamente, foi um programa voltado para abrigar a população trabalhadora, agora destina-se aos que não têm renda suficiente (VALENÇA, 2014).

O exemplo suíço, por sua vez, trata-se de um modelo de produção habitacional baseado no cooperativismo. A Suíça tem uma tradição de cooperativas, na qual a mais antiga cooperativa agrícola tem cerca de 900 anos e ainda atua em prol da distribuição de terras e autogestão. No que se refere à habitação, aproximadamente 20% das moradias de Zurique foram originadas do cooperativismo. Para o sucesso desse tipo de iniciativa, faz-se necessário uma cultura do cooperativado, pois demanda maior tempo para finalização, participação dos envolvidos e financiamento diferenciado. Outra característica diferenciadora é a qualidade dos projetos, em geral, percebe-se que a promoção de edificações de uso misto, a contribuição de espaços públicos, uma integração com a malha urbana e diversidades nas tipologias habitacionais são adotados para atender a heterogeneidade de habitantes. No Brasil, esse modelo é percebido no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E), que envolve produção cooperativada e autogestão, porém enfrenta significativos desafios (HEHL; VENTURA, 2019).

O Chile, entretanto, adotou uma política habitacional na qual há uma parceria entre o público-privado. Essa relação constitui no financiamento do Estado para uma empresa privada, que adquirem o terreno e constrói as edificações para posterior venda à população. Esse comportamento resultou, portanto, em intensos investimentos para execução de moradias inadequada. Ao passo que tais habitações foram implementadas em regiões fragmentadas e monofuncionais, que embora tenha infraestrutura de suporte, apresentam carência de equipamentos e serviços básicos, estratificação social e habitações de área reduzida. Assim, os esforços da política chilena devem buscar a integração da malha urbana e a redução da

segregação socioespacial. Esse modelo, embora referência como programa para a minimização do déficit habitacional e utilizado como inspiração do PMCMV, fracassou na tentativa de conciliação entre a cidade democrática e a lógica de mercado (DATTWYLER, 2007; ROLNIK et al., 2015; COUVE, 2014).

Destarte, ressalta-se que a necessidade por abrigo é intrínseca ao ser humano desde o processo de sedentarização. Independente da forma como a habitação é provida, a intenção primária é ser abrigo e proteção. Diante da importância desse bem, é notório que a democratização do acesso à habitação adequada é um problema social e um direito a ser conquistado de fato e não só no texto das leis. Enquanto isso, os diferentes arranjos habitacionais formais ou informais influenciados pelas políticas públicas e pelo nível de desenvolvimento local moldam o espaço das cidades.

Observar os modelos de provisão existentes em outros países pode ser útil para efeito comparativo e para apropriação de boas práticas. Contudo, na adoção de diretrizes estrangeiras deve-se ponderar a aproximação com a realidade local, ou seja, considerar se as demandas existentes são parecidas e se o país dispõe de condições para incorporação das políticas.

2.2.2 Provisão habitação de interesse social no Brasil

No Brasil, os modelos de provisão habitacional são diversos e temporais. Sob esse aspecto, o processo de urbanização influenciado pela industrialização culminou no aumento da população urbana e, conseqüentemente, no aumento da demanda por habitação para a classe trabalhadora, principalmente no final do século XIX (FARAH, 1988). Nessa mesma época, houve a adoção por parte do poder público de política higienista e de embelezamento das cidades, que culminou no afastamento dos mais pobres do centro das cidades em direção à periferia. Com isso, os cortiços e casebres da população de baixa renda que outrora ocuparam as áreas centrais foram substituídos por edificações comerciais e residenciais voltadas para a classe mais abastada (RUBIN; BOLFE, 2014).

A década de 1930 marcou uma mudança de postura no que se refere à intervenção do poder público na produção de moradia, uma vez que as moradias eram predominantemente

alugadas e associadas à iniciativa privada, contudo esse modelo rentista⁵ estava em crise. Somado a isso, os empresários pressionavam por redução no gasto com moradias, para que assim pudessem reduzir os seus custos com os trabalhadores. Desta maneira, o poder público assumiu um papel mais intervencionista na produção de moradias (FARAH, 1988). Essa atuação se deu pelo fortalecimento do programa de aposentadoria e pensão, com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), a partir de 1933. Esses institutos tinham como objetivo fornecer assistência médica aos associados, todavia parte dos seus recursos fomentou o processo de verticalização das cidades (RUBIN; BOLFE, 2014).

Um dos projetos viabilizados por esses institutos e reconhecido por sua qualidade arquitetônica e urbanística foi construído pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI) em Porto Alegre/RS entre os anos de 1946 e 1954. O projeto da Vila do IAPI, como ficou conhecida, buscou não só resolver a questão do déficit habitacional, com a produção de moradias, mas também com a inserção urbana do conjunto. Assim, foram edificadas diferentes tipologias residenciais, casas unifamiliares, sobrados, casas geminadas, edifícios multifamiliares de até quatro andares, ainda se preocupou com o entorno, onde foram plantadas árvores nativas e construídas áreas de lazer. Por ser implantada em uma área distante do centro comercial de Porto Alegre, projetou-se também a infraestrutura da região, com a previsão de pontos comerciais, escola, igreja, hospital (LAPOLLI, 2005; LEAL; MELLO; SILVA, 2009).

A mudança de postura no poder público ao adotar um papel mais intervencionista no setor habitacional foi bem aceita em alguns setores da sociedade. A questão habitacional foi inserida nos planos de atuação estatal, nos quais o objetivo era fomentar a aquisição da casa própria pela população de baixa renda. Nesse cenário, em 1931, ocorreu o primeiro Congresso de Habitação em São Paulo, no qual foi discutido o acesso à moradia pelos mais pobres, medidas de controle à especulação e à redução de custo da terra e sobre a expansão horizontal das cidades e suas implicações no custo de urbanização (RUBIN; BOLFE, 2014).

Nesse âmbito, a Lei do Inquilinato foi um importante instrumento de desestímulo ao aluguel de moradias para os produtores rentistas, uma vez que protegia à população de baixa

⁵ Modelo rentista: baseado no aluguel de moradias

renda dos valores abusivos cobrados pelo aluguel. Com o congelamento dos aluguéis, em 1942, o setor privado foi desmotivado a produzir moradias para locação, assim, e o poder público e os trabalhadores ficaram responsáveis por prover a habitação, o que levou os trabalhadores a ocuparem loteamentos periféricos (RUBIN; BOLFE, 2014).

Já no ano de 1946, no mandato de Gaspar Dutra, foi criada a Fundação Casa Popular (FCP) com suas metas ambiciosas, financiamento de moradias, em obras de infraestrutura, na indústria de material de construção, em pesquisa e na formação de corpo técnico. A FCP foi o primeiro órgão no qual se centralizou os investimentos para produção de habitação para população de baixa renda. Contudo, o órgão teve seus resultados limitados em virtude da falta de recurso somada à desarticulação das agências e à oposição das construtoras e da indústria da construção civil. Essas últimas temiam a monopolização dos recursos pela FCP e que a produção habitacional promovida pela Fundação acarretasse a escassez de material de construção que pudesse vir a prejudicar às incorporações privadas (BONDUKI, 1994). Em 1963, no governo de Jânio Quadros, criou-se o Plano de Assistência Habitacional (PAH), que tinha o objetivo de construir 100 mil unidades em 18 meses, e planejou a criação do Instituto Brasileiro de Habitação (IBH), como substituto da FCP. Entretanto, nenhuma das duas propostas foram bem-sucedidas (WERNA et al., 2001).

Das referidas atuações estatais, algumas iniciativas visavam a promoção da habitação de interesse social, os Planos A e B dos IAPs e a FCP. Embora com resultado tímido se comparado às ações posteriores à criação do BNH, esses dois programas produziram cerca de 140.000 unidades de interesse social. Essas iniciativas foram respostas às reivindicações sociais e dos setores empresariais que consolidou o papel participativo do setor público nas questões habitacionais (BONDUKI, 1994).

Em oposição à baixa expressividade dos programas anteriores, com a instauração da Ditadura Militar, em 1964, foi instituído o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Este último objetivou centralizar no poder público as ações relativas à produção e distribuição de habitação. Essa iniciativa financiou 4,8 milhões de unidades, o que representava um quarto das moradias construídas no país no período de atuação do Banco (RUBIN; BOLFE, 2014). Tais habitações foram promovidas pela ação das Companhias de Habitação Popular (COHAB) e por incorporação imobiliária e destinavam-se

a diferentes segmentos sociais. Contudo, a população de menor renda só foi público-alvo de 20% das iniciativas (RUBIN; BOLFE, 2014). Além da produção habitacional, o BNH atuou no provimento de obras de infraestrutura e de equipamentos urbanos (WERNA et al., 2001, RUBIN; BOLFE, 2014).

Como crítica à atuação do BNH, Maricato (1982) salientou que, embora com função inicial de centralizar e repassar os recursos destinados ao combate do déficit habitacional, o BNH paulatinamente destinou seus recursos para habitação de médio e alto padrão e obras de infraestrutura, em detrimento dos investimentos para habitação popular, a fim de abarcar mercados com maior poder aquisitivo e fomentar a indústria da construção civil. Constituindo-se assim em política habitacional “centralizadora e elitista” (p. 82).

Na década de 1970, em meio as mobilizações da população em favor da democracia, as críticas quanto à falta de eficiência do BNH em cumprir os objetivos sociais eram constantes. Nesse cenário, o Banco lança alguns programas, chamados de Programas Alternativos, a fim de ampliar sua atuação nas famílias de renda mais baixa. Sob esse aspecto, como estratégia de redução de custos de produção unidades habitacionais, houve uma incorporação da autoconstrução nas políticas habitacional com a proposição dos programas: Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb), em 1975, no qual o mutuário recebia um lote em um conjunto com infraestrutura e ficaria com a responsabilidade da construção da moradia conforma as disponibilidades financeiras da família; Programa de Financiamento para Construção, Conclusão, Ampliação e Melhoria (Ficam), em 1977; Programa de Erradicação de Subhabitação e Erradicação de Favelas (Promorar), em 1979, no qual prioriza a urbanização dos assentamentos invés da remoção das famílias; Programa João de Barro, em 1984, autoconstrução assistida no regime de mutirão. Esses programas foram destinados à população de renda familiar até cinco salários mínimos (WERNA et al., 2001, FERREIRA, 2020).

Conforme Ferreira (2020), os resultados desses programas foram aquém do esperado, em termos quantitativos e qualitativos, e foi criticado quanto à alocação dos recursos e às práticas clientelistas⁶ que ocorreram. Salienta-se que a ideia da participação dos beneficiários

⁶ Clientelismo: promover um benefício em troca de favores políticos.

na tomada de decisões sobre o projeto, não se concretizou, ou seja, a atuação dos moradores no processo era apenas para servir de mão de obra não remunerada, não como participantes ativos no processo de projeto.

Os anos finais de atuação do BNH foram marcados pela atuação destinada ao público com renda mais alta e pelo desmanche dos programas alternativos. Assim, em 1986 houve a extinção do órgão e posteriormente ocorreu a transição para Caixa Econômica Federal das atribuições de financiamento das políticas habitacionais. De 1986 a 1990, houve um remanejamento constante entre ministérios e secretarias sobre às atribuições dos programas habitacionais (PRADO, 2018, WERNA et al., 2001).

No governo do presidente Fernando Collor de Mello (1900-1992), houve um agravamento da crise na área habitacional e foi marcado por Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH). Esse Plano tinha caráter emergencial e estabeleceu uma meta de construção de 245 mil moradias em 180 dias, através de contratos com empreiteiras privadas. Entretanto, não se conseguiu alcançar a meta estabelecida, nem em relação ao prazo, nem à quantidade. Além disso, houve descontrole quanto à qualidade das edificações e quanto à gestão dos recursos financeiros e uma desarticulação entre os programas de saneamento e desenvolvimento urbano e os programas habitacionais (SANTOS, 1999).

Após o *impeachment* do presidente Fernando Collor, a gestão de Itamar Franco (1992-1994) implementou dois programas habitacionais o Habitar-Brasil e o Morar-Município. Esses programas foram pautados na construção por mutirões, e teve como objetivo desacelerar a migração para as capitais, a partir do fomento a construção de moradias em pequenas e médias cidades. Foi um período de reformulação no âmbito das políticas públicas habitacionais, pois foi exigida a participação dos governos locais e da comunidade, além de uma contrapartida financeira dos governos locais para execução dos programas (MOTTA, 2011; CAMPOS; 2005).

Em 1995, foi criado o Departamento de Habitação e de Saneamento, vinculados ao Ministério de Planejamento e de Orçamento. Ainda neste ano, foram implementados os programas Pró-Moradia e Pró-Saneamento (WERNA et al., 2001).

O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) foi implementado no ano de 1999, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Esse Programa teve como objetivo o arrendamento durante 15 anos de HIS para posteriormente serem compradas por seus locatários. A constituição do projeto previa a implantação dos empreendimentos em locais já dotados de infraestrutura urbana e incentivos fiscais do governo para as empresas construtoras. Ainda, a intermediação financeira foi realizada pela Caixa Econômica Federal. Como resultado, cerca de 200 mil unidades foram construídas no país (VALENÇA, 2014; BONATES, 2008).

Segundo Bonates (2008), o PAR foi um programa inovador que possibilitou edificações de melhor qualidade construtiva e de melhor implantação na malha urbana, se comparado a programas anteriores para o mesmo público-alvo. Todavia, remodelações deste repercutiu em alterações na localização dos empreendimentos. Em virtude de uma priorização da população com menor faixa de renda, dificultou-se o aproveitamento dos vazios urbanos e dos imóveis ociosos nas áreas centrais. Isso ocorreu dado a incompatibilidade entre o custo de aquisição dos terrenos e o preço máximo estabelecido para as unidades habitacionais. Assim, foi percebido afastamento dos novos empreendimentos do PAR da malha urbana consolidada.

Em 2003, ocorreu um rearranjo institucional no que se refere à política de habitação devido à criação do Ministério das Cidades. Posteriormente, em 2004, com o lançamento da Política Nacional de Habitação (PNH) foram definidas estratégias e metas para o problema habitacional a partir da elaboração de planos nas três esferas governamentais (federal, estadual e municipal). Em 2007, o Governo Federal implantou o Programa Aceleração do Crescimento (PAC) que compreendia investimento em diferentes setores estruturantes do país, infraestrutura urbana, habitação, sistema viário e energético (RUBIN; BOLFE, 2014; MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, 2018).

Como um dos programas com Plano Plurianual de 2004-2007 do Governo Federal, foi lançado o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas e Centrais, que tinha como pressuposto a reapropriação de áreas com infraestrutura consolidada das cidades, a fim de fomentar a ocupação dessas por meio do aproveitamento do estoque imobiliário existente e o incentivo à diversificação de usos em combate ao esvaziamento dos centros das cidades observados nas décadas de 1970 a 1990. Nesse sentido, a partir de um esforço conjunto do extinto Ministério

das Cidades, INSS, Caixa, SPU e movimentos de luta pela moradia para analisar a viabilidade de destinar imóveis desocupados para programas de habitação de interesse social (AMARAL; CAVALCANTI; TEIXEIRA, 2011).

O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi lançado em 2009, a fim de subsidiar a compra da moradia por famílias de baixa renda. A estruturação do PMCMV consistiu em determinar percentuais de unidade de acordo com a renda, em que inicialmente o intervalo de renda era quantificado por salários mínimos. A Faixa 1 atendeu famílias até três salários mínimos, a Faixa 2 destinou-se a renda entre três e seis salários mínimos, e a Faixa 3 teve como teto 10 salários mínimos. Em 2010, foi alcançada a meta de um milhão de unidades construídas pelo PMCMV. Assim, no ano seguinte o programa foi reformulado, estabeleceu-se novos percentuais por faixa de renda e o rendimento atendido pelo programa passou a ser estabelecido por valores fixos de renda, não mais por salário mínimo. Nessa segunda fase do PMCMV, o valor máximo atendido foi R\$ 5.000,00, porém o valor do teto foi alterando conforme a alteração de governos. Em 2017, no governo de Michel Temer, alterou o limite de renda de R\$ 6.500,00 para R\$ 9.000,00. No mandato sucessor, o de Jair Bolsonaro, o teto foi reduzido para R\$ 7.000, 00 (MONTEIRO; VERAS, 2017; LIS; AMARAL, 2017; MDR, 2020b).

É inegável as contribuições do Minha Casa, Minha Vida quanto ao quantitativo de unidades habitacionais executadas. Contudo, o modelo adotado pelo programa reproduziu o padrão segregado de implantação dos empreendimentos já característico da cidade difusa (Abramo, 2009), constituída pela população de baixa renda nas franjas das cidades. Nesse sentido, reforça-se a associação entre população de baixa renda e regiões periféricas da cidade, carente de serviços públicos, infraestrutura básica e empregos. As críticas ao PMCMV são diversas, como: grande escala dos projetos, implantação inadequada dos empreendimentos, concentração de empreendimentos voltada para as faixas salariais mais elevadas e as tipologias arquitetônicas não condizentes com as necessidades dos moradores. Embora, essas sejam uma reprodução de problemas corriqueiros das cidades brasileiras e são características do programa, quando resultado de um projeto habitacional ajuda a potencializar tais problemas e colabora para a desigualdade socioespacial, tem-se, portanto, o seu objetivo principal é comprometido (ROLNIK et al., 2015).

Sob a distribuição das UHs construídas pelo PMCMV, em tese, deveria priorizar o atendimento à menor faixa de renda (Faixa 1), uma vez que o déficit habitacional, no ano de lançamento do referido programa, concentrava cerca de 90% em famílias com até três salários mínimos (FJP, 2012). Todavia, embora essa distribuição de acordo com o perfil de renda tenha sido prevista no lançamento do programa, percebe-se cerca de 60% das unidades entregues foram às famílias classificadas como Faixa 2 (Tabela 1), destoando da demanda prioritária prevista inicialmente.

O reflexo desse resultado é a busca pela autoconstrução para resolução do problema habitacional por parte das famílias de menor poder aquisitivo. Essas famílias dificilmente têm acesso à crédito no sistema financeiro formal, sem o subsídio estatal o sonho da casa própria fica mais distante. Assim, a construção autônoma, sem a regulamentação do mercado formal de habitação passa a ser a solução possível.

Tabela 1 – Unidades Habitacionais do PMCMV por faixa de renda

Faixa	Renda	UH contratada	UH Entregue	% contratada	% entregue
Faixa 1	Até R\$1.800	1.908.488	1.533.838	34%	30%
Faixa 1,5	Até R\$2.600	150.141	150.141	3%	3%
Faixa 2	Até R\$4.000	3.109.978	3.109.978	56%	60%
Faixa 3	R\$ 4.000 a R\$7.000	363.390	363.390	7%	7%
Total		5.531.997,00	5.157.347,00	100%	100%

Fonte: MRD, 2020 b.

Salienta-se, ainda, a modalidade PMCMV-E; essa possibilitou que entidades organizadas (como entidades sociais, cooperativas e movimentos da moradia) acessassem o recurso federal para construção de empreendimentos, trazendo à luz a formalização dos agentes sociais da produção habitacional vinculado à política pública habitacional. Todavia, o modelo do PMCMV-E apresentou características semelhantes ao modelo voltado para às empresas da construção civil, o que reflete em dificuldades para implantar as práticas autogestionárias (BUONFIGLIO, 2018; FERREIRA, 2020).

A política habitacional da gestão 2018-2022 do governo federal criou um programa nos moldes da gestão anterior. O Programa Casa Verde Amarela (PCVA) foi lançado no âmbito do Ministro do Desenvolvimento Regional, em substituição ao PMCMV. O novo modelo terá três frentes de ação – regularização fundiária, melhoria habitacional e produção

habitacional financiada. As modalidades de atendimento vão depender da faixa de renda mensal da família. As famílias com renda mensal de até R\$ 2.000,00 compõem o Grupo 1 e podem ser beneficiárias com produção subsidiada, regularização fundiária, melhoria habitacional e produção financiada. O Grupo 2 (renda familiar mensal de R\$ 2.000,00 a R\$ 4.000,00) e o Grupo três (renda familiar mensal de R\$ 4.000,00 a R\$ 7.000,00) podem ser atendidos com produção financiada e regularização fundiária, essa última restringe-se à participação para famílias com renda de até R\$ 5.000,00 (MDR, 2020b).

Em janeiro de 2021, o PCVA foi instituído pela Lei nº 14.118/2021, que dispõem, entre outros pontos, as diretrizes e objetivos do programa, define as fontes de recurso e as atribuições de cada agente envolvido (BRASIL, 2021). No entanto, em abril do mesmo ano, os vetos, do então presidente Jair Bolsonaro, ao Orçamento anual resultou em uma redução de cerca de 98% dos recursos destinados ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), uma das fontes de recursos dispostas pela referida lei para financiar as ações do programa voltadas para a menor faixa de renda (UOL, 2021). Esse corte substancial compromete o andamento das construções já iniciadas e impossibilita o começo de novos projetos, além disso, impacta negativamente a indústria da construção civil, e implica na redução do número de unidades disponíveis diante da expressiva quantidade de família que precisam ser atendidas

2.3 AUTOCONSTRUÇÃO HABITACIONAL NO BRASIL

Recorrente como uma solução alternativa para quem não dispõe de recursos necessários para ingressar no mercado imobiliário formal, a autoconstrução é componente das paisagens urbanas e rurais brasileiras. Nesse caso, os habitantes produzem suas próprias moradias, em geral de maneira irregular sem a orientação de profissionais do setor da construção civil. Contudo, algumas políticas governamentais também investiram no sistema de autoconstrução de moradias como uma forma de combate ao déficit habitacional.

A participação da autoconstrução no setor habitacional brasileiro é significativa. Em pesquisa encomendada pela Associação Brasileira de Materiais de Construção (ABRAMAT), cerca de 84% dos materiais de construção são destinados à execução ou reformas de edificações autogeridas. Ainda, aproximadamente 77% das habitações brasileiras passaram por processos de autoconstrução, sem a orientação técnica (ABRAMAT, 2005 apud NASCIMENTO, 2011).

Atualmente, a autoconstrução ainda apresenta significativa relevância para a economia nacional. O Produto Interno Bruto (PIB) da Construção, em 2019, foi impulsionado especialmente pelos segmentos da autoconstrução e reforma. A projeção para 2020 também reflete a mesma tendência, segundo estudos do SINDUSCON-SP e FGV (BARBARÁ; MARKO, 2019).

Segundo Caputo, Oliveira e Blott (2019), o entendimento das reais motivações e dos valores dessa prática para os autoconstrutores é fundamental para compreender as necessidades locais e propor diretrizes de regulamentação, visto que os assentamentos autoproduzidos têm padrão de crescimento imprevisível. Os autores entendem colaboração, construção comunitária e autonomia como valores universais e comuns nas autoconstruções; contudo, a incorporação desses nos instrumentos de planejamento urbano é uma maneira de democratizar o processo de formação das cidades.

As motivações para autoconstrução são diversas. Essas perpassam pela dificuldade do acesso à moradia, característica de um processo de urbanização capitalista, pelo alto custo para contratação de responsável técnico, pelo elevado preço da terra urbana, bem como pelos entraves burocráticos para a regularização de uma obra (SOARES, 2012; NASCIMENTO, 2011; WARTCHOW, 2012). Segundo o estudo de Balthazar (2012), os autoconstrutores apontaram a autonomia na escolha do programa de necessidades, a economia, a capacidade evolutiva do imóvel, como pontos positivos dessa modalidade de provisão, embora reconheçam a possibilidade de existência de patologias nas edificações, visto que não teve assessoramento técnico.

Salienta-se, portanto, que a falta de qualidade das habitações periféricas autoconstruídas compromete o desempenho das edificações durante seu uso. A falta de assistência técnica e a qualidade dos materiais empregados propiciam o surgimento de patologias construtivas, oferecendo risco aos moradores e comprometem as condições de salubridade e habitabilidade. Dentre os problemas da autoconstrução destaca-se, especialmente, a ocupação de áreas de preservação ambiental. Essa condição traz consequências danosas tanto ao ambiente quanto à sociedade. Assim, é importante que os projetos de autoconstrução sejam associados ao sistema de gestão, definição da tecnologia construtiva e treinamento dos autoconstrutores,

como forma de promover resultados eficazes (NASCIMENTO, 2011; SANTOS; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2019; MARICATO, 2009; WERNA et al., 2001).

As habitações autoconstruídas nas franjas das cidades e ausentes de estrutura urbana, desenvolveram-se como soluções alternativas ao pagamento de aluguéis. Em São Paulo, conforme Bonduki (1994), diante da expansão industrial, essa era uma alternativa viável e tida como adequada. Ao passo que permitia a obtenção da casa própria pela classe operária, sem a necessidade de aumento salariais e, paralelamente, influenciava na estabilidade do sistema econômico e político. Nesse cenário, as maiores dificuldade eram quanto ao acesso do solo urbano, à motivação dos trabalhadores para realizar a execução sem o devido suporte e à carência de transportes. Ainda, essa solução de moradia contou com a participação do poder público como apenas facilitador da obtenção do lote, no entanto este foi omissos nas demais questões, inclusive no fornecimento de serviços de infraestrutura (BONDUKI, 1994).

Com o intuito de aproveitar o investimento e as práticas da própria comunidade, o apoio à autoconstrução depende da atuação dos setores públicos, da articulação com as comunidades e as organizações não governamentais (ONGs). Essa atuação consiste em ações de assistência técnica social à autoconstrução, formulação de sistemas construtivos voltados para esse sistema de provisão, remoção da população de áreas de risco, execução de obras de infraestrutura urbana e serviços de regularização fundiária. Para tal, faz-se necessário o financiamento público, articular os agentes e mobilizar a população, desenvolver tecnologias voltadas à autoprodução, exigir a obediência aos instrumentos da política pública (MDIC/EPUSP, 2003).

A abordagem das práticas de autoconstrução como modo público de provisão habitacional relaciona-se a dois modelos, a assistida e a institucionalizada. O processo de institucionalização consiste na parceria pública com cooperativas ou associações de autogestão, já a assistência é oferecer subsídios aos autoconstrutores que garantam a estes o acesso a infraestrutura, lote urbano e suporte técnico. Esse último modelo tem como exemplo os programas de melhorias das edificações, tais como Pró-Moradia (1995) e Habitar-Brasil (1993), que impulsionaram a autoconstrução habitacional. Além destes, existem as práticas de mutirão organizadas pelos movimentos populares que proporciona a construção de casas de maneira coletiva (FRANÇA; REZENDE, 2019; FERREIRA, 2019).

Para a consolidação da autoconstrução como política eficiente para HIS, é de suma importância que fatores com assistência técnica e financiamento sejam considerados. Esse suporte de profissionais especializados auxilia no direcionamento dos recursos de forma adequada e planejada, além de facilitar o acesso aos sistemas de financiamento público, que, em geral, demandam uma gestão mais formalizada do que ocorre em iniciativas autônomas. Contudo, cabe ressaltar que a atuação de ATHIS em assentamentos informais implica em demandas diferentes das quais esses profissionais estão habituados, visto que o morador, além de cliente final é o executor da edificação (SÁ, 2009).

Amado et al. (2017) propuseram um Programa de Habitação para Oé-Cusse, em uma região do Timor-Leste. Trata-se de um programa inclusivo de autoconstrução assistida que considera três níveis de desenvolvimento. O primeiro trata-se da política ou suporte legal, a qual seria estabelecida por meio de parceria entre o setor público, o setor privado e a população com papéis de atuação bem definidos. O segundo nível seriam as diretrizes para o desenvolvimento habitacional que consideram o contexto social, econômico e ambiental. O último, seria o nível do edifício com a proposição de projetos evolutivos e multifuncionais que poderiam ser adaptados com o auxílio de equipe técnica local especializada em autoconstrução. Trata-se de um modelo experimental de construção participativa formulado com base no compartilhamento de esforço entre os entes envolvidos.

Em resumo, a autoconstrução, seja esta formal ou informal, é uma maneira de reduzir o déficit habitacional e viabilizar a provisão de moradias. Assim, é um fenômeno que marca o processo de ocupação das cidades brasileira. Na RMA não é diferente, a habitação autoconstruída foi e continua sendo uma forma significativa de conquistar o direito universal à moradia.

2.4 HABITAÇÕES AUTOCONSTRUÍDAS: PROJETO, EXECUÇÃO E CARACTERÍSTICAS TECNO-CONSTRUTIVAS

O projeto é uma das primeiras etapas quando se pensa no ciclo de vida de uma edificação. Entretanto, embora seja essencial, nem sempre se faz presente nas práticas de autoconstrução. Entender o caráter evolutivo dessas moradias associado à adequação ao contexto econômico, social e ambiental que ocorrerá a implantação é fundamental ao se pensar em projetos de habitação de interesse social. Assim, o projeto participativo, ou seja,

que compartilha com os futuros moradores o processo de tomada de decisão projetual é essencial para fomentar o senso de pertencimento destes (FORERO et al., 2018).

As obras autoconstruídas, em geral, são caracterizadas por uma certa informalidade. Nesse contexto, dificilmente existe algum planejamento ou gerenciamento das obras, principalmente se não houver assistência técnica para orientar o projeto. A carência de práticas de gestão formalizadas pode ter como consequência aumento dos custos, dos prazos de construção, dos retrabalhos, além de erros executivos.

O gerenciamento de obras é importante porque atua como “a aplicação do conjunto de ações de planejamento, organização das competências, responsabilidades e autoridades, comunicação, controle, tomada de decisão e melhoria, com a finalidade de ordenar uma ação de construção” (SILVA, 2013, p. 47). Destarte, compreende as ações do gerenciamento, o planejar, o organizar, o executar, o monitorar e o controlar. Em consonância, Dornelas (2007) define que a gestão da construção envolve tanto processos executivos quanto de fiscalização. Assim, abarca o gerenciamento de materiais, da segurança do trabalho, da mão de obra, dos equipamentos e ferramentas e da produção em si.

Na realidade das obras autoconstruídas, o planejamento é incipiente. Primeiramente, poucas unidades têm projeto, não há preocupação como programa de necessidades ou com a ocupação dos lotes. Assim, há falta deste impacta em dificuldades no planejamento, pois não há definição do que será construído. O orçamento também não é formalizado, não fazem previsão dos custos e, em geral, só juntam as notas fiscais para saber o que foi gasto ao final. Portanto, não há controle financeiro e a programação do que é construído se realiza de forma aleatória. Essa carência justifica-se pela urgência em se iniciar as atividades e pela falta de orientação sobre as etapas do processo construtivo da habitação (BALTHAZAR, 2012).

Outro fator é quanto ao controle dos resíduos gerados no canteiro de autoconstruções habitacionais. Esses são pouco conhecidos, dada a falta de registro das ações. O gerenciamento do resíduo da construção civil (RCD) já é prática em algumas empresas construtoras, seja pela preocupação ambiental ou pela pressão das normas vigentes. Contudo, as obras de produção autônoma não necessariamente são respaldadas por orientação técnica, assim a utilização incorreta dos materiais e o descarte inadequado dos entulhos são comuns. Estima-se que 2/3 dos RCD sejam gerados pelo setor informal, o que inclui a autoconstrução.

Existe, portanto, dificuldade em se controlar esse tipo de geração de resíduo (SOUZA; DIAS; MARAGNO, 2006, DALTRO FILHO et al., 2006).

Ainda sob a ótica da autoconstrução, percebe-se a ocorrência de mutirões autogeridos. Trata-se de uma organização coletiva que além de executar a obra da edificação, realiza procedimentos administrativos do empreendimento e controlam os recursos. Nesse contexto, o gerenciamento destas iniciativas pode atuar na redução dos gastos, minimizar os atrasos e melhorias na produtividade. Sendo assim, é benéfico socioeconomicamente e para a qualidade das edificações (ABIKO; COELHO, 2004; SILVA, 2013).

Apesar dos benefícios, o gerenciamento de obras autoconstruídas esbarra na informalidade do setor. Observou-se carência de trabalhos no que se refere a práticas de gestão de autoconstruções individuais. A maioria dos trabalhos referem-se a provisão via mutirão autogerido, visto que essa modalidade, em geral, apresenta a supervisão de alguma entidade pública ou comunitária.

As habitações autoconstruídas têm características peculiares quanto ao seu modo de produção e às técnicas empregadas. Por serem executadas pelos próprios moradores, comumente, é uma produção parcelada que depende do tempo livre destes. Ainda, por demandar recursos, a depender da renda familiar, acontece o reaproveitamento de materiais. Outro aspecto é a evolução, inicia-se com um cômodo embrião com objetivo de ser ampliado conforme necessidade e disponibilidade financeira.

Balthazar (2012) enfatiza a prioridade dos autoconstrutores em estabelecer primeiramente os aspectos funcionais das habitações, as questões estéticas eram postergadas. Nesse sentido, as habitações autoproduzidas são executadas de forma similar e com características construtivas usuais. O estudo de Nascimento (2011) sintetizou os aspectos técnico-construtivos comumente encontradas nas moradias edificadas de maneira autônoma, na Região de Ribeirão da Neves/MG. Esses atributos se constituem em:

- Ausência de projeto, quando existente apresentam apenas um esboço de planta;
- O canteiro de obras é permanente, pois acompanha a evolução da edificação, já que esta é executada de forma fragmentada;
- A estrutura é em concreto armado, visando a criação de um segundo pavimento;

- Apresentam laje pré-moldada com lajota cerâmica;
- A cobertura constitui-se de madeiramento e telhas cerâmicas;
- Vedação em blocos cerâmicos, rebocados e pintados;
- Instalações hidrossanitárias em Policloreto de vinila (PVC) e reservatório pré-fabricado;
- Uso de piso cerâmico e também havia revestimento cerâmicos nas paredes das áreas molhadas;
- Equipamentos de construção artesanais;
- Mão de obra familiar.

Em consonância com o estudo apresentado, Balthazar (2012) realizou uma investigação parecida no município de Vargem Grande Paulista/SP. Os resultados foram parecidos, com algumas ressalvas. Em geral, utilizou-se telha de fibrocimento, nem todas as edificações eram rebocadas e pintadas, observou-se também a utilização de blocos de concreto. Todavia, a informalidade nos projetos e planejamento persistiam.

Ribeiro e Muniz (2019) propuseram um sistema construtivo metálico voltado para a autoconstrução de moradias. Esse sistema foi projetado a partir de módulos que permitem a ampliação e a adaptação de usos. Trata-se de um sistema composto por perfis metálicos, painéis mistos para vedação vertical, placa cimentícia para o fechamento horizontal, telhas metálicas e sapatas de concreto. Apresenta-se, portanto, características de modulação e racionalização, reduzindo o desperdício com materiais e o tempo de execução. Ressalta-se que os aperfeiçoamentos no processo de montagem facilitaram a execução por mão de obra não especializada.

Outra opção de material não convencional, é a madeira. O trabalho de Oliveira (2003) propôs a autoconstrução de habitação de interesse social em madeira. Esse sistema é constituído por kit pré-fabricado em madeira *pinus* com componentes estruturais, da vedação vertical, piso e cobertura. Cuidados com a manutenção são necessários, principalmente, quando se refere aos efeitos da variação térmica. Todavia, realizando as medidas preventivas adequadas, garante-se a durabilidade da edificação. Ainda, salienta-se que o treinamento dos autoconstrutores é essencial para a garantia do desempenho técnico adequado das habitações.

Assim, no caso desses sistemas racionalizados, o fornecimento de manuais e outros documentos informativos sobre a execução faz-se necessário.

Bredenoord (2016) relacionou a autoprodução de HIS à característica de sustentabilidade. Os materiais sustentáveis são produzidos localmente de forma artesanal. Assim, minimizam a emissão de CO₂ com o transporte destes. Nesse conceito, enquadram-se produtos como o bambu, blocos de adobe e blocos de terra compactada. Esses materiais são inspirados nos métodos de construção vernacular e pretendem ser sustentáveis e acessíveis à população carente.

Além das iniciativas registradas no arcabouço acadêmico, algumas práticas individuais exemplificam a utilização de materiais não convencionais para a execução autônoma de habitações. A Casa Protótipo de Autoconstrução Sustentável (PAS), idealizada pelo arquiteto Bernardo Andrade em 2018, é construída a partir de materiais reciclados (vidro, pneus, tetrapak, plástico), adobe e madeira (Figura 5). Outro exemplo, é projeto de casa sustentável feita pela prefeitura de Lages/SC, no início de 2016. Essa foi executada com blocos de cinza de biomassa, areia e vidro moldados por funcionários da prefeitura. Os materiais da cobertura, janelas e portas também são reciclados. Estima-se redução de 13 mil reais se comparada aos modelos tradicionais (SUSTENTARQUI, 2018; GLOBO, 2016).

Figura 5 – (a) Casa PAS (b) Casa sustentável em Lages/SC



Fonte: Sustentarqui (2018); Globo (2016).

Outro fator observado além da escolha dos materiais de construção, são as características de projeto. Os moradores, comumente, sentem necessidade de alterar a moradia, as razões são diversas seja por funcionalidade, tamanho ou estética. Com as habitações de interesse social não é diferente. Assim, a flexibilidade nos projetos é essencial para que as alterações não sejam tão onerosas nem impacte na qualidade da edificação. Nesse sentido, a atuação dos profissionais da Assistência Técnica é fundamental. Como em geral

não há condições financeiras, por parte dessas famílias, de contratar um responsável técnico a cada reforma, deve-se entregar originalmente todas as possibilidades evolutivas bem como um guia orientativo (BRANDÃO, 2011).

Ademais, ao se referir ao desempenho das habitações autoconstruídas, Fragozo (2016) ponderou que, apesar da existência de uma norma técnica específica para o desempenho de edificações residenciais e de documentos correlato para aplicação desse escopo normativo em HIS, os critérios e requisitos da NBR 15.575 (ABNT, 2013) recaem na irrelevância dentro do contexto das autoconstruções. Essa constatação se deu uma vez que o rigor técnico não é considerado em um cenário que se emprega mão de obra não qualificada. Assim, resulta no baixo desempenho das habitações autoconstruídas e conseqüente impacto na qualidade de vida dos moradores, visto que a manifestação de patologias e defeitos construtivos compromete a segurança estrutural e os aspectos relativos à habitabilidade e ao conforto dos usuários da edificação (VIDAL, 2008, GANDOLFI, 2015).

Por fim, pode-se observar que as características tecno-construtivas de habitações construídas de forma autônoma dependem da disponibilidade de recursos e do nível de informação dos seus moradores. Contudo, em geral, carecem de assistência técnica para evitar erros construtivos e melhor aproveitar os insumos. Assim, salienta-se a importância de projetos específicos voltados para HIS via regime de autoconstrução e de sistemas construtivos e acessíveis voltados para esse fim.

2.5 ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social, segundo o parágrafo primeiro da Lei Federal nº 11.888 (BRASIL, 2008) é entendida como “todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.”

Em contraposição ao definido na lei, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU, 2018) apresenta definição multidisciplinar e abrangente no sentido da gama de profissionais envolvidos de diferentes áreas de atuação. Assim, a ATHIS é caracterizada como sendo “todos os serviços técnicos de arquitetura e urbanismo, engenharia, direito, serviço social,

geografia, biologia e outras áreas afins, necessários para a garantia do direito à moradia digna das famílias de baixa renda” (CAU, 2018, p. 8). Esse termo se pauta na necessidade de universalizar o acesso aos serviços de profissionais que atuem no setor de habitação, visto que os programas habitacionais, nos moldes implantados, não foram capazes de atender as variadas demandas populacionais e resultaram na execução de conjuntos habitacionais uniformes, de baixa qualidade projetual e executiva (IAB, 2010).

Dessa maneira, considerou-se para fins desse trabalho que ATHIS que é a prestação de auxílio técnico para a população da baixa renda no que tange as atividades de projeto, construção, gestão e apropriação da moradia digna que lhe é de direito.

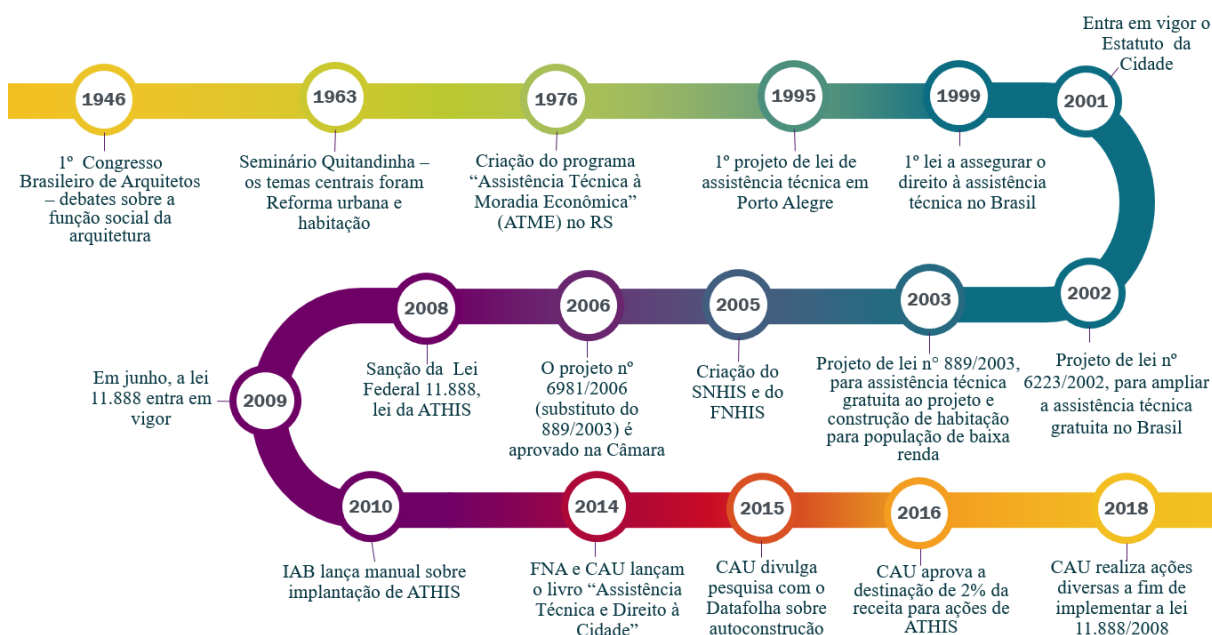
Nesse sentido, na assistência técnica pode-se prestar assessoramento à população em diferentes fases da edificação. Para tal, o contato com a população atendida é fundamental, o profissional precisa conhecer seu público-alvo, as características construtivas desse tipo de edificação, além de apresentar linguagem acessível e didática, e considerar a participação do morador como aspecto imprescindível. Ainda, a continuidade das intervenções é de suma importância para não resultar na descrença do morador quanto à necessidade da assessoria. Entretanto, as práticas existentes, de iniciativa governamental ou por associações, geralmente têm ações pontuais, não conectadas e descontinuadas (GOMES, 2014). Sob esse aspecto, Demartini (2016) propôs um modelo de assistência técnica continuada como forma de melhorar a qualidade do “habitar” da população de baixa renda. Trata-se de uma proposta abrangente que considera além do morar privativo e engloba assistência sobre aspectos coletivos (jurídicos, econômicos, administrativos, educativos e de capacitação técnica).

A luta por direito de assistência de um profissional técnico que oriente à população de baixa renda na construção das suas moradias não surgiu da promulgação da Lei nº 11.888/2008, pelo contrário, esse instrumento legal é reflexo de uma batalha travada há décadas (BRASIL, 2008). Nesse sentido, a Figura 6 traçou a linha do tempo os que ilustra os percussores da ATHIS no Brasil.

A sanção da lei da ATHIS, Lei nº 11.888/2008, foi um passo positivo na luta por moradia digna para a população mais carente, ao fornecer o respaldo legal para tais atividades. Contudo, poucos casos da sua aplicação foram consolidados (BRASIL, 2008). Nesse sentido, as entidades regulamentadoras e representativas dos profissionais da

Arquitetura e Urbanismo (Conselho de Arquitetura e Urbanismo, Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas e Instituto dos Arquitetos do Brasil) buscaram fomentar o debate sobre as formas de implementação da ATHIS, por meio da organização de eventos relativos ao tema. Entretanto, mesmo com os esforços para promover o debate, percebeu-se que não há consonância entre os envolvidos sobre a forma de atuação da ATHIS e sobre como consolidar sua prática (CARDOSO; LOPES, 2019).

Figura 6 – Linha do tempo ATHIS no Brasil



Fonte: autora, com dados do CAU (2018)

Para os referidos autores, o conteúdo sucinto da referida lei inviabiliza sua autoaplicação, ao passo que necessita da criação de outros instrumentos para sua regulamentação. Assim, carece de articulação em âmbito nacional para fomentar a prática de assistência técnicas. Em adição à essa constatação, a falta de informação e de equipes especializadas, além das dificuldades do repasse de recursos também são entres a efetivação. Outros dois fatores importante para viabilizar a ampliação da prática: a atuação de equipe multidisciplinar nos projetos de ATHIS, já que na referida lei é previsto apenas o trabalho de arquitetura e engenharia, e a que haja reavaliação da academia para a inserção do debate sobre assistência técnica (CARDOSO; LOPES, 2019, SANTOS, 2014, DEMARTINI, 2016; SANCHES, 2015). Desta maneira, observa-se que os entraves na consolidação são

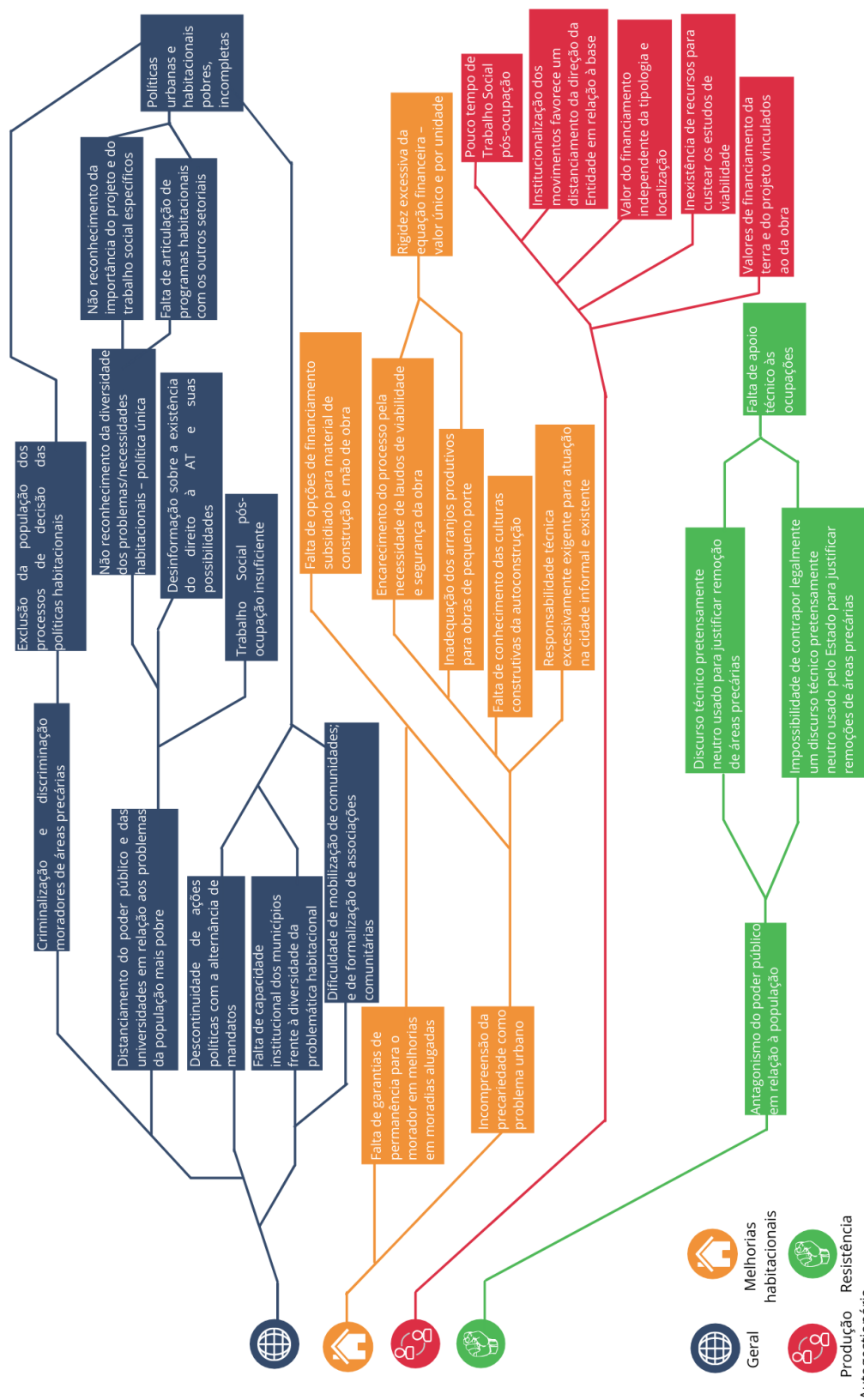
diversos e precisam ser repensados em prol da efetivação das práticas de orientação técnica para construção de habitação para a população mais pobre.

Em adição, a Peabiru (2019) desenvolveu uma árvore de problemas (Figura 7) sobre os entraves para implantação de políticas públicas que envolvam ATHIS. Esse diagrama é uma ferramenta que foi utilizada durante as oficinas de ATHIS realizadas nos anos de 2015 e 2016 pela organização; com isso, pôde-se identificar os principais obstáculos, as causas e as consequências. O objetivo da organização com a sistematização dos problemas não foi abarcar todos os entraves, mas incentivar a mobilização de lutas pela implementação da ATHIS de maneira mais ampla. Dessa forma, com base na Figura 7, pode-se observar os entraves que foram divididos em quatro ordens: geral, melhorias, resistência e produção autogestionária; esses repercutem, ao final, em obstáculos relativos à financiamento insuficiente ou inexistente, políticas habitacionais e urbanas incompletas e falta de suporte técnico.

Assim, a fim de auxiliar a implantação de projetos de ATHIS institucionalizada, Fiorini (2019) estabeleceu etapas fundamentais para o processo a partir da experiência em Limeira (SP). Essas etapas consistiram em:

- Levantar os recursos financeiros disponíveis e planejar sua obtenção;
- Formalizar parcerias com entidades e associações;
- Divulgar e realizar um programa de cadastro dos profissionais;
- Estabelecer o processo para seleção do corpo técnico;
- Formalizar o programa na Assistência Social;
- Divulgar o programa para os moradores;
- Avaliar os locais passíveis de implementação;
- Abrir inscrição e selecionar os interessados;
- Iniciar as atividades.

Figura 7 – Árvore de problemas sobre os entres da implantação de ATHIS



Fonte: Peabiru (2019)

Nesse sentido, o IAB (2010) também desenvolveu um manual para a implantação de ATHIS. Essa publicação apresenta um modelo, no qual define os agentes responsáveis, as incumbências de cada um, e divide-se em quatro passos de atuação (Figura 8). Inicialmente, a prefeitura municipal deve encaminhar proposta do programa de ATHIS para Ministério responsável pelo repasse financeiro e elaborar um cadastro de famílias aptas (com renda familiar de até três salários mínimos, conforme Lei nº 11.888/2008 (BRASIL, 2008) a participarem do programa. O segundo passo é a realização de convênio entre as entidades profissionais e a prefeitura municipal, além do cadastro de todos os profissionais que desejem atuar com ATHIS. Já o terceiro passo envolve os moradores, esses, em contato com as entidades profissionais, selecionam um profissional.

Com isso, firma-se um contrato entre família e profissional, os demais agentes são comunicados sobre a prestação de serviço. Assim, o profissional presta a primeira parte da assistência, a elaboração do projeto, e tem seu trabalho fiscalizado pelos conselhos profissionais. Por fim, o quarto passo refere-se ao financiamento da obra, que pode ser por recursos próprios ou alguma linha de financiamento habitacional. Já a segunda parte da assistência, refere-se ao acompanhamento da obra. A cada etapa concluída, o profissional é remunerado e, ao final, é elaborado um relatório das atividades desenvolvidas.

O financiamento da obra, evidenciado no quarto passo, também é uma questão que merece destaque no cenário da autoconstrução. Isso ocorreu porque, apesar do direito garantido à assistência técnica de profissionais, às vezes os moradores também precisam de assistência financeira a fim de realizar as compras de materiais para construção. Essa necessidade também foi colocada com um dos entraves para implementação dos projetos de ATHIS, segundo a Peabiru (2019), pois o assessoramento e execução do projeto fica inviabilizados, caso não exista disponibilidade financeira da família para subsidiar a execução das obras.

Dentre as experiências consolidadas de ATHIS no Brasil, muitas inclusive anteriores a própria sanção da Lei federal nº 11.888/2008, pode-se exemplificar a atuação do Peabiru. Trata-se de uma ONG fundada em 1993, por um grupo multidisciplinar formado por arquitetos e urbanistas, engenheiros, psicólogos, sociólogos, advogados e outros profissionais da área social. A iniciativa de criação desta surgiu da participação no assessoramento de projetos e acompanhamento de obras de HIS desenvolvidas no programa de mutirões paulista,

implementado no final dos anos de 1980. A sua atuação é pautada na luta por direito à cidade e à moradia digna. Assim, divide suas ações em três eixos: produção do espaço, crítica e política. A primeira está relacionada com os estudos, levantamentos, planos de projetos e execução das obras; ao passo que a segunda tem como foco o desenvolvimento de pesquisas e eventos relacionados ao tema; por sua vez, à última, refere-se à ação política em instituições e redes. Ainda, trabalha junto a movimentos sociais e a prefeituras na regularização fundiária, em projetos de urbanização de assentamentos precários e favelas, e na produção de unidades habitacionais via autogestão (PEABIRU, 2020).

Figura 8 – Proposta para implantação de um programa de ATHIS em municípios



Fonte: IAB (2010), adaptado pela autora

Outro exemplo é o da Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (Usina CTAH), que também oferece assistência técnica para movimentos populares a partir do trabalho de uma equipe multidisciplinar. Essa organização foi fundada em 1990 e desenvolveu trabalhos principalmente nos estados de Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Esse trabalho envolve a luta por Reforma Agrária e Urbana e é pautado na articulação dos moradores no processo de planejamento, projeto e construção com a mobilização de fundos

públicos. A Usina atuou na concepção de planos e projetos para urbanização de favelas, além da construção de mais de 5000 habitação, centros educacionais e comunitários (USINA CTAH, 2020).

Uma importante iniciativa de ATHIS, é a desenvolvida pela Companhia Habitacional do Distrito Federal (CODHAB) com a execução do programa Habita Brasília para atendimento das famílias com até três salários mínimos, podendo ser ampliado para renda familiar de até R\$ 6.500,00. Tal programa é formado por cinco eixos: Lote legal (fornecimento de lotes urbanizados), Morar Bem (produção de residência), Projeto na Medida (assistência técnica), Aluguel Legal (oferecimento de aluguel social) e Portas Abertas (fornecimento de subsídios para o setor da construção civil disponibilizar unidades habitacionais). No que compreende ao eixo da Assistência Técnicas, houve na implantação postos de assistência técnica em comunidades que realizam projetos para residência e para as áreas públicas, além de intermediar conflitos da intermediação de problemas da regularização fundiária (CODHAB, 2020).

Como exemplo de uma entidade multinacional, pode-se citar a atuação dos Engenheiros Sem Fronteiras. Trata-se de uma rede internacional presente em 65 que visa promover o desenvolvimento social a partir da engenharia. No Brasil, desde 2010, foram concluídos 940 projetos e estão em andamento mais 167. Esses projetos são desenvolvidos de forma a atender os ODS (ONU, 2015) e são divididos em quatro eixos de atuação: educacional, infraestrutura e assistência básica, empreendedorismo e sustentabilidade (ESF, 2021).

A experiência do arquiteto Acácio Gil Borsoi, na comunidade do Cajueiro Seco, em Japotoão/ PE, ocorreu entre os anos de 1963 e 1964 e foi interrompida pelo golpe militar. Trata-se de um projeto que uniu a participação popular e o uso de arquitetura vernacular (sistema construtivo pré-fabricado em taipa) para a construção de HIS através do sistema de autoajuda. Além das unidades habitacionais, o projeto do Cajueiro Seco destacou-se por suas características urbanísticas, a execução de um núcleo urbano dotado de equipamentos comunitários e serviço, edificado de acordo com a escala humana de maneira a fixar a população ao território a partir da proposta de inserção da comunidade periférica (BIS, 2010).

Algumas experiências de ATHIS estão vinculadas às universidades por meio de programas de extensão. Nesse sentido, a UFBA tem um curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito da Cidade – Residência AU+E – que tem como objetivo o desenvolvimento de projetos inovadores de interesse social, além da promoção de assistência técnica pautado na Lei Federal nº 11.888/2008 (RESIDÊNCIA AU+E, 2021). Conforme destacado por Furlan e Duda (2019), a academia é um importante agente no fomento da ATHIS, seja com a promoção de projetos de assistência ou com a produção de conhecimento acerca do tema.

Ademais, no sentido de levantar as iniciativas de ATHIS, divulgar tais ações e fomentar o debate a respeito de tema, Peabiru lançou uma plataforma colaborativa que reúne experiências desenvolvidas na região metropolitana de São Paulo. Tal trabalho foi fruto de parceria com o CAU/SP que financiou o projeto por meio do edital nº 002/2018 voltado para ações de fomento à ATHIS. Esse levantamento considerou diferentes formatos de atuação, escritório, profissionais autônomos, ONGs, associações, cooperativas e incorporadas em políticas públicas. No total, foram cadastrados 73 trabalhos, divididos entre três categorias: produção autogestionária (23%), melhorias habitacionais (30%) e resistência e defesa de direitos (47%) (ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, 2020).

Sobre as nomenclaturas empregadas no âmbito da ATHIS, salienta-se que alguns autores pontuaram as diferenças entre o emprego do termo “assistência” e “assessoria”. Essa distinção preconiza que assistência técnica se trata de prática executada por equipe de engenheiros e arquitetos que atenderia questões relativas à técnica construtiva, reproduzindo, portanto, o caráter assistencialista contido no termo. Já, a assessoria seria formada por uma equipe multidisciplinar que permite a troca de saberes e o estabelecimento de um trabalho coletivo em prol da emancipação cidadã dos moradores envolvidos (LINHARES, 2018; DEMARTINI, 2016). Desta maneira, o primeiro termo está mais relacionado à técnica, enquanto o segundo perpassa a estrutura física da habitação e impulsiona um processo de politização e educação da população (LINHARES, 2018; DEMARTINI, 2016).

Nesse contexto, Santo Amore (2016) decorre que as origens dessa dualidade retomam um desconforto dos arquitetos paulistas que foram pioneiros na prestação de assessoramento

técnico independente para comunidade de baixa renda, contudo, essa prática foi normatizada tempos depois sob nome de “assistência”, o qual ficou consolidado no âmbito legislativo. Assim, o termo assessoria apresenta conotação da ação independente, enquanto assistência reflete práticas institucionalizadas.

Em suma, a necessidade de assessoramento e assistência técnica para os autoconstrutores mostrou-se latente e fundamental para a institucionalização da autoconstrução como modo de provisão formal. Necessita-se, portanto, considerar os entraves para a consolidação dessa prática de maneira a superá-los, visto que o instrumento legal que a oficializa já existe há mais de uma década.

3 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NA RMA

Esse capítulo buscou contextualizar a questão da habitação de interesse social a partir da três aspectos, sendo construído com base em entrevistas com profissionais responsáveis pelo setor que trabalha com HIS na administração pública e com dados encontrados na literatura. Assim, o primeiro aspecto tratou da organização setorial das prefeituras municipais da RMA e do governo estadual, no intuito de entender quais são as secretarias e órgão públicos envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas habitacionais na região. Já o segundo aspecto buscou investigar quais são as políticas ou programas habitacionais formalizados tanto nos municípios quanto no estado de Sergipe, além do planejamento para as próximas ações nesse sentido. O terceiro aspecto compreendeu especificamente às práticas de autoconstrução habitacional na região.

3.1 PODER PÚBLICO E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA HABITAÇÃO NA RMA

Sob a configuração organizacional do poder público, ficou evidente que o setor de habitação está principalmente vinculado às secretarias de assistência social, tanto nos municípios, quanto na esfera estadual. No município de São Cristóvão, existe um setor específico que trata de HIS, a Coordenação de Habitação Subnormal, essa encontra-se vinculada à Secretaria de Assistência Social e de Trabalho. Nesse caso específico, não existe outro órgão ou setor que trate de habitação além da referida coordenação, que tem um corpo técnico reduzido, o que dificulta a ampliação das atividades, embora tenha demanda de trabalho. Em 2018, houve a iniciativa de criar uma coordenação específica para a regularização fundiária, todavia isso ainda não foi efetivada.

Com uma estrutura semelhante, o setor de habitação na prefeitura municipal da Barra dos Coqueiros também faz parte da Secretaria de Assistência Social, contudo foi ressaltado que o trabalho é feito de forma intersetorial, que envolve todas as secretarias para viabilizar as políticas públicas habitacionais.

Nos municípios de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, a questão habitacional é competência de mais de uma secretária ou órgão público. No primeiro, existem três departamentos específicos que tratam de habitação. A Empresa Municipal de Obras e Urbanização (EMURB), através da Diretoria de Habitação (DIRHAB/EMURB), que tem

responsabilidade de projetar os empreendimentos, pleitear o financiamento junto ao Governo Federal, elaborar os projetos executivos e licenciar a construção. Ainda nessa empresa, a Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEMINFRA) atua, juntamente com a DIRHAB/EMURB nos processos licitatórios para execução dos empreendimentos habitacionais.

Já a Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (SEMFAS), especificamente a Diretoria de Gestão Social da Habitação e Políticas de Transferência de Renda, desenvolve o cadastramento das habitações subnormais, coordena o aluguel social, e desenvolve a assistência social no período pós-entrega com as famílias dos empreendimentos e, quando necessário, atua no reassentamento de famílias em processo de remoção. Por fim, a Coordenadoria Geral de Desenvolvimento Urbano (COGEDURB), vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLOG), tem como eixo de atuação na questão de HIS, a regularização fundiária. Esses setores trabalham com um planejamento conjunto.

Especificamente na prefeitura municipal de Aracaju, foi relatado que a estrutura organizacional muda conforme os mandatos governamentais, o que compromete a continuidade das atividades. A entrevista foi realizada no início da gestão 2021-2024 do prefeito reeleito, Edvaldo Nogueira. Foi mencionado que na gestão municipal de 2013-2016, foi desmembrado o setor de habitação. Anteriormente, todo setor ficava na COGEDURB, contudo parte das competências foram vinculadas a EMURB com a criação da diretoria específica, DIRHAB. O que destaca que a questão habitacional, embora um problema social evidente, é administrada como uma Política de Governo e não uma Política de Estado, ou seja, está sujeita a alterações com os sucessivos mandatos, o que compromete a continuidade dos programas implementados pelas gestões anteriores.

Essa característica já foi frisada por Carvalho (2013), a qual enfatiza que essa tratar a habitação como uma Política de Governo prejudica a continuidade dos programas e planos para HIS, apenas permanecendo o modelo que prioriza o número de unidades em detrimento da qualidade destas.

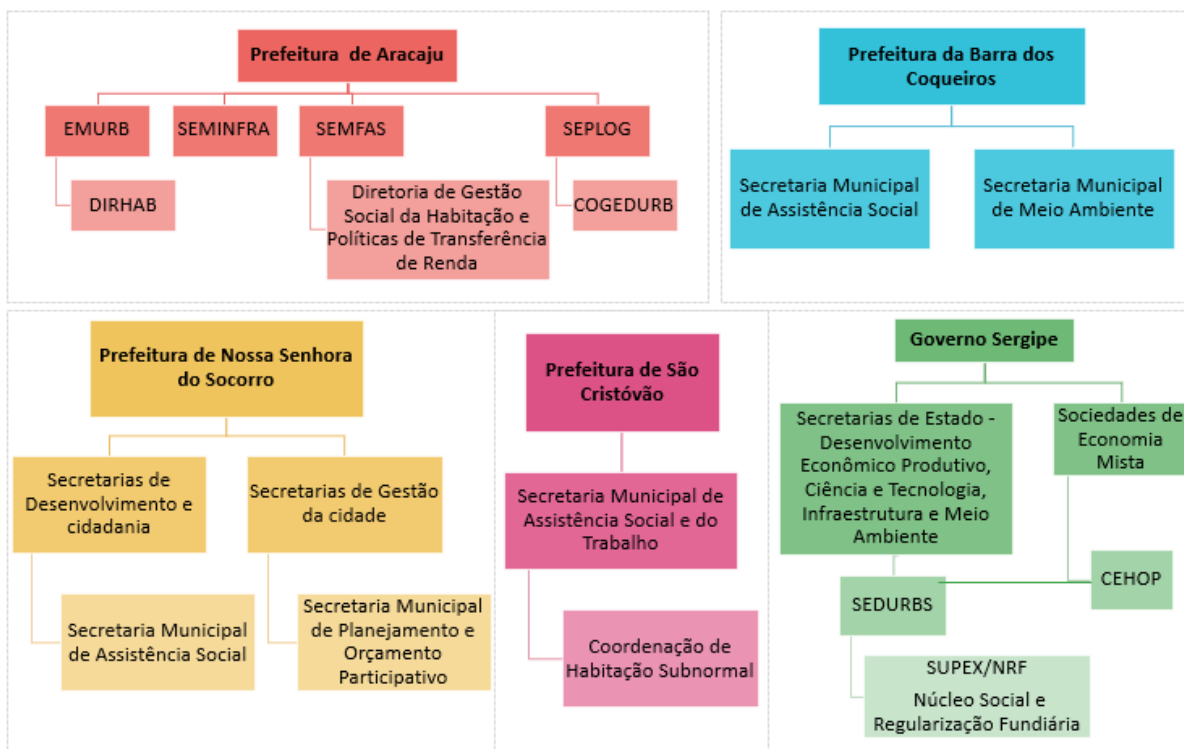
Já em Nossa Senhora do Socorro, existem duas secretárias responsáveis pela parte de HIS, a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Assistência Social. Na primeira, são elaboradas as propostas de projetos para pleitear financiamento, são feitas as licitações de

empresas para execução, e, também, a parte social de cadastramento e seleção das famílias beneficiadas, além da parte social de assistência pós-morar com a oferta de cursos de empreendedorismo e realização de dinâmicas para fomentar o sentimento de pertencimento dos moradores e do desenvolvimento comunitário. Também nessa secretaria, são realizados os processos de regularização fundiária dos imóveis do município. A segunda secretaria fica responsável pelo aluguel social e pelo cadastramento das famílias, quando necessário.

Quanto à administração pública estadual, os órgãos competentes pelas políticas públicas habitacionais são vinculados à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade (SEDURBS), trata-se da Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (CEHOP) e da Superintendência Executiva (SUPEX), através do Núcleo Social e de Regularização Fundiária.

A Figura 9 sintetizou a estrutura organizacional dos setores públicos que tratam sobre Políticas e Programas Habitacionais na RMA.

Figura 9 – Estrutura Organizacional da Administração Pública



Fonte: Autora (2021) com dados de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Sergipe (2018).

3.2 PROGRAMAS HABITACIONAIS NA RMA

Em Aracaju, SE, o percurso de desenvolvimento das políticas para HIS foi semelhante ao que aconteceu em outras cidades, ou seja, houve adoção dos programas habitacionais desenvolvidos em esfera federal. Segundo Campos (2005), na década de 1950, Aracaju apresentava cerca de 86,18% da população em área urbana. A partir desse momento, o poder público adotou uma política habitacional de expansão, a fim retirar as favelas que ocupavam às áreas centrais da cidade e transferir a população para áreas mais periféricas:

As intervenções neste sentido fizeram surgir os primeiros conjuntos habitacionais de Aracaju: conjunto Agamenon Magalhães (1950), na zona oeste da cidade; conjunto Jardim Esperança (1974), próximo ao rio Poxim na zona sul e o conjunto João Paulo II (1981) no bairro Industrial.” (CAMPOS, 2005, p.209)

Na segunda metade do século XX, motivada pelo início da exploração do petróleo e outros recursos minerais (1964), Aracaju recebeu um intenso fluxo migratório, que resultou no aumento populacional e, no conseqüente aumento da demanda por moradias. Na década de 1970, o município apresentou crescimento rápido, tanto horizontalmente com a formação de periferias habitadas pela população urbana de baixa renda, quanto com a verticalização das áreas centrais para atender a população das classes mais altas (CAMPOS, 2005).

Nesse sentido, os programas de habitação de interesse social, em Aracaju, tiveram atuação inicial relacionada à duas instituições: COHAB/SE (1966), direcionada a população de até cinco salários mínimos mensais, e INCOOP/BASE (1967) destinada à família com renda mensal até 10 salários mínimos. O objetivo das duas organizações era fomentar a produção de habitação na capital e interior a fim de minimizar o problema habitacionais de Sergipe (CAMPOS, 2005).

Conforme Campos (2005), o poder público foi um importante agente no processo de expansão urbana e metropolização de Aracaju. Esse atuou, inicialmente, na compra de terrenos com o intuito de valorizar a terra de acordo com as orientações do mercado imobiliário. Posteriormente atuou no financiamento dos conjuntos habitacionais para população de baixa renda, que demonstrou atender mais os interesses políticos e financeiros, do que resolver os problemas sociais de acesso à moradia, uma vez que foram construídos em áreas desconectadas da malha urbana.

Como resultado das ações da COHAB/SE em Aracaju, foram edificadas 20.595 unidades habitacionais divididas entre 47 conjuntos habitacionais, espalhados pela malha urbana aracajuana. Contudo, nem todas as unidades foram destinadas ao devido público-alvo. Ainda, a prática de espraiamento dos empreendimentos da COHAB, traduziu-se em política de especulação imobiliária que fez com que a companhia conquistasse estoque de terras valorizadas. Esse cenário revela discrepância entre a realidade alcançada e os objetivos do programa. Assim, nem todos os necessitados foram contemplados com a política de fomento à habitação de interesse social. Como consequência, houve a ocupação de áreas vazias, irregulares e/ou sem infraestrutura, além de locais de preservação ambiental. Essa ocupação indevida foi acompanhada de processos de autoconstrução sem acompanhamento técnico (FRANÇA; REZENDE, 2019).

A partir de 1980, a COHAB/SE passou a realizar estocagem de terra nos municípios circunvizinhos à Aracaju, ou seja, em São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros. Essa prática objetivava garantir a ampliação dos programas de construção de moradias, que traria benefícios diretos para o setor imobiliário e da construção civil. Todavia, como consequência, houve o alargamento das áreas de periferia e, em contrapartida, o surgimento de vazios urbanos na malha urbana com fins especulativos (CAMPOS, 2005; SANTOS; SANTOS, 2015).

A marcha dos conjuntos habitacionais expande-se principalmente para os municípios de Nossa Senhora do Socorro, ao norte, com 17.494 unidades; São Cristóvão, a oeste, com 4.317 unidades e Barra dos Coqueiros, a leste, que apresenta 916 unidades habitacionais construídas e entregues a população” (CAMPOS, 2005, p. 2019).

Ainda, segundo Campos (2005), a construção dos conjuntos habitacionais de interesse social na área metropolitana impactou significativamente a comunidade existente, ao promover aumento populacional e ao executar tipologias habitacionais desarticulada dos modos de vida rural do local, uma vez que foram reproduzidas estrutura tipicamente urbana. Ademais, intensificaram os problemas com ocupações irregulares e invasões nas periferias, ao confinar a população nesses locais em verdadeiros bolsões de pobreza (CAMPOS, 2005, 219).

Essa política de espraiamento de Aracaju contribuiu para metropolização. Em 29 de dezembro de 1995, a Lei Complementar nº 25 instituiu a região metropolitana de Aracaju/SE, RMA, formada pelos municípios de Aracaju, Barra do Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão (SERGIPE, 1995). Em 2003, a Lei Complementar nº 86 fez referência ao Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Aracaju (CONDEMETRO), sendo este instituído como órgão do colegiado no ano seguinte pela Lei nº 5355/2004 (SERGIPE, 2003).

Segundo Santos, Fernando e Teixeira (2013), salienta-se, contudo, que apesar de instituída legalmente desde 1995 e dos aparatos legais posteriores, a região metropolitana de Aracaju não tem atuação prática efetiva. Tal fato decorre da falta de esforço dos agentes envolvidos, as prefeituras municipais e o governo estadual, em fazer que gestão metropolitana englobasse políticas públicas comuns.

Embora a Empresa Municipal de Obras de Aracaju (EMURB), desde 1993, tenha sido instituída como órgão responsável pelos programas habitacionais, até 2001 não havia política pública voltada para HIS formalizada por iniciativa própria do poder público municipal. Nesse sentido, a atuação do governo municipal era a realização de ações esporádicas, a exemplo de doações de materiais para construção de casas em regime de mutirão, desapropriações, reconstrução de unidades em assentamentos subnormais. Portanto, a produção de HIS eram iniciativas estaduais ou federais (PMA, 2001).

Nesse contexto, o Programa Habitar Brasil/BID, fruto de uma parceria entre o extinto Ministério das Cidades e o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, financiou algumas ações com o objetivo de intervir nos assentamentos subnormais. As prefeituras dos municípios que foram a RMA foram contempladas e elaboraram o Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais (PEMAS), como parte das ações desse referido programa. O PEMAS é um diagnóstico de áreas subnormais para direcionar a implantação de programas.

O PEMAS de Aracaju analisou e hierarquizou as áreas prioritárias de atuação entre 52 assentamentos subnormais cadastradas na época, todavia antes da finalização do estudo a prefeitura mapeou outras 20 comunidades, o que demonstra a rapidez da expansão espontânea da malha urbana. Ainda, para as áreas identificadas, o PEMAS definiu algumas intervenções a

serem realizadas, como: cadastros dos domicílios, obras de infraestrutura e saneamento, regularização fundiária, urbanização e recuperação ambiental dos locais. O documento também salienta a necessidade dessas ações estarem relacionadas à Política de Habitação de Interesse Social (PMA, 2001).

Em Aracaju, com a divulgação do PEMAS foi instituído o Programa Municipal de Habitação “Moradia – Cidadã”, um marco inicial do município no que se refere as políticas habitacionais provenientes da esfera municipal (PMA, 2001). Dentro desse programa, foi realizada a urbanização na ocupação no Bairro Coroa do Meio e a construção de 650 moradias, além da construção de outras unidades nos Bairros Santa Maria e Coqueiral, ambos casos são zona de integração com os municípios vizinhos, Aracaju/São Cristóvão e Aracaju/Nossa Senhora do Socorro (SANTOS; SANTOS, 2015).

Em 2011, foi divulgado o Plano Local de Interesse Social (PLHIS) de Aracaju. Esse documento é composto por um diagnóstico sobre as condições urbanas e habitacionais e pelas diretrizes do plano, em consonância com a Política Nacional de Habitação (PNH) e com o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade. Sobre o diagnóstico, observou-se que não houve aprofundamento das informações contidas, não retratou ou quantificou as implementações das intervenções urbanas estabelecidas no PEMAS, em contrapartida citou os resultados da adesão a programas nacionais de habitação, como PAR e PCMMV. Ainda, quanto à quantificação dos assentamentos subnormais, considerou-se o levantamento realizado há 10 anos no PEMAS (CARVALHO, 2013; PMA, 2011).

Com os recursos financeiros do Programa de aceleração do crescimento (PAC), o governo de Aracaju financiou a construção de casas e projetos de urbanização no Bairro Santa Maria, a criação do Bairro 17 de março, e na ocupação da Avenida Euclides Figueiredo. Enquanto PAR, foram construídas 6.830 unidades habitacionais majoritariamente no sudoeste e sul de Aracaju, distribuídas entre os bairros Aeroporto, Jabotiana, Lamarão, Capucho, Farolândia, São Campos, São Conrado e na Zona de Expansão. Nesse sentido, a implantação dos alguns empreendimentos habitacionais pelo PAR foi utilizada como estratégia de integração da RMA, como o residencial Vila Vitória que fica na região limítrofe das cidades São Cristóvão e Aracaju (PMA/SEPLOG, 2015b; SANTOS, SANTOS; 2015).

Em síntese, observa-se que os interesses eram voltados para produção de unidades habitacionais de modo característico de implantação segregado da malha urbana consolidada, ao passo que poucos esforços se voltaram para a regularização das ocupações subnormais, como preconizado nos instrumentos normativos.

Salienta-se, ainda, a desatualização dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano (PDDUs) de alguns municípios que compõem a região metropolitana de município de Aracaju, especificamente o de Aracaju e o de Barra dos Coqueiros, visto que, segundo o Estatuto das Cidades, esse documento precisa ser atualizado pelo menos a cada 10 anos para acompanhar o desenvolvimento da malha urbana (BRASIL, 2001). Mesmo com essa recomendação, o PDDU da capital data de 2000, o da Barra dos Coqueiros foi instituído em 2008, denominado de Plano Diretor Sustentável Participativo. Enquanto o de São Cristóvão e o de Nossa Senhora do Socorro foram promulgados há menos tempo, em 2020 e 2015, respectivamente.

Embora, tiveram iniciativas para atualização do PDDU em Aracaju, com a realização de estudos diagnósticos e das audiências públicas, não existe a formalização e aprovação da nova versão. Portanto, o planejamento urbano da cidade baliza-se por informações defasadas e não abarca muito dos assentamentos informais que ocorreram ao longo dos anos. Como pode ser observado na Figura 10, que correlaciona os aglomerados subnormais existentes no município e as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), especificadas em 2000, percebe-se uma diferença entre a abrangência dessas áreas, todavia a localização é semelhante aos adensados, nas regiões limítrofes do município.

Em Aracaju, percebe-se uma divergência entre os locais de intervenções do poder público sobre as HIS e as áreas destinadas para esse fim no PDDU (Figura 12). Percebe-se que das seis Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) especificadas em 2000, apenas em uma delas (AEIS 4, no bairro Coroa do Meio) houve um projeto concretizado (PMA/SEPLOG, 2015b). Ademais, ao se comparar as AEIS (Figura 12) com os vazios urbanos⁷ (Figura 11), principalmente os imóveis desativados (Figuras 11.B) e subutilizados (Figura 11.C) presentes na cidade, também se percebe que a AEIS não considerou a existência desses, visto que essas áreas foram demarcadas reproduzindo a lógica da implantação das HIS

⁷ Os imóveis considerados vazios urbanos são os baldios (sem construção), os subutilizados e ou não utilizados ou desativados (PMA/SEPLOG, 2015c).

nos locais mais periféricos, e não com o aproveitamento desse imóveis localizados nas áreas centrais do município.

Figura 10 – Comparação entre os aglomerados subnormais e as AEIS de Aracaju (SE)



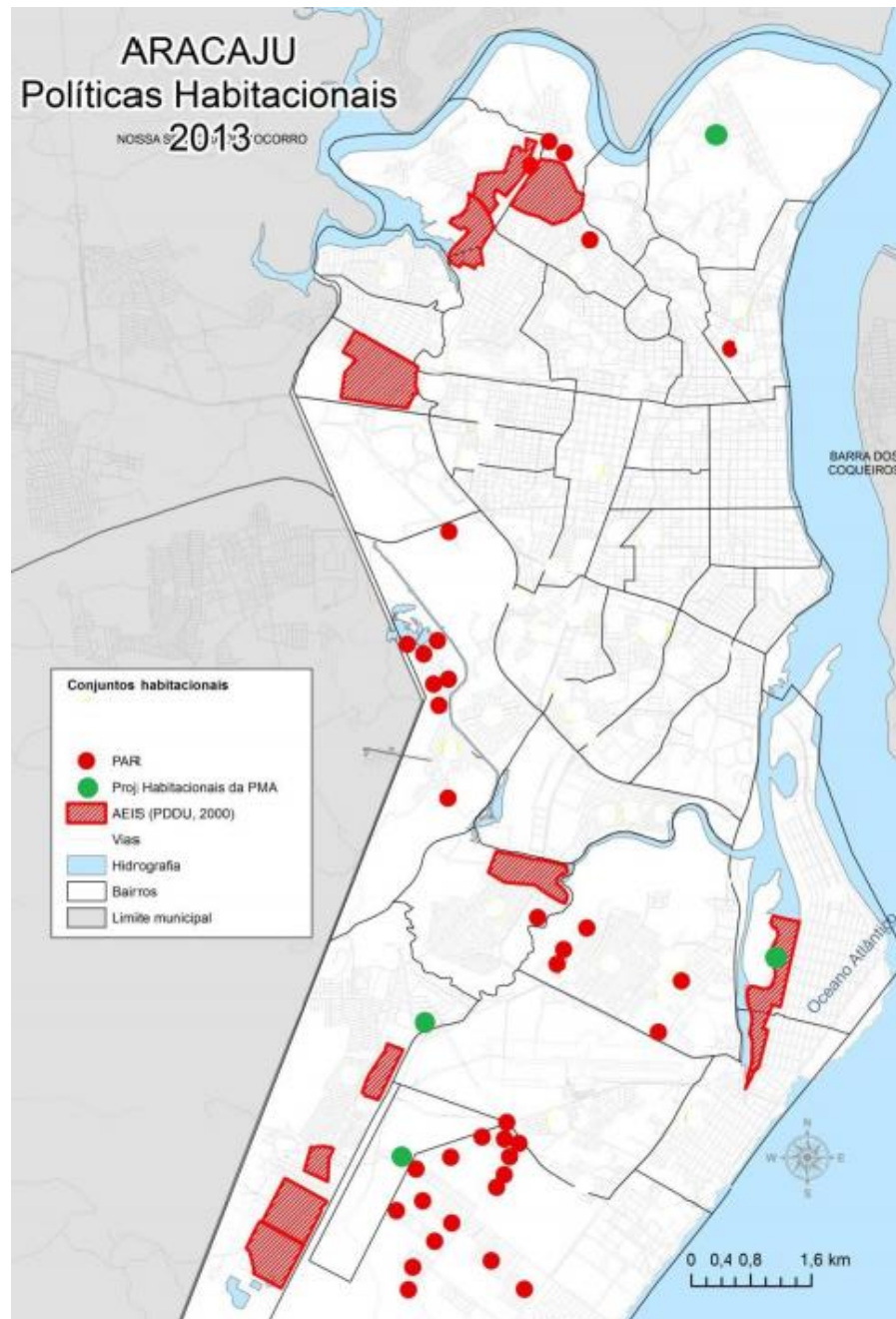
Fonte: PMA (2000); IBGE (2019), organizado pela autora

Figura 11 – Vazios urbanos em Aracaju. (A) imóveis baldios, (B) imóveis desativados, (C) imóveis subutilizados.



Fonte: (A) e (B) CADIM (2014) apud PMA/SEPLOG 2015c; (C) Neri (2007) apud PMA/SEPLOG 2015c.

Figura 12 – Divergência entre as AEIS (Aracaju, 2000) e os programas habitacionais implantados em Aracaju.



Fonte: PMA/SEPLOG (2015b)

Sobre a implementação de programas habitacionais na RMA, percebeu-se, a partir dos relatos, que tanto a administração pública estadual, quanto as municipais, seguem os programas de nível federal, ou seja, não há formalização de programas específicos dos municípios nem do estado. Em São Cristóvão, no momento da entrevista, não havia programa voltado para HIS em andamento, mas estavam pleiteando um projeto dentro do PCVA,

voltado para a regularização fundiária e melhorias habitacionais. As ações que estavam em andamento eram o cadastramento de habitações em assentamentos, acampamentos e ocupações, com a intenção de mapear a quantidade de unidades existentes nesses locais, para, quando houver a possibilidade de fazer essa regularização ou a liberação de algum programa habitacional, já ter o cadastro efetuado e atualizado de possíveis beneficiários.

Nos municípios de Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros estavam trabalhando em projetos vinculados ao PMCMV para a implantação de conjuntos habitacionais. No primeiro município, a atuação era voltada para a implantação de 1.000 unidades habitacionais, divididas em dois empreendimentos: Vila Formosa I e Cidade das Flores I, desenvolvido através do PMCMV-FAR e destinado a famílias de com renda mensal de até R\$ 1.8000,00 que residiam no município. Também estavam tentando financiamento pelo programa Pró-Moradia para ampliar o número de unidades habitacionais. No segundo, foi a implantação do conjunto habitacional Residencial Marcelo Déda. Contudo, durante a entrevista foi ressaltado que, nesse município especificamente, a atuação do Ministério Público influenciou significativamente no andamento das atividades. Quando esse residencial foi aprovado, por exemplo, já tinha determinação judicial das famílias que seriam beneficiadas, pois foi feito um acordo com o Ministério Público para a realocação de famílias que ocupavam uma área ambiental de proteção permanente, na região do Canal Guaxinim, Portelinha, Invasão Olimar, Sovaco do Cão, Atalainha e Porto das Cabra. Ainda no Residencial Marcelo Déda, foram apresentadas denúncias de apropriação indevida das moradias por pessoas que não tinham direito, assim, a prefeitura municipal também está atuando em processos de reintegração de posse (G1/SE, 2019).

Na capital do estado, Aracaju, as ações realizadas foram sobre a finalização do Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS), no final de 2020, no qual foi realizada uma atualização dos aglomerados subnormais do município. Também, estão trabalhando, desde 2018, no projeto Irmã Dulce dos Pobres, que se encontra paralisado por decisão judicial. Como parte das atividades, em julho/2020, uma operação da prefeitura municipal, retirou as 838 famílias da Ocupação das Mangabeiras, a fim de construir no local o Complexo Habitacional Irmã Dulce dos Pobres que será composto por 1102 unidades a serem destinadas para a população realocada e para integrantes antigos do programa de aluguel social (G1/SE, 2020).

Em âmbito estadual, no período da entrevista, não tinha linha definida de programas federais, o último programa implantado estava em processo de finalização e foi realizado por meio do programa Pró-Moradia, no qual foi firmado um convênio em 2010 com o Governo Federal para a construção de três conjuntos habitacionais. Para tal, foi feito um levantamento e cadastramento de áreas em Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros e Aracaju. Foi efetivado apenas dois conjuntos, o da Barra dos Coqueiros ficou inviabilizado pelo alto valor do terreno, que pode ser decorrente do interesse imobiliário na região para implantação de condomínios fechados de alto padrão. Assim, foi construído em Aracaju, um conjunto com 580 unidades habitacionais no Porto D'antas e em mais 600 unidades habitacionais em Nossa Senhora do Socorro, na Taiçoca IV. Ainda existem duas propostas de projetos para construção de conjuntos 17 de Março (Aracaju) e na Piabeta (Nossa Senhora do Socorro), vinculados ao PMCMV, renomeado de PCVA. As propostas já foram aprovadas, mas não tem indícios de liberação de recursos.

Como percebido, os modelos de provisão destinados à HIS descritos nesse tópico, reafirmaram a segregação socioespacial existente no país, mesmo sendo esses modos de iniciativa pública. Isso demonstra que sofre influência de uma dualidade de interesses, a necessidade social e a lógica mercadológica baseada na especulação imobiliária. Ainda, os modos de produção das HIS brasileiras não se resumem apenas às experiências convencionais citadas, tem-se as iniciativas informais que são ações não-estruturadas, mas que podem ser institucionalizadas, quando se procede pelas vias informais de produção, como é o caso da autoconstrução.

Sobre o planejamento de futuras ações, a maioria disse que será continuidade das atividades anteriores, ou seja, pleitear financiamento para a execução de projetos através do Programa Casa Verde Amarela, como relatado pelos representantes das prefeituras municipais de São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro. Para Aracaju, as próximas iniciativas planejadas para HIS é um empreendimento na Ocupação do Frigorífico, no mesmo modelo que ocorreu com a Ocupação Mangabeiras, e um projeto de urbanização para a comunidade Recanto da Paz, nas Malvinas. Além dessas propostas, tem um planejamento de fazer a regularização fundiárias em assentamentos do município, a começar pela comunidade Vitória da Resistência.

Ainda, segundo o planejamento estratégico do governo estadual para 2019 a 2023, o poder público estadual tem a meta de ampliar o número de unidades habitacionais da Grande Aracaju, com a construção de 3.235 unidades. Ademais, apresentaram meta para a regularização fundiária de 5.689 residências distribuídas em conjuntos habitacionais localizados em Aracaju (Residencial Senador José Eduardo Dutra, Conjunto Habitacional Maria do Carmo e Conjunto Habitacional Padre Pedro), São Cristóvão (Conjunto Habitacional Antônio Carlos Valadares) e Nossa Senhora do Socorro (Residencial Professora Neuzice Barreto Lima) (SERGIPE, 2019).

A respeito de uma atuação integrada para habitação entre os municípios que formam a RMA, percebeu-se que não há um planejamento conjunto, nem o desenvolvimento de uma política comum no que tange às questões de HIS. Segundo a prefeitura municipal de São Cristóvão, são realizadas reuniões esporádicas com representantes dos outros municípios, cujo objetivo é trocar informações sobre a forma que submeteram os projetos, ou seja, são reuniões com caráter de compartilhamento de experiências e não de um planejamento compartilhado.

Quando a relação entre a administração pública estadual e os municípios para a realização das políticas públicas habitacionais, foi relatado que há uma troca de informação com fins de fiscalização, para verificar se não houve acúmulo de benefício pelos moradores. Verifica-se que são medidas controladoras/fiscalizadoras e não de incentivo a resolução do déficit habitacional. Também, mantém um contato quando precisam fazer permutas entre terrenos para a implantação de conjuntos, além do estabelecimento de algumas parcerias, especialmente para a realização de serviços de regularização fundiária.

Sobre as dificuldades encontradas no processo de implantação de políticas habitacionais, o aspecto mais ressaltado foi a dificuldade de captação de recursos. A implantação de empreendimentos com inúmeras unidades habitacionais, nos moldes que foram realizados pelos poderes públicos municipais e estadual, demanda significativo custo, que nem o orçamento municipal, nem estadual tem condições de arcar. Assim, estabelece-se uma relação de dependência com o Governo Federal, no que tange o repasse dos recursos para a execução dos projetos aprovados. O outro fator comumente citado foi a influência do Ministério Público nas atividades, devido às decisões judiciais, que resultou na paralisação

das atividades e influenciou na definição dos beneficiários dos programas implantados nos municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros, respectivamente.

A questão da disponibilidade de terrenos com área suficiente para abranger um empreendimento de grande porte, como os conjuntos habitacionais, também foi citado como um entrave, além da consideração sobre o quadro de profissionais reduzidos para o número de atividades que precisam ser realizadas.

Fatores relativos aos moradores também foram apontados como entraves à implementação bem-sucedida dos programas habitacionais. Nesse sentido, o representante da administração pública estadual frisou que uma das maiores fragilidades do sistema operacional de habitação é fazer com que as pessoas deem valor ao bem que estão recebendo. Do ponto de vista social, a conscientização do beneficiário é um grande problema.

Sob esse aspecto, também foi apontada a dificuldade no cadastramento das famílias. Os entrevistados consideram que é complicado ter certeza de que aquela família cadastrada realmente precisa da habitação, mesmo com os critérios de seleção impostos pela resolução dos programas. Algumas falhas no processo de seleção ocorrem e demandam ações de reintegração de posse, porque houve um benefício indevido ou acúmulo de benefício nas esferas municipais e estaduais, como ocorreu no município da Barra dos Coqueiros.

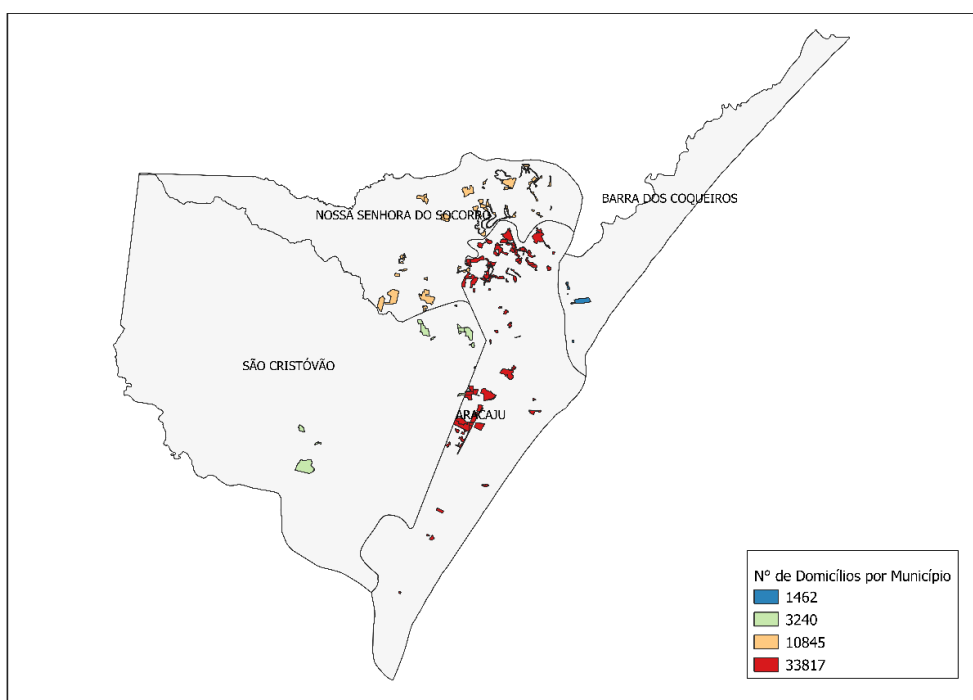
Destarte, percebeu-se que a política habitacional desenvolvida nos municípios da RMA e pelo poder público estadual fomentam a implantação de empreendimentos de múltiplas unidades padronizadas para receber famílias de diferentes constituições. Não foi constatado a existência de programas voltados para a recuperação ou melhoramento de moradias já existentes, como a regularização das moradias autoconstruídas.

3.3 AUTOCONSTRUÇÃO HABITACIONAL NA RMA

A capital sergipana, ao se tornar um polo de serviço na década 1960, se tornou atrativo para o fluxo migratório do êxodo rural que buscava oportunidades de emprego. Nesse contexto, a autoconstrução está presente na edificação de moradias para atender aos novos habitantes. Assim, seja de forma irregular ou incentivada por políticas públicas, a autoconstrução foi componente fundamental na expansão urbana de Aracaju/SE.

Historicamente o processo de autoconstrução nas ocupações irregulares foi um dos componentes da expansão de região metropolitana de Aracaju, tanto que os municípios que compõem a região metropolitana de Aracaju, municípios concentram 92,8% dos aglomerados subnormais de Sergipe. Esses aglomerados cresceram, majoritariamente, nas franjas dos municípios (Figura 13), em consonância com a lógica de periferização e segregação reforçada nos programas habitacionais de HIS promovidos pelo poder público, que também foram implantados, em sua maioria, fora da área urbana consolidada.

Figura 13 – Total de domicílios localizados em aglomerados subnormais da Região Metropolitana de Aracaju



Fonte: IBGE (2019), organizado pela autora

A parte da face informal da autoconstrução, foi incentivada pelo setor público como forma de combater o déficit habitacional. Nos anos 1990, a Fundação para o Desenvolvimento do Estado de Sergipe (FUNDESE) adotou a autoconstrução financiada pelo Estado através do projeto Moradia Cidadã implantado em Aracaju. Em outra ocasião, a Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (CEHOP) subsidiou a construção de 302 unidades habitacionais no Conjunto Padre Pedro a partir de regime de autoprodução (CAMPOS; SANTOS, 2019).

O governo municipal de Aracaju, nas definições do PLHIS (PMA, 2011), também estabeleceu diretrizes que consideram as práticas de autoconstrução:

- Promoção de melhorias nas habitações localizadas em assentamentos precários, com a atuação da assistência técnica à autoconstrução e o fornecimento de crédito para reformas;
- Promoção da regularização fundiárias para urbanização de lotes destinados à autoconstrução.

Sob esse aspecto, o PDDU de São Cristóvão determina que a promoção por parte do município de assistência técnica, social e jurídica nas ações de usucapião especial coletivo em assentamentos precários de baixa renda (SÃO CRISTÓVÃO, 2020, Art. 151); ainda sua Política Habitacional objetiva fomentar a realização de atividades em prol da urbanização dos assentamentos precários e da regularização fundiárias destes (SÃO CRISTÓVÃO, 2020, Art. 26 IV). O Plano Diretor da Barra dos Coqueiros, também propôs a urbanização e regularização fundiária de áreas ocupadas por HIS e pela população de baixa renda (BARRA DOS COQUEIROS, 2008, Art. 68 III). Já a assistência técnica gratuita para população de baixa renda através de profissionais de arquitetura, agronomia e engenharia, também é prevista no plano diretor de Nossa Senhora do Socorro (NOSSA SENHORA DO SOCORRO, 2015, Art. 2, XXVII).

Outra iniciativa de autoconstrução existente em Aracaju, é a produção por meio de mutirão autogerido. A Sociedade Sergipana Monte Sião recebeu, por meio do programa PMCMV-E, financiamento para execução do Conjunto Habitacional Getúlio Alves Barbosa. Esse projeto funcionou em regime de mutirão, no qual os filiados são responsáveis pela gestão da obra e serviços de acabamento, as demais etapas da execução são realizadas por profissionais da Construção Civil. A partir de um estudo de caso realizado nesse conjunto, Chagas (2017) salienta que essa prática autogestionária se deu de forma embrionária.

As dificuldades de acesso à terra e divergências com a assistência técnica foram fatores complicadores. Sob o primeiro aspecto, futuros moradores tiveram que arcar com esses custos iniciais, o que resultou na localização periférica, pois no momento de inicialização não existia a possibilidade de aderir à compra antecipada, a liberação de crédito inicial pelo programa para aquisição do terreno. Já quanto à ATHIS, reforçou a dificuldade percebida por outros

autores em obter orientação adequada às demandas populares. De maneira geral, o encontro dos mutirantes também é um período de conscientização dos mesmos, para que esses enxerguem a autonomia do processo participativo em detrimento da visão mercadológica comum da habitação (CHAGAS, 2017).

As experiências na região metropolitana de Aracaju reforçam que a autoconstrução, como um meio informal de produção habitacional, contribuiu para a formação do espaço dessa região. Contudo, a autoconstrução também pode ser uma alternativa formal no sistema de produção habitacional, desde que associada à assistência técnica para evitar equívocos executivos. Essa possibilidade impacta na redução do custo com mão de obra, possibilita a execução de projetos personalizados e favorece o sentimento de pertencimento do morador com a moradia.

4 MÉTODO

Esse capítulo consiste na descrição do procedimento metodológico para a realização desse estudo. A escolha do enquadramento metodológico na pesquisa é justificada por permitir responder ao problema de pesquisa, ser avaliado pela comunidade científica e demonstrar os procedimentos utilizados. Portanto, não se trata de burocracia, mas de decisão que visa garantir a imparcialidade do pesquisador, o rigor dos processos e a confiabilidade dos resultados encontrados (LACERDA et al., 2013).

Sob esse aspecto, Lukka (2003) define que a pesquisa construtivista visa construir uma solução inovadora para problemas do mundo real, e assim, contribuir com as teorias que embasam a área em estudo. Esse constructo traz uma noção abstrata e pode ser representado por diferentes artefatos – diagramas, planos, estruturas organizacionais, produtos comerciais. Para o referido autor, a pesquisa construtivista é estruturada nas seguintes etapas: encontrar um problema relevante e que permita uma contribuição teórica, ter conhecimento profundo sobre o tema estudado, desenvolver o constructo, analisar a solução e identificar as contribuições para teoria. Destarte, esse estudo se aproxima de um viés construtivista, ao passo que parte de um problema real com o objetivo de fazer contribuições teóricas sobre o tema.

Também, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa exploratória objetiva entender as interrelações entre o fenômeno e o ambiente estudado, para tal recorre-se a diferentes técnicas de obtenção dos dados como entrevista e observação participante. Esse tipo de estudo, comumente, acontece em uma amostra pequena e sem necessariamente aplicar técnicas probabilísticas na sua definição. Quanto à pesquisa exploratória em combinação com a descritiva, têm-se como finalidade descrever as características de determinado fenômeno, população ou ainda estabelecer relação entre possíveis variáveis através de procedimentos flexíveis de amostragem.

Segundo Vieira (2009), um estudo qualitativo consiste em um levantamento de opiniões de grupo selecionado que se enquadrem no perfil que se deseja investigar. Esse tipo de pesquisa é exploratório, ou seja, não generalizável realizado a partir de uma coleta com pequenos grupos. Nesse sentido, as entrevistas semiestruturadas podem ser procedimento utilizado; estas são organizadas por um roteiro, mas o entrevistado responde livremente. Já a

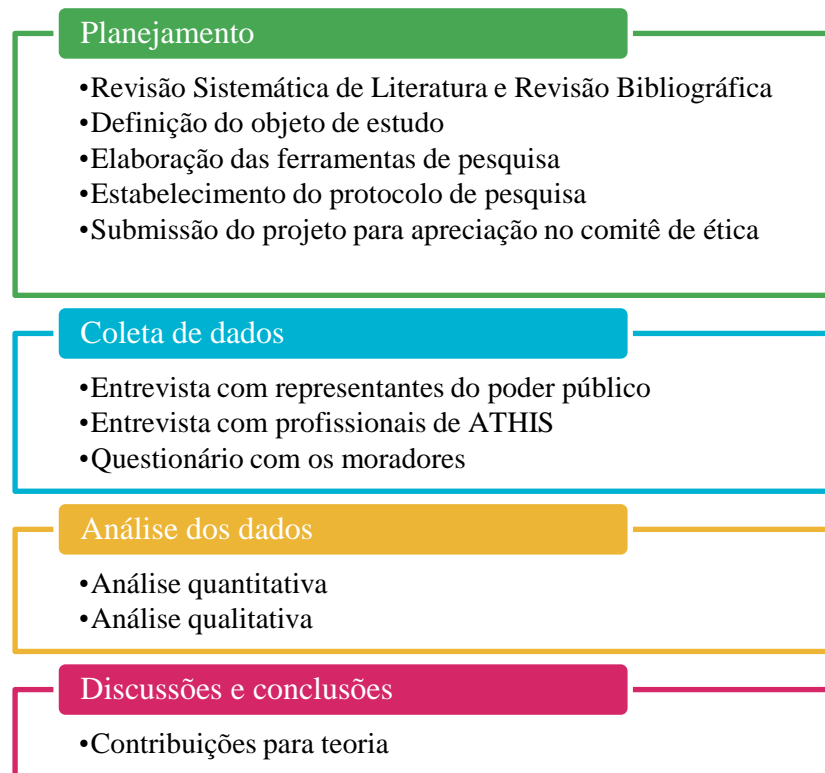
pesquisa quantitativa apresenta informações de caráter numérico, o que possibilita traçar comparações e estabelecer relações, classificar e medir variáveis.

Como frisado por Souza e Kerbauy (2017), a visão dicotômica entre quantidade e qualidade não é a única possibilidade de pesquisa, a interrelação entre essas duas abordagens pode ser necessária quando a adoção de uma não for suficiente para atingir os objetivos da pesquisa, portanto, a convergência é válida e pode demandar o uso de diferentes metodologias. Na presente pesquisa, principalmente por apresentar uma representação numérica na análise dos questionários dos moradores, utilizou-se uma abordagem de complementariedade, ou seja, uma pesquisa quali-quantitativa.

Quanto às ferramentas de pesquisa, esse trabalho adotou algumas propostas no método de Avaliação Pós-Ocupação (APO). Segundo Roméro e Ornstein (2003, p 23), a APO trata-se de um conjunto de métodos e técnicas para diagnosticar aspectos dos ambientes durante a fase de uso. Esses fatores podem ser socioeconômicos, de conforto ambiental, estéticos, funcionais, comportamentais, de infraestrutura e superestrutura urbana dos sistemas construtivos. Essa avaliação é feita sob a opinião dos próprios avaliadores, de projetistas, de usuários e de clientes. Ainda, esse método distingue-se das avaliações clássicas de desempenho do ambiente construído por também considerar as necessidades e a satisfação dos usuários. Assim, os referidos autores publicaram um livro no qual definiram o procedimento metodológico de uma APO aplicada em habitações de interesse social, a fim de que fosse replicado por outros pesquisadores com foco nesse objeto de estudo. Com base nas recomendações feitas, esse trabalho utilizou questionários, entrevistas específicas e registros fotográficos como técnicas para a coleta de dados.

Destarte, com a definição das bases metodológicas e a partir das considerações feitas por Lukka (2003) para o desenvolvimento da pesquisa construtivista, o presente projeto foi estruturado de acordo com as etapas ilustradas na Figura 14.

Figura 14 – Etapas de pesquisa



Fonte: autora

4.1 PLANEJAMENTO

4.1.1 Revisão Sistemática da Literatura e Revisão bibliográfica

A iniciação do projeto partiu da escolha de um problema real, que seria as práticas de autoconstrução habitacional na região metropolitana de Aracaju/SE. Com essa definição, buscou-se estruturar a fundamentação teórica, a fim de fornecer o contexto e referencial para os problemas ou apontar outros problemas através da percepção de lacunas de pesquisa. A partir desses problemas de pesquisa encontrados, elaborou-se as questões de pesquisa bem como os objetivos (MELLO et al., 2012). Para tal foi realizada uma revisão sistemática da literatura conforme demonstrado no Apêndice A, na qual foram detectadas possíveis lacunas de pesquisa, entre elas, a falta de estudos relativos à autoconstrução habitacional na região metropolitana de Aracaju.

Posterior ao mapeamento, foram definidas as bases conceituais e teóricas adotadas nessa pesquisa (Capítulo 1). Com a observação dos fundamentos, dos problemas salientados

por outros autores, das propostas de solução e limitações de trabalhos anteriores foram definidas as questões de pesquisa e os objetivos relativos (Introdução).

4.1.2 Objeto de estudo: Amostra

A unidade macro escolhida foi a região metropolitana de Aracaju/SE. Especificamente, o objeto de estudo foram habitações autoconstruídas pela população de baixa renda nos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão. Um panorama quantitativo sobre a questão populacional e domiciliar desses municípios é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2– Quantitativo dos domicílios localizados na região metropolitana de Aracaju

Critério/Município	Aracaju	Barra dos Coqueiros	Nossa Senhora do Socorro	São Cristóvão
População estimada em 2020	664.908	30.930	185.706	91.093
População (Censo 2010)	571.149	24.976	160.827	78.864
Domicílios permanentes (Censo 2010)	169.589	6.835	45.343	22.405
Domicílios permanentes na zona urbana (Censo 2010)	169.589	5.652	44.001	18.985
Domicílios permanentes com renda mensal de até cinco salários mínimos (Censo 2010)	113.083	5.966	41.057	19.669
% de domicílios permanentes com renda mensal de até 5 salários mínimos em relação ao total de domicílios permanentes	66,68%	87,29%	90,55%	87,79%

Fonte: IBGE (2010)

Para a delimitação da amostra, considerou-se habitações as autoconstruídas na região metropolitana de Aracaju, que se enquadraram como casas e imóvel próprio dos moradores, ou seja, não poderia ser imóvel alugado. Entretanto, diante da dificuldade em se definir o número de residências autoconstruídas na região metropolitana de Aracaju, ao considerar abrangência indeterminada do universo amostral e do teor exploratório da pesquisa, adotou-se, para fins dessa pesquisa, uma amostragem por conveniência.

4.1.3 Ferramentas de pesquisa

A próxima etapa consistiu na escolha das técnicas de seleção de dados. Segundo Mello et al. (2012), a aplicação de técnicas diferentes para coleta de dados beneficia a validação da

pesquisa. As ferramentas de pesquisas são instrumentos auxiliares que permitirão sistematizar as visitas técnicas, de modo a obter informações padronizadas sobre as características da residência e seus domiciliados.

Assim, para o desenvolvimento desse estudo foram elaboradas ferramentas para investigação de três atores da autoconstrução, a fim de entender o papel deles na autoconstrução habitacional desenvolvida. Os atores compreendidos nesse estudo foram representantes do poder público (funcionários que trabalhassem com o planejamento e a execução de políticas habitacionais), profissionais que desenvolveram trabalho em ATHIS e os moradores. A escolha desses se deu pela importância dos mesmos percebida na fundamentação teórica.

Inicialmente, foi elaborada uma lista de verificações relativa a aspectos tecno-constructivos da edificação para ser aplicada durante à visita *in loco* (Apêndice B). Todavia, devido ao agravamento da pandemia da COVID-19 nos primeiros meses de 2021, período previsto para realização da pesquisa *in loco*, de acordo com o planejado no cronograma da pesquisa, a ida a campo para realizar a observação direta na casa dos moradores ficou impossibilitada.

Assim, foram construídos roteiros de entrevistas específicos para os dois primeiros atores listados anteriormente (representantes do poder público e profissionais de ATHIS) e um questionário com perguntas abertas e fechadas para os moradores (Apêndice C, D e E, respectivamente). Deste modo, a lista do Apêndice B foi anexada ao questionário dos moradores (Apêndice E) e todas as informações referentes a implantação no lote, sistemas constructivos e manifestações patológicas foram obtidas de acordo com a visão dos moradores. Ainda, foi solicitado aos moradores que desejasse o envio de fotografia das residências, bem como das manifestações patológicas existentes, de forma a contribuir com a categorização das residências estudadas.

Para elaborar as ferramentas de pesquisa supracitadas, utilizou-se como referência os trabalhos encontrados nas revisões sistemáticas do Apêndice A, por esses apresentarem visão global do processo de autoconstrução. Para os roteiros de entrevista e questionário, selecionou todas as publicações encontradas na RSL que aplicaram essas ferramentas; com isso, analisou-se os modelos disponibilizados pelos autores e adaptou-se as perguntas pertinentes

com os objetivos dessa pesquisa. A opção por perguntas também do tipo abertas no questionário deu-se a fim de obter um maior detalhe das ações realizadas.

Ainda, o questionário foi elaborado para ser aplicado oralmente, para evitar possíveis constrangimentos caso os entrevistados tivessem alguma dificuldade de leitura. Para a lista de verificação adaptada ao questionário dos moradores também foi utilizado um trabalho que não foi mapeado na RSL, a tese de Meira (2002), por a autora fazer uma compilação de manifestações patológicas existentes em moradias, como referência, a fim de tentar identificar os tipos de problemas construtivos mais comuns nas autoconstruções estudadas.

Salienta-se que o questionário dos moradores foi pré-testado, a fim de realizar as modificações necessárias para o entendimento das perguntas e para melhor adequação à conversa telefônica, bem como estimar um tempo médio de resposta. Como resultado, realizou-se a mudança de ordem de algumas perguntas e simplificou os termos utilizados, para facilitar o entendimento do entrevistado.

Além das referidas técnicas de sondagem dos participantes, foram realizadas análises de documentos das prefeituras municipais e do ministério do Planejamento e Desenvolvimento Regional, que versam sobre HIS e sobre a aplicação da Lei nº 11.888/2008 (BRASIL, 2008).

4.1.4 Elaboração do protocolo de pesquisa e submissão do projeto ao Comitê de Ética

A elaboração de um protocolo de pesquisa (Apêndice F) se deu para estruturar as ações do processo de investigação. Ainda, por esta se tratar de pesquisa com habitantes, o projeto de pesquisa, bem como suas ferramentas foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe e foi registrado sob o número Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 37821120.0.0000.5546. Posterior à aprovação da pesquisa pelo CEP, deu-se início a etapa de coleta de dados.

4.2 COLETA DOS DADOS

Como citado no tópico anterior, a etapa de coleta de dados precisou ser adaptada em virtude do isolamento social recomendado pela Organização Mundial da Saúde e pelo Governo do Estado de Sergipe durante a pandemia da COVID-19. Tal fato, comprometeu a ida a campo e, conseqüentemente, a visita aos moradores. Assim, as entrevistas foram feitas

de maneira remota, via vídeo conferência, enquanto a aplicação do questionário com os moradores foi feita por ligação telefônica.

Nesse sentido, o acesso a autoconstrutores que quisessem responder ao questionário por telefone foi um fator dificultador. Inicialmente, buscou-se lideranças comunitárias que morassem em locais caracterizados como aglomerados subnormais (IBGE, 2019), a fim de conseguir indicação de outros possíveis respondentes. Como essa estratégia não foi plenamente efetivada, divulgou-se a pesquisa entre conhecidos, redes sociais e grupos de mensagens, de modo a encontrar pessoas que autoconstruíram suas casas e que essas fossem habitações de interesse social. Nessa segunda estratégia, foi feito um *post* de convite seguido de uma explicação em áudio para facilitar o repasse da mensagem, inclusive para pessoas que tivessem dificuldade de leitura, assim, obteve-se alguns retornos.

Com relação ao acesso aos demais participantes, para as entrevistas com os representantes do poder público, foi protocolado um ofício com a solicitação nos órgãos competentes, e para os profissionais de ATHIS, entrou-se através do telefone ou *e-mail* disponíveis nas redes sociais dos escritórios/projetos e por indicações dos próprios entrevistados.

4.2.1 Perfil dos participantes

Para a seleção dos entrevistados que representassem o Poder Público, buscou-se no organograma do município as secretarias e órgãos que trabalhasse com habitação e solicitou-se entrevista com o funcionário responsável, mas a partir da resposta inicial dos entrevistados também eram indicados outros setores relacionados. No total foram seis entrevistados que representaram os governos municipais da RMA e o governo estadual. A síntese de todos os entrevistados foi realizada no Quadro 1.

Para o segundo grupo de profissionais, encontrou-se um número pequeno de profissionais que trabalham com ATHIS no estado de Sergipe. Foi feito contato com escritórios modelos vinculados a algumas universidades sergipanas que trabalham nesse setor, mas não obteve retorno. Ao todo foram seis entrevistados, um representou um projeto específico de ATHIS coletiva e cinco foram profissionais liberais que fazem projetos em geral, mas também trabalham com assistência técnica para a população de baixa renda. O Quadro 2 apresenta a caracterização dos profissionais entrevistados.

Quanto aos moradores, ao total foram 32 entrevistados que construíram ou ampliaram sua casa por autoconstrução sem o auxílio formal de um profissional técnico adequado, engenheiro ou arquiteto. Esses moradores estavam distribuídos espacialmente conforme a Tabela 3.

Quadro 1 – Caracterização dos representantes do Poder Público entrevistados

Ente federativo	Secretaria/Órgão	Cargo	Tempo na função	Formação acadêmica
Município (Aracaju)	Diretoria de Habitação	Direção	4 anos	Engenharia Civil
Município (Aracaju)	Diretoria de Gestão Social da Habitação e de Transferência de Renda	Direção	4 anos	Serviço Social
Município (Barra dos Coqueiros)	Secretária de Assistência Social - Setor de Habitação	Assistente Administrativo	4 anos	Serviço Social
Município (Nossa Senhora do Socorro)	Secretaria de Planejamento – Setor de Habitação	Coordenação	7 anos	Engenharia Ambiental
Município (São Cristóvão)	Secretária de Assistência Social – Coordenação de Habitação Subnormal	Coordenação	4 anos	Arquitetura e Urbanismo
Estado (Sergipe)	Núcleo social e de regularização fundiária	Coordenação	8 anos	Administração

Fonte: autora.

Quadro 2 – Caracterização dos representantes dos profissionais de ATHIS

Código	Formação acadêmica	Atuação profissional	Tempo que trabalha com ATHIS	Local de atuação
ATHIS_01	Arquitetura e urbanismo	Participante de um projeto de ATHIS e realização de pesquisa acadêmica	4 anos	Aracaju
ATHIS_02	Arquitetura e urbanismo, Design de interiores, técnico em segurança do trabalho, perita em laudo de engenharia	Projetos em bairros periféricos e com processo de usucapião	16 anos	Aracaju, N. S. do Socorro, São Cristóvão, Capela, N. S. da Glória
ATHIS_03	Arquitetura e urbanismo, Técnico em edificações, especialista em mobilidade urbana	Trabalhou em empresas públicas e privadas na área de projeto e gerenciamento, projetos arquitetônicos para habitação popular e acompanhamento de obras	11 anos	Aracaju
ATHIS_04	Arquitetura e urbanismo	Projetos residenciais populares e comerciais; intervenções urbanas	3 anos	Aracaju
ATHIS_05	Arquitetura e urbanismo e música	Projetos residenciais de alto padrão e populares e participante de um projeto de ATHIS	9 anos	Aracaju
ATHIS_06	Arquitetura e urbanismo	Arquitetura, urbanismos, artes plásticas, arte urbana	1 ano	Aracaju

Fonte: autora.

Tabela 3 – Número de entrevistados por localidade

Locais	Nº de entrevistados
Aracaju	25
Santa Maria	4
Aeroporto	3
Aruana	2
Industrial	2
Mosqueiro	2
Olaria	2
Santos Dumont	2
Capucho	1
Cidade Nova	1
Farolândia	1
Jabotiana	1
Lamarão	1
Novo Paraíso	1
Pereira Lobo	1
Dom Luciano	1
São Cristóvão	2
Rosa Elze	2
Barra dos Coqueiros	3
Centro	1
Loteamento Riomar	1
Loteamento Olimar	1
Nossa Senhora do Socorro	2
Loteamento Pai André	1
Porto Grande	1
Total Geral	32

Fonte: autora

4.3 ANÁLISE DE DADOS

Posterior à coleta dos dados, foram analisados os conteúdos das entrevistas e as respostas ao questionário dos moradores. Consistiu, portanto, na etapa de tabulação e análise dos resultados. Essa análise foi direcionada de forma a responder aos objetivos elencados no capítulo de introdução. Assim, foi possível traçar um panorama das práticas de autoconstrução no município da região metropolitana de Aracaju quanto às técnicas construtivas empregadas, ao gerenciamento de obras providas de maneira informal, ao

desempenho das habitações, bem como ao perfil dos construtores/moradores. Sob esse aspecto, os dados foram analisados sob abordagem qualitativa e quantitativa.

A entrevistas com os representantes do poder público e os profissionais que desenvolveram projetos de ATHIS foram gravadas e posteriormente transcritas com o uso de uma ferramenta de transcrição do Microsoft Word Online. Com o auxílio dessa ferramenta foi possível editar o texto transcrito e fazer a correção de palavras e a exclusão de trecho que, porventura, não era de interesse para os resultados. A análise destas foi feita de modo a agrupar as respostas de cada pergunta em categorias semânticas, de forma a estabelecer relações entre os aspectos mencionados.

Para a análise do questionário dos moradores, usou-se da estatística simplificada durante o agrupamento de algumas. Foram obtidos os valores de média, moda, desvio padrão e coeficiente de variação para as perguntas respondidas em escala Likert, conforme expressões e convenções presentes em Correa (2003) (equações 1 a 3).

$$\text{Média} = \bar{x} = \frac{\sum_{i=1}^n x_i \times n_i}{n} \quad (1)$$

Moda = o valor mais frequente em um grupo de dados

$$\text{Desvio padrão} = S = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2}{n-1}} \quad (2)$$

$$CV = \frac{S}{\bar{x}} \quad (3)$$

Onde:

x_i : valor observado

n_i : número de observações por classe

n : número de observações totais

E o coeficiente de variação (CV) pode ser interpretado, como:

Distribuição com baixa dispersão: $CV \leq 15\%$

Distribuição com média dispersão: $15\% < CV$

Distribuição com alta dispersão: $CV \geq 30\%$

Essa análise foi possível, visto que, diferentemente da entrevista, o questionário apresentou também perguntas fechadas, de múltipla escolha e de escala Likert (de 1 a 5), onde 1 significou péssimo e 5 significou ótimo. Salienta-se, contudo, que essa adoção simplificada da estatística e o procedimento de amostragem são um dos limitantes da conclusão desse trabalho e pode nortear a complementação por estudos futuros.

De posse dos dados analisados, gerou-se recursos ilustrativos para facilitar a visualização das respostas, como gráficos, nuvem de palavras e fluxogramas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 ANÁLISE DA ATUAÇÃO PODER PÚBLICO NA AUTOCONSTRUÇÃO HABITACIONAL

Esse tópico considerou a atuação da administração pública da região metropolitana de Aracaju/SE, no que se refere à promoção de políticas públicas para habitações autoconstruídas. Sob esse aspecto, contactou-se os setores responsáveis pela promoção de HIS vinculados às prefeituras desses municípios, além do setor responsável por essas questões na administração pública estadual. Desse modo, tentou-se entender o funcionamento do processo de implementação das políticas públicas habitacionais na região.

5.1.1 *Poder público e a autoconstrução habitacional na região metropolitana de Aracaju*

Um dos objetivos desse trabalho foi entender a influência do poder público nas práticas de autoconstrução habitacional das cidades que compõem a região metropolitana de Aracaju. Pode-se observar que não há apoio por parte do poder público a essas construções. Sob esse aspecto, um fato recorrentemente citado por parte das prefeituras municipais, foi o interesse em aderir ao Programa Cartão Reforma⁸ para auxiliar diretamente os moradores na compra de materiais para construção ou reforma das unidades habitacionais, mas só houve aprovação desse programa para o município de Nossa Senhora do Socorro, em 2018. Contudo, ainda assim, não teve resultados muito efetivos. Portanto, de maneira geral, não houve provimento financeiro direto por parte do poder público municipal e estadual especificamente para habitações autoconstruídas na RMA.

Entretanto, foi citada uma iniciativa de projeto que envolve autoconstrução por parte da prefeitura municipal de Barra dos Coqueiros. Trata-se de um projeto de lotes urbanizados com apoio à autoconstrução habitacional assistida e sustentável, no qual as casas serão executadas a partir de sistemas construtivos ecológicos, como o uso de bloco solo-cimento para vedação. Também foi mencionado um projeto no âmbito estadual para melhoria de unidades habitacionais existentes. Esse projeto foi intitulado “Novo Lar” e prevê um subsídio

⁸ Programa Cartão Reforma foi um programa criado pela Lei nº 13.439/2017 (BRASIL, 2017), através de uma iniciativa do governo federal, que teve como objetivo o fornecimento de subsídios para compra de material e assistência técnica de profissionais da construção civil com o intuito de fazer melhorias nas habitações de famílias de baixa renda (MDR, 2020a).

financeiro máximo de 10.000,00 reais para realização das intervenções em HIS. Essas melhorias devem ser realizadas, principalmente, nas instalações hidrossanitárias, a fim de trazer maior salubridade para o imóvel, além de ser obrigatório a reforma de fachada. O financiamento desse projeto vai ser através de emendas parlamentares e do Fundo de Combate à Pobreza. Todavia, nenhuma dessas iniciativas haviam sido divulgadas nos canais de comunicação oficiais dos órgãos públicos responsáveis até a conclusão dessa pesquisa.

Quando questionados sobre o controle das práticas de autoconstrução na RMA, o representante do poder público estadual frisou que essa é uma competência dos municípios, já na esfera municipal, todos os representantes afirmaram que é feito um controle e fiscalização dessas unidades autoconstruídas no sentido de mapear os assentamentos irregulares e cadastrar as famílias. Ainda, foi constatada a inexistência de programas formalizados de ATHIS nos municípios, porém, na Barra dos Coqueiros e em Nossa Senhora do Socorro, as Secretarias de Obras fazem um trabalho de auxílio a reformas em HIS. As solicitações de reforma são recebidas pelo CRAS, onde se faz a conferência dos requisitos (fazer parte do Cadastro Único e residir no município) e, posteriormente, se encaminha o relatório para a Secretaria de Obras.

Também foi perguntada a opinião dos entrevistados no que se refere à instituição de política pública para HIS que apoie a autoconstrução assistida. Nesse sentido, um dos respondentes disse que não acreditava nesse modelo de produção habitacional, por conta de resultados de experiências anteriores, pois a abrangência de famílias beneficiadas é muito pequena, se comparada ao número de unidades habitacionais executadas através de um programa nacional nos moldes do PMVCV. Em gestões passadas da prefeitura municipal de Aracaju, foi desenvolvido um kit material, ou seja, a doação de materiais de construção para os moradores reformarem a própria casa, mas poucas famílias conseguiam realizar a reforma por conta de dificuldades na execução, solicitavam também auxílio de mão de obra. A partir dessa consideração, o profissional pontuou que a sociedade estabelece uma relação cultural de dependência com o setor público e isso também interfere na implantação de políticas habitacional que envolva autoconstrução, como afirmado por um dos entrevistados:

Já chegamos muito a pensar nessa coisa. Vamos formar um núcleo técnico com arquiteto, com engenheiro para isso e ele já sai com um projetinho. Mas, assim, o que a gente tem avaliado país afora é que o impacto e amplitude disso é muito

pouco, por conta da relação que a sociedade ainda tem com o setor público. É público, então eu quero tudo.

A respeito da citação acima, percebe-se uma certa preocupação quanto à pequena amplitude e impacto de programas de governamentais de fomento à autoconstrução assistida. O fato de a abrangência de possíveis políticas de autoconstrução ser considerada pequena, pode ser proveniente da comparação com projetos oriundos do PMCMV. Entretanto, questiona-se qual seria o número de famílias beneficiadas seria suficiente para justificar uma política de autoconstrução. Talvez, os governantes prefiram pautar as políticas habitacionais de seus mandatos em megaprojetos tipificados característicos do PMCV com o objetivo de trazer visibilidade política para suas ações. Assim, essa preocupação numérica perpassa o objetivo primário de combater o déficit habitacional e esbarra em atender a interesses privados.

Em contraposição, os demais entrevistados acreditam que pode ser uma política habitacional válida, a partir do momento que você oferece assistência para essas famílias que já moram em uma situação de vulnerabilidade social. Ainda, um entrevistado ressaltou que esse modelo de produção habitacional pode fomentar o sentimento de pertencimento do morador, visto que o morador participa ativamente na construção da casa, conforme já destacado em item anterior. Inclusive ressaltou a existência de áreas desocupadas de posse do estado e dos municípios que poderiam ser utilizadas para esse fim, no desenvolvimento de um programa habitacional de apoio à autoconstrução assistida, no qual teria que ter um suporte de profissionais técnicos e fiscalização e acompanhamento das suas obras. Contudo, o reduzido número de pessoal nos órgãos públicos para realizar essas fiscalizações e a descontinuidade de projetos com as trocas de governo podem ser dificuldades para implementação desse tipo de política habitacional.

A partir das considerações feitas pelos representantes do poder público, no que tange às práticas de autoconstrução, pode-se depreender que não há influência direta da administração pública na construção dessas habitações, nem pretensão para formalizar ações a esse respeito. Dessa maneira, é importante entender como se desenvolver essas práticas na RMA, uma vez que essas ações tem um significativo impacto econômico e, principalmente, por não ter o olhar da administração pública ou algum outro mecanismo de controle, sendo, portanto, ações individuais e independentes e, conseqüentemente, com características múltiplas.

5.2 ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE ATHIS

Um dos campos dessa pesquisa foi a busca por experiências de assistência técnica para habitação de interesse social desenvolvida na região metropolitana de Aracaju. Nesse sentido, não foi encontrado programa de ATHIS vinculado às prefeituras desses municípios, embora já tenha um aparato legal sancionado desde 2008, com a Lei Federal nº 11.888/2008 (BRASIL, 2008).

Inclusive desde 2004, Aracaju tem uma lei municipal, Lei nº 3.169/2004 (ARACAJU, 2004), que versa sobre o serviço de assessoria técnica de profissionais de arquitetura e engenharia para habitações de interesse social de famílias ou indivíduos com renda mensal de até três salários mínimos. Ainda, o texto legislativo apresenta uma consideração sobre a necessidade de ter a participação ativa do morador nas diferentes fases do assessoramento, além de defender uma visão mais holística de HIS, ao compreender além da unidade habitacional, “o acesso à infraestrutura, aos equipamentos e serviços, ao espaço público, com meio ambiente saudável, garantindo deste modo o direito à cidade” (ARACAJU, 2004, p.1). Contudo, mesmo com instrumentos legais já sancionados, para o caso de Aracaju antes mesmo da lei de abrangência nacional, não foram encontrados esforços concretos por parte do poder público para implementar ações ou programas sobre ATHIS. A mesma falta de ações concretas se verificou nos demais municípios da RMA.

Sobre esse aspecto, em 2018, houve uma Audiência Pública na Câmara Legislativa de Aracaju, na qual reuniu representantes do CAU/SE, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe (DAU/UFS), do Sindicato dos Engenheiros de Sergipe (SENGE/SE) e da Empresa Municipal de Obras (EMURB), além de professores e estudantes e interessados no tema, a fim de discutir a implementação de ATHIS no município (SILVA, 2018). Foi pontuado, na época, a necessidade de fazer convênios por parte da prefeitura e a falta de vontade política por parte das gestões municipais para implementar o que já fora garantido por lei. Entretanto, a representante da Prefeitura salientou que as dificuldades quanto à disponibilidade de recursos e à pouca quantidade de profissionais para atuar com ATHIS são entraves à implementação das ações. Ela ainda reforçou que a implantação de ATHIS estava prevista na Política de Habitação da gestão do prefeito Edvaldo Nogueira (SILVA, 2018), porém, até o fim do mandato, em 2020, não foi efetivada ação no sentido de implantação da ATHIS em Aracaju.

Em âmbito estadual, encontrou-se exemplos de escritórios ou projetos vinculados às instituições de ensino superior sergipanas que trabalham com assistência técnica para habitação de interesse social. Um desses é Escritório Modelo de Arquitetura e Engenharia (EMAE) vinculado ao Instituto Federal de Sergipe (IFS), campus Estância, que desenvolveu um trabalho de assessoramento a população da região. No primeiro ano de atuação, foram atendidas pelo escritório 20 famílias, com renda mensal de até três salários mínimos, com serviços de projetos arquitetônicos e complementares, levantamento cadastral, reformas. Para ampliar esse número o escritório fez convênio com a Defensoria Pública de Sergipe (CRUZ, 2018).

Segundo Assunção et al. (2018), o número de serviços do EMAE/IFS aumentou depois de firmada a parceria com a Defensoria Pública, ainda a atuação no escritório possibilitou a vivência da prática profissional para os discentes, além de sensibilizá-los sobre as questões sociais que permeiam o exercício da arquitetura e engenharia. Assim, a experiência do EMAE/IFS revela dois aspectos importantes ao se tratar de ATHIS: a realização de convênios com instituições de ensino e a inserção dos futuros profissionais de arquitetura e engenharia no setor da HIS. Esse último, foi citado na literatura (DEMARTINI, 2016; LINHARES, 2018) como uma necessidade para ampliar o número de profissionais que trabalham com ATHIS.

Outro exemplo, também vinculado à instituição de ensino superior, foi o do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, Trapiche, projeto de extensão do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFS, que dentre outras atuações trabalha com Assistência Técnica para os moradores do município de Laranjeiras e em ocupações, além da promoção de eventos para divulgação da ATHIS (TRAPICHE, 2020).

Assim, com o objetivo de levantar as experiências de ATHIS especificamente na RMA, foram realizadas entrevista com os profissionais que desenvolveram trabalho nessa área. Com base nas repostas, dividiu-se os resultados sob três vieses: experiências de ATHIS, método de trabalho e opinião sobre a autoconstrução assistida.

Dos profissionais entrevistados, um era representante de um projeto específico de ATHIS que foi vencedor do edital do CAU/SE, em 2018, que financiava a realização dessas ações. Com a finalização do prazo do edital, o grupo continuou e tentou levar esse projeto

para outras realidades ampliando a sua atuação. Os demais entrevistados, foram profissionais autônomos ou que tinham escritório específico de arquitetura popular.

Inicialmente, salienta-se que todos os entrevistados desse grupo eram formados em Arquitetura e Urbanismo. Inclusive na experiência de um edital do CAU específico para um projeto de ATHIS, a equipe profissional foi formada majoritariamente por arquitetos, com exceção de um profissional de Tecnologia da Informação (TI) para desenvolvimento do aplicativo, que foi uma ferramenta utilizada nesse caso específico. Quanto à atuação de Engenheiros, não se encontrou, em busca pela internet e nas conversas com os entrevistados, nenhum profissional que desenvolvesse desse segmento que ATHIS na RMA, essa questão até foi frisada por um dos participantes que afirmou ter procurado parcerias de profissionais da Engenharia para o desenvolvimento das assistências técnica, especialmente para orientações quanto à parte estrutural, mas não obteve retorno de interessados.

Destarte, questiona-se a ausência de multidisciplinaridade nas ações de ATHIS desenvolvidas na região metropolitana de Aracaju, algo tido como importante no desenvolvimento de tais atividades (CAU, 2018; DEMARTINI, 2016; SANCHES, 2015; FORERO et al., 2018). Sob esse aspecto, um dos entrevistados ressaltou que considera que seu trabalho é uma arquitetura popular e não uma ATHIS, justamente por não ser realizado por uma equipe multidisciplinar, com financiamento público e com maior abrangência de atuação. O fato de não ter um programa estruturado e vinculado às prefeituras ou experiências formalizadas de entidades sem fins lucrativos semelhantes ao trabalho desenvolvidos pela Peabiru e pela Usina CTAH, por exemplo, pode ter influenciado nesse resultado, visto que foram levantadas nessa pesquisa experiências autônomas, em sua maioria, o que dificulta a formação de uma equipe de profissionais de múltiplas áreas do conhecimento, já que a atuação, em geral, é pontual e individual.

Com base nas experiências relatadas, percebe-se que as ações se aproximam de uma arquitetura popular do que de uma ATHIS propriamente dita. Uma vez que a maioria das ações são realizadas de forma isolada pelos profissionais de arquitetura, que prestam serviço por um preço reduzido, sem o envolvimento de uma equipe multidisciplinar e sem o envolvimento e suporte do Poder Público.

5.2.1 *ATHIS na RMA: experiências*

Com exceção do ATHIS_01, o trabalho realizado pelos profissionais entrevistados era autônomo e individual, sendo a maior parte deles desenvolvidos no município de Aracaju; entretanto, não foi percebida uma área prioritária para ação dos arquitetos. Os projetos do ATHIS_01 e ATHIS_05 concentraram-se no bairro Porto D'anta, localizado na região limite entre Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, já o ATHIS_03 tem seu escritório e a maioria dos seus clientes são moradores do bairro Coroa do Meio em Aracaju. ATHIS_02 trabalha com projetos populares há mais tempo se comparado aos demais entrevistados, atuou em diversos bairros de Aracaju além de outras cidades sergipanas, como Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Capela e Nossa Senhora da Glória, ainda tem um projeto para disseminação do conhecimento a respeito de ATHIS meio de visitas a comunidades e bairros periféricos.

O primeiro entrevistado, ATHIS_01, discorreu sobre as ações do projeto financiado pelo CAU/SE, no qual as ações se concentraram no bairro no Porto D'antas e, principalmente, na etapa de projeto. Nesse sentido, uma das maiores dificuldades encontradas foi a burocracia. Na época, não existia o Registro de Responsabilidade Técnica Social (RRT Social⁹), o que demandava custo significativo para registrar a responsabilidade técnica, às vezes, um valor maior do que a própria melhoria realizada na residência. Em específico, o caso do assentamento de uma porta, no qual o valor da RRT foi maior que o valor do material em si. Outra dificuldade foi quanto à representação do projeto. Precisou-se elaborar um meio alternativo que proporcionasse linguagem adequada para a leitura e interpretação do morador, muitas vezes leigo. Nesse sentido, foi pensada uma ficha projetual, na qual seria detalhado o projeto e o passo a passo da execução, contudo, não havia uma norma técnica que caracterizasse essa representação como desenho técnico, o que dificultou a aprovação do CAU.

ATHIS_01 destacou que foi percebida nas residências a presença de problemas que seriam facilmente solucionados se houvesse orientação técnica adequada, como a questão do esgotamento sanitário e de escoamento da água. Nesse sentido, foi citada uma situação de

⁹ RRT Social: Essa foi uma iniciativa do CAU de incentivar os programas e projetos de ATHIS, com a criação de um tipo de RRT com custo reduzido voltada para o registro de atividades de projeto, execução e atividades especiais de Habitação de Interesse Social. Nessa, pode-se associar mais de uma atividade na mesma RRT, desde que limitada a 100 endereços residenciais ou um endereço de conjunto habitacional. (CAU, 2019).

uma moradora que direcionou o esgoto sanitário para o quintal, onde era plantado cana e banana e posteriormente esses alimentos eram consumidos pelos moradores. Outro caso impactante, foi uma casa doada por um programa de habitação municipal, que devido à uma falha na execução da fundação, foi condenada pela defesa civil com apenas quatro anos de uso. Nesse caso específico, o projeto nem conseguiu atuar diante das inúmeras manifestações patológicas existentes, principalmente no telhado.

O segundo entrevistado, ATHIS_02, destacou também a necessidade de seus projetos terem uma linguagem rápida e acessível para o cliente. Inicialmente, são analisados os seguintes aspectos: necessidade do cliente, vontade do cliente, disponibilidade financeira e prioridades de execução de acordo com as partes mais deterioradas. Assim, o profissional faz um cálculo rápido sobre o orçamento e conversa com a família sobre a necessidade de juntar mais dinheiro antes de começar as obras, diante da consideração sobre o custo com o material e com a mão de obras. O trabalho então decorre sempre na sequência: estudar a disponibilidade financeira dos clientes, saber o que é prioridade e qual a necessidade e fazer as adaptações.

Com seu trabalho, ATHIS_02 objetiva levar melhorias habitacionais e um olhar diferenciado da arquitetura voltado para população de baixa renda, mostrar que a arquitetura é um serviço que não é restrito aos ricos e que também pode chegar na periferia, de acordo com as possibilidades financeiras dos moradores, e promover melhores condições de conforto e habitabilidade. Nesse sentido, foi reforçada a necessidade de implementação da ATHIS por parte do poder público.

Eu falo dessa arquitetura que quando leva melhoria ela faz com que você não saia dali e permaneça porque você já tem uma identidade. Você já tem um vínculo de vizinhança, você já tem um armazém que você pode comprar e pagar por mês, você já tem o seu cabeleireiro ali, você tem a pessoa que você conversa, você tem um vizinho que pode olhar seus filhos quando você sai, você tem um suporte. Então essa arquitetura popular ela veio justamente para isso. A partir do momento que ATHIS for implementada dentro dos municípios, ela vai partir para fazer justamente isso. Para dar sentido ao lugar e para que não haja essa parte de ‘porque foi ocupado essas pessoas vão sair e vão para bem distante, o prefeito fulano de tal vai criar um conjunto habitacional não sei onde para tirar essas pessoas que ocuparam aqui e vai colocar lá no conjunto habitacional, onde vai estar longe dos olhos da sociedade.’

Então ATHIS ela vai justamente proteger essas pessoas. Então é quando a gente vai ver a diferença de cidade (ATHIS_02).

O terceiro entrevistado, ATHIS_03, define que seu escritório é pautado no conceito da rapidez. Assim, precisa haver um bom planejamento de tempo, tanto para elaborar o projeto, quanto para executá-los. Como precisa de velocidade, a depender da situação, não tem condições de realizar um projeto, assim a execução é feita a partir das informações de um croqui. O seu escritório também tem como característica o oferecimento de um serviço em formato de pacote, que contempla projeto, acompanhamento de obra e execução. Os serviços têm prazo de cerca de cinco dias, a depender da complexidade, por isso seu trabalho é limitado a pequenas intervenções de melhorias e reformas, pois sua equipe de obra precisa ter rotatividade para ter um rendimento financeiro para o escritório. Sob o fator de remuneração do trabalho, esse profissional percebeu que só era economicamente viável oferecer seu serviço com a vinculação entre projeto e obra, visto que a maioria dos seus clientes tem renda de até três salários mínimos, portanto, não tem condições de arcar com o valor real de projeto. Desta forma, a partir da associação com a execução, o profissional pode cobrar um valor mínimo pelo projeto, já que vai ser remunerado também pelo serviço de execução.

A experiência do ATHIS_03 foi diferente das demais, pois o fator de viabilidade econômica foi constantemente citado e foi influenciador da estruturação do escritório. Nesse sentido, traz à luz a discussão sobre a responsabilidade da remuneração do profissional de ATHIS. No caso citado, o profissional precisou reduzir o valor da sua hora de trabalho, para se adequar a realidade dos seus clientes. Vidal (2008) já salientava para a necessidade de um financiamento público que subsidiasse a remuneração do profissional de ATHIS. Para esse autor, a ATHIS tem papel fundamental na melhoria da qualidade da produção de moradias via autoconstrução, mas essa assistência, muitas vezes, é desenvolvida por ONGs e deve ser incorporada na atuação do poder público.

Sob esse aspecto, ao serem questionados sobre a influência do poder público na realização das ATHIS, todos responderam que não houve influência direta, e quando houve alguma influência, foi no sentido negativo por conta das questões burocráticas que tornam alguns processos demorados, principalmente na parte de regularização fundiária, e por conta da atuação ineficiente do poder público, que não conseguem fornecer infraestrutura adequada para as regiões periféricas, tampouco atender à demanda de HIS.

Mesmo com o sancionamento da Lei nº 11.888/2008, na qual ficou definido que “os serviços de assistência técnica previstos por esta Lei devem ser custeados por recursos de fundos federais direcionados à habitação de interesse social, por recursos públicos orçamentários ou por recursos privados” (BRASIL, 2008, Art 6º), pela resposta dos entrevistados, foi constatado que o custeio por parte do poder público, não existiu. Tal constatação mostrou-se em consonância com os resultados de Leite (2017), no qual a falta de apoio do poder público limitou a abrangência das atividades desenvolvidas pelo Projeto Habitat, um projeto do ATHIS nos moldes de extensão universitária realizado em Viçosa/MG.

Especificamente sobre as ATHIS para práticas de autoconstrução, ATHIS_01 respondeu que atuou principalmente na parte de projeto, pois à execução ficava na dependência de doação de materiais e da disponibilidade financeira das famílias para comprar, porém, em alguns casos, quando começava a obra, os moradores entravam em contato e eles faziam o acompanhamento. Em uma configuração semelhante, ATHIS_02 atua mais no projeto, mas também garante no mínimo duas visitas técnicas de acompanhamento. Já ATHIS_04 e ATHIS_06 atuam tanto no projeto, quanto na execução. ATHIS_03 e ATHIS_05 responderam que geralmente indicam uma equipe de pedreiros, ou seja, dificilmente o morador constrói sozinho, ou seja, sem o auxílio de algum desses profissionais.

Quanto à orientação para a aquisição do lote ou certificação da posse do lote, observou-se que os profissionais são contratados para as etapas de projeto e execução principalmente. Nos casos mencionados, os moradores geralmente já tinham adquirido o terreno, assim os profissionais comumente não atuavam nessa escolha. O ATHIS_05 comentou que atua em processos de regularização fundiária e usucapião no Porto D’antas e esbarra em diversos entraves burocráticos. Já o entrevistado ATHIS_02, disse que atua tanto na orientação para aquisição, quanto para regularização e processos de usucapião. Esse ainda faz um trabalho de conscientização com os moradores sobre a necessidade de regularizar o lote, ao exemplificar os benefícios, como o acesso a crédito para melhorias habitacionais. Contudo, também enfatizou que a questão da implantação no lote, para a arquitetura popular, é um aspecto complicado, pois nem sempre consegue atender ao código de obras, visto que os terrenos são estreitos, com 5 ou 6 metros de largura. Assim, fica inviável, por vezes, fazer recuo lateral. Nesse sentido, presta assistência técnica para melhorar a ventilação interna com alguns recursos projetuais, porém não conta com a ventilação lateral. Já em relação ao recuo

frontal, quando possível, tenta obedecer, a fim de evitar ônus com multa para os moradores durante o processo de regularização do imóvel. Sob esse aspecto, todos os detalhes se atendem ou não ao código de obras são discriminados na RRT. A dificuldade de atender aos parâmetros urbanísticos do código de obras também foi expressa pelo ATHIS_03.

Ao analisar as experiências dos profissionais no desenvolvimento das ATHIS, pôde-se perceber duas características preponderantes: a falta de incentivo por parte do poder público quanto à realização de tais atividade, uma vez que a remuneração do profissional, exceto à financiada pelo edital do CAU/SE, foi proveniente dos próprios recursos dos moradores, aliado ao preço reduzido cobrado pelo arquiteto por entender as condições financeiras do seu público-alvo. A outra característica foi quanto à necessidade de uma linguagem de representação gráfica rápida e acessível aos moradores, que em geral, não têm conhecimento suficiente para fazer a leitura e interpretação de plantas técnicas. Esses dois aspectos influenciaram, portanto, no desenvolvimento do método de trabalho específico para essas assistências técnicas.

5.2.2 ATHIS na RMA: método de trabalho

Sob a ótica do método de trabalho adotado no processo de desenvolvimento das ATHIS, as experiências dos entrevistados puderam ser divididas em dois grupos: projeto de ATHIS institucionalizado com múltiplas famílias atendidas, que compreendeu a experiência do projeto financiado pelo edital do CAU/SE, em 2018; e ações individuais. Apesar das diferenças entre esses dois grupos, quanto à escala de atuação e o financiamento das atividades, eles salvaguardam algumas semelhanças no processo de assistência técnica para habitação de interesse social, como a representação gráfica mais ilustrativa e a flexibilidade de horários para realização das ações. Com isso, pode-se sintetizar o processo de trabalho das ATHIS desenvolvidas na região metropolitana de Aracaju.

No primeiro caso, foi selecionado o projeto por um edital do CAU/SE, no qual foi disponibilizado um orçamento de R\$ 30.650, 00 para a realização das atividades no bairro Porto D'Antas. Essas atividades foram desenvolvidas por um grupo de sete pessoas que envolveu arquitetos, estudantes de arquitetura, além do professor orientador. Para o início das atividades, tentou a aproximação com os moradores através do contato com uma liderança comunitária, que não teve muita efetividade, pois houve interesse político por parte desse líder

que tinha lançado candidatura para deputado. O projeto foi realizado perto do período eleitoral o que influenciou significativamente no andamento das atividades e na receptividade dos moradores da região, que, por vezes, confundiam o projeto com algum ato de benfeitoria típico dos períodos eleitorais. Posteriormente, como a primeira tentativa de aproximação não foi efetiva, recorreu-se à divulgação em carro de som como estratégia de captação dos moradores. Os interessados deveriam se cadastrar no aplicativo dos programas, disponível para *smartphones android*. Em poucos casos, os moradores tiveram dificuldades com o cadastro e procuraram um dos integrantes do grupo que morava na região, e, assim, conseguiu realizar o cadastramento da família.

Depois de cadastramento, foram realizadas algumas reuniões coletivas, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), nas casas de moradores e na escola da região. Especialmente, no CRAS houve uma proibição por parte da diretoria, visto que uma das etapas era a entrega de materiais de construção e essa ação se confundiu com uma ação anteriormente realizada por uma representante da prefeitura que era candidata, no momento do projeto, à vice-governadora, a fim de evitar esse envolvimento político, essas reuniões não puderam ser realizadas no CRAS e foram transferidas para o quintal de um participante que cedeu o espaço. Durante essas reuniões coletivas, tinha o preenchimento de fichas de manifestações patológicas, com a interação por meio de bingo e sorteio de premiações, de forma lúdica para atrair a atenção dos moradores.

Os exemplos das manifestações patológicas eram ilustrados por fotos exibidas aos participantes, que marcavam em uma ficha se já tinham visto aquele problema na sua residência. Esses encontros aconteciam sempre aos sábados pela manhã, para atender às necessidades dos moradores que, em sua maioria, trabalhava durante a semana. Houve momento de ter 60 famílias cadastradas, mas apenas 15 foram selecionadas. Nesse último grupo, foram realizadas reuniões particulares de forma a observar a necessidade específica dos moradores e confirmar se as manifestações patológicas mencionadas no bingo eram presentes nas residências. Ainda, foram realizadas reuniões para apresentar o projeto e avaliar se o que foi proposto se adequava ao que o morador esperava. Este foi um processo participativo dos moradores, mas não proporcional ao que a equipe do projeto desejava, que eram com a execução por meio de mutirões. Ao final, foram entregues os projetos e assinados

os Registros de Responsabilidade Técnica. O método de trabalho desse grupo foi ilustrado na Figura 15.

As experiências individuais foram desenvolvidas de uma forma semelhante. Em geral, seguiam as etapas de trabalho: captação do cliente, visita de conhecimento, proposta de valor, realização da ATHIS, propriamente dita (projeto ou projeto e execução). Para a etapa inicial, de captação do cliente, eram utilizadas diferentes técnicas. ATHIS_02 costuma realizar divulgação através de panfletagem em terminais de ônibus, feiras livres, bairros mais distantes da capital e em outros municípios da região metropolitana de Aracaju, além de divulgação nas redes sociais. Essa forma de aproximação, para esse profissional, é uma maneira de desmistificar que a arquitetura é um serviço elitista. Por sua vez, ATHIS_03 e ATHIS_05, citaram que indicações de conhecidos e antigos clientes são importante recurso na divulgação dos seus trabalhos e muito dos seus clientes vêm dessa recomendação “boca a boca”.

Sobre a segunda etapa do processo, são feitas visitas técnicas para entrevistar os moradores, a fim de entender as suas necessidades. ATHIS_02 ressalta que, no seu caso, essa visita não tem custos e serve para entender as demandas do cliente e conhecer a rotina da família e para fazer a análise do provimento financeiro. Ainda, o entrevistado marca uma visita no seu escritório, para que os clientes possam conhecer o seu trabalho. Já o ATHIS_05 salientou que se trata de um momento de conversa, no qual é discutido se há viabilidade para executar as alterações que os moradores desejam; nesse momento, também há explicação das regras que precisam ser atendidas, como a proibição de construir em área de proteção ambiental e sobre alguns parâmetros urbanísticos.

Os entrevistados também comentaram sobre o desenvolvimento da relação com os clientes/moradores. Nesse sentido, foi apontado recorrentemente sobre a necessidade de se estabelecer relação de confiança. Para ATHIS_06, a conversa inicial com os moradores é um momento importante e um processo delicado, pois pretende-se gerar laço de confiança entre profissional e cliente. Assim, em geral são realizadas conversas descontraídas e entrevistas para entender a rotina da família. Com o intuito de fortalecer a relação de confiança com o cliente, ATHIS_03 tem como prática apresentar uma ideia inicial da solução projetual, já no primeiro encontro. Esse processo de resposta imediata auxilia na credibilidade, mesmo que o projeto não tenha sido entregue. Essa conversa, também é uma oportunidade na qual se

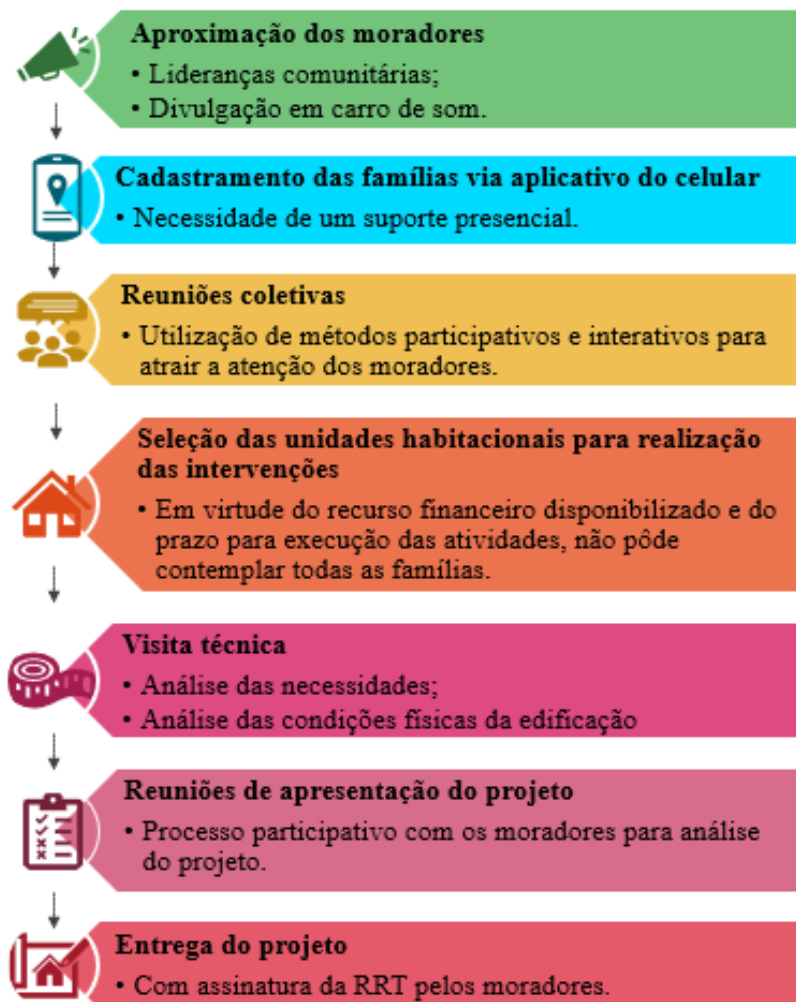
discute as limitações construtivas também. Segundo o ATHIS_05, o contato com os clientes também é um momento oportuno para começar um processo de conscientização sobre a importância dos serviços de ATHIS e combater o estigma que arquitetura é um serviço caro. Já a ATHIS_04 relatou o uso metodologias colaborativas e dinâmicas para facilitar a aproximação com os moradores, com objetivo de estreitar laços.

A etapa seguinte é a elaboração e apresentação da proposta de valor; essa proposta pode ser seguida de um contrato formal ou não, a depender do profissional e do escritório. Na experiência ATHIS_03, dificilmente existe um contrato formal por escrito, a maioria dos acordos de prestação de serviço são feitos pelo aplicativo de mensagem WhatsApp, e a entrega dos projetos também pode ser por esse aplicativo. O ATHIS_05 salientou que a quantidade de burocracia pode assustar esse tipo de cliente, assim geralmente faz a apresentação da proposta com valor adequado à realidade financeira do morador e à determinação dos prazos; com o aceite da proposta, é firmado um contrato simples. Com um procedimento parecido ao anterior, ATHIS_02, nas visitas de apresentação de projeto e orçamento do serviço, costuma mostrar uma representação em 3D simples, as plantas e a proposta de valor, que os clientes podem levar para casa para análise anterior à aprovação. Depois da aprovação, há a assinatura do contrato, que inclui o projeto e duas visitas para acompanhamento, contudo, às vezes têm visitas extras, caso esteja de passagem pela região da obra.

Posterior ao aceite da proposta de valor, tem-se a elaboração do projeto e aprovação pelo cliente. Nesse sentido, um aspecto importante é quanto à participação dos moradores nas decisões projetuais. Todos os entrevistados responderam que os moradores tiveram abertura para sugerir e alterar o projeto apresentado. Sob esse aspecto, ATHIS_02 pontuou que são marcadas reuniões no escritório até a aprovação final, o que demanda certa flexibilidade no horário de funcionamento do escritório, pois como muito dos seus clientes trabalham em horário comercial, as reuniões são realizadas em geral depois das 19:00 horas. Ainda, ATHIS_06 considerou que para facilitar no processo de aprovação do projeto, comumente apresenta uma planta técnica e um pequeno modelo 3D para que os clientes possam visualizar o resultado e fazer considerações. Já pela experiência do ATHIS_03, dificilmente existe pedidos de alteração, pois no primeiro momento já é apresentado um croqui com a ideia geral. Assim, não há mudanças depois do cadastramento e elaboração do projeto, pois os aspectos já

foram discutidos no momento inicial. Esse método de trabalho acontece justamente devido à agilidade que o processo de projeto e execução precisa acontecer no escritório.

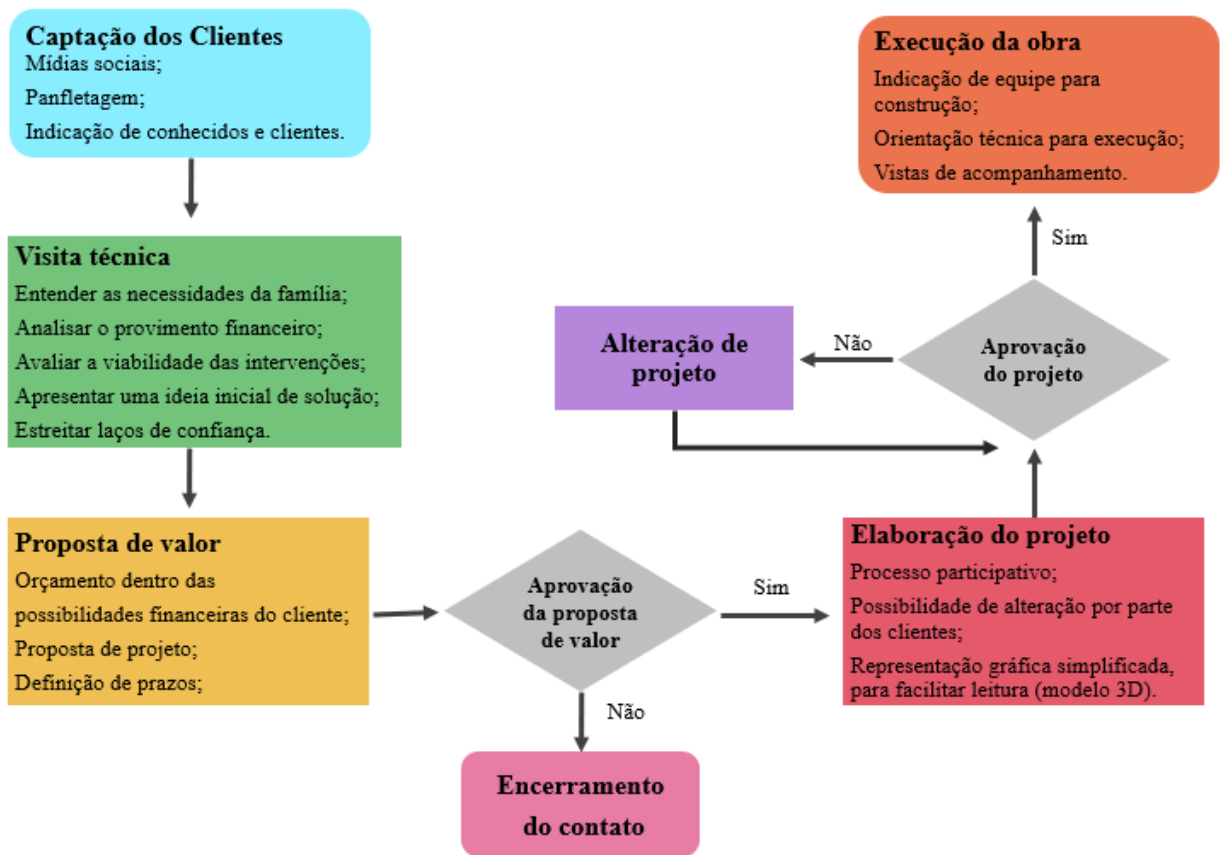
Figura 15 – Processo de desenvolvimento da ATHIS coletiva



Fonte: autora

Com a aprovação do projeto, o método de trabalho durante a execução difere de profissional para profissional. O ATHIS_03 disponibiliza uma equipe com pedreiros e ajudantes e fiscaliza o andamento da obra, já o ATHIS_05 e ATHIS_02 geralmente dão orientações sobre a leitura do projeto e o que precisa ser feito a pessoa que for executar a obra. A Figura 16 ilustra uma síntese dos métodos de trabalhos desenvolvidos na ATHIS individual com base na experiência dos entrevistados.

Figura 16 – Processo de desenvolvimento da ATHIS individual



Fonte: autora

Ao comparar os fluxogramas das Figuras 15 e 16 com o método de implantação de ATHIS proposto pelo IAB (Figura 8), observou-se que estes não se assemelham. Os projetos desenvolvidos na RMA não se configuram em programas de ATHIS devido à falta de um importante agente, o Poder Público, que seria responsável pelo financiamento das ações e promoção dessas, conseqüentemente. Diferente do observado, no qual os moradores foram os responsáveis pelo pagamento, com exceção da ação vinculada ao CAU (ATHIS_1), em que o conselho foi o agente financeiro.

Ao final, os profissionais foram questionados sobre o que poderia ser feito para aprimorar os trabalhos de ATHIS desenvolvidos. No caso da ATHIS coletiva, o profissional ATHIS_01 pontuou que para melhorar atuação do projeto dois pontos principais podem ser destacados: o período para realização do assessoramento e o melhoramento do aplicativo

proposto para o cadastramento das famílias. O primeiro aspecto porque necessitou de um maior tempo para execução do projeto e que esse período não coincidissem com de eleição. Já o segundo foi destacado porque o aplicativo poderia ser melhorado em algumas questões de funcionalidade, a fim de propiciar melhor diagnóstico sobre as residências do bairro e auxiliar na assistência técnica em escala urbana, como era o objetivo do projeto.

Já sobre as experiências dos profissionais autônomos, foi citada a necessidade de maior atuação do governo e de maior participação dos moradores. O ATHIS_04 pontuou que precisaria haver atuação mais efetiva dos governos para garantir a ATHIS, seja na regularização, nas melhorias ou construções, juntamente com a participação da população. Enquanto o ATHIS_05 reforçou que as questões burocráticas comprometem as melhorias em seu trabalho. Ainda, o ATHIS_03 destacou que a construção de um escritório físico que atenda à população de baixa renda é um dos seus próximos passos para melhoria das suas atividades. Para esse profissional ter uma sede é importante para o público saber que existe alguém ali que pode atendê-los e não apenas aos de classe mais alta, pensamento corroborado pelo ATHIS_02.

5.2.3 ATHIS na RMA: opinião sobre a autoconstrução habitacional

O último tópico de análise foi a opinião dos profissionais de ATHIS sobre a autoconstrução habitacional. O primeiro questionamento foi se eles enxergavam os autoconstrutores de habitação interesse social como cliente potenciais dos serviços de assistência técnica. A maioria dos entrevistados respondeu afirmativamente, exceto um que disse que nunca trabalhou com esse modelo e que sempre indica a contratação de um pedreiro, mas que ao seu ver a participação do morador na execução seria em serviços mais simples como a pintura. Já para o ATHIS_01, apesar de enxergar os autoconstrutores como clientes potenciais, enfatizou que precisa de uma divulgação do trabalho dos arquitetos e engenheiros para assistência técnica, pois há um desconhecimento quanto às leis de ATHIS, tanto a federal, quanto a municipal, seja pelos moradores ou até mesmo pelos vereadores.

Ainda quando questionados sobre a responsabilidade pelo pagamento da remuneração dos profissionais da assistência técnica para habitações autoconstruídas, os profissionais concordaram que a responsabilidade pelo financiamento das práticas de ATHIS é do poder público, conforme instituído na legislação específica. Contudo, os entrevistados se mostraram

pouco crentes quanto à atuação governamental nesse sentido, a exemplo do ATHIS_02, que afirmou acreditar mais em parcerias firmadas com instituições de ensino superior e com empresas privadas, para viabilizar os projetos de ATHIS, do que com o governo. Tal resultado pode ser reflexo da atuação profissional destes, já que a maioria dos trabalhos realizados foram pagos pelo próprio morador. Além de que ATHIS_01 e ATHIS_02 salientaram que já procuraram prefeituras municipais, como as de Aracaju e São Cristóvão, na tentativa de implementar um programa de ATHIS nesses municípios, mas não foram bem-sucedidos.

Outro objetivo foi investigar se os profissionais entrevistados acreditavam que a autoconstrução assistida poderia ser uma política habitacional válida, em consideração ao que já ocorre no município de Alfenas/MG, como relatado no trabalho de Godinho (2017). Os profissionais afirmaram que sim, contudo enfatizaram que a orientação de um profissional técnico adequado é fundamental. Como frisado por ATHIS_05, o apoio à autoconstrução assistida pode ser uma saída, já que existe pessoas sem aporte financeiro para contratar pedreiros e, ao ter, um profissional técnico de engenharia ou arquitetura por perto para uma orientação, torna-se uma opção válida para a construção de habitação. Já ATHIS_02 lembrou uma antiga questão em discussão, sobre o pagamento desses profissionais técnicos. Esse último aspecto é uma das grandes dificuldades de estabelecimento dos programas de assistência técnica de HIS, pois é notória a falta de vontade política em financiar tais iniciativas.

Uma etapa da entrevista consistiu em apontar pontos positivos, negativos e limitações da autoconstrução habitacional. O resultado dessa pergunta foi resumido na Figura 17. Desta pode-se observar que os aspectos positivos mencionados se relacionam com fatores “emocionais”, como sentimento de pertencimento, autonomia, proatividade, empoderamento, do autoconstrutor, uma vez que ao participar ativamente da construção tende-se a se apropriar do ambiente construído que fora executado de acordo com as suas necessidades e disponibilidade financeira. Essas características foram apontadas no estudo de Zybersztajn (2018) e Rossi (2012).

Figura 17 – Aspectos positivos, negativos e limitações da autoconstrução

Positivos	Negativos	Limitações
<ul style="list-style-type: none">• Sentimento de pertencimento, gerado pela participação direta do morador;• Menor custo;• Possibilidade de capacitar os moradores envolvidos;• Proatividade;• Autonomia;• Dinamismo;• Empoderamento comunitário.	<ul style="list-style-type: none">• Precariedade das habitações, que pode afetar tanto a segurança quanto à saúde dos moradores• Patologias construtivas;• Crescimento desordenado das cidades;• Baixo desempenho termico e lumínico.	<ul style="list-style-type: none">• Falta de recursos;• Muita burocracia;• Ausência de políticas públicas;• Falta de capacitação dos moradores;• Dificuldade de acesso a um profissional técnico;• Formação dos profissionais técnicos deficiente;• Questão fundiária.

Fonte: autora

Contudo, um fator preponderante, é o fator econômico da redução de custo, visto que não precisa contratar mão de obra para execução. Sob esse aspecto, debate-se a condição de sobretrabalho dos autoconstrutores (Lamounier, 2017; Carvalho, 2005), visto que, esse modelo de produção se baseia no trabalho não remunerado dos moradores. Diante disso, faz-se necessário ressaltar que a autoconstrução é derivada de uma restrição econômica que inviabiliza a contratação de profissionais da construção civil, como pedreiros e ajudantes, o que resulta nos moradores fazendo esse papel, mesmo sem ter experiência para isso. Assim, ao se pensar em uma política habitacional de fomento à autoconstrução habitacional, deve-se considerar a estrutura necessária para as atividades, bem como os agentes envolvidos, para que não recaia em um viés exploratório do morador como consequência da tentativa de reduzir o orçamento direcionado a políticas habitacionais por parte do poder público. Outros benefícios transversais é a capacitação dos envolvidos, no sentido de se aprender como executar os sistemas prediais; isso pode ocorrer com a troca de experiência entre os envolvidos e, principalmente, quando tem a orientação de um profissional técnico da arquitetura e engenharia.

Quanto aos pontos negativos da autoconstrução, esses têm relação com a falta de orientação técnica, que compromete o desempenho da habitação e favorece o surgimento de patologias construtivas. Esse desempenho pode ser visto sob o aspecto da segurança, que

considera a resistência estrutural e a dificuldade de propagação de incêndios. Também pode ser vista no sentido da habitabilidade, ao relacionar aspectos da estanqueidade à água, de conforto térmico, lumínico e acústico. Esses fatores exercem influência nas questões de salubridade da habitação, que se relaciona diretamente com a saúde dos moradores, ao passo que o ambiente construído de forma precária facilita a ocorrência de mofo, da passagem de vetores e de falhas no esgotamento sanitário.

As limitações, portanto, são oportunidades de melhorias. São, por vezes, problemas identificados que impedem o desenvolvimento da prática. Foi apontada como limitação, as questões fundiárias, no sentido de que o acesso à terra urbana por parte da população de baixa renda é um entrave, onde, muitas vezes, faz-se o uso de loteamento irregulares e da ocupação de propriedades. A dificuldade de acesso a um profissional técnico também é consequência da limitação de recurso dos moradores, da ausência de políticas públicas e da formação desses profissionais técnicos, que, muitas vezes, ignoram o nicho de atuação que envolve HIS.

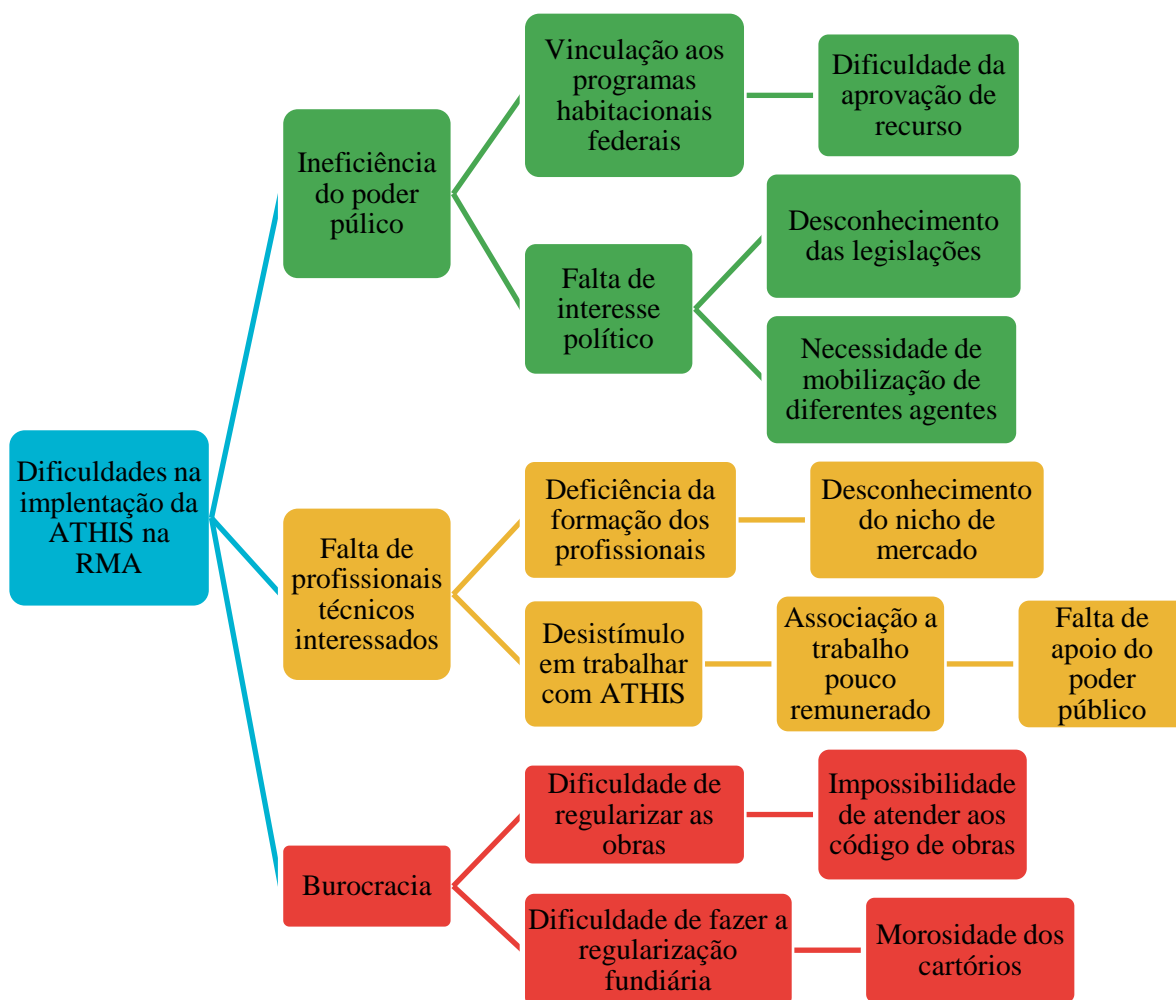
Ao considerar as dificuldades apontadas pelos profissionais entrevistados a respeito da execução das artes, pode se perceber dois aspectos importantes: a falta de financiamento desse serviço e a formação dos profissionais técnicos, que, muitas vezes, não considera a atuação em habitação de interesse social como um nicho de mercado e uma necessidade da sociedade. Sobre o último aspecto, ATHIS_02 ressaltou que, idealmente, precisaria ter um trabalho mais profundo que iniciaria na formação durante a graduação, para que os futuros profissionais já saiam com a visão que a arquitetura popular existe e é uma necessidade, pois a vivência em estágios e escritórios não é o suficiente. Não só limitado à arquitetura, mas com a participação dos engenheiros no desenvolvimento de ATHIS.

A partir da análise das experiências compartilhadas pelos entrevistados, pôde-se reunir os entraves para a implantação da ATHIS na região metropolitana de Aracaju. Assim, com o uso da metodologia árvore de problemas (Figura 18), foi possível elencar as causas que originam ou agravam essa problemática central, a fim de compreender melhor os cenários e auxiliar na busca por solução a esses (CAMPOS; ABEGÃO; DELAMARO, 2002).

A Figura 18 reforçou que a atuação ineficiente do poder público em prol da implantação da ATHIS nos municípios da RMA, bem como a falta de interesse dos profissionais técnicos em trabalhar com ATHIS, além das questões burocráticas foram as causas com maiores

influências. Em comparação com a árvore de problemas proposta na Figura 7, pôde-se observar que o desconhecimento quanto à legislação de ATHIS também foi algo percebido na realidade do Peabiru (2019), ao passo que a necessidade de mobilização das comunidades e os fatores a respeito da produção autogerida não foram mencionados pelos profissionais da RMA. Tal resultado pode ter sido influenciado porque a maioria das experiências relatadas foram ATHIS pontuais e individuais, exceto à do ATHIS_01 que, por sua vez, foi um projeto embrionário criado para atender ao especificado pelo edital do CAU, então o estabelecimento dos laços com à comunidade, como um trabalho continuado, não ficou evidente.

Figura 18 – Árvore de problemas sobre entraves à implantação da ATHIS nos municípios da RMA



Fonte: autora

5.3 ANÁLISE DA HABITAÇÃO SOB O OLHAR DOS AUTOCONSTRUTORES

Nesse item foram apresentados a análise dos resultados do questionário feito com os 32 autoconstrutores. Para a análise, agrupou-se as respostas em cinco grupos distintos de recorte temático: características dos autoconstrutores, caracterização do lote, processo de construção, aspecto evolutivo das moradias, satisfação com a moradia. Ao final, também se fez um levantamento dos sistemas construtivos e das manifestações patológicas existentes nas unidades, sob a ótica do usuário. Assim, inicialmente foi caracterizado o perfil dos autoconstrutores, descrito no tópico seguinte.

5.3.1 Caracterização dos autoconstrutores

Esse grupo temático contemplou as perguntas sobre localização das moradias autoconstruídas, aspectos socioeconômicos dos autoconstrutores, composição familiar, além de perguntas sobre a moradia anterior à habitação autoconstruída e a motivação para mudança de casa.

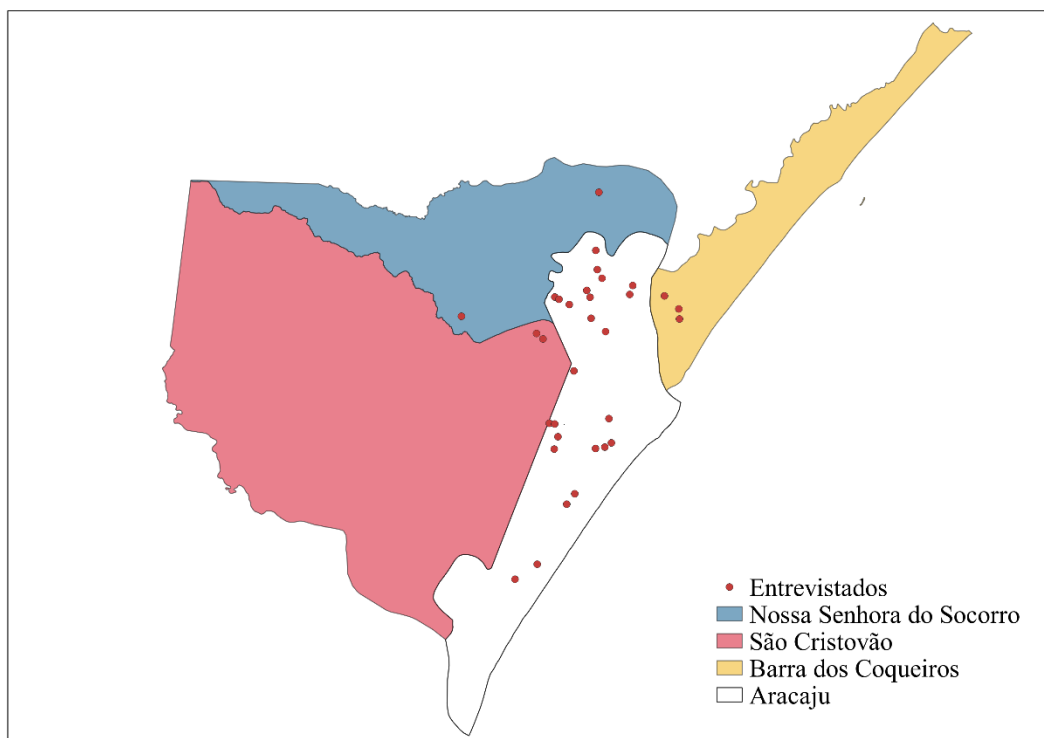
O primeiro aspecto foi relacionado à localização das moradias. Percebe-se, na Figura 20, uma certa concentração dos entrevistados em bairros localizados nas regiões limítrofes dos municípios que compõem a região metropolitana de Aracaju. Com esse resultado foi observado uma reprodução do modelo segregado de urbanização, a partir de um processo de difusão dos núcleos de ocupação, que culminam na implantação das HIS em locais afastados do centro, ou seja, nas zonas periféricas das cidades.

Quanto aos aspectos socioeconômicos, a Figura 21 mostrou a distribuição etária dos entrevistados, em que a maioria dos respondentes compreendeu a faixa etária de 40 a 59 anos (68%). Ainda, a maior parte eram casados (60%) . Sobre a renda familiar (Figura 22), percebeu-se que a distribuição de renda foi variável, sendo a maior concentração no estrato de 2 a 3 salários mínimos (28%). Da Figura 23, observou-se que o nível de escolaridade com maior número entrevistados (31%) foi o de Ensino Fundamental Incompleto. No que se refere à ocupação principal dos entrevistados, pedreiro foi a profissão mais recorrente, seguida de pessoas aposentadas (Tabela 4).

Sobre a quantidade de residentes na habitação autoconstruída, o número variou entre uma a cinco pessoas, sendo que a menor ocupação correspondeu a cerca de 6% dos

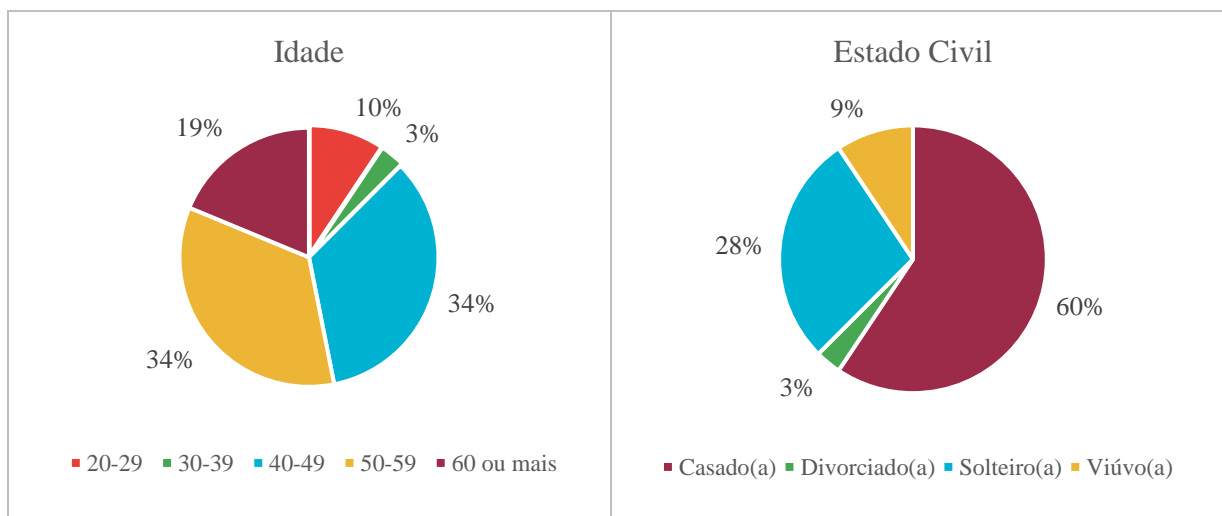
entrevistados. A composição familiar mais comum foi formada por casal e filhos, que correspondeu a 50% das famílias entrevistadas (Figura 24).

Figura 20 – Distribuição espacial das residências dos entrevistados



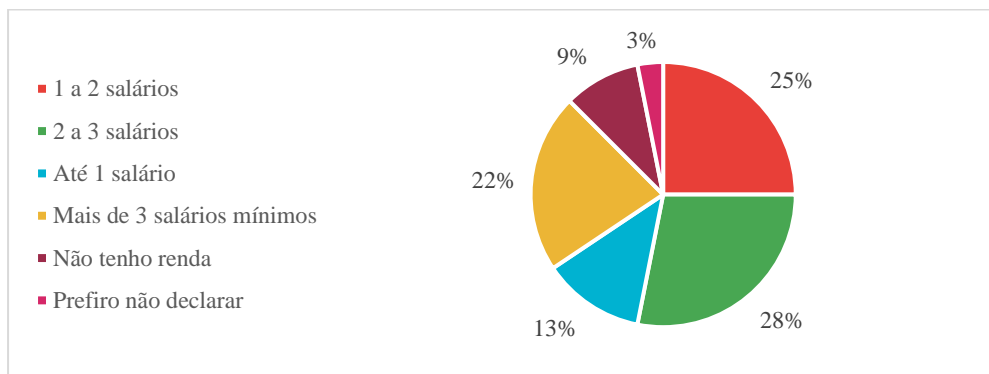
Fonte: autora

Figura 21 – Faixa etária e Estado civil dos participantes



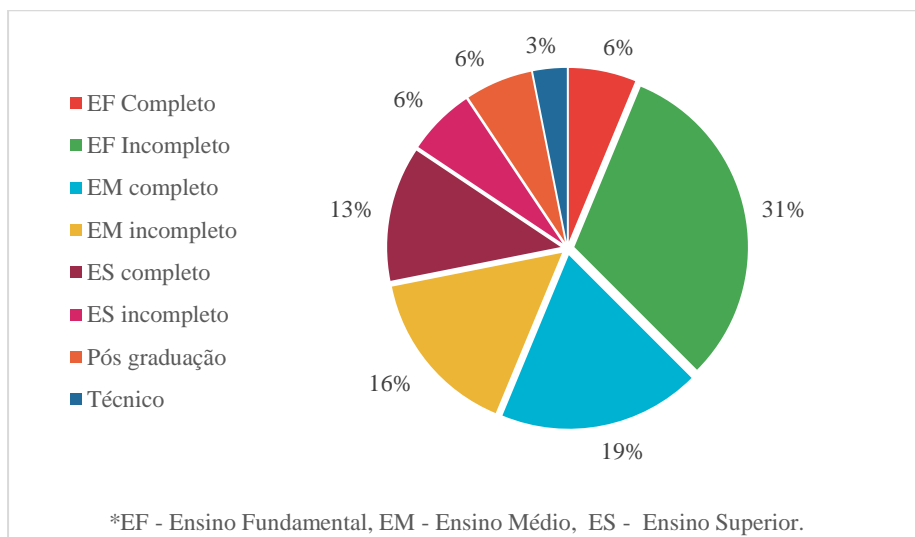
Fonte: autora

Figura 22 – Renda mensal familiar



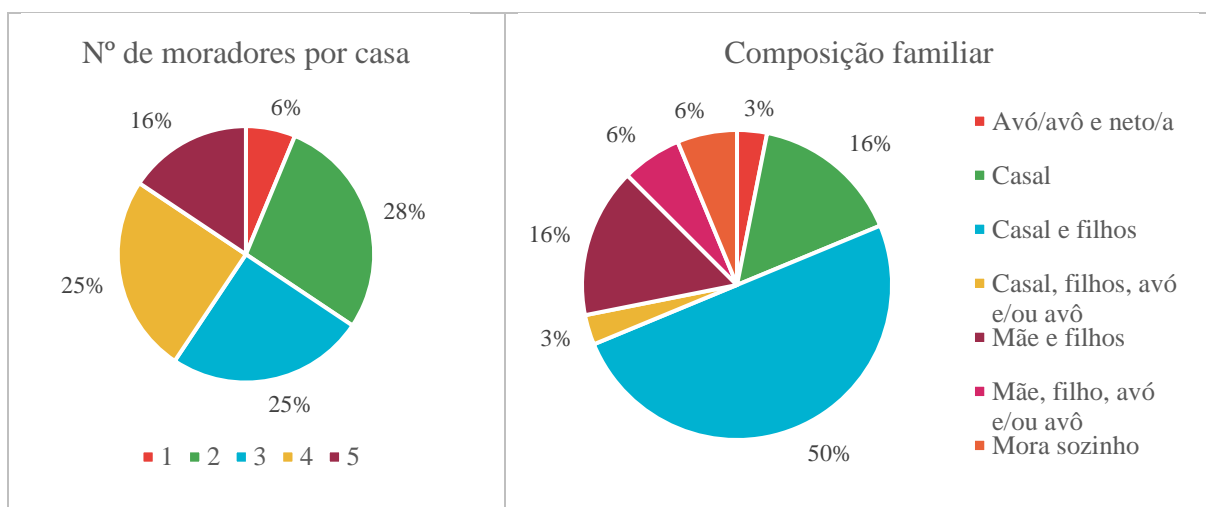
Fonte: autora

Figura 23 – Nível de escolaridade dos moradores



Fonte: autora

Figura 24 – Número de moradores e composição familiar



Fonte: autora

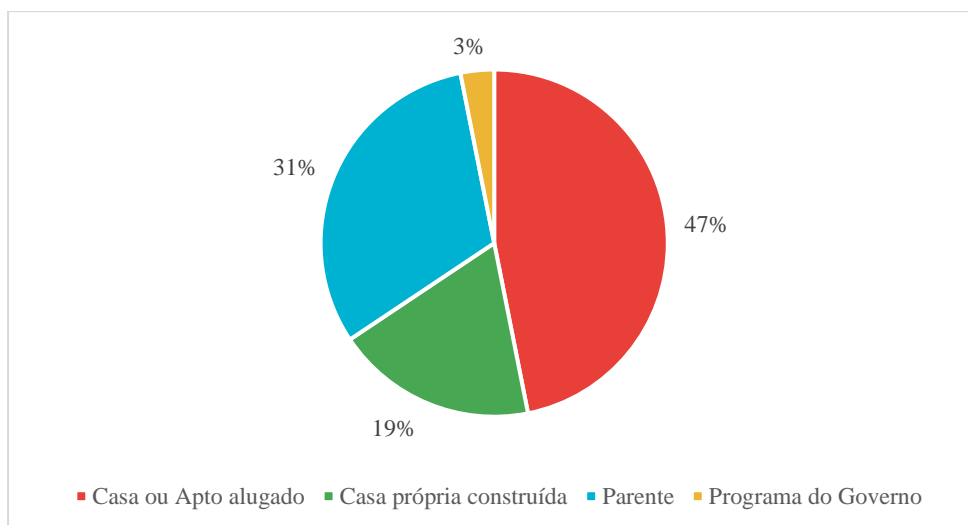
Tabela 4 – Ocupação principal dos entrevistados

Ocupação Principal	Nº de entrevistados
Pedreiro (a)	6
Aposentado (a)	5
Professor(a)	4
Porteiro(a)	3
Dona de casa	2
Acompanhante, faxineira, Agente de limpeza	1
Ajudante de Pedreiro	1
Cabo de turma	1
Desempregado (a)	1
Diarista	1
Empregada Doméstica	1
Eletricista	1
Eletrotécnico (a)	1
Estudante	1
Motorista	1
Supervisor (a) elétrico	1
Vendedor (a)	1
Total Geral	32

Fonte: autora

As perguntas seguintes abordaram aspectos relativos à moradia anterior à habitação autoconstruída. A partir da Figura 25, percebeu-se que cerca de 47% dos participantes moravam anteriormente em um imóvel alugado. Nesse sentido, todos os entrevistados moravam em casa própria, no momento da aplicação do questionário. Portanto, como consequência desses resultados, o fator que mais contribuiu para a mudança de casa foi a motivação para sair do aluguel, como pode ser observado na Figura 26, pelo destaque que a palavra “Aluguel” teve na nuvem de palavras. Outro fator preponderante para mudança de casa foi o casamento que impulsionou a saída da casa dos pais para construção de um núcleo familiar e em busca de independência. Outros fatores também foram mencionados, como separação ou morte do cônjuge que foram determinantes para mudança de casa.

Figura 25 – Tipo da moradia anterior à autoconstruída



Fonte: autora

Figura 26 – Quais foram os motivos que levaram a mudança de casa?



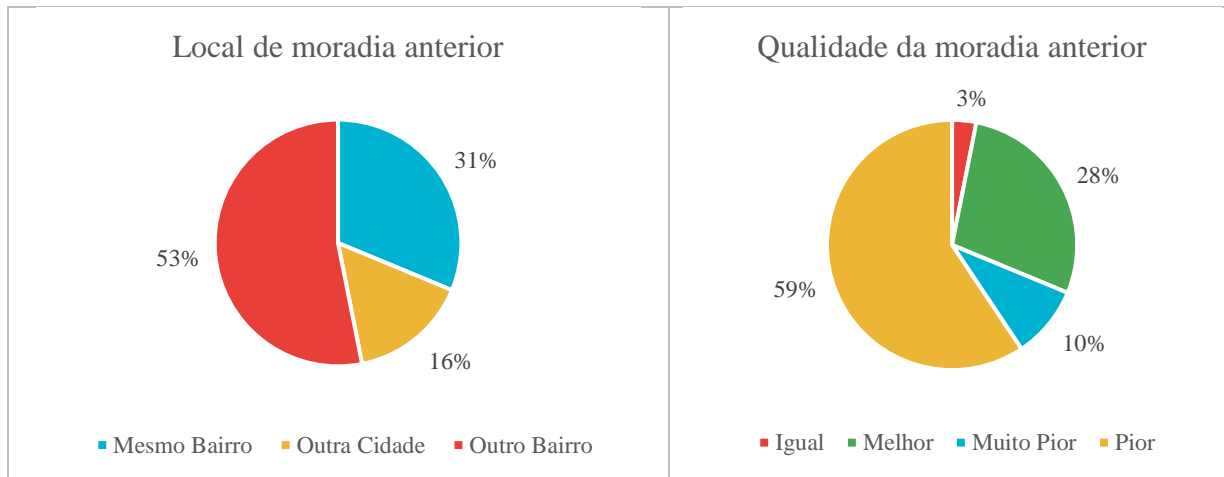
Fonte: autora

Também sobre características relacionadas à moradia anterior, a Figura 27 ilustrou que, em geral, os respondentes se mudaram para outros bairros, mas nas mesmas cidades (53%), embora 16% tenham afirmado que trocaram de cidade por motivos relacionados a trabalho, como evidenciado pela observação em conjunto com a Figura 26. Ainda, a Figura 27 permitiu observar a questão da qualidade da habitação anterior à autoconstruída. Assim, constatou-se que 59% moravam em uma habitação pior desempenho do que a autoconstruída.

Assim, da Figura 28 percebeu-se que 75% dos entrevistados construíram a casa integralmente, enquanto a parcela que recebeu HIS do governo foi mínima, correspondeu a 9% da amostra. Ressalta-se que beneficiários do governo entraram na pesquisa, pois foram

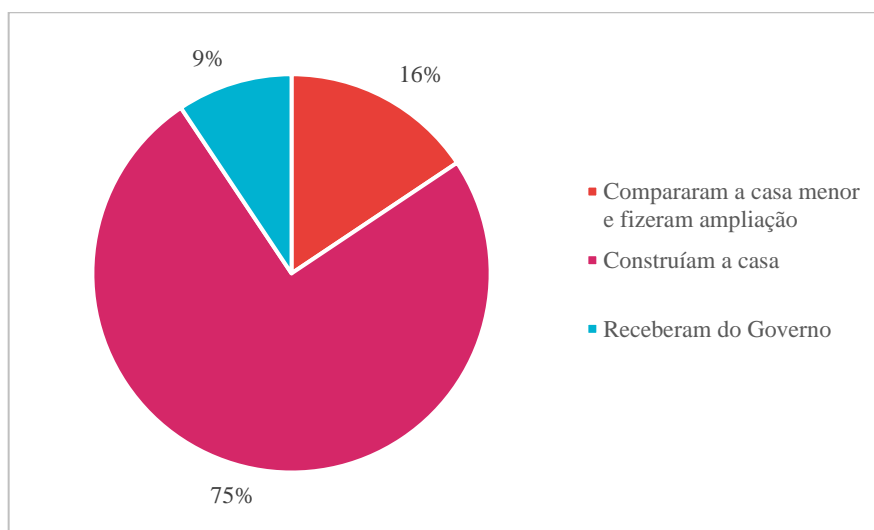
feitas ampliação via autoconstrução nas unidades habitacionais ganhadas, visto que estas eram muito pequenas ou não possuíam acabamentos.

Figura 27 – Localização e qualidade da moradia anterior à autoconstruída



Fonte: autora

Figura 28 – Forma de aquisição da habitação atual

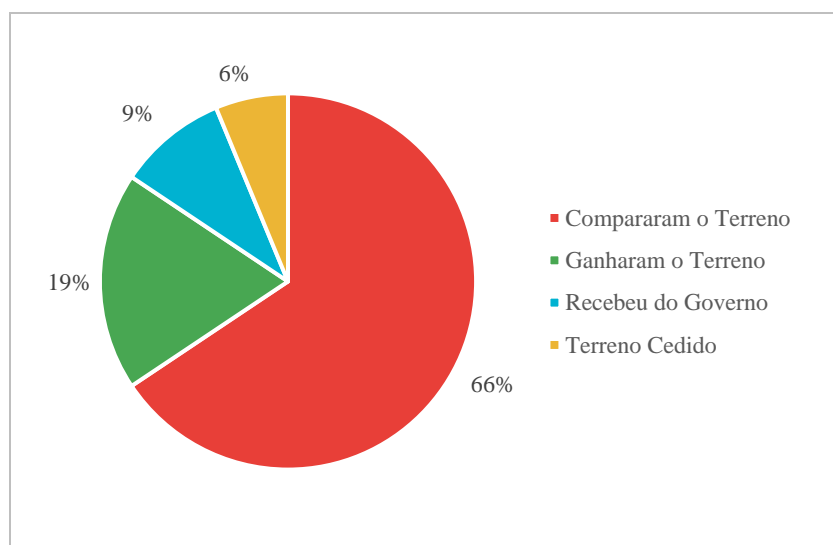


5.3.2 Lote

O segundo tópico de análise da autoconstrução foi a questão do lote. O acesso à terra pela população de baixa renda é um fator impactante e dificultador no que tange à obtenção da moradia digna por essa parcela da população. Nesse sentido, a Figura 29 apresentou a situação e pode-se observar que a maioria comprou o terreno (66%). Buscou-se saber como foi essa compra, mas foi uma questão não muito detalhada pelos moradores. Alguns relataram

que foi um loteamento irregular, fruto de uma ocupação anterior. Em um dos casos, foi mencionado que o valor do lote foi baixo e parcelado em vários meses, esse valor especificamente correspondeu a 2/3 do salário mínimo da época. Outro apontou que a relação comercial se estabeleceu através da troca, na qual, o autoconstrutor trocou um pássaro de estimação por um lote. Essas transações comerciais são exemplos da atuação do mercado de solos informais, que são responsáveis por promover o acesso à terra pela população mais pobre que não conseguem participar do mercado formal.

Figura 29 – Situação do lote



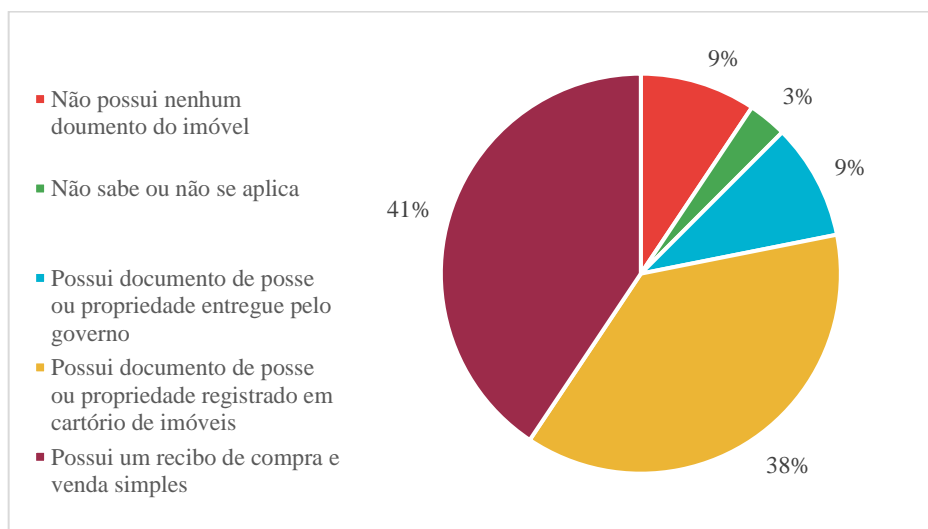
Fonte: autora

A segurança de posse configura-se como um dos pilares para moradia digna, segundo a ONU (UNITED NATIONS, 1991). Sob esse aspecto, a Figura 30 tentou sintetizar as formas de documentação que certificasse a posse dos lotes pelos moradores, constatou-se que a maior parte dos entrevistados tinha um recibo de compra e venda simples (41%), mas também que 38% dos autoconstrutores já tinham registrado a posse do lote em cartório. Ainda, o menor percentual afirmou desconhecer a existência de algum documento (3%) ou não ter documento que comprove a posse (9%).

Sobre a questão de coabitação, não foi observado a existência de mais de uma família dividindo o mesmo domicílio. Contudo, percebeu-se que 31% dos entrevistados dividem o lote com outras famílias (Figura 31), ainda que essas se constituam em casas geminadas e apresentem acessos independentes. Na maioria dos casos, o lote era compartilhado entre

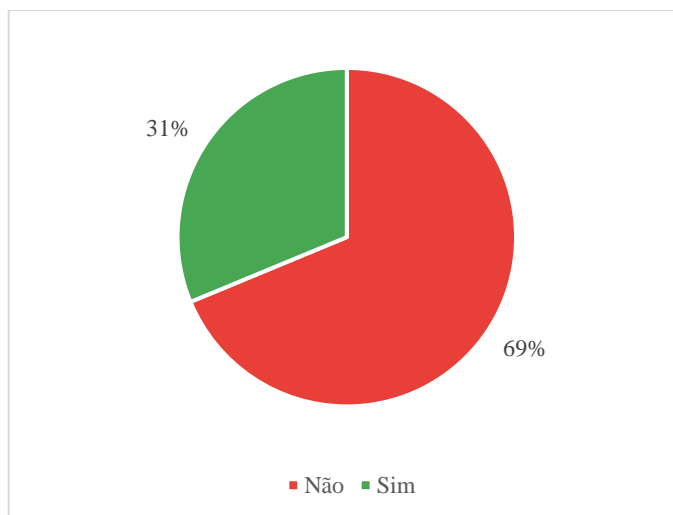
membros da família (pais e filhos ou entre irmãos), apenas um dos casos era ocupado por terceiros sem grau de parentesco sob aluguel.

Figura 30 – Existência de documento que comprove a posse do lote



Fonte: autora

Figura 31 – Mais de uma família ocupando o lote?



Fonte: autora

As Figuras 32, 33, e 34 representaram os aspectos dimensionais do lote, frete do terreno, proporção entre profundidade e testada do lote e área do lote, respectivamente. Esses dados foram obtidos a partir da entrevista com os moradores por meio das perguntas constantes na Lista de Verificação (Apêndice B). A análise desses aspectos foi realizada a

partir das definições dos parâmetros urbanísticos dispostos no PDDUs dos municípios. Esses índices variam de acordo com a classificação da área de implantação do lote no macrozoneamento do município. Assim, a Tabela 5 sintetizou esses valores para os municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão.

Tabela 5 – Parâmetros urbanísticos contemplados nos PDDUs da RMA

Municípios	Frente do lote (m)	Relação Lateral/Frente	Área mínima do lote (m²)
Aracaju	5 - 7	Inferior a 5	100 - 200
Barra dos Coqueiros	8 - 12	-	250 - 300
N. Senhora do Socorro	5 - 7	Inferior a 5	100 - 200
São Cristóvão	5 - 20	-	125 - 500

Fonte: Aracaju (2000), Barra dos Coqueiros (2008), Nossa Senhora do Socorro (2015), São Cristóvão (2020), organizado pela autora

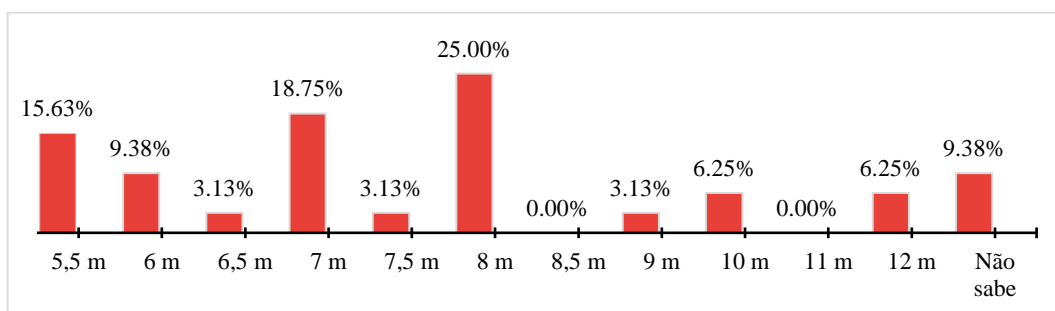
Para a frente do lote, observou-se que o tamanho de frente variou entre 5 e 12 metros. A Figura 32 apresenta uma plotagem da distribuição desses valores variando em intervalos¹⁰ de amplitude correspondente a 0,5 m e 1 m, sendo que o intervalo correspondente à menor dimensão (até 5,5 m) agrupou cerca de 15,63% das residências. Percebeu-se que, em geral, os lotes tiveram dimensões de frente do lote maiores ou iguais ao mínimo estabelecido nos Planos Diretores da maioria dos municípios, exceto a Barra dos Coqueiros que apresenta valor mínimo de testada de 8 metros. O intervalo mais comum de tamanho de frente compreendeu os valores de 8 a 8,5 metros (25%). Ainda, 9,38% dos participantes afirmaram desconhecer as dimensões do lote.

A partir da Figura 33, identificou-se que a maioria (90,62%) dos lotes seguem a proporção entre a profundidade/testada do lote determinada nos PDDUs de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, visto que apresentaram valores inferiores a 5 vezes. Os Planos Diretores da Barra dos Coqueiros e de São Cristóvão não consideram esse parâmetro urbanístico (Tabela 4). Os demais participantes não souberam informar as dimensões do lote. Conforme Mororó (2012), o estudo dessa proporção é importante, pois esse desenho do lote influencia na implantação da UH e na distribuição dos cômodos.

¹⁰ O intervalo considerado foi aberto no limite inferior e fechado no limite superior, ou seja, para a quantificação foram considerados valores maiores à menor dimensão do intervalo e valores inferiores ou iguais à maior dimensão do intervalo

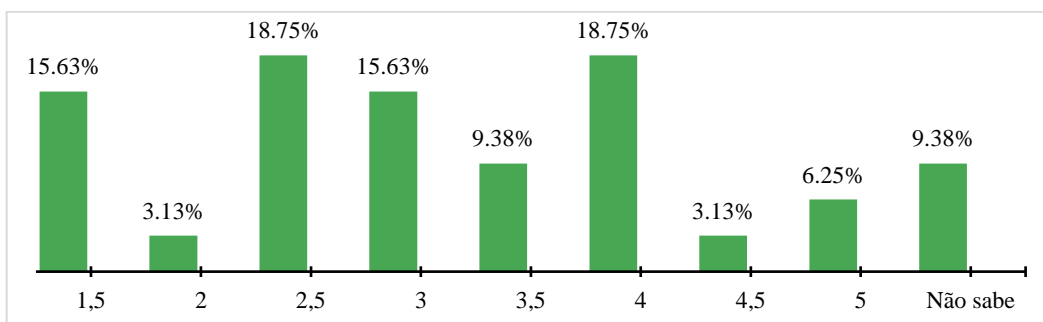
Quanto à área do lote (Figura 34), notou-se que a maioria das unidades se encontram dentro dos limites 50 – 250 m². Contudo, 31,26% dos lotes apresentam áreas até 100 m² que é o menor valor encontrado na determinação dos PDDUs, especificamente em Aracaju, como de referência de área mínima permitida. O tamanho da área é um importante parâmetro porque determina a capacidade de alocação e tamanho dos cômodos, além das oportunidades de ampliação das habitações.

Figura 32 – Dimensão da frente do lote em metros



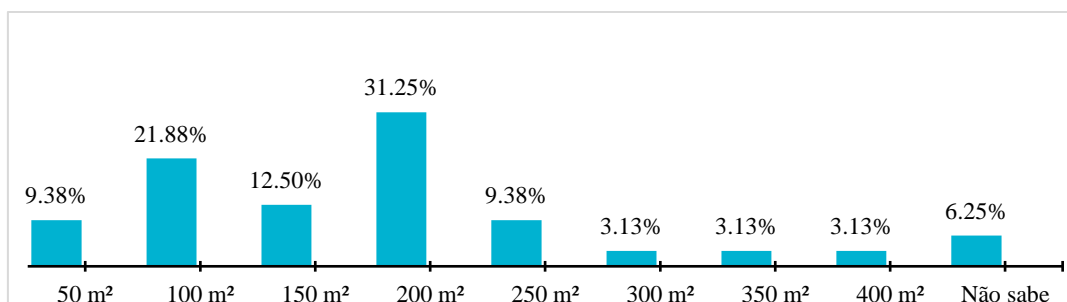
Fonte: autora

Figura 33 – Relação entre as dimensões lateral e frente do lote



Fonte: autora

Figura 34 – Área do lote em m²



Fonte: autora

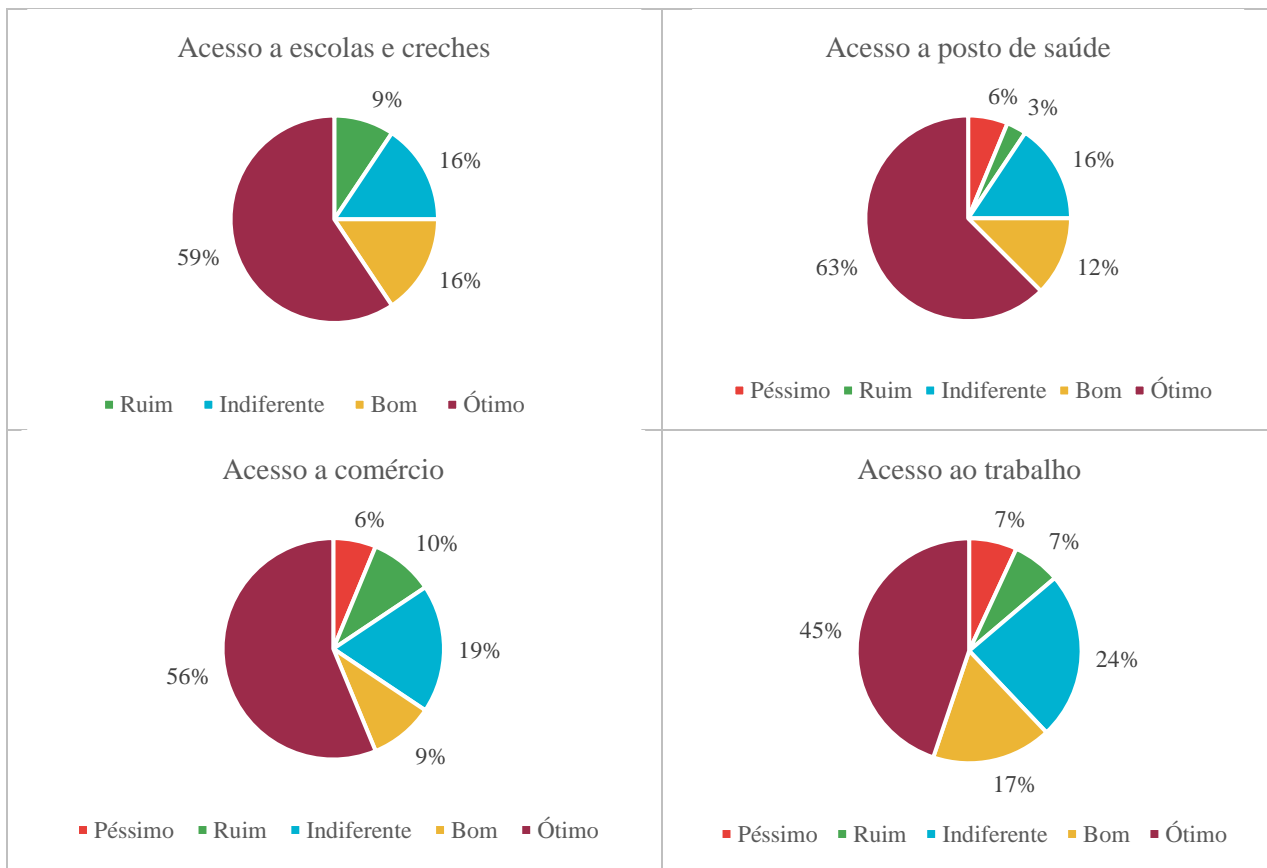
A análise seguinte consistiu em averiguar a percepção do usuário quanto à localização do lote em relação ao acesso a diferentes serviços e a percepção sobre a disponibilidade de

serviços (transporte, infraestrutura, serviços públicos e comércio, em geral) na região. Por disponibilidade entendeu-se aspectos de quantidade e qualidade desses serviços. Destaca-se que essas perguntas foram feitas em escala de avaliação Likert de cinco pontos, nos qual a interpretação foi: 1 – péssimo, 2 – ruim, 3 – indiferente, 4 – bom e 5 – ótimo. O valor a ser alcançado para o mínimo satisfatório compreendeu o valor intermediário (3), por ser este o ponto de transição do pior para o melhor cenário.

Sob esse aspecto, a Figura 35 reuniu as opiniões dos usuários sobre o aspecto localização do lote em relação aos serviços de educação, saúde, comércios e ao acesso ao trabalho do morador. Percebeu-se que a avaliação foi positiva, de maneira geral, ao passo que o atributo “ótimo” foi o mais recorrente em todos os itens avaliados. Essa tendência avaliativa se repetiu no resultado sobre a disponibilidade de serviços na região (Figura 36). Assim, pode-se inferir que mesmo residindo em áreas mais distantes do centro, nesses locais já se desenvolveram redes de prestação de serviços para atender à população.

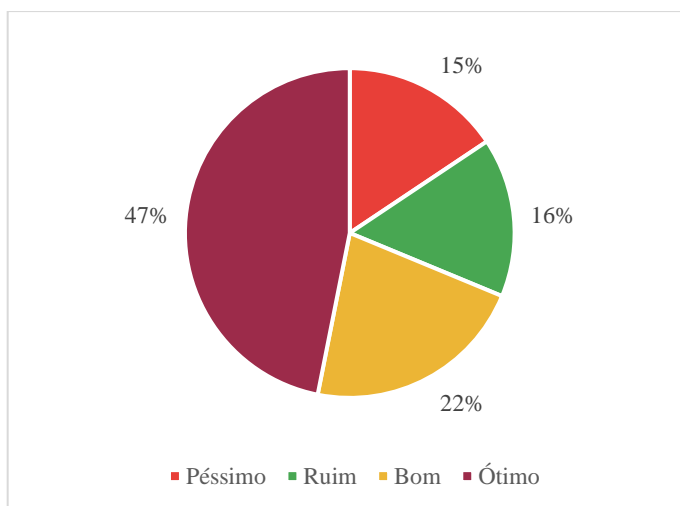
Para analisar os aspectos de localização e disponibilidade de serviços de maneira integrada, elaborou-se um gráfico de rede a partir da média ponderada das respostas dos moradores (Figura 37). Ainda, obteve-se a moda, desvio padrão e o coeficiente de variação dessas respostas e foram dispostos na Tabela 6. Desta tabela, observou-se que todos os aspectos tiveram avaliação positiva, visto que obtiveram médias acima de 3 pontos e a moda foi a avaliação máxima (5). Esse último dado reflete a maior recorrência de resposta. Já para análise de dispersão entre as respostas, através do desvio padrão e do CV, percebeu-se que, com relação ao acesso a escolas, creches e postos de saúde, as respostas tiveram uma média dispersão, uma vez que os CV obtidos foram superiores a 15% e inferiores a 30%. Para os demais aspectos, ao passo que os CV foram superiores a 30%, constatou-se indicativo de dispersão alta das respostas. Também se observou que o grupo “disponibilidade de serviços na região” foi o que apresentou maior divergência das respostas em relação à média, visto que o seu CV foi o maior (43%) classificado como alta dispersão. Assim, infere-se que embora a média e moda tenham resultado em uma avaliação geral positiva, as opiniões dos participantes foram variadas, vide a média e alta dispersão dos dados obtida.

Figura 35 – Localização do lote em relação ao acesso a diferentes serviços



Fonte: autora

Figura 36 – Disponibilidade de serviços na região



Fonte: autora

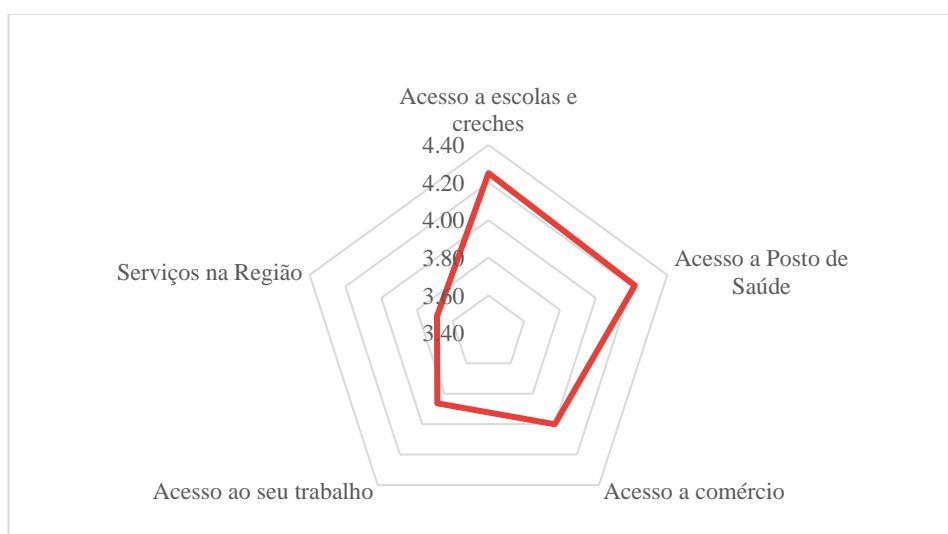
Tabela 6 – Notas atribuídas a relação entre localização do lote e disponibilidade de serviços

Aspectos	Mín - Máx	Média	Moda	Desvio Padrão	CV
Acesso a escolas e creches	2 - 5	4,25	5	1,05	25%
Acesso a Posto de Saúde	1 - 5	4,22	5	1,21	29%
Acesso a comércio	1 - 5	4,00	5	1,32	33%
Acesso ao seu trabalho	1 - 5	3,86	5	1,27	33%
Disponibilidade de serviços na região	1 - 5	3,69	5	1,57	43%

Fonte: autora

Pela Figura 37, notou-se, dentre os aspectos avaliados, a disponibilidade de serviços na região foi o que obteve pior avaliação pelos moradores, seguido da avaliação sobre o acesso ao trabalho. A infraestrutura precária dessas regiões e a dificuldade de acesso ao transporte público foram fatores que influenciaram muito nesses resultados, uma vez que o acesso aos demais serviços foi visto como bom.

Figura 37 – Média das respostas para localização do lote e disponibilidade de serviços



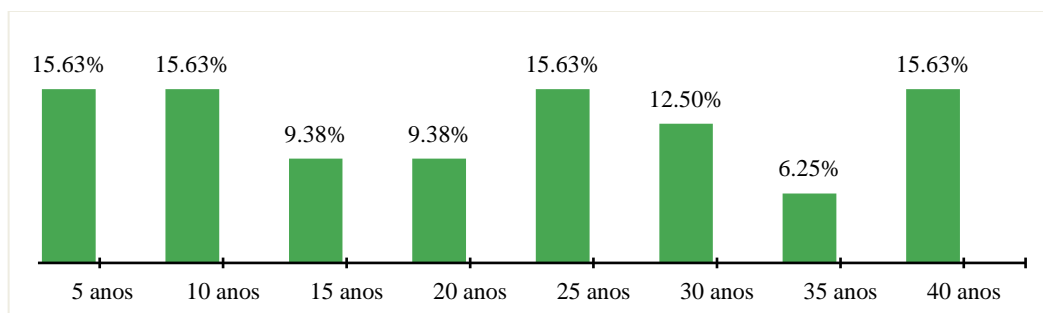
Fonte: autora

Por fim, ao analisar os resultados de localização do lote sob a interpretação aos pilares da moradia adequada (UNITED NATIONS, 1991), constatou-se que no pilar específico de localização, pode-se considerar como adequada as habitações avaliadas, visto que as notas apresentadas pelos moradores foram, de maneira geral, próximas à classificação “bom”, ou seja, o lote está em uma região que permite um bom acesso aos serviços.

5.3.3 Construção

Posterior à caracterização do lote, buscou-se entender as configurações temporais e financeiras, além das decisões tomadas pelo autoconstrutor durante as fases do processo de produção da habitação. O primeiro aspecto analisado foi a questão do tempo, esse aspecto foi considerado a partir de três óticas: tempo de moradia, tempo para iniciar a autoconstrução e tempo de concluir a autoconstrução. Na Figura 38, embora tenha amplitude considerável sobre a quantidade de anos que os autoconstrutores moram na residência (de menor que cinco anos até 40 anos), percebeu-se uma distribuição quase regular entre os participantes da pesquisa. Assim, não foi possível estabelecer único limite temporal que maior número de respondentes.

Figura 38 – Distribuição de frequência do tempo que os autoconstrutores moram na habitação autoconstruída.



Fonte: autora

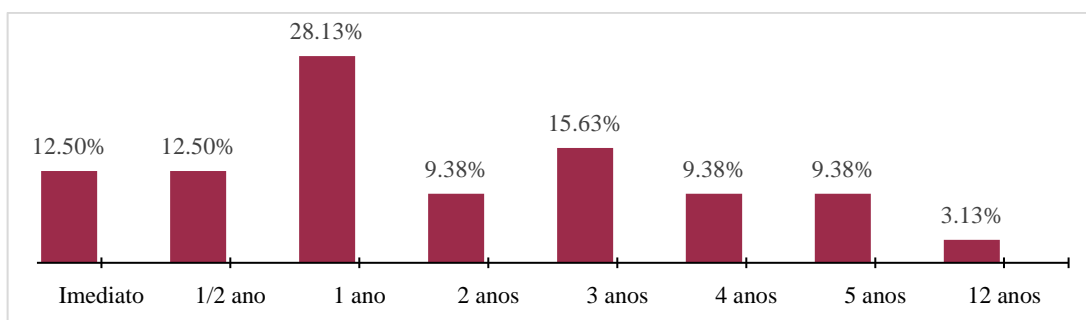
Quanto ao tempo necessário para iniciar a obra depois da aquisição do lote (Figura 39), notou-se que uma menor parte (3,13%) começou a construção depois de doze anos de adquirido o terreno. Tal resultado pode ter interferência das unidades que foram apenas ampliadas via autoconstrução. Assim, demandou tempo maior para o morador fazer uma reserva financeira e iniciar as obras de melhorias. Ainda, constatou-se que a maioria dos respondentes esperaram no máximo um ano. Essa rapidez pode ser relacionada com a necessidade de sair do aluguel, uma das principais motivações para realizar essas construções. Assim, é recorrente construir inicialmente um módulo mínimo, suficiente para a família “entrar”, e com o tempo vão terminando os serviços.

Essa característica evolutiva pode se relacionar com uma resposta específica da pergunta sobre o tempo gasto para finalizar a construção (Figura 40). Nessa pergunta, 15,38% dos autoconstrutores consideraram que a obra nunca foi finalizada, pois ainda não foi

concluído o projeto inicial. Percebeu-se ainda os diferentes intervalos temporais citados pelos respondentes, o que pode evidenciar as diferentes interrupções da obra necessárias para que a família tivesse recursos financeiros suficientes para realizar os serviços.

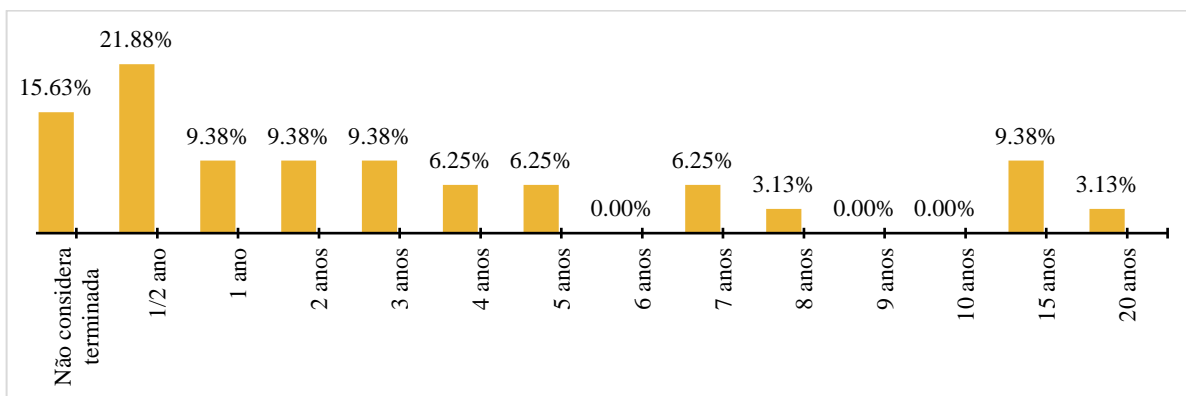
O financiamento das atividades foi majoritariamente (76%) advindo dos recursos dos próprios autoconstrutores (Figura 41). Desse modo, percebeu-se que parte da renda mensal, assim com as bonificações de 13º salários e férias eram destinadas à construção. Para muitos entrevistados, essa ação era considerada um investimento, visto que permitia a saída de aluguel e a edificação de um bem durável. Percebeu-se também que a minoria precisou vender algum bem (5%) ou contraiu empréstimo (5%). Já a opção “outros” relacionou-se especificamente à ajuda de amigos, que fizeram uma vaquinha para angariar fundos para construção de um morador.

Figura 39 – Distribuição de frequência do tempo que os autoconstrutores levaram para começar a autoconstruir



Fonte: autora

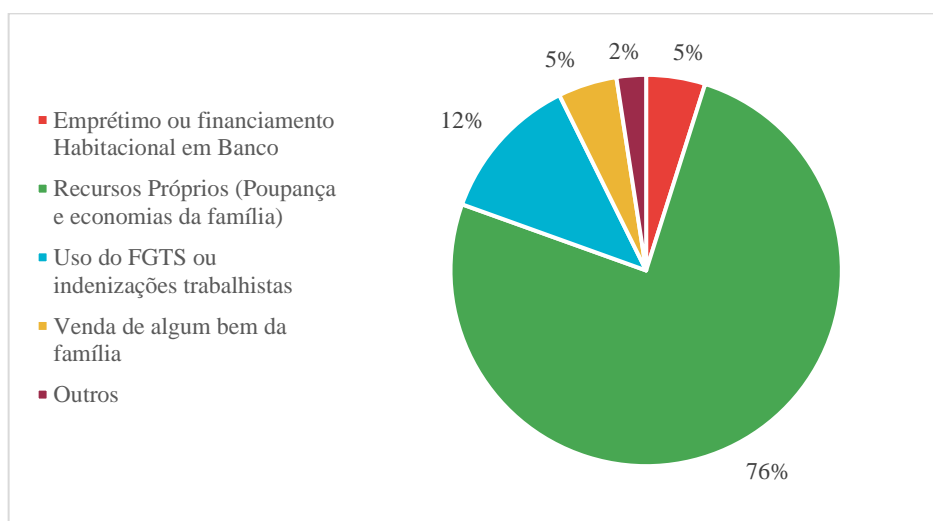
Figura 40 – Distribuição de frequência do tempo que os autoconstrutores levaram para concluir a construção



Fonte: autora

A questão do financiamento também pode ser analisada à luz dos requisitos para moradia adequada da ONU (UNITED NATIONS, 1991), porque faz relação com o pilar de “custo acessível”. Para esse, o custo com habitação não pode comprometer a realização de outros direitos pelo morador. Sob o relato dos autoconstrutores participantes, para realizar a construção eles dividiam o salário em duas despesas básicas: com o financiamento da obra e com a alimentação. Assim, pode-se depreender que alguns dos casos analisados o fator economicidade afetou a adequação da moradia.

Figura 41 – Financiamento dos recursos na autoconstrução



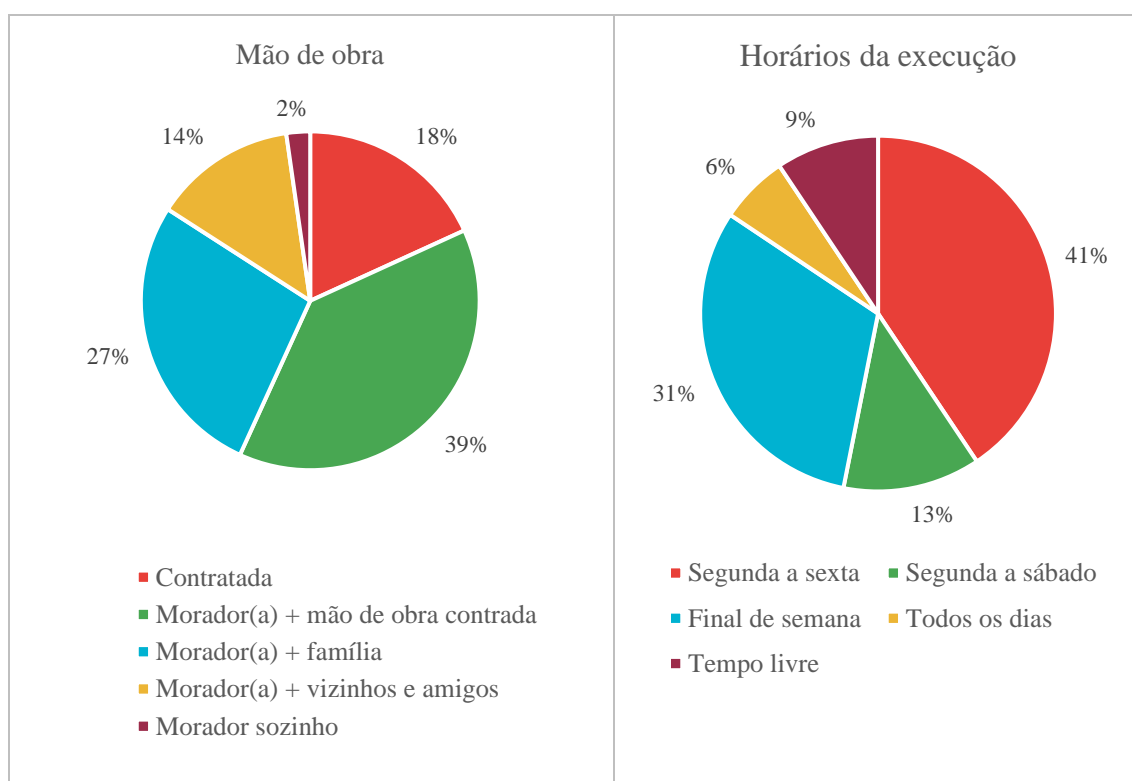
Fonte: autora

Ainda, da análise integral da Figura 41, evidenciou-se que a participação do poder público no financiamento das práticas individuais de autoconstrução foi inexistente. Inclusive, até mesmo para a construção de componentes da infraestrutura urbana, alguns participantes que residiam no bairro Santa Maria, em Aracaju, citaram que essas instalações foram feitas por atuação popular e comunitária através de mutirão. Tal fato reforçou o distanciamento do poder público da população de baixa renda no sentido de prover o acesso à moradia digna.

Já a Figura 42 trouxe um levantamento da mão de obra utilizada na execução da obra. O arranjo mais comum observado foi do trabalho do morador associado à mão de obra contratada (39%), – entende-se, para fins desse trabalho como mão de obra contratada profissionais da construção civil como pedreiros, ajudantes, eletricitas, encanadores, sem ser responsáveis técnico – seguido da configuração morador com ajuda de familiares (27%). A utilização do próprio dono da casa como mão de obra se dá justamente como fator redutor do

custo da construção. Contudo, para que essas habitações possam ser executadas, os horários, por vezes, foram alternativos, já que os moradores também podem trabalhar em outros lugares simultaneamente à execução da casa. Assim, 31% dos participantes responderam que construía a casa apenas no final de semana. Entretanto, salienta-se que o horário mais comum de execução foi o comercial, de segunda a sexta (41%). Tal fato pode ser justificado pelo percentual de mão de obra contratada que foi empregado (18%), ainda alguns autoconstrutores trabalhavam no período noturno ou por empreitada, dessa maneira, as vezes conseguiam executar durante os dias da semana.

Figura 42 – Mão de obra na autoconstrução

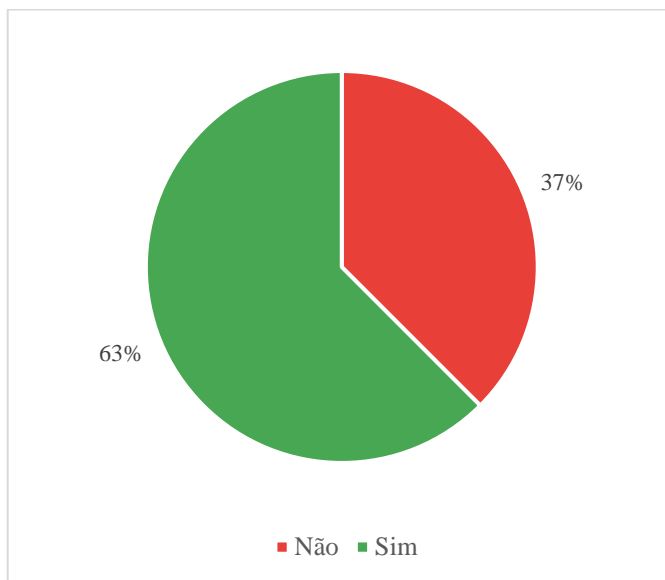


Fonte: autora

Os resultados seguintes compreendem as escolhas dos moradores durante algumas fases específicas do ciclo de vida da edificação, como a fase de projeto e planejamento e a do pós-morar. Sob esse aspecto, a Figura 43 ilustrou as respostas sobre a existência de desenho, croqui ou projeto formalizado, que norteasse a construção da moradia. Dessa figura, pôde-se constatar que a maioria (63%) elaborou alguma representação gráfica, contudo não houve projeto formal, apenas croquis desenhados pela família. A escolha da disposição dos cômodos, por vezes, foi feita com base em referência prévia vista em revistas ou na internet

ou pelo conhecimento do próprio autoconstrutor, já que cerca de 22% trabalhavam no setor da construção civil (Tabela 4), outros apenas buscaram adequar as necessidades da família ao terreno.

Figura 43 – Elaboração de croqui/projeto



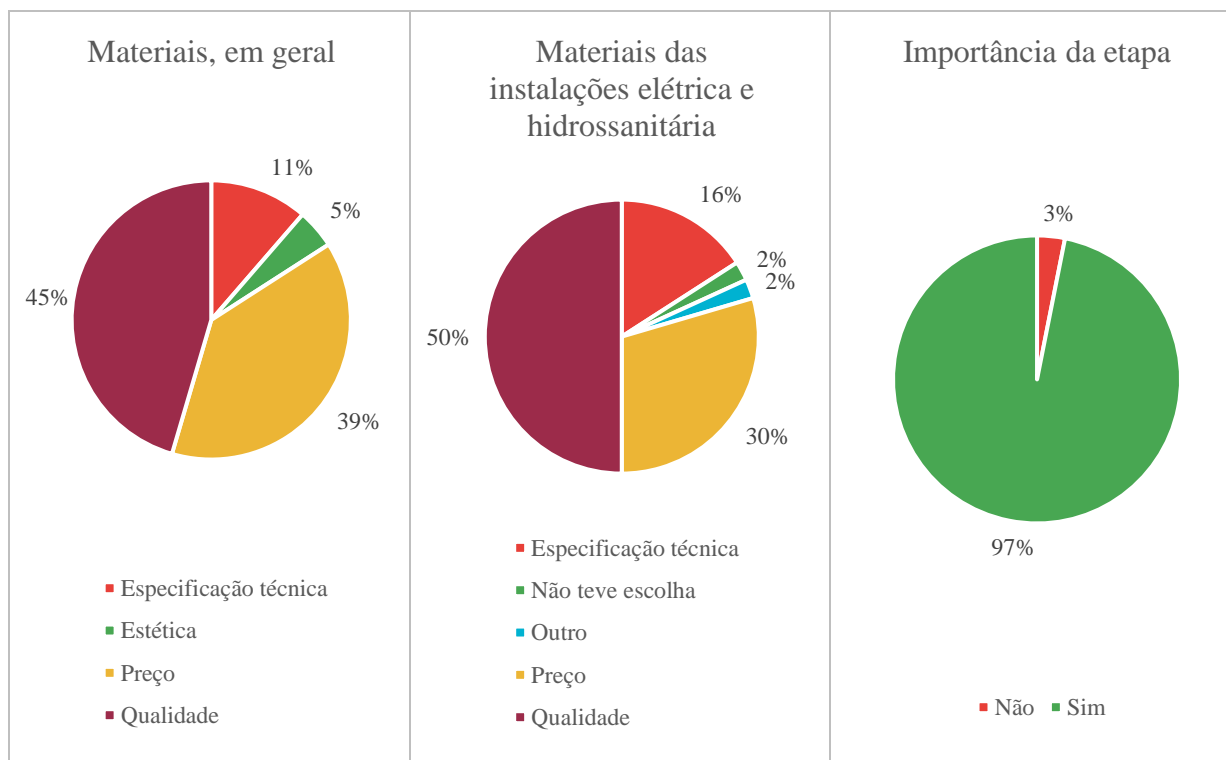
Fonte: autora

O próximo aspecto foi quanto ao planejamento para escolha e compra dos materiais. Como observado na Figura 44, em geral, os materiais foram escolhidos de acordo com o quesito qualidade, embora, o fator preço tenha tido porcentagem significativa (39%). Contudo, quando questionado sobre a escolha dos materiais especificamente para as instalações complementares elétrica e hidrossanitária, o impacto do fator preço foi reduzido (30%) se comparado aos materiais em geral. Esse resultado foi explicado pela consideração que a opção pela qualidade ou por marca de referência para o material dessas instalações reduz problemas futuros que mobilizem mais recursos para consertar. Ademais, de forma geral, os autoconstrutores afirmaram que a etapa de escolha dos materiais é de suma importância, justamente, para garantir o bom desempenho da edificação e para evitar maiores gastos com reparos.

Já sobre a obtenção dos materiais (Figura 45), 54% dos moradores responderam que compravam de acordo com a necessidade, sem planejamento inicial. A falta de planejamento tanto pode acarretar desperdícios de materiais por não ter quantitativo prévio, quanto na paralisação das atividades falta de insumos ou no comprometimento do desempenho da etapa

construtiva. A segunda forma de obtenção mais recorrentes foi o oposto, a compra com planejamento. Nesse sentido, foi prática comum ir comprando durante um certo tempo e fazendo estoque do material, quando tinha quantidade suficiente de suprimentos, iniciava parte da execução.

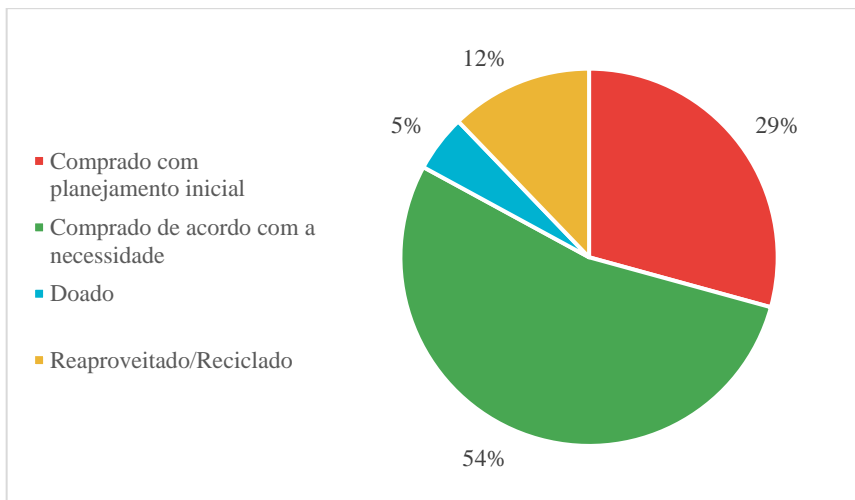
Figura 44 – Escolha dos materiais



Fonte: autora

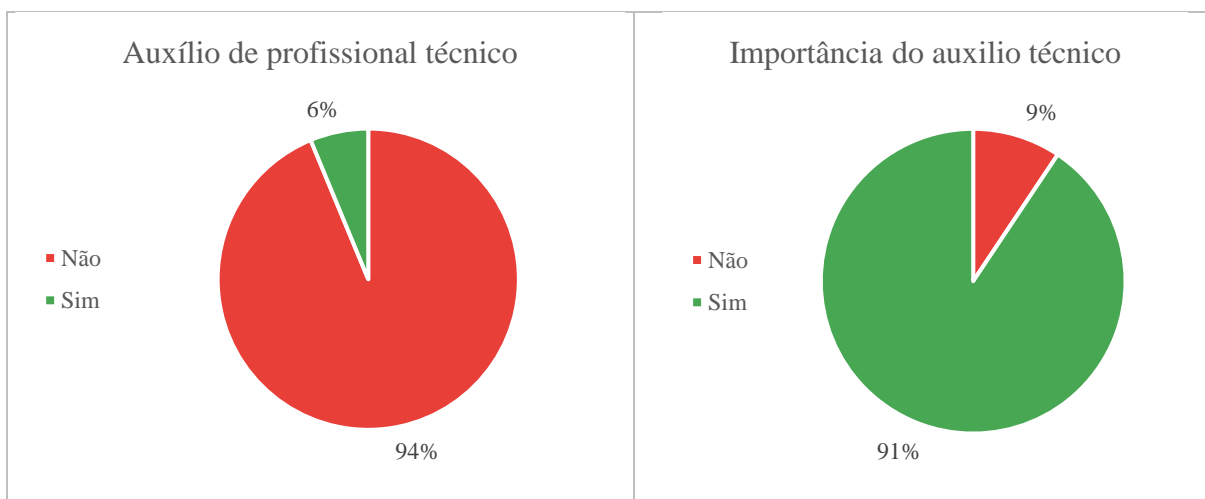
A Figura 46 apresenta informações sobre a existência de orientação de algum profissional técnico, tal como arquiteto(a) ou engenheiro(a). Nessa figura, observou-se um paradoxo, entre a realidade e a percepção dos autoconstrutores. Na prática, apenas 6% dos autoconstrutores tiveram auxílio de algum desses profissionais, que eram conhecidos ou parentes. Portanto, o contato não se configurou em prestação de serviço formal, mas em ajuda para resolução de dúvidas, que, muitas vezes, não foram seguidas as orientações pelos autoconstrutores. Do outro lado, ilustrou-se a percepção dos moradores sobre a importância da contratação dos serviços desses profissionais, 91% dos respondentes consideraram importante, embora tenham justificado que só não contrataram por inviabilidade financeira, já que tacharam o serviço como oneroso e que implicaria no desvio do dinheiro que foi destinado para compra de materiais.

Figura 45 – Obtenção dos materiais



Fonte: autora

Figura 46 – Orientação de profissional técnico

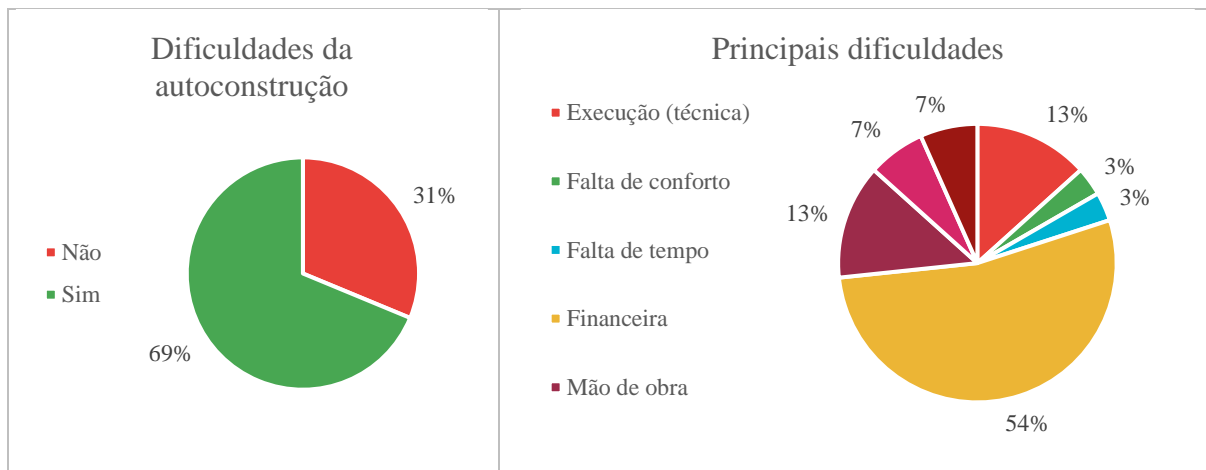


Fonte: autora

Buscou-se investigar se houve dificuldades durante o processo de produção dessas habitações (Figura 47). Como resultado, obteve-se que 64% afirmaram que sim e que a maioria dessas dificuldades estava relacionada às condições financeiras que implicaram na interrupção da obra certas vezes. As duas outras maiores dificuldades foram relativas à execução propriamente dita (13%) e à mão de obra (13%). Sob o primeiro aspecto, foram pontuados alguns fatores mais complicados no que tange a execução, recorrentemente falou-se do telhado, também foi citado um problema estrutural que ocasionou a queda de muro por falta de amarração, além da necessidade de refazer o *layout* interno por conta da incidência solar, que prejudicava o conforto nos quartos. Diante de todas as intercorrências mencionadas,

reforça-se a necessidade de ATHIS acessível, a fim de oferecer orientação técnica para facilitar a produção dessas habitações.

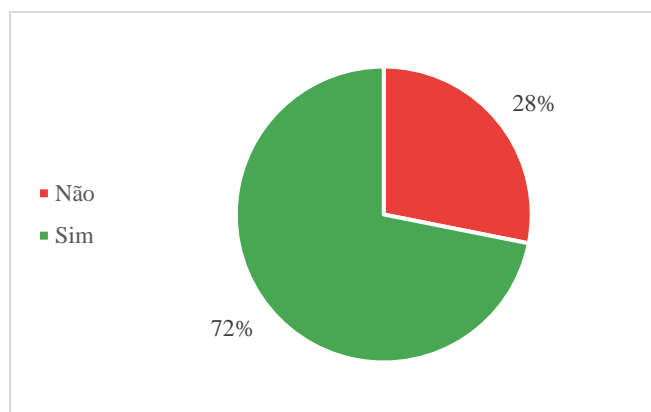
Figura 47 – Dificuldades na autoconstrução



Fonte: autora

Quanto à fase do pós-morar, especificamente sobre as realizações das atividades de manutenção predial, a partir da Figura 48 percebeu-se que a maioria das respostas (72%) afirmaram a realização das atividades de manutenção. Todavia, a partir das conversas com os moradores, notou-se que essas atividades foram mais ações corretivas, do que preventivas. Os moradores detalhavam que faziam manutenções constantes para consertar algum componente quebrado ou com funcionamento indevido.

Figura 48 – Atividades de manutenção

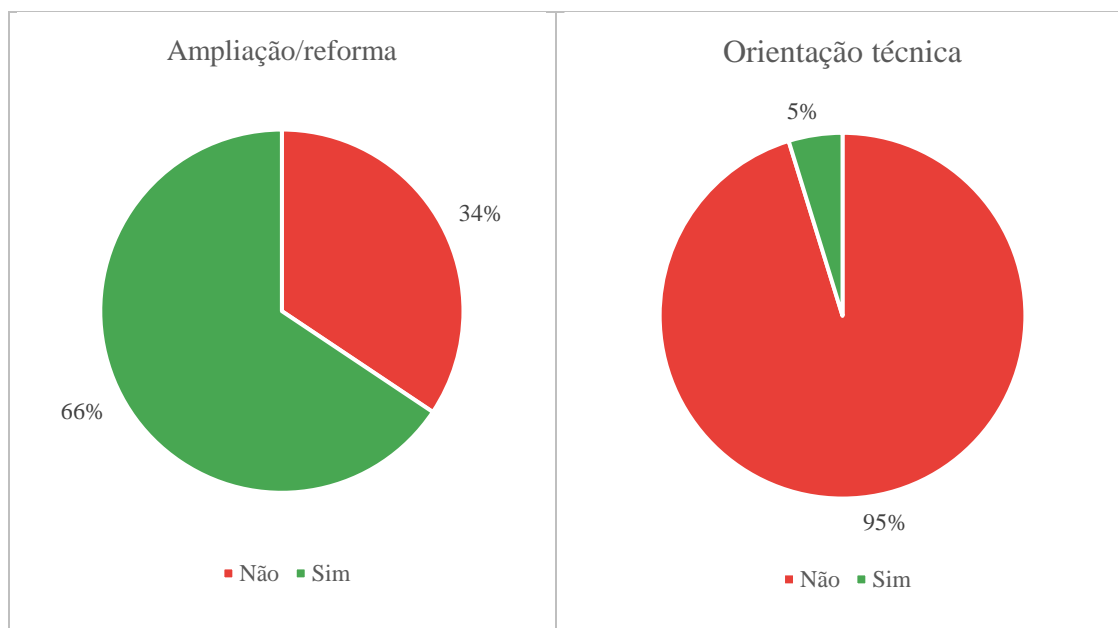


Fonte: autora

5.3.4 Ampliações e reformas

Ao considerar o aspecto evolutivo das autoconstruções, buscou-se investigar sobre as ampliações e reformas realizadas pelos moradores. Constatou-se que 66% dos entrevistados reformaram ou ampliaram suas residências (Figura 49). Os motivos foram diversos, mas geralmente tinham relação com a necessidade de ter mais espaço e melhorar o conforto da família. Ainda, a partir da Figura 49, observou-se a existência de orientação técnica para essas intervenções. Esse resultado repetiu a tendência observada no tópico anterior, referente à construção inicial, poucas pessoas tiveram auxílio de um profissional habilitado (5%) e quando isso ocorreu não foi um profissional contratado, foi através de uma relação de amizade.

Figura 49 – Realização de obras de ampliação/reforma e existência de projeto ou orientação técnica nessas obras



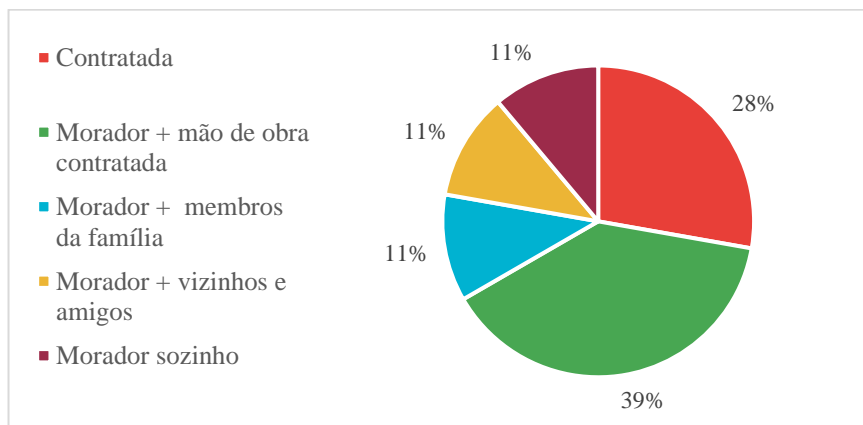
Fonte: autora

Sobre a mão de obra utilizada nessas obras de reforma e ampliação, percebeu-se, na Figura 50, que a configuração mais predominante é o morador com o auxílio de profissional contratado (39%). Se comparado com as obras iniciais (Figura 42), percebeu-se que o auxílio da família diminuiu a frequência (11%), ao passo que a contratação de profissionais aumentou (28%).

Da Figura 51, notou-se que a maioria dos moradores (61%) ainda tem pretensão de realizar reformas. Nesse sentido, as alterações mais recorrentes foram no sentido de verticalização, pois as pretensões mais citadas foram fazer laje, terraço ou outro pavimento, aspectos semelhantes às ampliações já realizada por outros moradores (Quadro 3). O processo de verticalização é um aspecto comum, muitas vezes motivado pela necessidade de ter mais espaço para abrigar outro núcleo familiar ou para fins de aluguel e geração de renda.

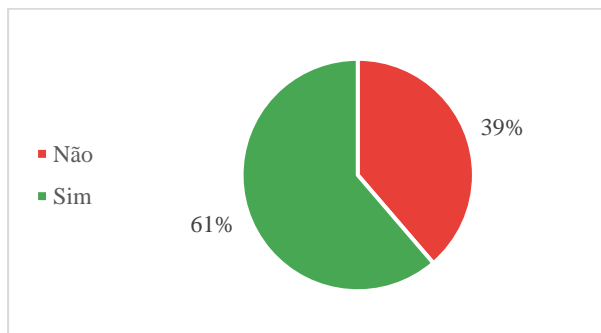
Mororó (2012), entretanto, frisou que a construção de um outro pavimento nem sempre é planejada desde o início da construção da casa, o que demanda alterações no térreo a fim de reforçar ou criar uma estrutura de suporte para pavimento superior. Sob esse aspecto, foi relatado que em uma das habitações foi necessário locar um pilar dentro do banheiro, para sustentar o pavimento superior que já havia sido construído sem reforço e, conseqüentemente, culminou na ocorrência de manifestações patológicas e no comprometimento da edificação e à satisfação do usuário.

Figura 50 – Mão de obra utilizada nas reformas/ampliações



Fonte: autora

Figura 51 – Pretensão de reformar/ampliar



Fonte: autora

Quadro 3 – Comparativo entre as ampliações/reformas realizadas e as que os moradores pretendem realizar

Alterações realizadas	Alterações que pretendem realizar
Ampliação no número de cômodos (quartos, banheiro, cozinha)	Refazer o telhado
Construção de cobertura	Colocar revestimento
Alteração da disposição de cômodos	Aumentar o nível e o pé direito
Construção de laje	Aumentar o tamanho de cômodos
Construção da área de ventilação	Construir garagem, área de serviço ou área de ventilação
Acréscimo de um pavimento	Fazer um terraço
Aumentou o tamanho de cômodos	Fazer uma laje
Divisão da casa	Fazer outro pavimento

Fonte: autora

5.3.5 *Percepção do usuário*

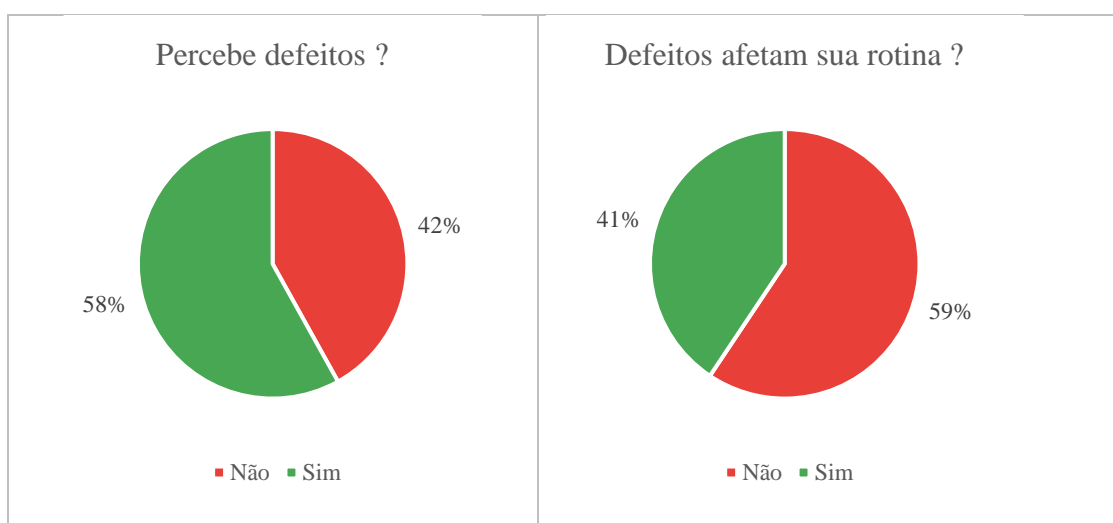
Esse grupo tratou da percepção do usuário quanto à fase pós-ocupação da sua residência. Assim, buscou-se investigar qual a opinião do usuário quanto a presença de defeitos na habitação, como os moradores avaliam aspectos de segurança e conforto das habitações autoconstruídas, qual o sentimento dos moradores em relação a casa, se existem vontade de mudar de casa e, por fim, qual o motivo da autoconstrução habitacional realizada.

Inicialmente, foi questionado sobre os defeitos da habitação. Observou-se, pela Figura 52, que 58% dos moradores percebem defeitos, contudo, apenas 41% afirmaram que esses defeitos afetam suas atividades rotineira. Pelos relatos, os defeitos que mais afetam os usuários estavam relacionados aos períodos chuvosos, pois eram problemas que envolviam estanqueidade e dificuldade de escoamento de água. Outro aspecto também mencionado por um dos participantes foi quanto ao baixo desempenho acústico que possibilitava que as conversas do vizinho fossem ouvidas.

Quanto a satisfação dos usuários em relação aos critérios de segurança e desempenho da habitação, percebeu-se, pelas Figura 53 a 56, que a avaliação geral foi positiva, já que a maioria das respostas foram classificadas como “bom” ou “ótimo”. Exceto dois aspectos de desempenho térmico obtiveram menos de 50% das respostas classificadas como boa ou ruim, foi o caso da ventilação no banheiro e temperatura no verão (Figura 54), 49% e 45%, respectivamente. Tal resultado pode ser relacionado à característica das aberturas dos banheiros, em geral, pequenas. Já quanto a temperatura no verão, infere-se que pode ser

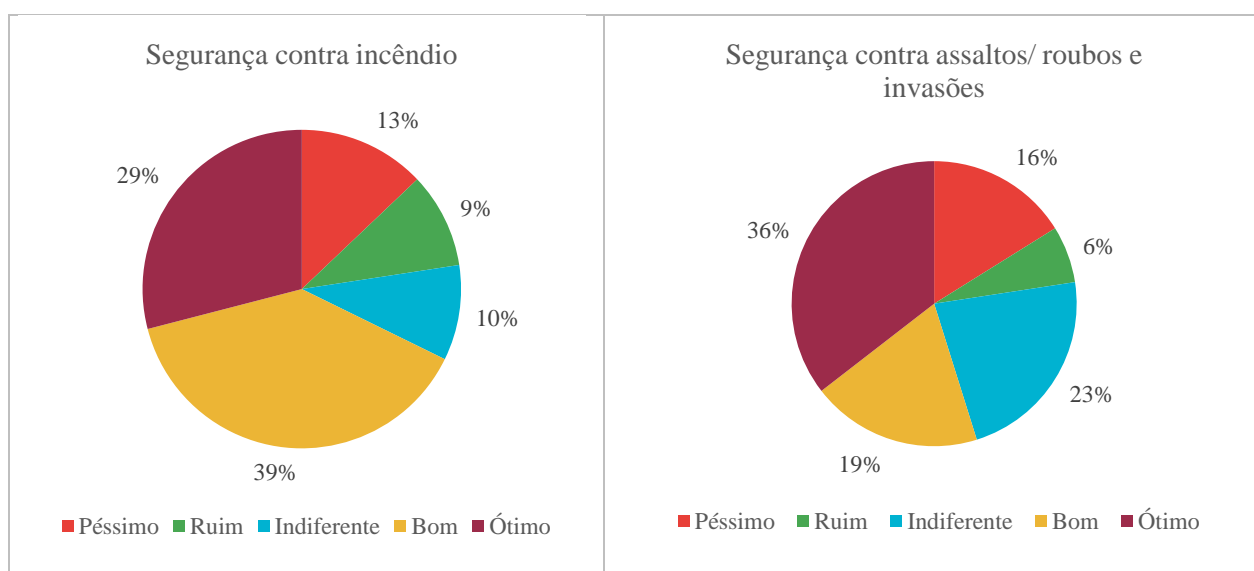
relacionado às condições bioclimáticas da região, visto que está localizada em zona bioclimática quente que exige a utilização estratégias para o verão durante todo o ano. Segundo a NBR 15.220 (ABNT, 2003), mesmo com a utilização da ventilação cruzada permanente, que é estratégia de condicionamento térmico passiva indicada nesse escopo normativo, nos períodos mais quentes, a utilização de apenas essa estratégia não é suficiente para garantir o conforto térmico (ABNT, 2003).

Figura 52 – Percepção de defeitos na moradia autoconstruída



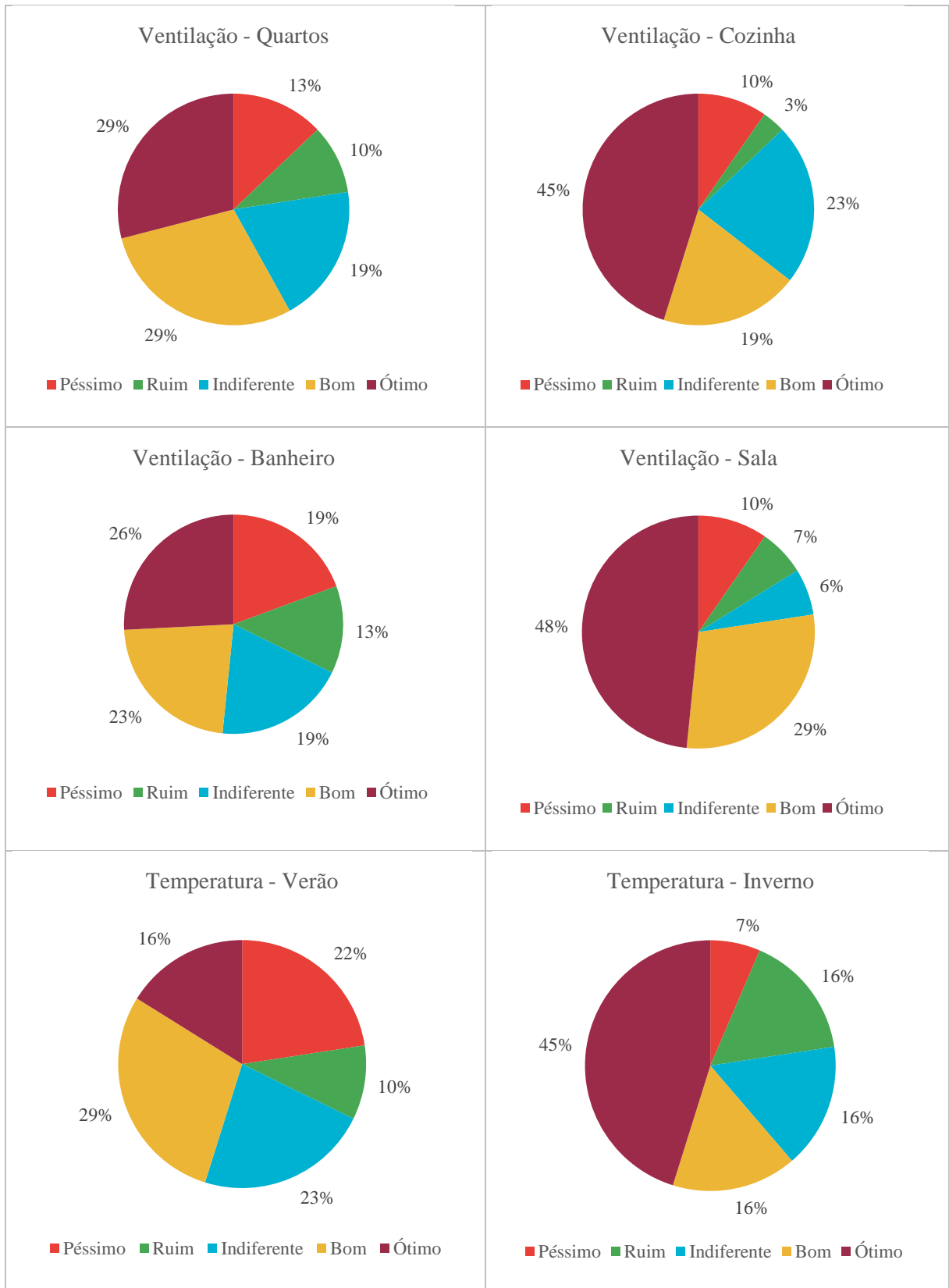
Fonte: autora

Figura 53 – Percepção de satisfação: segurança



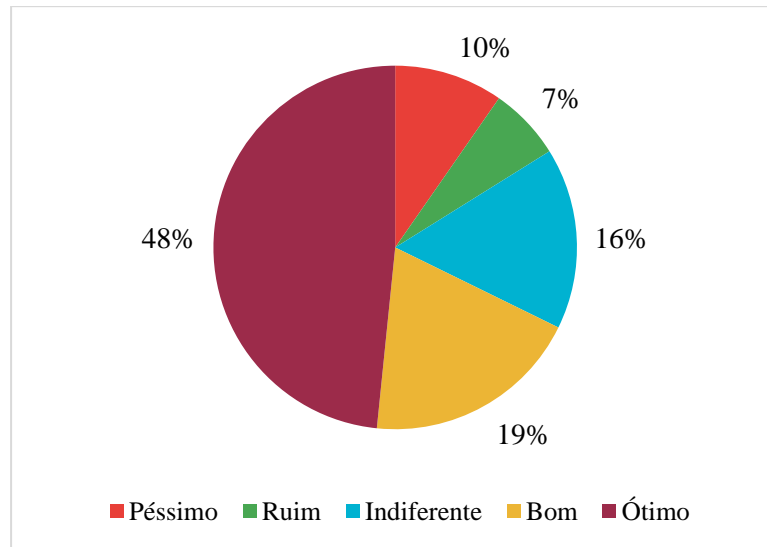
Fonte: autora

Figura 54 – Percepção de satisfação: desempenho térmico



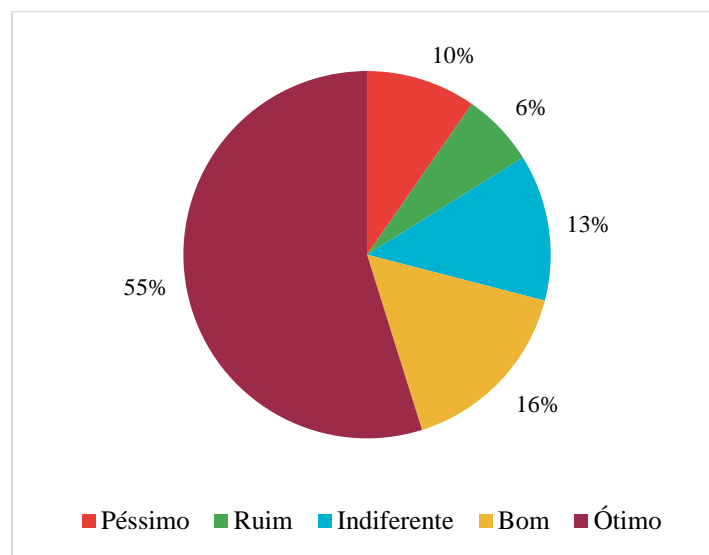
Fonte: autora

Figura 55 – Percepção de satisfação: desempenho lumínico (iluminação natural)



Fonte: autora

Figura 56 – Percepção de satisfação: desempenho acústico (barulhos/ruídos da vizinhança)



Fonte: autora

Os parâmetros estatísticos de média ponderada, moda, desvio padrão e o coeficiente de variação das respostas para as variáveis de segurança e conforto foram elencados na Tabela 7. Dessa síntese, observou-se que todas as variáveis obtiveram médias acima de 3 pontos, ou seja, avaliação positiva, e a moda oscilou entre 4 e 5 que são as melhores avaliações. Quanto a análise do desvio padrão e do CV, constatou-se que todos os aspectos tiveram CV classificado

como alta dispersão das respostas, sendo que as maiores dispersões foram nos aspectos “ventilação no banheiro” e “temperatura no verão”; isso significa que para esses grupos houve maior divergência das respostas em relação à média, portanto, os participantes tiveram opiniões variadas sobre esses aspectos.

Tabela 7 – Parâmetros estatísticos para as respostas de segurança e conforto

Aspecto	Mín - Máx	Média	Moda	Desvio Padrão	CV
Segurança contra incêndio	1 - 5	3,61	4,00	1,36	38%
Segurança contra assaltos/roubos e invasões	1 - 5	3,52	5,00	1,46	41%
Iluminação natural	1 - 5	3,90	5,00	1,35	35%
Ventilação nos quartos	1 - 5	3,52	5,00	1,36	39%
Ventilação na cozinha	1 - 5	3,87	5,00	1,31	34%
Ventilação no banheiro	1 - 5	3,23	5,00	1,48	46%
Ventilação na sala	1 - 5	4,00	5,00	1,32	33%
Temperatura no verão	1 - 5	3,06	4,00	1,41	46%
Temperatura no inverno	1 - 5	3,77	5,00	1,36	36%
Barulho as áreas vizinhas ou externas	1 - 5	4,00	5,00	1,37	34%

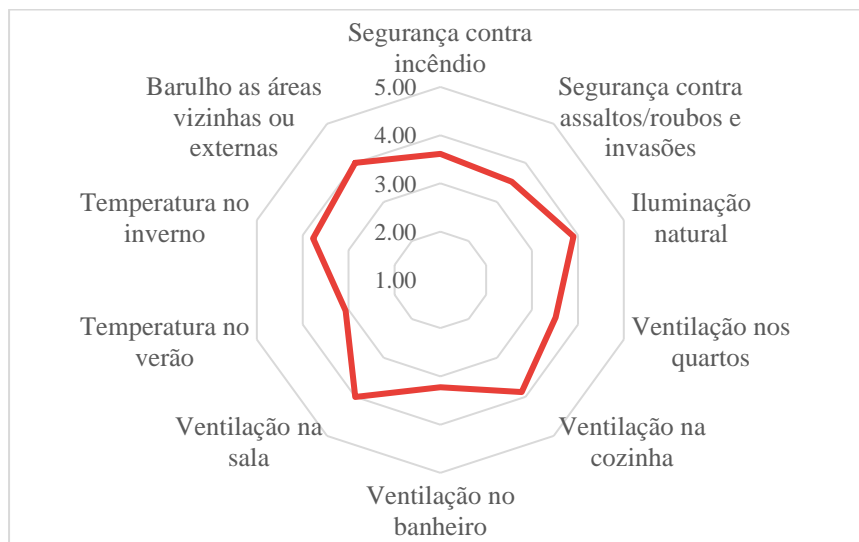
Fonte: autora

A partir da Figura 57, foi possível comparar o desempenho entre as variáveis de segurança e conforto das habitações, a partir da consideração entre as médias ponderadas das respostas. Percebeu-se que a média para o aspecto “temperatura do verão” (3,09) foi a característica com pior avaliação, que corresponde à avaliação “indiferente”, já as melhores avaliações da satisfação do usuário foi em relação ao item “barulho da vizinhança” e ao item “ventilação na sala”, ambos aspectos tiveram avaliação média equivalente a 4,00, ou seja, uma condição considerada “boa”, de acordo com as percepções dos moradores.

Outra questão comportamental investigada foi quanto ao sentimento do morador em residir na habitação autoconstruída. Como evidenciado na Figura 58, a maioria das respostas foram sentimentos positivos, relacionados ao bem-estar e à felicidade. Um dos participantes frisou que foi “muito gratificante” e sente orgulho do que construiu. A partir dessas considerações pode-se inferir um vínculo de pertencimento entre o autoconstrutor e o ambiente construído, visto que o morador foi participante ativo da construção. Tal aspecto difere das unidades habitacionais entregues por programas habitacionais do governo, por exemplo. Nesses casos, corriqueiramente desenvolve-se uma assistência social pós-entrega para fomentar esse laço de pertencimento entre os novos moradores e o espaço. Contudo,

apesar dos aspectos positivos ressaltados, observou-se também um sentimento de desconforto por parte de um dos respondentes. Esse fator teve influência do desempenho da habitação no que tange à acústica e à ventilação.

Figura 57 – Médias da percepção de satisfação para segurança e conforto



Fonte: autora

Figura 58 – Como você se sente morando nesta casa?

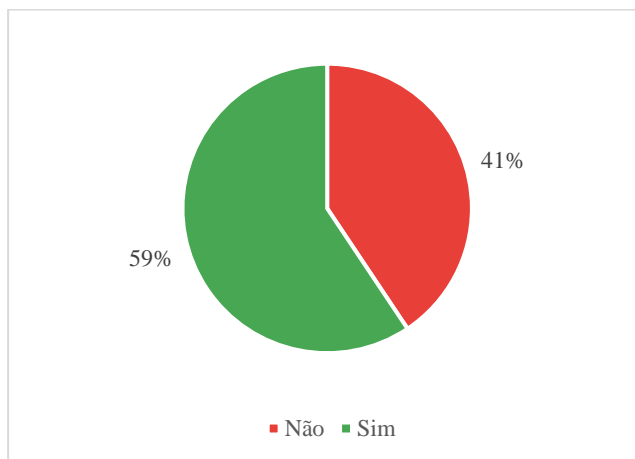


Fonte: autora

Ainda sobre a percepção de satisfação com a moradia, perguntou-se “Se tivesse oportunidade de mudar de casa, você mudaria?” Embora muito dos respondentes dissessem que se sentiam bem na sua casa, pela análise da Figura 59, 59% deles responderam assertivamente que se pudesse, mudaria de casa. Os motivos dados para a mudança foram

variados, porém puderam ser sintetizados em dois fatores principais: a mudança para um lugar melhor, com disponibilidade de infraestrutura e comércio, ou preferiam continuar na região, mas mudando para uma casa melhor.

Figura 59 – Aspiração em mudar de casa



Fonte: autora

Sobre os motivos que os levaram a autoconstruir, ficou evidente que as condições financeiras e à necessidade de ter uma casa foram os principais fatores para isso (Figura 60). Tal constatação corrobora com o que já foi discutido por Maricato (1982), no qual a autoconstrução é colocada como a solução possível para a população de baixa renda ter acesso à moradia.

Figura 60 – Motivos para autoconstrução



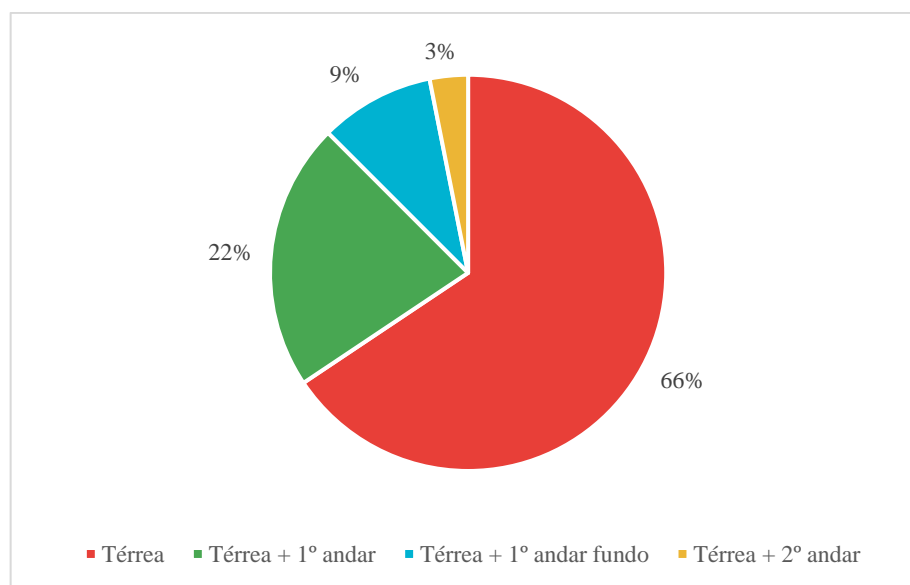
Fonte: autora

5.3.6 Tipologia, sistemas construtivos e patologias nas habitações

Depois do levantamento das motivações e experiência desenvolvidas nas diferentes fases da autoconstrução, esse tópico pretendeu compreender os resultados da lista de verificação adaptada (Apêndice B). Salienta-se que, em virtude das limitações da pesquisa em campo, todas as respostas foram dadas a partir do conhecimento e experiência do usuário, portanto, tanto a caracterização da tipologia e sistemas construtivos utilizados, quanto as manifestações patológicas foram reflexo da percepção do autoconstrutor.

Quanto à caracterização do número de pavimentos (Figura 61), percebeu-se que a maioria das casas são térreas (66%). Também se detectou a ocorrência de casas térreas com uma ampliação ao fundo, os “puxadinhos”, nessa parte foi criado mais um pavimento (9%). Esse resultado pode denotar um certo aspecto evolutivo das residências, já que esses anexos foram feitos aos poucos. A Figura 62 representa o acesso externo ao pavimento superior que compreende uma unidade habitacional isolada, resultado de ampliação realizada a uma casa promovida pelo programa habitacional desenvolvido pela COHAB.

Figura 61 – Número de pavimentos das Unidades Habitacionais

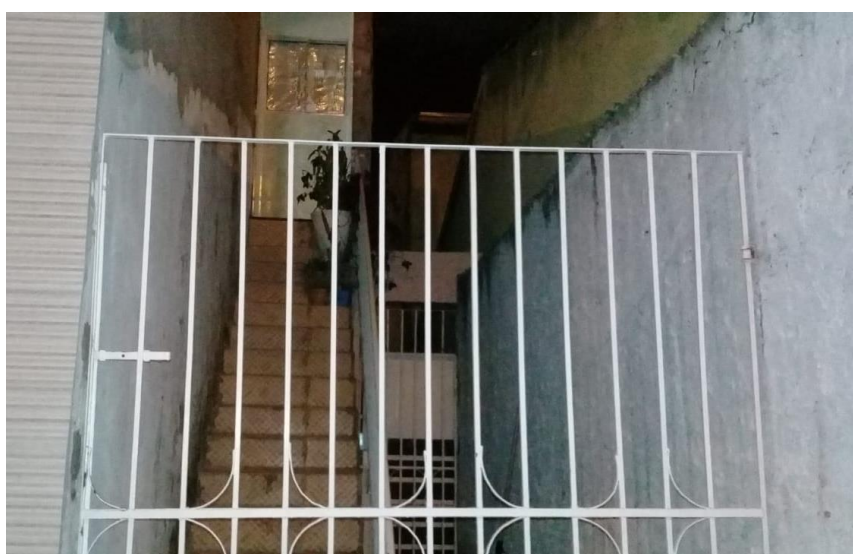


Fonte: autora

Sob esse aspecto, a Tabela 8 apresentou detalhes da compartimentação das habitações. Notou-se que a cozinha e o banheiro foram cômodos presentes em todas as habitações, enquanto a varanda foi o menos presente (28%). A configuração mais comum foi a formada por quarto, sala, banheiro e cozinha. Algumas famílias já começavam a construção seguindo

essa configuração, enquanto outras construíam apenas um módulo mínimo composto por um vão e banheiro suficiente para “entrar” na casa, pois tinham urgência em parar de pagar aluguel. Esse resultado colabora com o observado por Mororó (2012), no que tange à formação inicial das moradias, geralmente composta por um ou dois cômodos, destinados prioritariamente às atividades de banho e descanso, mas que acabam compartilhando as demais atividades no mesmo ambiente. Posteriormente, o arranjo inicial passa a ter função de refeição e estar, novos cômodos são construídos e cada compartimento passa a ter uma função específica.

Figura 62 – Acesso externo para o pavimento superior



Fonte: foto cedida pelo morador

Tabela 8 – Composição das Unidades Habitacionais

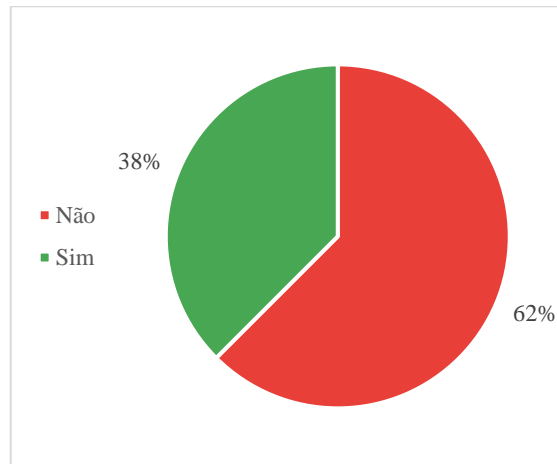
	Zona de dormir	Zona de estar		Zona de Serviço				
	Quarto	Sala	Varanda	Garagem	Banheiro	Cozinha	Área de Serviço	Quintal
Existência	97%	93%	28%	38%	100%	100%	45%	55%
Variação	0-5	0-4	0-1	0-1	1-4	1-2	0-1	0-1
Maior frequência	2	1	0	0	2	1	0	1

Fonte: autora

Outro aspecto observado foi a implantação no lote, especialmente no que se refere ao recuo lateral. Observou-se que 62% das habitações não tinham recuos lateral (Figura 63), as demais apresentaram apenas recuo de um lado, o qual comumente chamavam de “beco”. A

Figura 64 ilustrou o comparativo do lote antes e depois da construção, nesse caso os moradores demoliram a construção existente, antes de iniciar a construção.

Figura 63 – Existência de recuo lateral



Fonte: autora

Figura 64 – Implantação da casa no lote

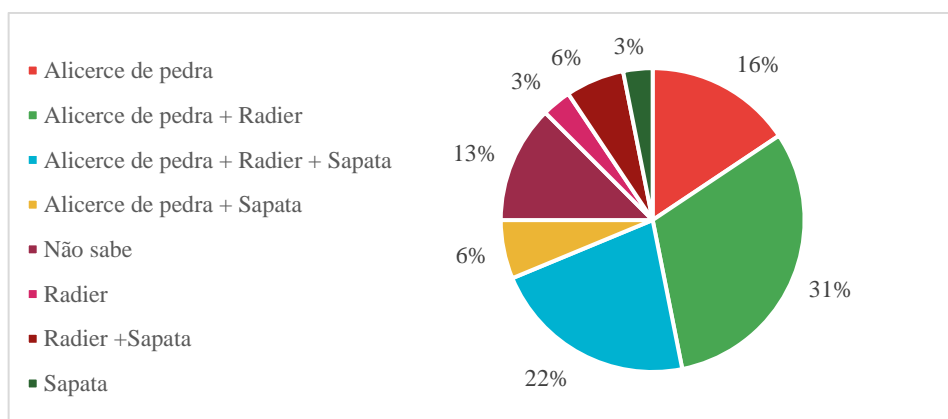


Fonte: fotos cedidas pelo morador

Sobre os sistemas construtivos, a partir das Figuras 65 a 79, notou-se que as soluções adotadas para a composição dos sistemas foram diversas, especialmente no que tange aos revestimentos das paredes (Figura 71), os gráficos apresentados buscaram compreender todas as configurações utilizadas. Especificamente sobre a fundação (Figura 65), as soluções

adotadas foram alicerces de pedra, radier e sapata isoladas ou com alguma associação entre elas. Sobre esse aspecto, a adoção mais recorrente foi a associação entre alicerces de pedra, radier e sapata (31%). Tal fato pode ser derivado da pretensão em adicionar mais um pavimento, já que foi, muitas vezes, mencionado como a causa de reforçar a fundação porque no futuro queriam “bater uma laje”.

Figura 65 – Fundação



Fonte: autora

Para o sistema estrutural (Figura 66), embora metade dos autoconstrutores falaram que usaram vigas e pilares de concreto armado, 9% dos respondentes afirmaram que a casa não possuía elementos estruturais e 16% não sabia se existia. Desse resultado pode depreender-se uma falta de conhecimento sobre a importância dos elementos estruturais para o bom desempenho da edificação e conseqüentemente para a segurança dos moradores.

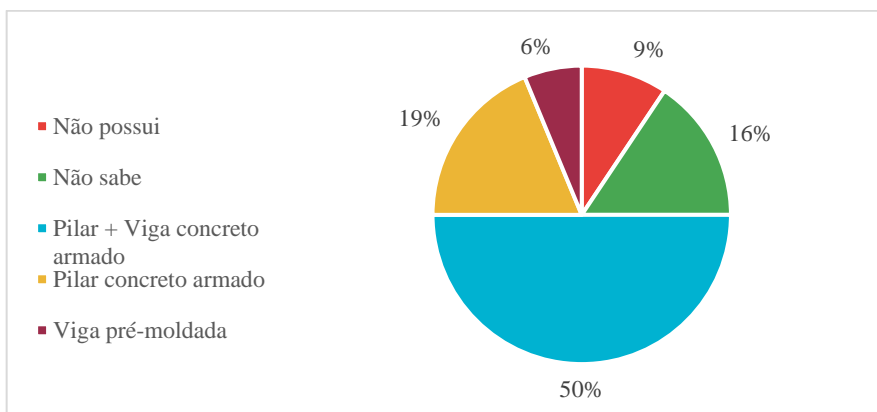
Na Figura 67, foi possível observar os componentes utilizados para o sistema de vedação vertical. O material majoritariamente utilizado foi o bloco de vedação cerâmico, que também foi associado com tijolinho, bloco de concreto e bloco de gesso. O primeiro utilizado para fazer o encunhamento. Já os dois tiveram usos mais restritos, o bloco de concreto foi usado como alternativa ao cerâmico, uma vez que foi fabricado pelo morador próprio, e o bloco de gesso foi usado especificamente para vedação interna, a fim de dividir um ambiente. Ainda, a Figura 68 ilustrou a execução da alvenaria em duas das residências em estudo.

Embora 75% das habitações já tenham revestimento cerâmico no piso (Figura 69), esse sistema reforçou o aspecto da falta de terminalidade por conta da indisponibilidade financeira, uma vez que o material planejado para a camada de revestimento seria o piso

cerâmico; todavia, algumas habitações ainda estavam no contrapiso, ou só tinham piso cerâmico em algumas partes, devido à falta de recursos para comprar e assentar o material final. O mesmo ocorreu no revestimento das paredes (Figura 71), a falta de recursos financeiros também influenciou na finalização dos serviços, visto a diversidade de formas como as paredes foram revestidas e a pretensão dos moradores em colocar cerâmica em alguns cômodos, principalmente o banheiro e a cozinha. Nesse sentido, percebeu-se que os serviços relacionados a acabamento como pintura e assentamento de revestimento cerâmico acabam sendo postergados.

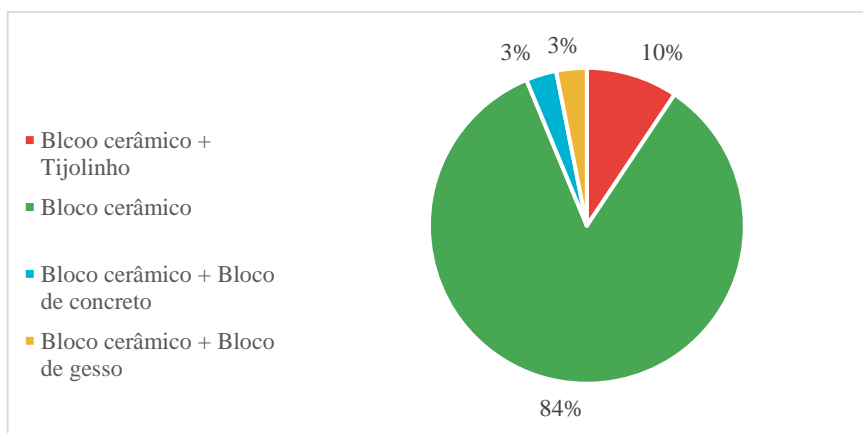
A Figura 70 mostra alguns exemplos dos revestimentos utilizados no piso e parede das residências participantes da pesquisa. Percebe-se que o banheiro apresenta revestimento cerâmico nas paredes, comumente esse é o cômodo que recebe inicialmente o revestimento cerâmico, pois se trata de uma área molhada e sujeita à unidade constante.

Figura 66 – Sistema estrutural



Fonte: autora

Figura 67 – Sistema de vedação vertical



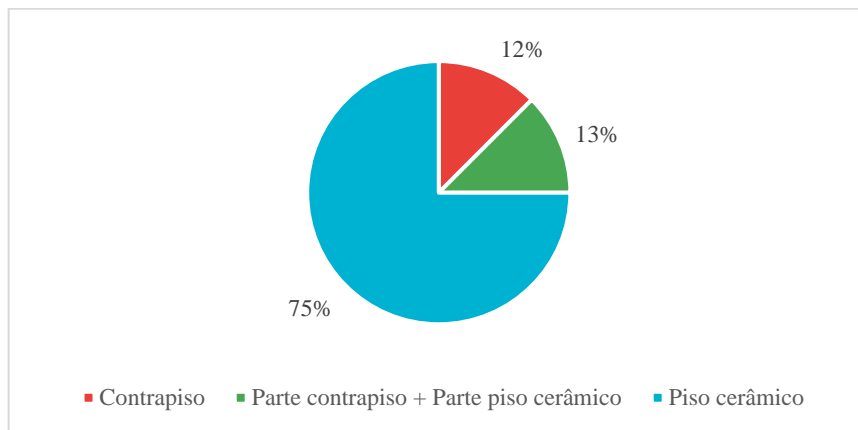
Fonte: autora

Figura 68 – Execução da alvenaria



Fonte: fotos cedidas pelos moradores

Figura 69 – Sistema de piso



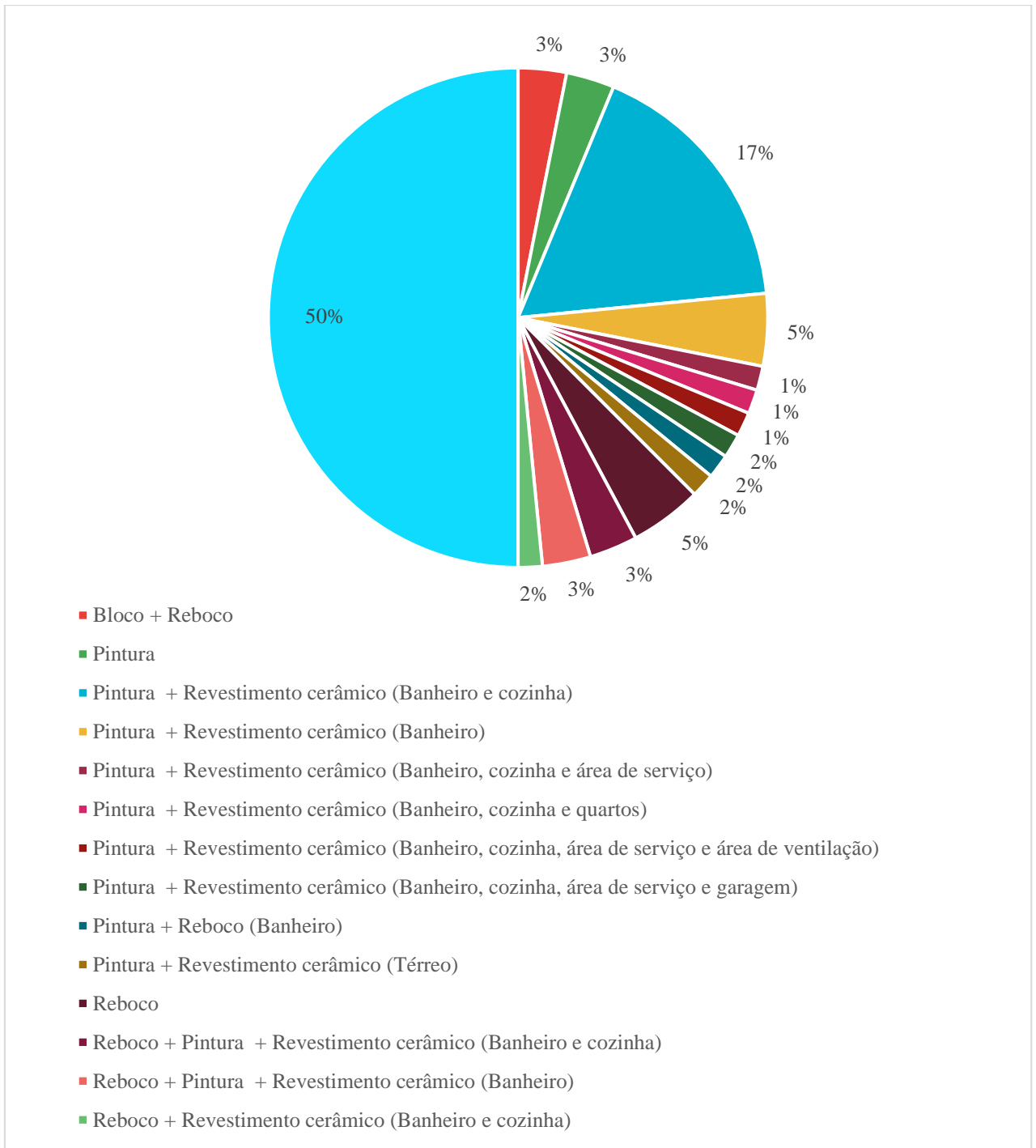
Fonte: autora

Figura 70 – Variedade de tipos de revestimento nas paredes e pisos



Fonte: foto cedida pelos moradores

Figura 71 – Revestimento das paredes

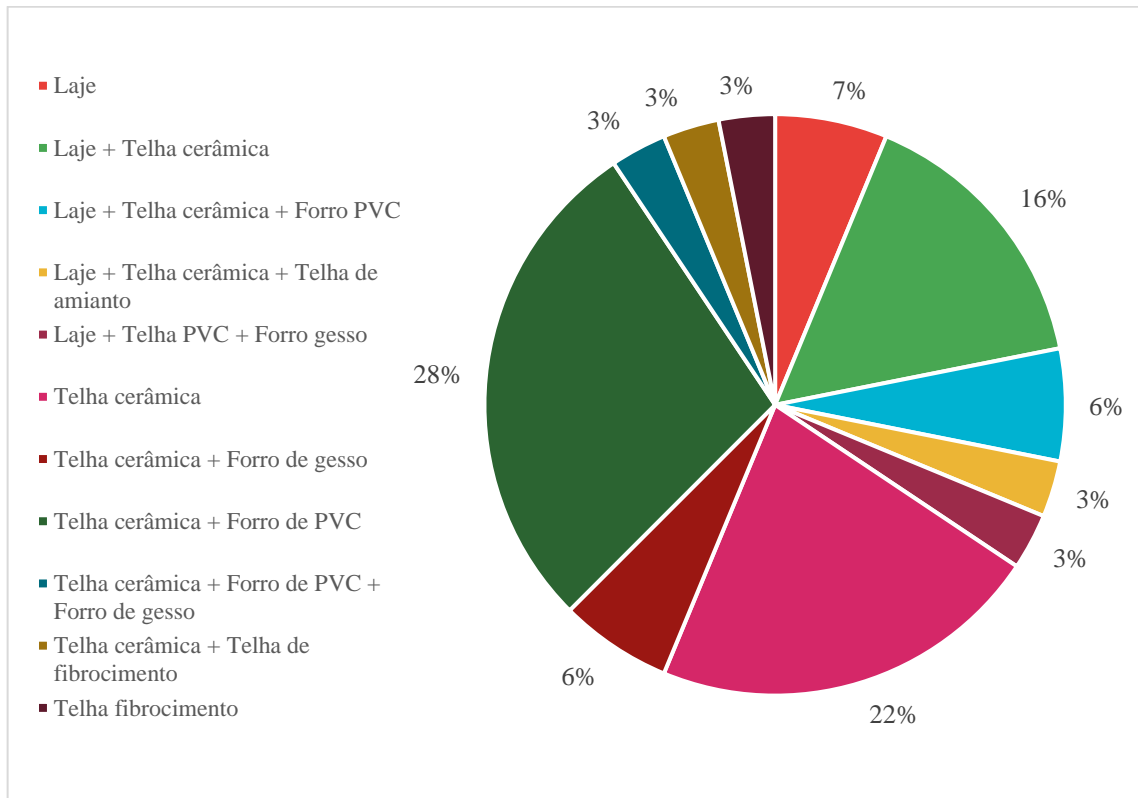


Fonte: autora

Já o sistema de cobertura também apresentou muitas variedades, das quais o mais comum foi telha cerâmica com forro de PVC, seguido de telhas cerâmicas sem forro (Figura 72). Percebe-se quantidade significativa de habitações (35%) que possuem laje, esse aspecto já é uma previsão para verticalizar, com a construção de mais um pavimento no futuro. Com

relação a esse componente da edificação, comumente existe um mutirão no intuito de concretar a laje, sendo uma das etapas em que o morador conta com o auxílio de amigos e parentes. Na Figura 73 são apresentadas as partes da execução desse componente da edificação.

Figura 72 – Sistema de cobertura



Fonte: autora

Figura 73 – Execução da laje

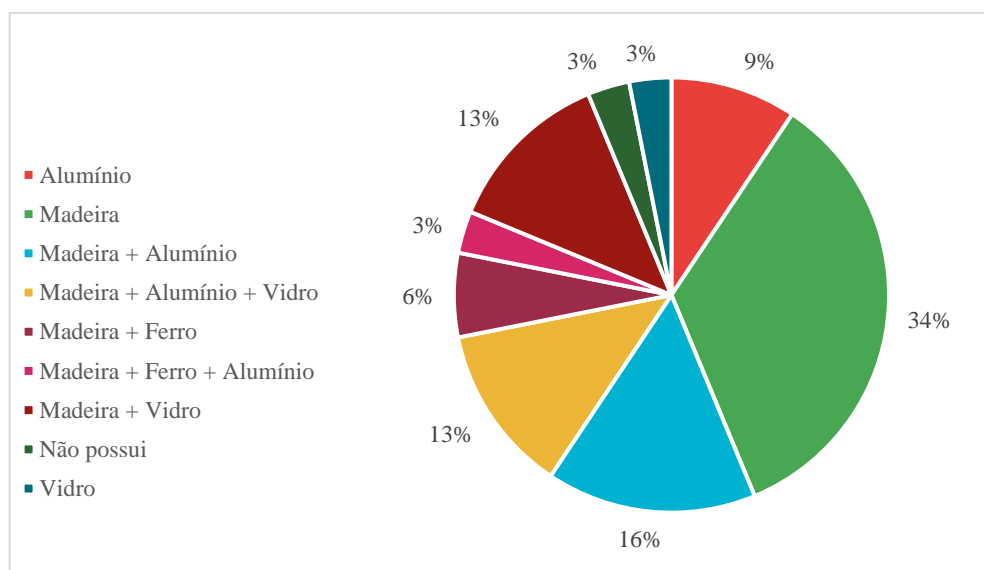


Fonte: foto cedida pelos moradores

A Figura 74 elencou os materiais utilizados nas esquadrias das habitações autoconstruídas; nela percebeu-se que a maioria das portas e janelas foram de madeiras (34%), ainda que algumas famílias tenham salientado que não tinham esquadrias na parte interna da casa, apenas a demarcação dos vãos ou o uso de cortinhas para fechamento das aberturas (Figura 75).

Sobre as instalações elétrica e hidrossanitárias, todas as edificações em estudos possuíam. Especificamente sobre a instalação sanitária (Figura 76), observou-se que a maioria já é ligada na rede pública, no entanto cerca de 28% só apresenta fossa sem sumidouro. Ainda, 9% tinham construído a fossa, mas desativaram devido a ligação à rede de esgoto, visto que esta foi executada depois da ocupação no local. A Figura 77 retratou a execução da fossa sanitária de uma das residências.

Figura 74 – Esquadrias



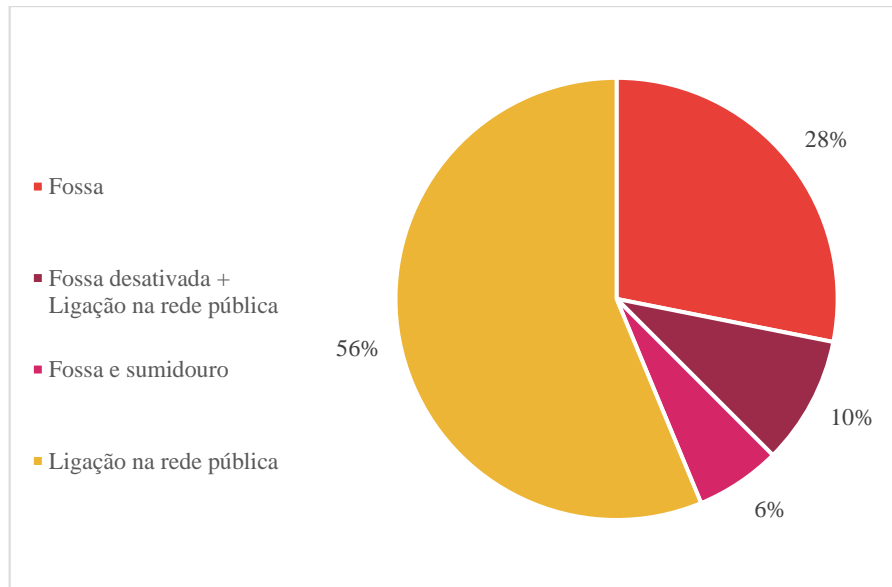
Fonte: autora

Figura 75 – Exemplo de esquadrias utilizadas e marcação dos vãos internos



Fonte: fotos cedidas pelos moradores

Figura 76 – Instalações sanitárias



Fonte: autora

Figura 77 – Execução da fossa

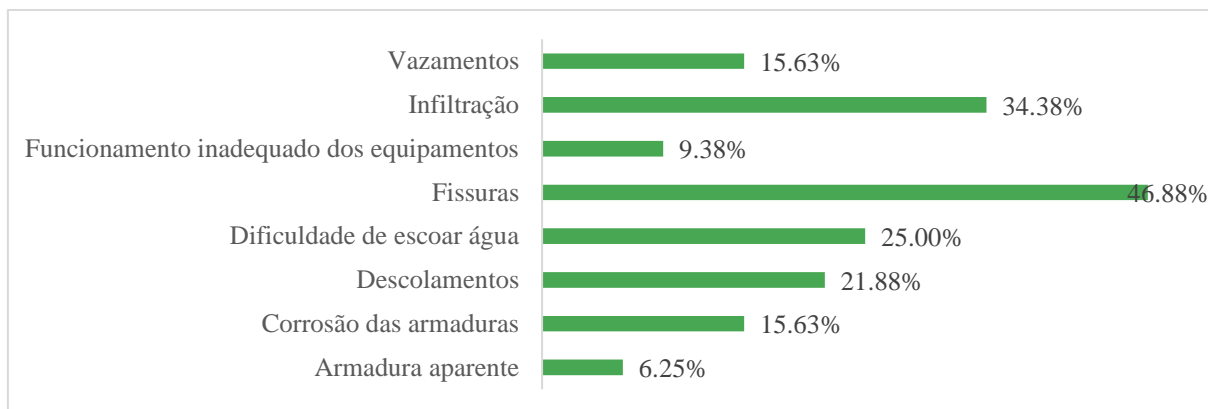


Fonte: foto cedida pelo morador

Por fim, foi lida uma lista de manifestações patológicas para que os moradores pudessem identificar quais dessas ocorriam nas suas residências. Nessa parte, a reação de parte dos entrevistados foi de negação, pois com cerca de 22% dos autoconstrutores entrevistados trabalhavam na construção civil (Tabela 4), eles disseram que nas suas casas

não havia defeito, pois o responsável pela execução, no caso o próprio respondente, era de qualidade. Contudo, como observado pela Figura 78, foram citadas algumas manifestações patológicas com uma certa recorrência. A mais frequente foram as fissuras (46,88%), infiltrações (34,38%) e dificuldades no escoamento da água (25%). Essa última, já tinha sido apontada na pergunta relativos a defeitos existentes na edificação.

Figura 78 – Manifestações patológicas nas Unidades Habitacionais



Fonte: autora

A Figura 79 contém exemplos de manifestações patológicas registradas pelos moradores. Observou-se manifestações decorrentes da falta de estanqueidade que apresentam manchas ocasionadas pela umidade ou infiltração. Esse aspecto específico compromete a habitabilidade da moradia, ao passo que afeta sua salubridade. Ainda, ilustrou o aparecimento de uma fissura na fachada da edificação, onde o próximo foi preso um arame para sustentar uma árvore plantada na calçada.

Em consonância com as experiências relatadas pelos moradores nessa seção, Linhares (2018) pontou que as famílias incessantemente modificam suas moradias, em decorrência da falta de informações e de recursos e da urgência em se ter um teto, esses espaços são construídos de maneira experimental e em escala real. Nesse cenário, é gasto mais dinheiro que o necessário inicialmente, visto que se precisa corrigir dos problemas ou refazer partes que não foram bem projetadas. Assim, é notória a importância em se ter uma assistência técnica para esse público que autoconstrói e forma o espaço das cidades.

Figura 79 – Manifestações patológicas nas habitações autoconstruídas



Fonte: fotos cedidas pelos moradores

5.4 AGENTES DA AUTOCONSTRUÇÃO HABITACIONAL ASSISTIDA

A autoconstrução não é um processo de único agente, visto que se desenvolve a partir de diferentes relações, sejam formais ou informais, entre os mais diferentes intervenientes. Esses múltiplos arranjos organizacionais ajudam a configurar o espaço autoconstruído.

Nesse sentido, a Política Nacional de Habitação (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004) estabeleceu que Sistema Nacional de Habitação é composto pelos subsistemas de Habitação de Mercado e de Habitação de Interesse Social. Sobre o último, a implantação da Política é responsabilidade de diversos agentes, públicos e privados, que têm diferentes competências

no âmbito de operacionalização, financiamento, fiscalização, controle, além da promoção de programas de HIS. Esses agentes e suas respectivas funções foram elencados no Quadro 4.

Quadro 4 – Agentes do Sistemas de Habitação de Interesse Social

Agente	Função
Caixa Econômica Federal (CEF)	Operação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); Operação do Fundo Nacional de Habitação; Agente financeiro do subsistema de HIS.
Banco Central do Brasil	Fiscalização das entidades financeiras integrantes do Sistema Financeiro de Habitação.
Conselho Monetário Nacional	Regulamentação e controle do Sistema Financeiros de Habitação, do Sistema Financeiro de Saneamento e outros sistemas financeiros correlatos.
Governos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais	Coordenação, planejamento, elaboração e execução de programas e projetos de intervenção, articulação dos agentes locais e segmentos envolvidos na questão habitacional.
Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Habitação	Aprovação das políticas e planos habitacionais e decisão sobre a prioridade de aplicação dos recursos.
Agentes financeiros	Operação das concessões e da administração de créditos e subsídios.
Agentes promotores estatais, privados e públicos não estatais (ONGs, associações, cooperativas)	Organização da demanda por HIS, identificação de áreas para empreendimentos, captação de recursos, compatibilização dos projetos com os Planos de Habitação, elaboração de projetos e execução das obras.
Agentes técnicos, entidades privadas e ONGs	Prestação de serviços de assessoria técnica para os agentes promotores ou para população.

Fonte: Ministério das Cidades (2004), organizado pela autora

A parte do sistema formal de HIS, definido na Política Nacional de Habitação, desenvolve-se um outro sistema de produção de unidades habitacionais moldado no mercado informal de habitação e pautado na autoconstrução e na autonomia dos seus moradores. Esse sistema é caracterizado por arranjo organizacional mais simplificado, reflexo da exclusão das famílias de baixa renda do acesso ao mercado formal de habitação e da necessidade destas em ter um local de abrigo. A Figura 80 apresenta desenho esquemático que intuito de sintetizar as relações estabelecidas na autoconstrução de HIS, sob a perspectiva do mercado informal.

Figura 80 – Agentes da autoconstrução habitacional



Fonte: autora

Conforme Lamounier (2017), o principal agente da autoconstrução é o próprio morador, no qual é responsável pelo planejamento, financiamento e gerenciamento da obra, compra e pagamento de insumos, construção ou contratação de mão de obra e uso da habitação. Vinculada a esse agente, existe uma rede de suporte à autoconstrução formada por vizinhos, amigos e parentes que, por meio de relação mútua de colaboração e cumplicidade, ajudam na execução da habitação. Ainda, sobre o aspecto de mão de obra, pode-se ter a presença de trabalhadores (pedreiros, ajudantes, eletricitas) contratados informalmente. Sob esse aspecto, Nascimento (2011) apontou que o saber-fazer a habitação é derivado de processos de construção coletivos e compartilhados, o qual torna a autoconstrução possível através da observação e troca de informações entre autoconstrutores e outras pessoas que sabem o ofício da construção.

[...] os autoconstrutores estão inseridos em uma rede social constituída de operários da construção civil e donos de depósito de materiais de construção. Demonstram existir um conhecimento implícito de como fazer a construção, ou em outras palavras, há presente o “gosto pelo ofício”. Além disso, a ação de construir é

socialmente possível somente em razão da vivência próxima (direta ou indireta) com o setor da construção civil, da cumplicidade de amigos que “ajudam para (eventualmente) serem ajudados”, e, essencialmente, da força da família erguida em base de valores como cooperação, solidariedade, cumplicidade, segurança (NASCIMENTO, 2011, p. 9).

Outro agente alternativo da construção do espaço urbano autoconstruído são os promotores do solo urbano. Fundamentada a luz do conceito de cidade COM-FUSA de Abramo (2007), esse grupo reúne as autoridades locais dos APIs e os loteadores. Sob o primeiro agente provedor de terra no mercado de solo informais, através dos APIs. O uso do solo nesses locais segue a lógica da compactação, com as ações relacionadas aos submercados de aluguel e de comercialização de lotes ou unidades habitacionais já existentes. Essa lógica de adensamento se consolida como reprodução de práticas de verticalização informal, o fracionamento de lotes, associadas à alta densidade predial. Ainda, nesses aglomerados, estabelece-se relações interfamiliares baseadas em trocas e em laços sociais de confiança e lealdade (ABRAMO, 2007).

O segundo agente é a figura do loteador. Como reforçado por Abramo (2007), esse tem um papel fundamental na difusão das cidades, ao fomentar a ocupação de glebas das áreas afastadas da região central. Contudo, esses também são promotores do terreno para edificação das moradias. Para Nascimento (2011), a autoconstrução nos loteamentos periféricos apresenta três diferenças principais se comparado a autoconstrução em ocupações organizadas ou em favelas. O primeiro aspecto refere-se à noção de posse da terra, mesmo que irregular, a sensação de maior segurança de posse existe, e faz com que a família tenha segurança em investir na melhoria da sua habitação, ainda que de forma evolutiva. Outro fator é a escolha consciente das famílias, que optam por construir em loteamentos frente às inseguranças do aluguel, ao assistencialismo estatal, às normas do mercado privado e como uma maneira de pressionar o poder público na conquista de outros direitos como infraestrutura urbana e disponibilidade de serviços públicos para região. A última diferença relaciona-se a falta de laços sociais com o local, uma vez que é uma construção individual e familiar que desenvolverá as relações de comunidade com o tempo.

Ainda como agente de suporte às práticas de autoconstrução, têm-se as lojas de materiais de construção também são agentes fundamentais do processo de autoconstrução de

moradias. Como responsável pelo fornecimento de insumo para realizar a execução, esses estabelecimentos locais podem facilitar a aquisição dos materiais adotando um modelo mais flexível de negociação e prazos de pagamento (LAMOUNIER, 2017).

Já as relações causais da autoconstrução habitacional (Figura 80) sofrem influência majoritariamente de dois agentes que atuam, muitas vezes, para satisfazerem interesses conjuntos. Os interesses particulares do binômio político-financeiro visam fortalecer os setores Imobiliário e da Construção Civil, a partir da especulação fundiária e do desenvolvimento de programas habitacionais que fomentam a construção de megaempreendimentos padronizados e reproduzidos em áreas segregadas e sem infraestrutura.

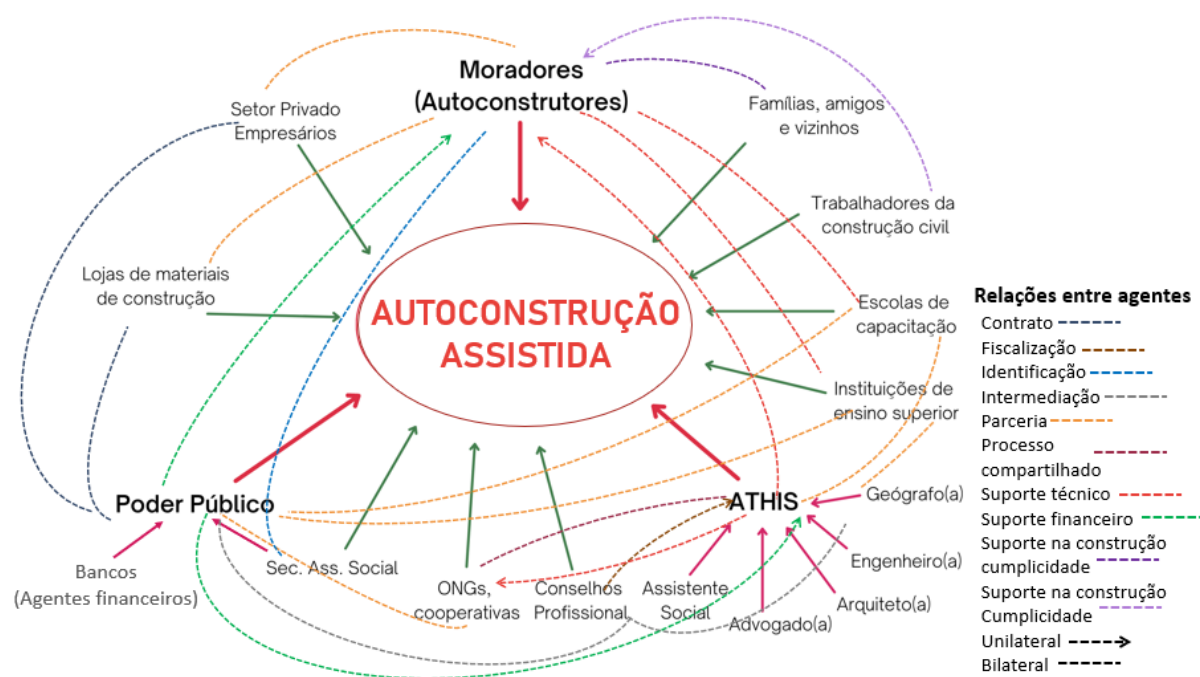
Uma configuração organizacional alternativa às práticas autoconstrução habitacional informal é quando esse processo se estabelece de forma assistida e/ou institucionalizada. Nesse contexto, surgem a atuação de outros agentes no desenvolvimento das atividades, com isso outros intervenientes citados na PNH (Quadro 4), como o agente financeiros e os agentes técnicos, começam a participar do processo e as atribuições deixam de ser centralizadas no morador/autoconstrutor para ser distribuída e compartilhada entre os entes envolvidos.

A partir das considerações feitas pelos profissionais de ATHIS durante as entrevistas dessa pesquisa e com base nas experiências relatadas nos trabalhos utilizados no escopo bibliográfico, foi elaborado um mapa de relações (Figura 81) entre os possíveis agentes envolvidos em autoconstrução institucionalizada e assistida, a fim de evidenciar as interações entre estes.

Os três agentes estruturantes são o poder público, a ATHIS e os moradores/autoconstrutores. Aos primeiros competem, a formalização de programas habitacionais para a autoconstrução assistida, oferecendo suporte técnico e financeiro para as iniciativas. Também, é responsável por garantir a efetividade da execução dos programas e o acesso da população de baixa renda. Já a ATHIS seria composta, idealmente, por uma equipe multidisciplinar que prestaria assistência à população nos serviços que envolve habitação, ou seja, regularização fundação, produção e melhoria de moradias, podendo ser prestado de forma individual ou através de cooperativas. O acompanhamento desses profissionais na fase de pós-ocupação, também de suma importância avaliar o desempenho das atividades

realizadas e retroalimentar o programa em busca de melhorias (CAU, 2018; CONTI, 1999). Por fim, os moradores, como componente fundamental desse cenário que atua na construção das habitações em conjunto com os componentes da ATHIS. Para Nascimento (2011), a pura realização de uma ATHIS não garante uma solução eficaz para as moradias, portanto, é fundamental, que o processo decisório seja compartilhado com os autoconstrutores, a fim evitar que as soluções adotadas sejam desarticuladas com as necessidades e vontades dos moradores.

Figura 81 – Agentes da autoconstrução assistida



Fonte: autora

A Figura 81 também contemplou a relações entre os agentes transversais da autoconstrução assistida. Assim, observa-se que relações de parcerias podem ser desenvolvidas com instituições de ensino superior e centros de capacitação para a prestação de assistência técnica e a capacitação dos moradores, respectivamente. Ainda, o poder público pode estabelecer contratos com empresas ou loja de materiais de construção para realizar o fornecimento dos insumos necessários. Esses entes privados, por sua vez, podem oferecer parceria aos moradores de modo a subsidiar ou facilitar o acesso a insumos. Através dos agentes comunitários e das Secretarias de Assistência Social, pode-se identificar as demandas e selecionar as famílias beneficiadas. Já os conselhos profissionais, podem intermediar as

relações entre o poder público e os profissionais de ATHIS, além de fiscalizar os trabalhos dos últimos. Ainda, evidenciou-se a rede de suporte dos moradores composta por familiares, amigos, parentes e outros profissionais contratados para auxiliar na execução de etapas da obra. Os agentes financeiros, por sua vez, são vinculados ao poder público e atuam como um intermediador no repasse dos recursos para o desenvolvimento das atividades.

Destarte, é notório a necessidade de se enxergar a autoconstrução de maneira holística, mesmo que, muitas vezes, sejam práticas autônomas e individuais da produção habitacional, existem uma gama de intervenientes que participam, diretamente ou indiretamente, desse processo.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho consistiu em um diagnóstico sobre as práticas de autoconstrução habitacional nos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão, que constituem a região metropolitana de Aracaju, sob a ótica de três agentes do processo: profissionais de ATHIS, Poder Público e autoconstrutores.

Para o entendimento sobre as práticas de autoconstrução na RMA, foi importante observar o papel dos seus agentes. Percebe-se, primeiramente, que na região esses agentes não estabeleceram um vínculo entre si, uma vez que a autoconstrução habitacional nessa região é desvinculada do poder público, visto que o último não oferece suporte financeiro, técnico ou organizacional aos autoconstrutores. Constatou-se, portanto, que a atuação do Poder Público estadual e municipal quanto a essas práticas é no sentido de fiscalizar a formação de aglomerados subnormais e, por consequência, realizar o cadastro dessas famílias. Assim promovem política habitacional baseada na remoção e realocação das pessoas que habitavam nessas áreas em empreendimentos padronizados e massificados desenvolvido sob o modelo dos programas federais.

Portanto, as autoconstruções se consolidaram independente do apoio público e poucos tem acesso aos serviços de um profissional técnico. Essas foram produzidas, majoritariamente, através do investimento dos próprios moradores, que comprometem parte da sua renda mensal e utilizam outras remunerações trabalhistas como 13º salário e férias para esse fim. Assim, uma gama de habitações autoconstruídas são produzidas conforme a vivência dos seus moradores, sua disponibilidade financeira, suas necessidades e aspirações, e são reflexos da falta de uma orientação técnica. Nesse sentido, os materiais e os sistemas construtivos empregados não diferem dos utilizados em uma construção do mercado formal, a diferença está na mão de obra empregada para execução, no longo período que levou até a sua finalização e, principalmente, na localização do lote de implantação da habitação. Com isso, percebeu-se as mais variadas tipologias, edificadas a partir de construção segmentada, em um ciclo de autoconstruir e consertar defeitos e soluções ineficientes.

Além da influência do ente público nas práticas de autoconstrução, os profissionais de ATHIS também são agentes desse processo. O olhar técnico e compartilhado com os moradores sobre as soluções para as construções autônomas contribui para adoção das

melhores decisões projetuais. Ainda que seja evidente a necessidade de uma ATHIS na edificação das habitações autoconstruídas, constatou-se que não há intenção por parte do Poder Público em criar programas para esse fim, nem sobre implantar a Lei nº 11.888/2008 nos municípios da RMA. Dessa maneira, a atuação dos profissionais entrevistados se aproxima mais de projetos de Arquitetura Popular do que uma ATHIS, já que a atuação destes fica limitada a famílias que, embora de baixa renda, arcam com os custos desses profissionais, sendo um serviço oferecido a preços mais baixos que o praticado comumente no mercado através de uma relação de confiança entre os envolvidos.

Em suma, as práticas de autoconstrução habitacional na RMA podem ser caracterizadas por dois aspectos evolução e autonomia. O primeiro se relaciona com a construção interrompida repetidas vezes, sem prazo de finalização, no qual a obra acontece e se remodela conforme as mudanças de necessidade dos moradores. Já o segundo, representa a independência no sentido de não ter vínculo com o poder público, na maioria das vezes, não ter acesso a profissionais técnicos e conseqüentemente se desenvolver de forma paralela às regras e aos parâmetros impostos na legislação urbanística da região. Assim, a efetivação da autoconstrução na RMA se desenvolve paralelamente ao mercado formal, sem um controle da sua evolução e sem o apoio financeiro por parte das entidades competentes.

Destarte, espera-se que esse trabalho seja um estímulo para fomentar o debate sobre autoconstrução de habitações de interesse social na região metropolitana de Aracaju e para que também se elaborem políticas públicas que atendam esse público, que, muitas vezes, não são contemplados pelos programas habitacionais nos moldes do que vem sendo desenvolvido pelo poder público.

Salienta-se, ainda, que a amplitude da amostra desse trabalho é uma limitação para conclusões abrangentes sobre o resultado encontrado nesta pesquisa. Também como outra limitação, tem-se a falta da verificação *in loco* por parte da pesquisadora, a fim de confrontar a opinião dos respondentes dos moradores com a realidade.

Como sugestão para pesquisas futuras, aponta-se a possibilidade de estudar especificamente as autoconstruções em aglomerados subnormais da região; ampliar a amostra para outros municípios do estado de Sergipe; investigar especificamente as habitações que

foram alvo de assistência técnica por parte dos profissionais entrevistados, a fim de estabelecer uma comparação entre as experiências autônomas e assistidas.

REFERÊNCIAS

- ABIKO, Alex Kenya; COELHO, Leonardo Oliveira. Procedimentos de gestão de mutirão habitacional para população de baixa renda. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 7-20, 2004.
- ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575-1**: Edificações Habitacionais – Desempenho. Requisitos Gerais. Rio de Janeiro, 2013.
- _____. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15220-3**: Desempenho térmico de edificações - Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. Rio de Janeiro, 2003.
- ABRAMO, Pedro. La teoría económica de la favela: cuatro notas sobre la localización residencial de los pobres y el mercado inmobiliario informal. **Cuidad y Territorio Estudios Territoriales**, v. 35. n. 136/137, pp. 273-294. 2003.
- ABRAMO, Pedro. A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n.2, pp. 25-54. 2007.
- ABRAMO, Pedro (org). **Favela e mercado informal: a nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Porto Alegre: ANTAC. (Coleção Habitare, v. 10). 336 p. 2009.
- AGUIAR, Marcos Henrique. Políticas de provisão habitacional no Brasil: contradições e limites à integração social. **Revista Tamoios**, v. 10, n. 2, p. 22-34, 2014.
- AHMED, Khaled Galal. From ‘Rigid’ to ‘Resilient’: A Proposed Self-Build Relocatable SIP Construction Mechanism for Sustainable Social Housing Models in UAE. **Buildings**, v. 8, n. 4, p. 58, 2018.
- ALVES, José Eustáquio Diniz.; CAVENAGHI, Suzana. Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia. **Séries Demográficas**, v. 3, p. 257-286, 2016.
- ALVES, Lucas Bezerra. **Exercícios de mobilização sócio-espacial: o Jogo Oasis**. 2018. 296 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura E Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- AMADO, Miguel P. et al. Inclusive housing program: The case of Oé-Cusse region in East Timor. **Frontiers of Architectural Research**, v. 6, n. 1, p. 74-88, 2017.
- AMARAL, Viviane Silveira; CAVALCANTI, Carolina Baima; TEIXEIRA, Letícia Miguel. O Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas e Centrais. In: Encontro Nacional da ANPUR. XIV. Anais... Rio Janeiro: ANPUR, 2011, 20 p.
- ANDRADE, José Maria de. **Análise do uso de cartilhas e guias de orientação para a construção de habitações de interesse social**. 2014. 111 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Edificações e Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Edificações e Ambiental - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.
- ARACAJU. **Lei nº 3.169, de 26 de Janeiro de 2004**. Dispõe sobre o Serviço de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social e dá outras providências. Câmara Municipal de Aracaju. 2004.

ARACAJU. **Lei nº 42, de 06 de outubro de 2000.** Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju e dá outras providências. 2000.

ARAÚJO, Rozana Rivas de. **As relações entre as transformações econômicas e o ritmo da produção no espaço urbano.** Estudo de caso: Aracaju. 2011. 266 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ARRUDA, Andréa Figueiredo. **O espaço concebido e o espaço vivido da morada rural: políticas públicas x modo de vida camponês.** 2007. 159 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL. **Experiências.** Disponível em: <https://www.athis.org.br/experiencias/>. Acesso em: set/2020.

ASSUNÇÃO, Kevin Azevedo et al. A Experiência do EMAE em Assistência Técnica para Habitação Social no IFS – Campus Estância. In: CONGRESSO TÉCNICO CIENTÍFICO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA. Maceió. **Anais...** Maceió Brasil, 2018.

BALBIM, R.; KRAUSE, C. Produção social da moradia: um olhar sobre o planejamento da Habitação de Interesse Social no Brasil. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 16, n.1, pp 189-201, 2014.

BALTHAZAR, Renata Davi da Silva. **A permanência da autoconstrução: um estudo de sua prática no Município de Vargem Grande Paulista.** 2012. 147 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BARBARÁ, Daniela; MARKO, Rafael. **SindusCons-SP: Construção deve crescer 2% em 2019.** SindusCon-SP, São Paulo. 2019. Disponível em: <https://sindusconsp.com.br/sindusconsp-construcao-deve-crescer-2-em-2019/>. Acesso em: jan/2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BARRA DOS COQUEIROS. **Lei Complementar nº 02, de 23 de dezembro de 2008.** Altera o Plano Diretor Sustentável Participativo do município de Barra dos Coqueiros. Gabinete do Prefeito Municipal. 2008.

BARROS, Mariana Cicuto. **Experiências de assessorias técnicas em programas habitacionais: Programa Minha Casa Minha Vida Entidades.** 2019. 321 f. Tese (Doutorado em Planejamento e Gestão do Território). Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território - Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2019.

BARROS, Mariana Cicuto. **Autogestão na implementação de políticas habitacionais: o mutirão autogerido Brasilândia B23.** 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo/São Carlos, São Carlos, 2011.

BERNHARDT, Anne-Julchen; LEESER, Jörg. NEUBAU: Flexible Self-Build Cities in Germany. **Architectural Design**, [s. l.], v. 87, n. 5, p. 30-37, 2017.

BIENENSTEIN, Regina et al. Autonomia, resistência e enfrentamento: caminhos da assistência técnica. Contribuições para extensão universitária socialmente referenciada. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-

GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ENANPUR), Natal. **Anais**: Natal, RN, p. 1-23, 2019.

BIS, Diego. Reconstruindo Cajueiro Seco Arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960–1964). **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**, n. 8, p. 144, 2010.

BONATES, Mariana Fialho. O Programa de Arrendamento Residencial - PAR: acesso diferenciado à moradia e à cidade. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, n. 7, p. 147-164, 2008.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. *Análise Social*, v. 127, n. 3, p. 711-732, 1994.

BOSSUYT, Daniël M. The value of self-build: understanding the aspirations and strategies of owner-builders in the Homeruskwartier, Almere. **Housing Studies**, p. 1-18, 2020.

BOSSUYT, Daniël; SALET, Willem; MAJOOR, Stan. Commissioning as the cornerstone of self-build. Assessing the constraints and opportunities of self-build housing in the Netherlands. **Land use policy**, v. 77, p. 524-533, 2018.

BRANDÃO, Douglas Queiroz. Disposições técnicas e diretrizes para projeto de habitações sociais evolutivas. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 73-96, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: nov/2019.

_____. **Emenda constitucional nº 26**. Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal. Diário Oficial da União. 15 fev. 2000.

_____. - **Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021**. Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017. Diário Oficial da União, 13 jan 2021.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União. 17 jul. 2001.

_____. **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Diário Oficial da União. 26 dez 2008. BREDENOORD, Jan. Sustainable housing and building materials for low-income households. **Journal of Architectural Engineering Technology**, v. 5, n. 1, p. 1-9, 2016.

BREDENOORD, Jan; VAN LINDERT, Paul. Pro-poor housing policies: Rethinking the potential of assisted self-help housing. **Habitat International**, v. 34, n. 3, p. 278-287, 2010.

BRONZINI, Micol. Contested issues surrounding social sustainability and self-building in Italy. **International Journal of Housing Policy**, v. 17, n. 3, p. 353-373, 2017.

BUONFIGLIO, L. V. Habitação de interesse social. **Mercator**, Fortaleza, v. 17. 2018.

- CAIXA. **Minha Casa Minha Vida** – Habitação Urbana. 2018. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>. Acesso em: mai/2020.
- CAMPOS, Antônio Carlos. O Estado e o Urbano: os programas de construção de conjuntos habitacionais em Aracaju. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. 2005.
- CAMPOS, Antonio Carlos.; SANTOS, Flávio Henrique Matos. Estado e reestruturação urbana em Sergipe (2000-2018): uma análise sobre os principais programas de habitação de interesse social. **Confins. Revista franco-brasileira de geografia**, n. 41, 2019.
- CAMPOS, Arminda Eugenia Marques; ABEGÃO, Luís Henrique; DELAMARO, Maurício César. **O Planejamento de Projetos Sociais: dicas, técnicas e metodologias**. Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002.
- CAPUTO, Silvio; DE OLIVEIRA, Fabiano Lemes; BLOTT, Dan. Values for self-build urbanism. **European Planning Studies**, v. 27, n. 6, p. 1200-1216, 2019.
- CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, J. Marcos de Almeida. Assistência e assessoria técnica: Entre o discurso e a prática In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ENANPUR), Natal. **Anais [...]**. Natal, RN, 2019. 18 p.
- CARVALHO, Caio Santo Amore de. **Lupa e telescópio: o mutirão em foco**, São Paulo, anos 90 e atualidade. 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARVALHO, Lygia Nunes. **As políticas públicas de localização da habitação de interesse social induzindo a expansão urbana em Aracaju/SE**. 2013. 248 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- CAU. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. **RRT Social já está disponível no SICCAU**. 2019. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/rrt-social-ja-esta-disponivel-no-siccau/>. Acesso em: abr./2021.
- CAU. Conselho de Arquitetura e Urbanismo. **Ebook ATTHIS Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social**. Santa Catarina. 2018. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/nova-cartilha.pdf>>. Acesso em: jun/2020.
- CAU/BR. **Assistência Técnica em habitação de interesse social**. 2015. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/athis/>. Acesso em: nov/2019.
- CHAGAS, Siça Driely de Souza. **Autogestão na habitação social: uma experiência no Bairro Santa Maria em Aracaju-SE**. 2017. 132 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2017.
- CHECCUCCI, Érica de Sousa. Teses e dissertações brasileiras sobre BIM: uma análise do período de 2013 a 2018. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, SP, v. 10. 2019.

CODHAB. Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal. **Conheça o programa**. 2020. Disponível em: <http://www.codhab.df.gov.br/>. Acesso em: jun/2020.

COLBARI, Antonia. **A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa**. Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional. Vitória: EDUFES, p. 241-272, 2014.

COMITÉ IXTEPECANO; UNIVERSIDAD DE LA TIERRA; COMUNAL. **Manual de Autoconstrucción**. 2020. 83 p.

CONTI, Alfio. **A experiência da autogestão em Ipatinga: uma busca pelo conceito**. 1999. 216 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

CONTRERAS, Yasna; NEVILLE, Laura; GONZÁLEZ, Rodrigo. In-formality in access to housing for Latin American migrants: a case study of an intermediate Chilean city. **International Journal of Housing Policy**, v. 19, n. 3, p. 411-435, 2019.

CORREA, Sonia Maria Barros Barbosa. **Probabilidade e estatística**. 2ª ed. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003. 116 p.

COUVE, María José Castillo. Competencias de los pobladores: potencial de innovación para la política habitacional chilena. **Revista INVI**, v. 29, n. 81, p. 79-112, 2014.

CRABTREE, Louise. Self-organised housing in Australia: housing diversity in an age of market heat. **International journal of housing policy**, v. 18, n. 1, p. 15-34, 2018.

CRUZ, Carole Ferreira da. Projeto de Engenharia Civil atende famílias de baixa renda e melhora formação dos alunos. Instituto Federal de Sergipe. 2018. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/194-reitoria/6576-escritorio-modelo-de-arquitetura-e-engenharia-atende-familias-de-baixa-renda-e-melhora-formacao-dos-alunos>. Acesso em: abr/2021.

DALTRO FILHO, José. et al. Avaliação da composição e quantidade dos resíduos sólidos da construção civil de Aracaju-Sergipe-Brasil, In: VIII SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, Fortaleza. **Anais**: Fortaleza, 2006.

DATTWYLER, Rodrigo Hidalgo. ¿Se acabó el suelo en la gran ciudad? Las nuevas periferias metropolitanas de la vivienda social en Santiago de Chile. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 33, n. 98, p. 57-75, 2007.

DE ANDRÉS, Eva Álvarez; CABRERA, Cecilia; SMITH, Harry. Resistance as resilience: A comparative analysis of state-community conflicts around self-built housing in Spain, Senegal and Argentina. **Habitat International**, v. 86, p. 116-125, 2019.

DEMARTINI, Juliana. **Assessoria Técnica Continuada: Desafios e Possibilidades para a Implementação de um Programa Público para as Expressões do Morar**. 2016. 309 f. Tese (Doutorado em Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DORNELAS, Ricardo Cruvinel. **Manual de diretrizes para gestão de mutirões habitacionais**. 2007. 240 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil - Universidade Federal De Uberlândia, Uberlândia, 2007.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; ANTUNES JR, José Antônio Valle. **Design science research: A Method for Science and Technology Advancement**. Suíça: Springer, 1ª ed, 2015, 176 p.

EKERMAN, Sergio Kopinski. **Tecnologia e Transformação Pré-Fabricação para reestruturação de Bairros Populares e Assistência Técnica à Autoconstrução**. 2018. 334 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ESF. Engenheiros sem fronteiras Brasil. **Nossos resultados**. 2021. Disponível em: <https://esf.org.br/>. Acesso em: Mar/2021.

FABRIS, Bruna Rafaella.; TRZCINSKI, Clarete. A Assistência Técnica Pública Na Habitação De Interesse Social: um direito possível? In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Santa Cruz do Sul. **Anais**: Santa Cruz do Sul, RS, p. 1-22, 2019.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no nível municipal de governo. In: 8º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, Gramado. **Anais...** Gramado, v. 1, p. 1-19, 2012.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Diagnóstico tecnológico da indústria da construção civil: caracterização geral do setor. In: CUNHA, Lix. **Tecnologia de edificações**. São Paulo: Pini, 1988. p. 685 – 690.

FERREIRA, Mariana Boaretto. Autoconstrução e autogestão habitacional no Brasil: um estudo comparativo em dois períodos: 1975-1986 e 2004-2018. **Journal of Urban Technology and Sustainability**, v. 3, n. 1, p. 51-64, 1 dez. 2020.

FERREIRA, Marina Boaretto. **Autoconstrução como Política Pública**: o caso do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados – PROFILURB. 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FIORINI, Taisa Navarro. **Estudo e Proposta de Sistematização do Programa de Assistência Técnica para Projetos e Obras de Habitação de Interesse Social**. 2019. 119 f. (Dissertação Mestrado em Engenharia Civil) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

FOIS, Francesca; FORINO, Giuseppe. The self-built ecovillage in L'Aquila, Italy: community resilience as a grassroots response to environmental shock. **Disasters**, v. 38, n. 4, p. 719-739, 2014.

FORERO, Boris et al. Systemic approach for inclusive design of low-income dwellings in popular settlements at Guayaquil, Ecuador. In: 1º INTERNATIONAL CONFERENCE ON HUMAN SYSTEMS ENGINEERING AND DESIGN: FUTURE TRENDS AND APPLICATIONS, 2018, Champagne-Ardenne. **Proceedings [...]**, Champagne-Ardenne Springer, 2018. p. 606-610.

FRAGOZO, Sonia Dique. **O desempenho das construções no processo de autoconstrução de habitações populares**. 2016. 119 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Engenharia Urbana) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana - Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FRANÇA, Karla Christina Batista de. Bottlenecks for housing provision in small towns: analysis of the program Minha Casa, Minha Vida (“My House, My Life”). **Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 325-339, 2015.

FRANÇA, Sarah Lúcia Alves; REZENDE, Vera Lúcia França O Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV em Aracaju-SE: uma nova “roupagem” da política habitacional do Banco Nacional de Habitação – BNH? In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ENANPUR). Natal. **Anais**: Natal, RN, p. 1-23, 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PRINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil** (2009). Belo Horizonte: FJP, 2012. *E-book*. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=76700>. Acesso em: jan./2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil** (2015). Belo Horizonte: FJP, 2018. *E-book*. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=76871>. Acesso em: jan./2020.

FURLAN, Débora Luiza Schumacher; DUDA, Maria Eduarda. Estado da Arte da Pesquisa Científica sobre ATHIS. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ENANPUR). Natal. **Anais**: Natal, RN, p. 1-24, 2019.

G1/SE. **Mais de 830 famílias começam a ser retiradas da Ocupação das Mangabeiras**. G1/SE 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2020/07/20/familias-da-ocupacao-das-mangabeiras-comecam-a-ser-levadas-para-residencias-alugadas.ghtml>. Acesso em: jul./2020.

G1/SE. **Mutirão atende famílias beneficiárias do Minha Casa Minha Vida na Barra dos Coqueiros**. G1/SE 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2019/08/28/mutirao-atende-familias-beneficiarias-do-minha-casa-minha-vida-na-barra-dos-coqueiros.ghtml>. Acesso em: jul./2020.

GANDOLFI, Regina Claudia. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Crédito Habitacional e Assessoria Técnica à Autoconstrução**: Bancos Comunitários de Desenvolvimento Bem em Vitória - ES e União Sampaio em São Paulo – SP. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

GLOBO. **Casas feitas com material reciclado resultam em economia em Lages, SC**. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/11/casas-feitas-com-material-reciclado-resultam-em-economia-em-lages-sc.html>. Acesso em: jan./2020.

GODINHO, Iris Marinho Avila. **Análise da Implementação da Assistência Técnica Pública e Gratuita em Habitação no Município de Alfenas-MG**. 2017, 103 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

GOMES, Joice Genaro. **Os programas de melhorias habitacionais**: elementos a serem considerados para uma proposta de assistência técnica continuada a partir das experiências do

Brasil e de Cuba. 2014. 113 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura E Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GONÇALVES, Larissa Soares. **Avaliação Pós-Ocupação em mutirão autogerido: um estudo de caso do Conjunto Paulo Freire**. 2016. 157 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Habitação: Planejamento e Tecnologia) - Instituto de Pesquisa Tecnológicas do Estado de São Paulo, São Paulo, 2016.

GOUGH, David; THOMAS, James. **Commonality and diversity in reviews**. In: D. Gough, S. Oliver, & J. Thomas (Eds.), *An introduction to systematic reviews*. London: Sage Publications Ltd, p. 35-65, 2012.

GRBIC, Milena. Sustainable architecture resources inside informal roma settlement micro-environments In: 15th INTERNATIONAL MULTIDISCIPLINARY SCIENTIFIC GEOCONFERENCE SGEM 2015, Albena. **Proceedings** [...] Albena. 2015, p. 575-582.

HAMIDUDDIN, Iqbal; GALLENT, Nick. Self-build communities: the rationale and experiences of group-build (Baugruppen) housing development in Germany. **Housing studies**, v. 31, n. 4, p. 365-383, 2016.

HAMMERSTRØM, Karianne. et al. Searching for studies: A guide to information retrieval for Campbell Systematic Reviews (Vol. 1). Oslo: The Campbell Collaboration. 2010.

HEFFERNAN, Emma; WILDE, Pieter. Group self-build housing: A bottom-up approach to environmentally and socially sustainable housing. **Journal of Cleaner Production**, v. 243, p. 118657, 2020.

HEHL, Rainer.; VENTURA, Patrícia. Suíça. In: XIMENES, Luciana Alencar; VESLASCO, Thaís. (orgs). **Produção habitacional solidária: panorama internacional**. Rio de Janeiro: IPPUR, p. 19-25, 2019.

IAB. INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. **Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social**. 63 p. 2010.

IBEM, Eziiyi Offia; ADUWO, Egidario B.; UWAKONYE, Obioha. Adequacy of incremental construction strategy for housing low-income urban residents in Ogun State, Nigeria. **Built Environment Project and Asset Management**, v.2, p.182-194, 2012.

IBGE. **Domicílios em Aglomerados Subnormais por Unidade da Federação**. 2019. Disponível em: https://geohub-ibgedgc.hub.arcgis.com/datasets/5c3023dce5fc4cf4aa4a148b738c3ace_1?geometry=-169.985%2C-41.782%2C67.144%2C15.270. Acesso em: jul./2020.

IKUTA, Fabricia Mitiko. **Processo de produção habitacional: análise do Conjunto Habitacional Vila União da Juta (São Paulo/SP)**. 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo/São Carlos, São Carlos, 2013.

JACQUES, Ramana Rodrigues Oliveira. **A Conquista da Moradia, um Ponto se Partida: Cooperativa Habitacional de Shangri-Lá**. 2013. 96 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

- JOÃO, Callil. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento como Estratégia de Desenvolvimento Territorial. Microcrédito e Autoconstrução. Caso: Banco Bem**, Vitória-ES. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- JOSHI, Sharadbala; KHAN, M. Sohail. Aided self-help: the million houses programme—revisiting the issues. **Habitat International**, v. 34, n. 3, p. 306-314, 2010.
- KALIL, Rosa Maria Locatelli. Avaliação pós-ocupação e eficácia social: estudo de caso comparativo de habitações de interesse social autoconstruídas na modalidade cooperativa autogestionária e na modalidade promoção pública municipal. **Revista Ambiente Construído**, Porto Alegre, v.4, n. 1, p 37-53, 2004.
- KAPP, Silke; CARDOSO, Adauto Lúcio. Marco teórico da Rede Finep de Moradia e Tecnologia Social – Rede Morar T.S. **Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)**, v.17, n.1, p. 94-120, 2013.
- LABAKI, Lucila C. et al. Ventilation in Self-Built Houses-A Study Through Wind Tunnel Measurements in Campinas, Brazil. **International Journal of Ventilation**, v. 10, n. 2, p. 115-123, 2011.
- LACERDA, Daniel Pacheco. Design Science Research: método de pesquisa para a engenharia de produção. **Gestão de Produção**, São Carlos, v. 20, n. 4, p 741-761, 2013.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311p.
- LAMOUNIER, Rosamônica da Fonseca. **Da autoconstrução à arquitetura aberta: o Open Building no Brasil**. 2017. 509 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- LANG, Richard; CARRIOU, Claire; CZISCHKE, Darinka. Collaborative housing research (1990–2017): A systematic review and thematic analysis of the field. **Housing, Theory and Society**, v. 37, n. 1, p. 10-39, 2020.
- LANG, Richard; STOEGER, Harald. The role of the local institutional context in understanding collaborative housing models: empirical evidence from Austria. **International Journal of Housing Policy**, v. 18, n. 1, p. 35-54, 2018.
- LAPOLLI, André. Um resgate da Vila do IAPI: Cidade-Jardim- Urbanismo Culturalista ou Arquitetura Ambiente. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, ANPUR, 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPUR, p 1-28, 2005.
- LARA, Fernando Luiz. The form of the informal: Investigating Brazilian self-built housing solutions. **Rethinking the Informal City: Critical Perspectives from Latin America**. New York and Oxford: Berghahn Books, p. 23-38, 2010.
- LEITE, Regiane Valentim. **Paisagens Autoconstruídas: O Papel da Assistência Técnica Habitacional na Produção do espaço no Bairro Nova Viçosa, Viçosa (MG)**. 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal De Viçosa, Viçosa, 2017.

LIMA, Rosa Maria Cortes de. **A cidade autoconstruída**. 2006. 373 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Rio De Janeiro, 2006.

LINHARES, Juliana de Faria. **Atuação do arquiteto na produção do espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda**. 2018. 204 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

LIS, Laís; AMARAL, Luciana. **Governo amplia Minha Casa, Minha Vida para famílias com renda de até R\$ 9 mil**. G1. Brasília, 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/governo-amplia-minha-casa-minha-vida-para-familias-com-renda-de-ate-r-9-mil.ghtml>. Acesso em: jan./ 2020

LOUREIRO, Joisa Maria Barroso. **As comunidades fruto do cooperativismo habitacional: possibilidades do conjunto autogerido Paulo Freire como utopia temporal-espacial**. 2013. 192 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MARCILLIA, Syam Rachma; OHNO, Ryuzo. Learning from resident's adjustments in self-built and donated post disaster housing after Java earthquake 2006. **Procedia-social and behavioral sciences**, v. 36, p. 61-69, 2012.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 2ª ed., p. 71-93, 1982.

MARICATO, Ermínia. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. **Cadernos Metrôpole.**, n. 21, p. 33-52, 2009.

MASOTTI, Clara et al. Self-help retrofitting technologies for low-cost housing construction. The case study of Vila Novo Ouro Preto, Brasil. **Procedia Engineering**, v. 21, p. 625-632, 2011.

MDIC/EPUSP. **O Futuro da Construção Civil no Brasil**: Resultados de um Estudo de Prospecção Tecnológica da Cadeia Produtiva da Construção Habitacional. São Paulo, 2003. Disponível em <http://prospectiva.pcc.usp.br/arquivos/O%20futuro%20da%20constru%C3%A7%C3%A3o%20civil%20no%20brasil.pdf> Acesso em jan./2020.

MDR. Ministério do Desenvolvimento Regional.. **Cartão reforma**. 2020a. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/component/content/article/13034-cartao-reforma>. Acesso em: abr./2021.

MDR. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Saiba o que muda com o novo programa**. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/casa-verde-e-amarela/saiba-o-que-muda-com-o-novo-programa>. Acesso em: abr./2021

MDR. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Operações Assistência Técnica**. Dados solicitados na plataforma Fala.Br. 17. jun. 2020. 2020c. Documento eletrônico.

MEIRA, Alexsandra Rocha. **Estudo das variáveis associadas ao estado de manutenção e a satisfação dos moradores de condomínios residenciais**. 2002. 285 p. Tese (Doutorado em

Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MELLO, Carlos Henrique Pereira et al. Pesquisa-ação na engenharia de produção: proposta de estruturação para sua condução. **Production**, v. 22, n. 1, p. 1-13, 2012.

MENEZES, Cassio Roberto Conceição.; VASCONCELOS, Jaides Fontes. O Estado de Sergipe: da urbanização à formação metropolitana. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 121, p. 144-151, 13 abr. 2011.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Nota oficial – Lei 11.888/2008**. 2017. Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2017/03/06/03.03.17NOTAOFICIALDOMINIST%C3%89RIODASCIDADESLEI11.888.pdf?_ga=2.100815940.455385815.15736407261738870389.1524709386. Acesso em nov./2019.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Habitação**. [s.i]: Ministério das Cidades, 2004. (Cadernos MCidades Habitação). Disponível em: <<https://erminiamaricato.net/cadernos-mcidades/>>. Acesso em: out/2020. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Sobre o PAC**. 2018. Disponível em: <http://pac.gov.br/sobre-o-pac> Acesso em: mai/2020.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator (Fortaleza)**, Fortaleza, v. 16, p. 1-13, 2017.

MORENO, William G. Caballero et al. Self-construction in informal settlements: a multiple-criteria decision-making method for assessing sustainability of floor slabs in Bucaramanga, Colombia. **Journal of Housing and the Built Environment**, v. 34, n. 1, p. 195-217, 2019.

MORORÓ, Mayra Soares de Mesquita. **Habitação progressiva autoconstruída: caracterização morfológica com uso da gramática da forma**. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil: Estruturas e Construção Civil) Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Federal Do Ceará, Fortaleza, 2012.

MORORÓ, Mayra Soares de Mesquita; PEQUENO, Luis Renato Bezerra; CARDOSO, Daniel Ribeiro. Self-constructed progressive housing: Morphological characterization using Shape Grammar. **Arquiteturarevista**, v. 11, n. 2, p. 76-92, 2015.

MOTTA, Luana Dias. A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. **Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais**. 2011.

NASCIMENTO, Denise Morado. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: COSTA, J. G. M; COSTA, H. S. M. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, p. 217-230, 2011.

NASCIMENTO, Denise Morado; BRAGA, Raquel Carvalho de Queiroz. Déficit habitacional: um problema a ser resolvido ou uma lição a ser aprendida? **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, n. 9, p. 98-109, 2009.

NASCIMENTO, Manuela Maria; ARAÚJO, Hélio Mário. A urbanização extensiva de Aracaju e a formação de novos aglomerados habitacionais: avaliação a partir da desagregação de dados dos CENSOS-IBGE. **Caderno de Geografia**, v. 28, n. 52, p. 166-196, 2018.

NOGUEIRA, Priscilla. Discutindo a lógica da autoprodução de moradias. **Revista Oculum Ensaios**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 57-72, 2013.

NOSSA SENHORA DO SOCORRO. Lei nº 1118, de 07 de dezembro de 2015. Revoga a lei nº 557/2002, que trata do plano diretor de desenvolvimento urbano de Nossa Senhora do Socorro, institui nova redação e dá outras providências. Nossa Senhora do Socorro. 2015.

NTELMA, Lejone John. **Self-help Housing in South Africa: Paradigms, Policy and Practice**. 2011.

NUNES, Evaldo Grasso. **A cidade real e a legal na cidade de São Paulo: as tipologias das construções informais no provimento autônomo de habitações populares na região pertencente aos distritos de Casa Verde, Limão e Vila Nova Cachoeirinha**. 2010. 190 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil - Universidade De São Paulo, São Paulo, 2010.

OBREMSKI, Helena; CARTER, Claudia. Can self-build housing improve social sustainability within low-income groups? **Town Planning Review**, v. 90, n. 2, p. 167-193, 2019.

O'BRIEN, David; CARRASCO, Sandra; DOVEY, Kim. Incremental housing: harnessing informality at Villa Verde. **Archnet-IJAR: International Journal of Architectural Research**, [s. l], p. 294-313, 2020.

OJEDA, Vicente de Capitani. **Gestão de obras habitacionais construídas por mutirão**. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Cristiano Fontes de. **Autoconstrução em madeira: estudo de caso - Florianópolis/SC** 2003. 212 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLMEDO, Carlos; WARD, Peter M. Model subdivisions: The new face of developer lot sales for low-income colonia-type housing in Texas. **Land Use Policy**, v. 52, p. 181-194, 2016.

PATTISON, Ben; STRUTT, Jennifer; VINE, Jim. Self-Help Housing: Supporting locally driven housing solutions. **Building and Social Housing Foundation** (Great Britain), 2011. 36 p.

PEABIRU. **Caderno de ATHIS: oficinas de assistência técnica em habitação de interesse social**. 2019. Disponível em: http://www.peabirutca.org.br/wp-content/uploads/153_ATHIS_cartilha-1.pdf. Acesso em: Set/ 2020.

PEABIRU. Peabiru Trabalhos Comunitário e Ambientais. **A Peabiru**. 2020. Disponível em: http://www.peabirutca.org.br/?page_id=2. Acesso em: jun./2020.

PEREIRA, Olivia de Campos Maia. **O crédito solidário como política pública para habitação popular: mudanças no cenário?** 2006. 192 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

PINA, Silvia A. et al. Transfer Process of Self-built houses in environmental protection areas in the region of Campinas, Brazil. **Housing, Space and Quality of Life**. Oxon: Ashgate, p. 41-58, 2017.

PMA. PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. **Plano estratégico Municipal para assentamentos subnormais** – PEMAS: Programa Municipal de Habitação “Moradia – Cidadã”. 312 p. 2001.

PMA/ SEPLOG. **Diagnóstico municipal**: Capítulo III – Dinâmica urbana- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju. 113p. 2015a.

_____. **Diagnóstico municipal**: Capítulo VI – Aspectos da Habitação de Interesse Social- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju. 15p. 2015b.

_____. **Diagnóstico municipal**: Capítulo XII – Instrumentos Regulatórios – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju. 41p. 2015c.

_____. Plano local de habitação de interesse social (PLHIS) – Plano e Estratégias de Ação. 249 p. 2011.

POJANI, Dorina. The self-built city: theorizing urban design of informal settlements. **Archnet-IJAR: International Journal of Architectural Research**, p. 294-313, 2019.

PORANGABA, Alexsandro Tenório. **O lugar da Habitação de interesse social no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: uma análise curricular (1930-2018)**. 2019. 325 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

PRADO, Ricardo Rodrigues. **Análise da percepção dos moradores quanto ao desempenho de habitação de interesse social com base na norma de desempenho ABNT NBR 15575**. 2018. 139 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUGNALONI, Fausto; BELLU, Edmund; GIOVANELLI, Marcello. Self-building process: Living the crisis in a sustainable way. **Green Design, Materials and Manufacturing Processes**, p. 27-32, 2013.

RAHMAN, Md Ashiq Ur; HOSSAIN, Md Zakir; KABIR, Md Enamul. Operationalizing community-led housing in practice: Lessons from Bangkok, Thailand and Mumbai, India. **International Journal of Sustainable Built Environment**, v. 5, n. 2, p. 564-578, 2016.

RESIDÊNCIA AU+E. Apresentação. 2021. Disponível em: <https://residencia-aue.ufba.br/pt-br/apresentacao>. Acesso em: out/2021.

RIBEIRO, Danilo Moreto; MUNIZ, Andrea Fernandes. Proposta de habitação em estrutura metálica: autoconstrução pelos usuários. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2019, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: PPGAU/FAUeD/UFU, p 780-789, 2019.

ROLNIK, Raquel et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrôpole**. São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, 2015.

- ROMÉRO, Marcelo de Andrade; ORNSTEIN, Sheila Walbe (coords.). Avaliação pós-ocupação. Métodos e técnicas aplicados à habitação social. Porto Alegre: ANTAC. (Coleção Habitare). 294 p. 2003.
- ROSSI, Monica Therezinha Bartie. **Habitação social e gestão associativa: avaliação dos programas promovidos pelo governo do Estado de São Paulo no período 1990 a 2008.** 2012. 291 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade De São Paulo, São Paulo, 2012.
- RUBIN, Graziela Rossatto, BOLFE, Sandra Ana O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura.**, v. 36, n. 2, p. 201-203, 2014.
- SÁ, Werther Lima Ferraz de. **Autoconstrução na Cidade Informal: Relações com a Política Habitacional e Formas de Financiamento.** 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- SANCHES, Débora. **Processo participativo como instrumento de moradia digna: uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo (1990 – 2012)** 25/02/2015 465 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.
- SANT'ANNA, Igor Faro Dantas. **Determinação de parâmetros para obtenção de viabilidade técnico-econômica na implantação de empreendimentos para Habitação de Interesse Social em Aracaju.** 2019. 90 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2019.
- SANTO AMORE, Caio. Assessoria e assistência técnica: arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social. In: II URBFAVELAS–SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS. Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2016. 20 p.
- SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi; SAULE JÚNIOR, NELSO (org). **Dossiê do desmonte da política urbana federal nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades: violação de direitos humanos e os riscos de construção de cidades intolerantes, excludentes, injustas e antidemocráticas.** Rio de Janeiro: IPPUR, 2020.
- SANTOS, Cecilia Reis Alves dos. **Relações sociotécnicas na autoconstrução de infraestrutura urbana.** 2015. 132 f. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- SANTOS, Cláudio Hamilton Matos dos. Políticas federais de habitação no Brasil: 1964-1998. IPEA: Textos para discussão 654. 1999.
- SANTOS, Diego Fiel; FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. As Regiões Metropolitanas no Brasil e o problema institucional de cooperação: a trajetória das Regiões Metropolitanas de Natal e Aracaju. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 11, n. 3, p. 368-382, Nov. 2013.

- SANTOS, Jakeline Silva dos. **Lei da assistência técnica pública e gratuita: um estudo de aplicação para municípios paraibanos**. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- SANTOS, Mário Jorge Silva; SANTOS, Ana Rocha dos. A Ação do Estado e da Política Habitacional na Produção Socioespacial da Região Metropolitana de Aracaju (SE) **Geosaberes: Revista De Estudos Geoeducacionais**, v.6, n. 1, pp. 284-297, 2015.
- SANTOS, Polyanna; OLIVEIRA, Bianca; OLIVEIRA, Luis. Análise das condições de saúde e higiene em autoconstruções em Maceió-AL. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 2019, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: PPGAU/FAUeD/UFU, p 780-789, 2019.
- SÃO CRISTÓVÃO. **Lei nº 470/2020, de 21 de dezembro de 2020**. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de São Cristóvão. Gabinete do Prefeito. 2020
- SHELLER, David; THÖRN, Håkan. Governing 'sustainable urban development' through self-build groups and co-housing: the cases of Hamburg and Gothenburg. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 42, n. 5, p. 914-933, 2018.
- SCHWEIZER, Peter José; PIZZA JUNIOR, Wilson. Casa, moradia, habitação. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 5, p. 54-69, 1997.
- SEKOBOTO, Lerato; LANDMAN, Karina. Searching for more than just a house? The extent to which government provided RDP housing compared to self-help housing empower poor communities in South Africa. In: URBAN FORUM, Holanda. **Proceedings [...]** Springer, Holanda, p. 97-113, 2019.
- SEMPREBON, Michela; HADDOCK, Serena Vicari. Innovative housing practices involving immigrants: the case of self-building in Italy. **Journal of Housing and the Built Environment**, v. 31, n. 3, p. 439-455, 2016.
- SERGIPE. **Lei Complementar nº 25, de 29 de dezembro de 1995**. Cria a Região Metropolitana de Aracaju e dá providências correlatas. Assembleia Legislativa de Sergipe, 29 dez. 1995.
- _____. **Lei complementar nº 86 de 25 de agosto de 2003**. Dá nova redação à Lei Complementar nº 25, de 29 de dezembro de 1995, que cria a Região Metropolitana de Aracaju e dá outras providências correlatas. Assembleia Legislativa de Sergipe, 25 ago. 2003.
- _____. Plano estratégico do Governo de Sergipe 2019/2022. 2019. Disponível em: https://www.se.gov.br/uploads/download/filename_novo/1222/92d4fd71b5ff0d129c0cd512c623f16b.pdf. Acesso em: jun/2021.
- SERRANO, Julián Salas; FERRERO, Aurelio; ALONSO, Patricia Lucas. Utilización de componentes neutros de construcción en Latinoamérica. **Revista INVI**, v. 27, n. 76, p. 147-175, 2012.
- SILVA, Cleusa Terezinha Azambuja. Mello; Cristina Didonet Nery Tavares da Cunha; LEAL, Laura Regina do Canto. A Vila do IAPI no contexto de urbanização e industrialização. **Revista do Historiador**, n. 02, p. 209-226, 2009.
- SILVA, George. **Câmara debate assistência técnica gratuita em engenharia e arquitetura**. Câmara Municipal de Aracaju: Poder Legislativo. 2018. Disponível em:

<https://www.aracaju.se.leg.br/institucional/noticias/camara-debate-assistencia-tecnica-gratuita-em-engenharia-e-arquitetura>. Acesso em: abr./2021.

SILVA, Maria da Graça Plenamente. **Percursos da ação pública nas áreas informais do município de São Paulo: urbanização de favelas, mutirão e autoconstrução - 1979 – 1994**. 2009. 440 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009b.

SILVA, Patrícia Mendes. **Gerenciamento de obras construídas por mutirão: estudos de caso de empreendimentos no Vale do Paraíba – SP**. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Rodrigo Arlindo dos Santos. **O cooperativismo autogestionário na produção da habitação popular**. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009a.

SOARES, André Costa Braga. **“Processos compartilhados de produção do espaço urbano: A mediação da informação na arquitetura**. 2012. 270 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SOEMARNO, Ispurwono; SUDARMA, Erwin. The Implication of Small-Scale Land Sub-division for Formal Housing Towards Sustainable Living and Environment. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 179, p. 230-236, 2015.

SOLIMAN, Ahmed M. The Egyptian episode of self-build housing. **Habitat international**, v. 36, n. 2, p. 226-236, 2012.

SOTO-RUBIO, Mauricio; HAUSMAN, Vanessa. Affordable housing in border cities: The work of Esperanza de Mexico in Tijuana. **Cities**, v. 88, p. 76-82, 2019.

SOUZA, Barbara Cecilia Machado Fontes. Desenvolvimento regional e gestão metropolitana: reflexões a partir da política habitacional na região metropolitana de Aracaju. 2009. 140 f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Gestão de Empreendimentos Locais). Núcleo do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

SOUZA, Maressa Fonseca e. **Modos de vida e modos de habitar em moradias autoconstruídas: um estudo nos bairros Nova Viçosa e posses, em Viçosa – MG**. 2017. 163 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2017.

SOUZA, V. B.; DIAS, J. F.; MARAGNO, A. L. F. C. Resíduos gerados em canteiros de obras por autoconstrução. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, Brasil, p. 1934-1943, 2006.

Souza e Kerbaui (2017)

SU, Cong Cong. Investigation on Seismic Performance of Self-Built House in Henan Rural Areas. In: **Applied Mechanics and Materials**. Trans Tech Publications Ltd, v. 438, p.1520-1523, 2013.

SULLIVAN, Esther; OLMEDO, Carlos. Informality on the urban periphery: Housing conditions and self-help strategies in Texas informal subdivisions. **Urban Studies**, v. 52, n. 6, p. 1037-1053, 2015.

SULLIVAN, Esther; WARD, Peter M. Sustainable housing applications and policies for low-income self-build and housing rehab. **Habitat International**, v. 36, n. 2, p. 312-323, 2012.

SUSTENTARQUI. **Protótipo de autoconstrução sustentável no Ceará segue os princípios das “Earthships”**. SustentArqui. 2018. Disponível em: <https://sustentarqui.com.br/prototipo-de-autoconstrucao-sustentavel/>. Acesso em: jan/2020.

TAVARES, Simone Fernandes. **Análise da organização coletiva no processo de construção da habitação rural. Caso: Assentamento Rural Sepé Tiaraju, Serra Azul – SP**. 2011. 216 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo/São Carlos, São Carlos, 2011.

TRAPICHE. **Histórico**. 2020. Disponível em: <https://trapicheufs.wordpress.com/escritorio/> Acesso em: abr./2021.

TRUJILLO, Víctor Manuel Sánchez et al. Characterization of pathologies in housing structures. A case study in the city of Tuxtla Gutierrez, Chiapas, Mexico. **Journal of Building Engineering**, v. 22, p. 539-548, 2019.

UNITED NATIONS. **General comment N° 4: the right to adequate housing (art 11 (1) of the Covenant**. Sith session. United Nations Committee on Economic, Social and Cultural Rights. 1991. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/SP/Issues/Housing/toolkit/Pages/RighttoAdequateHousingToolkit.aspx>>. Acesso em: out. /2020.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Resolution adopted by the General Assembly. 2015. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E>. Acesso em: Out/2020.

UNITED NATIONS. **Universal Declaration of Human Rights**. General Assembly resolution 217 A. 1948. Disponível em: [n.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights](http://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights). Acesso em: set./2021.

UOL. **Governo corta 98% dos recursos do Orçamento para novo Minha Casa Minha Vida. Economia**. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/23/governo-corta-98-dos-recursos-do-orcamento-para-novo-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: abr./2021

USINA CTAH. **Sobre**. 2020. sina-ctah.org.br/sobre.html. Acesso em Mar/2021.

VALENÇA, M. M. Alternativa de provisão habitacional no Brasil e no Mundo. **Mercator-Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 7-23, 2014.

VALLADARES, Arturo. The Community Architect Program: Implementing participation-in-design to improve housing conditions in Cuba. **Habitat International**, v. 38, p. 18-24, 2013.

VÁSQUEZ, Andrea Pino; LEDESMA, Lautaro Ojeda. Ciudad y hábitat informal: Las tomas de terreno y la autoconstrucción en las quebradas de Valparaíso. **Revista INVI**, v. 28, n. 78, p. 109-140, 2013.

VIDAL, Fernando Edmundo Chermont. **A autoconstrução e o mutirão assistidos como alternativas para a produção de habilitações de interesse social**. 2008. 165 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionário**. 6. ed. Cidade: Editora Atlas S.A., 2009.

WARTCHOW, Julia. **A autogestão da produção habitacional como alternativa de acesso à moradia. A experiência da cooperativa dos correios na região metropolitana de Porto Alegre**. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

WATRIN, Vanessa da Rosa. **O significado da tradição na autoconstrução de moradias**. 2003. 130 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil). Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

WERNA, Edmundo et al. **Pluralismo na habitação: baseado nos resultados do Projeto" O novo papel do estado na oferta de habitação: parceira entre agentes públicos não-públicos"** convênio 63.96. 0737.00-Finep. São Paulo: Annablume Editora, 2001.

ZYLBERSZTAJN, Breno Eitel. **John F.C. Turner: Vida, Obra e sua contribuição para a revisão da Política Habitacional nos anos 1970**. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

APÊNDICE A – REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

A condução de uma pesquisa necessita de etapas de exploração do que já foi descoberto sobre a temática e de quais as lacunas a serem preenchidas. Sob esse aspecto, Gough e Thomas (2012) pontuaram alguns motivos pelos quais revisões da literatura se fazem necessárias. Entre eles: a fragilidade e o escopo limitado de uma pesquisa individual; a visão baseada em mais de um estudo colabora para melhor contribuição e credibilidade da pesquisa; os resultados de uma revisão proporcionam um contexto para a interpretação dos dados de uma pesquisa; ademais, desenvolver um estudo inicial sem a busca por pesquisas anteriores pode invalidar os resultados obtidos.

Diante da relevância de se fazer uma revisão de literatura para o desenvolvimento de uma pesquisa, sabe-se que, ao passo que os estudos primários evoluem, é notória a dificuldade dos pesquisadores em manter-se atualizados diante dos volumes de publicações. Com o objetivo de minimizar essas dificuldades, a Revisão Sistemática de Literatura (RSL) apresenta-se como um estudo secundário que auxilia na busca documental, por ser capaz de encontrar, mapear, analisar, consolidar e agregar os resultados de relevantes estudos primários (DRESCH; LACERDA; ANTUNES JR., 2015). Assim, Gough e Thomas (2012, p.2) definem RSL como “uma revisão das pesquisas existentes utilizando métodos de pesquisas explícitos, rígidos e responsáveis”. Com base nessa definição, os referidos autores estabeleceram que o procedimento metodológico de uma RSL é formado por quatro etapas-chave: estabelecer a questão de pesquisa; identificar e descrever os estudos relevantes; sintetizar os resultados de maneira sistemática; bem como estabelecer quais conclusões podem ser feitas a partir da pesquisa.

Para Dresch, Lacerda e Antunes Jr (2015), a RSL mostra-se benéfica aos pesquisadores à medida que promovem uma visão ampla sobre os estudos desenvolvidos na área de interesse, ao impor uma estrutura de busca sistematizada, ou seja, realizada de acordo com um método planejado, detalhado e esquematizado, conforme as necessidades da pesquisa. Ainda, a síntese dos documentos encontrados é um diferencial, pois não há apenas a formação de um banco de dados com componentes individualizados, mas se estabelece uma conexão entre as conclusões e contribuições desses. Assim, a partir de uma visão sistêmica,

une-se o resultado de novas pesquisas, sem desconsiderar as contribuições de estudos anteriores.

Ao considerar os objetivos e as contribuições da revisão sistemática de literatura para a realização de estudos em geral, buscou-se investigar a produção de conteúdo sobre o tema autoconstrução como fator de provimento habitacional. Para tal, considerou-se dois focos de revisão: primeiramente as teses e as dissertações produzidas nas instituições de ensino superior (IES) brasileiras e posteriormente as publicações diversas (artigos, livros, documentos governamentais, manuais) nacionais e internacionais.

A pesquisa busca sistematizar e analisar quali-quantitativamente os trabalhos encontrados, de modo a identificar as vertentes de estudo mais exploradas, reconhecer os pares e apontar lacuna de pesquisa, a fim de auxiliar pesquisadores interessados pelo assunto a selecionar os conteúdos para o referencial teórico. Como banco de dados, utilizou-se no primeiro caso o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, sem período temporal definido, e o segundo recorte foi feito nos trabalhos dos últimos 10 anos indexados nas bases de dados online *Scielo*, *Scopus*, *Web of Science* e *Science Direct*, além da busca nos mecanismos de pesquisa Google e Google Acadêmico e de periódicos de alto fator de impacto (Q1). O fator de impacto foi obtido pela análise do índice *Scientific Journal Ranking* (SJR) de 2019.

Assim, o presente trabalho procurou responder às seguintes perguntas: (a) quais são os recortes mais frequentes para o estudo de autoconstrução habitacional? (b) quais os locais que os trabalhos se originam? (c) houve tendência de crescimento no número de estudos relativos ao tema?

1 PARTE 1 – TESES E DISSERTAÇÕES

Esse tópico se destinará a apresentar o procedimento metodológico e resultados da busca sistemática por teses e dissertação brasileiras sobre autoconstrução habitacional.

1.1 ETAPAS DA PESQUISA – PARTE I

A presente pesquisa compreende a análise das Teses e Dissertações brasileiras que abordaram direta ou indiretamente a autoconstrução habitacional. Trata-se de um estudo descritivo, no qual se objetivou registrar e descrever os fatos observados, por meio de uma técnica padronizada de coleta de dados, no caso, as restrições de busca (PRODANOV;

FREITAS, 2013). Foi uma pesquisa documental, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, na qual se adotou a análise de conteúdo para caracterizar os dados obtidos.

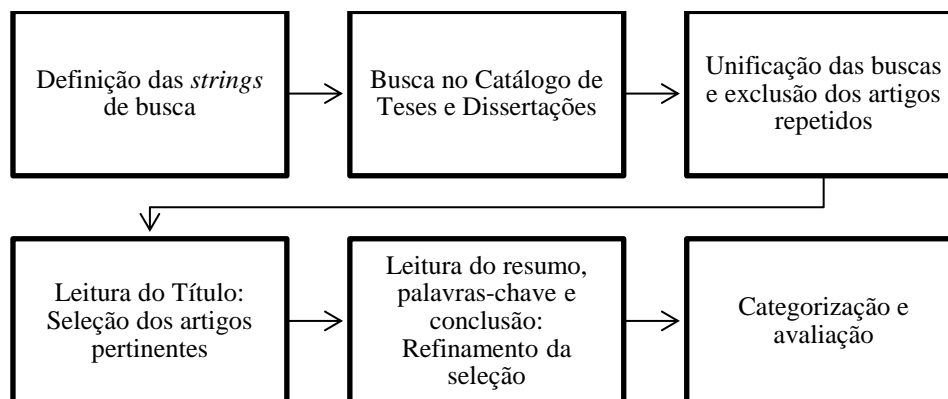
Para Colbari (2014), a análise de conteúdo permite apreender condutas, ações e opiniões extraídas de um conjunto de dados textuais ou simbólicos. Tal procedimento metodológico possui quatro propriedades importantes: objetividade, sistematicidade, dimensão quantitativa e dimensão qualitativa. Como resultado, possibilita compreender, explicar condutas, ações e opiniões por meio da compreensão realizada a partir de um conjunto de dados.

As investigações propostas neste tópico foram iniciadas a partir da delimitação da amostra a ser estudada; durante a busca no Catálogo da Capes foram impostos alguns filtros de restrição para selecionar a amostra, como:

- Áreas do conhecimento: limitadas a Ciências Sociais e Aplicadas, Engenharia e Multidisciplinar.
- Áreas específicas do conhecimento: restritas à Administração Pública, Arquitetura e Urbanismo, Construção Civil, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia, Tecnologia e Gestão, Sociais e Humanidades, Planejamento Urbano e Regional, Engenharia Sanitária.
- Grau acadêmico: apenas trabalhos que foram produtos do Doutorado, Mestrado ou Mestrado Profissional.
- Período Temporal: sem definição de um limite temporal.

O procedimento metodológico adotado seguiu as etapas propostas por Checcucci (2019), conforme sintetizado na Figura A.1.

Figura A. 1 – Etapas do procedimento metodológico



Fonte: adaptado de Checucci (2019)

1.1.1 Definição das strings de busca

A definição das strings de busca é o passo inicial para estabelecer quais os termos serão usados para rastrear as produções indexadas no banco de dados, nesse caso o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Assim, para escolha dos termos, inicialmente pesquisou-se o termo “Autoconstrução habitacional” na plataforma Google Acadêmicos, selecionou-se cinco trabalhos relacionados ao tema e comparou suas palavras-chave. A partir disso, teve-se embasamento para definir os termos utilizados nessa pesquisa; esses foram: “autoconstrução”, “autoprodução”, “mutirão habitacional”, “habitação de interesse social” e “habitação progressiva”. Para formação das *strings* de busca utilizou-se separadamente cada um dos termos anteriores, sendo que para os compostos adicionou-se o operador booleano AND para concatenar as diferentes palavras (ex: mutirão AND habitacional). Salienta-se, contudo, que a busca com a *string* “habitação AND interesse AND social” retornou um número significativo de trabalhos (754) que, por vezes, não tinham relação com autoconstrução, por isso, esse termo, especificamente, foi buscado combinado aos demais por meio das seguintes concatenações:

- habitação AND interesse AND social AND autoprodução;
- habitação AND interesse AND social AND autoconstrução;
- habitação AND interesse AND social AND moradia AND progressiva;
- habitação AND interesse AND social AND mutirão AND habitacional.

Não foram consideradas outras combinações entre palavras-chaves para formação das *strings* de busca, uma vez que a associação dos termos restringia a pesquisa e retornavam trabalhos já contabilizado nas buscas com os termos isolados.

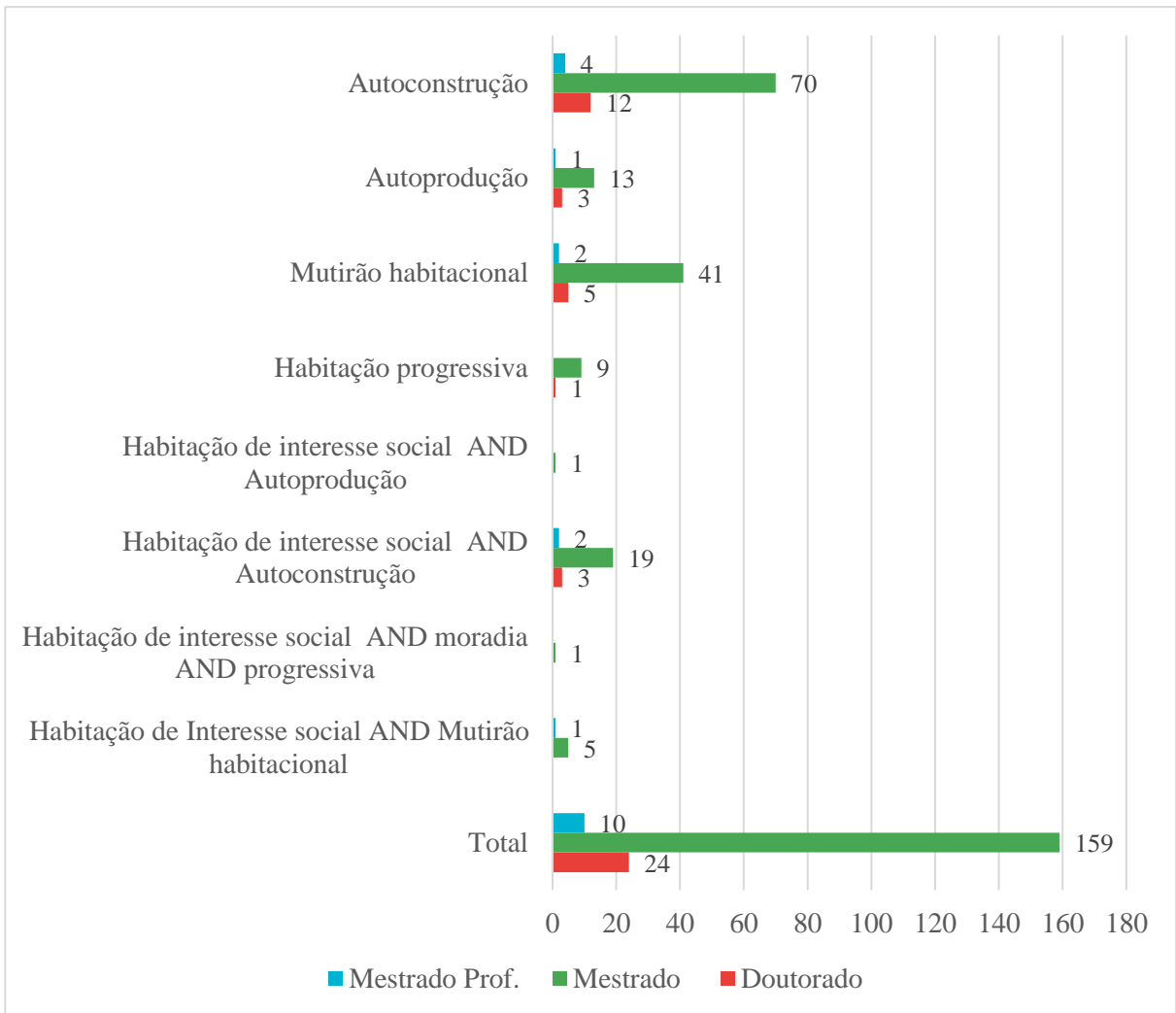
1.1.2 Busca na base de dados e caracterização da amostra inicial

O resultado de todas as buscas foram 193 trabalhos, sendo 24 de doutorado, 159 de mestrado e 10 de mestrado profissional, conforme ilustrado na Figura A.2.

Quanto às áreas do conhecimento, as buscas apontaram que a maioria dos trabalhos se enquadrava nas Ciências Sociais e Aplicadas, como se pode observar na Figura A.3. Ainda que se observado a subdivisão das áreas específicas, a de Arquitetura e Urbanismo corresponde ao maior percentual de produções (52%), seguida da Engenharia Civil (23%) e do Planejamento Urbano e Regional (10%), como visto na Figura A.4.

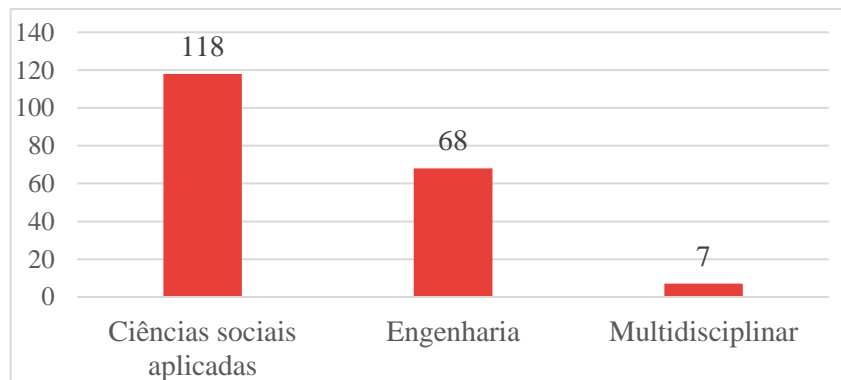
A variedade de áreas do conhecimento salienta o teor multidisciplinar do tema, visto que a autoconstrução habitacional exerce influência em diversos setores sociais. Trata-se de um assunto de viés multifacetado, que perpassa pelo planejamento urbano, a ocupação espontânea das cidades, as políticas públicas de fomento à moradia, as questões sobre as técnicas construtivas empregadas e as possíveis patologias construtivas, o aspecto projetual e o conforto dos usuários, o impacto dessas construções no meio ambiente e as condições sanitárias do entorno.

Figura A. 2– Quantitativo das buscas



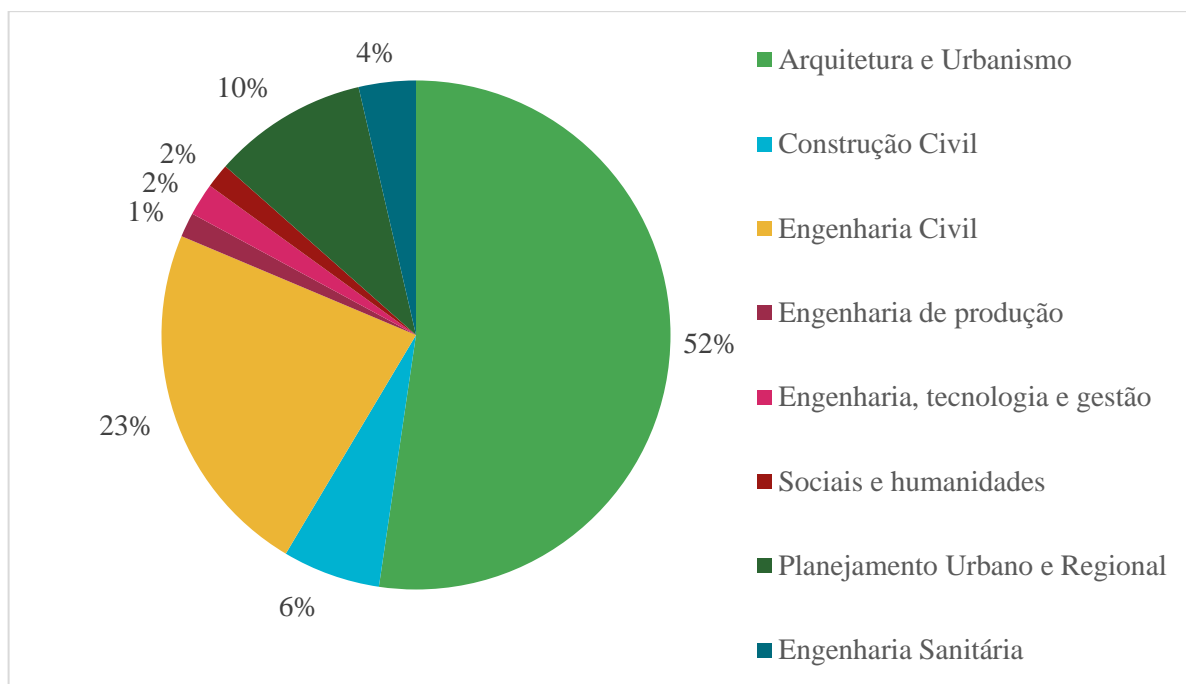
Fonte: Fonte: autora

Figura A. 3 – Total de trabalho por Área do Conhecimento



Fonte: autora

Figura A. 4– Total de trabalhos por área específica



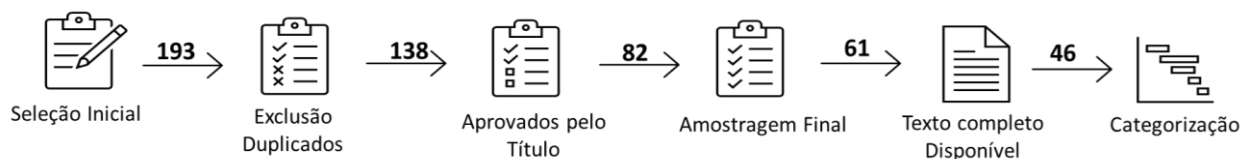
Fonte: autora

1.1.3 Refinamento das buscas

Os trabalhos encontrados em cada uma das buscas individuais foram reunidos em uma lista na qual foi possível identificar, dentre os 193, as produções repetidas e excluí-las. Após esse processo de exclusão, restaram 138 trabalhos aos quais foram lidos os títulos, a fim de observar a pertinência ao tema de estudo; como resultado, obteve-se 82 arquivos possivelmente adequados. Com isso, foram lidos os resumos. Para os que ainda suscitavam dúvida, foram vistas as palavras-chave e as conclusões para confirmação da pertinência. Ao final, o banco de trabalhos final foi formado por 61 trabalhos alinhados ao tema. Dessa última amostragem, apenas 46 teses e dissertações tinha o texto completo disponível *online*. Para obtenção das cópias, buscou-se na Plataforma Sucupira, nos repositórios das universidades e no Google Acadêmico.

O catálogo de Teses e Dissertações da Capes faz *link* direto com os dados da Plataforma Sucupira, a qual para trabalhos com data posterior ao ano de 2012, disponibiliza a versão na íntegra desde que tenham a divulgação autorizada pelos autores. A evolução das buscas foi sintetizada na Figura A.5.

Figura A. 5 – Evolução quantitativa dos trabalhos



Fonte: autora

1.1.4 Categorização e análise

A próxima etapa foi a do agrupamento dos trabalhos por enfoque temático semelhante, ou seja, categorizá-los. Segundo Bardin (2011), categorização é uma etapa não obrigatória do procedimento de análise de conteúdo. Trata-se da classificação de uma amostra segundo seus aspectos de diferenciação, para posteriormente serem reagrupados conforme características comuns, as quais se baseiam os critérios para as definições das categorias. Assim, é um processo em duas etapas: isolamento e classificação. A categorização final, por vezes, é resultado do refinamento anterior que suprime categorias mais fracas que podem ser condensadas. Para fins desse trabalho, buscou-se definir categorias que significasse os diferentes enfoques teóricos, a fim de agrupar os trabalhos selecionados conforme uma temática comum. Essa é uma tentativa de mapear o teor geral das produções acadêmicas brasileiras sobre a autoconstrução habitacional. No total, foram estabelecidos os sete seguintes grupos:

- Organização e orientação: que tinham a proposição de algum instrumento orientativo para auxiliar na organização e na mobilização em prol da autoconstrução.
- Habitação rural: aqueles que discorriam sobre processos de autoconstrução e políticas públicas em espaço rural. Salienta-se que os trabalhos consistiam em experiência, assim como o próximo grupo, mas por ser as condições de diferenciação do meio urbano o enfoque central desses, optou-se por classificá-los em uma categoria específica.
- Possibilidades e experiências na cidade autoconstruída: os que apresentavam estudos de caso que envolviam autoconstrução individual ou em mutirão, sejam elas com parceria público-privado ou de iniciativa própria dos moradores, e partiam deles para estabelecer suas conclusões.

- Processos, sistemas construtivos e desempenho das habitações: os que propunham processos e sistemas construtivos específicos para a autoconstrução de habitação de interesse social, bem como a avaliação do desempenho destas, incluindo os que avaliavam o imóvel pós-construção e investigavam a opinião dos moradores sobre a moradia ocupada.
- Assistência técnica para HIS: o que abordavam principalmente o papel dos responsáveis técnicos no processo de construção desse tipo de edificação ou experiência de assessoria técnica para autoconstrução.
- Políticas habitacionais e de financiamento: aqueles trabalhos cujo foco principal era a caracterização desse sistema de provimento, bem como análise das políticas habitacionais e dos diferentes tipos de financiamento para autoconstrução.
- Autogestão: os que tratavam de gerenciamento ou autogestão de habitação em processos de construção por mutirão ou individualmente.

Essa categorização só pode ser feita nos 46 trabalhos que apresentaram o texto completo disponível. Ademais, posteriormente à obtenção dos trabalhos pertinentes, foram realizadas duas análises uma quantitativa, com a amostragem final, e outra qualitativa, com os exemplares categorizados.

1.2 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA AMOSTRAGEM FINAL – PARTE I

A análise bibliométrica trata-se de uma análise quantitativa sobre aspectos componentes de publicações bibliográficas, no que se refere a ano de publicação, autores, local de publicação, origem de trabalho.

A primeira análise foi quanto ao grau acadêmico dos 61 trabalhos, percebeu-se que, assim como na amostragem inicial, o maior número de trabalho foi proveniente de dissertações de mestrado (Figura A.6).

Ao se tratar dos anos de publicação, o trabalho mais antigo selecionado, dentre os catalogados na base de dados, data de 1987 o que demonstra que, embora ainda seja um tema atualmente estudado, não é recente. Como observa-se na Figura A.7, que mostra a evolução temporal dos trabalhos, é um assunto cujo número de trabalhos apresentou um número de produções variável durante os anos, contudo não deixou de ser pesquisado. Ainda, 2012 foi o

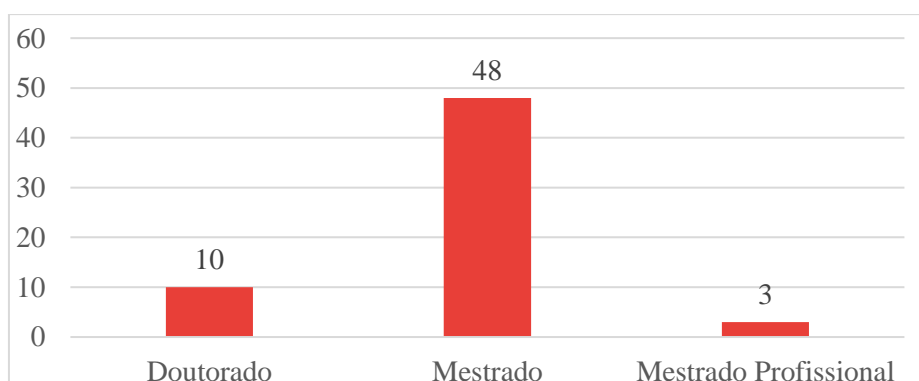
ano com maior número de defesas sobre o tema, desses cerca de 57% tratam sobre mutirão. Tal pico pode ser justificado pelo incentivo às políticas habitacionais por meio da autogestão, com os programas Crédito Solidário (2004) e Minha Casa Minha Vida Entidades (2009). Embora não se tenha limitado temporalmente à busca, sendo esta realizada até junho/2020, ainda não foi registrado nenhum trabalho do referido ano.

Quanto à territorialidade, percebeu-se um adensamento da região Sudeste. Os trabalhos foram originados de programas de pós-graduação distribuídos em 10 estados, além do Distrito Federal, sendo concentrados majoritariamente nos estados de São Paulo (31), Minas Gerais (12) e Rio de Janeiro (9) (Figura A.8).

Já ao analisar as instituições de ensino que originaram as pesquisas, como percebeu-se na Figura A.9, a USP foi a que apresentou maior número de trabalhos (20), nesse quesito considerou-se os campi São Paulo e São Carlos juntos. As universidades públicas apareceram em maior quantidade, sendo que as privadas representadas pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC) e a Mackenzie. Ainda, a Unochapecó foi a única universidade comunitária encontrada com publicação relativa ao tema de estudo.

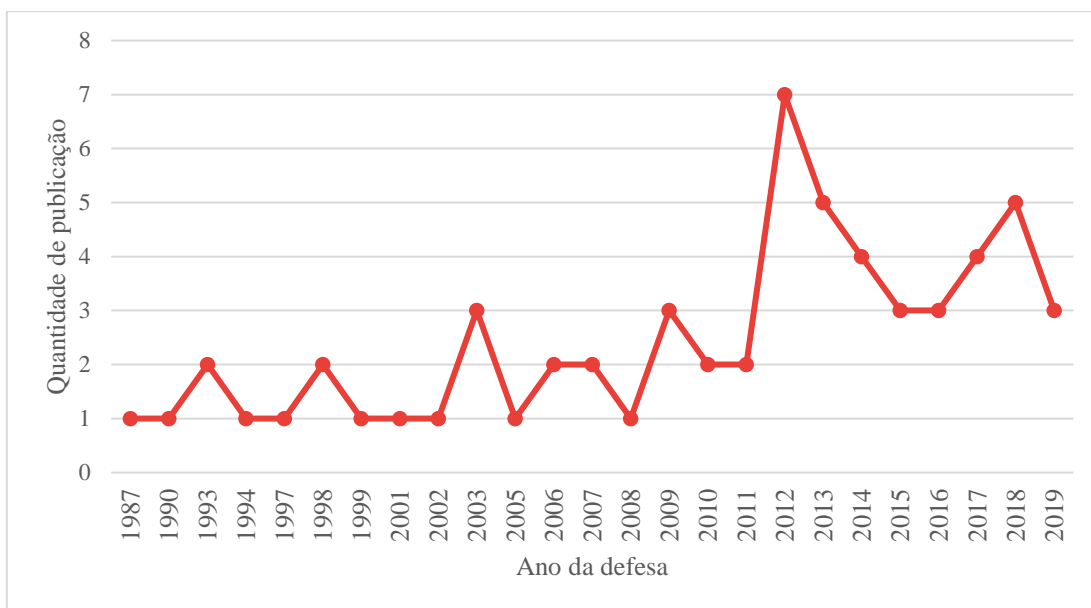
Como observado na Figura A.9, as dissertações dos metrados profissionais foram originadas da UFRJ, do ITP São Paulo e da Unochapecó. Já as teses de doutorados foram em sua maioria da UFRJ, mas também se originaram da USP, Mackenzie, UFBA e UFMG.

Figura A. 6 – Grau Acadêmico das publicações



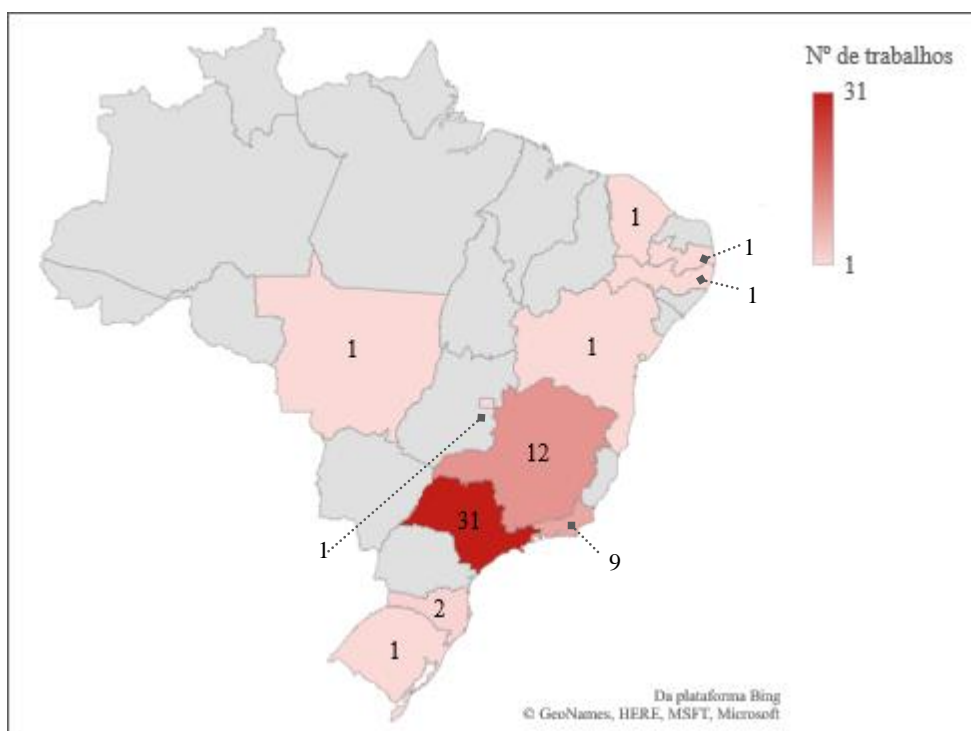
Fonte: autora

Figura A. 7 – Total de defesas por ano



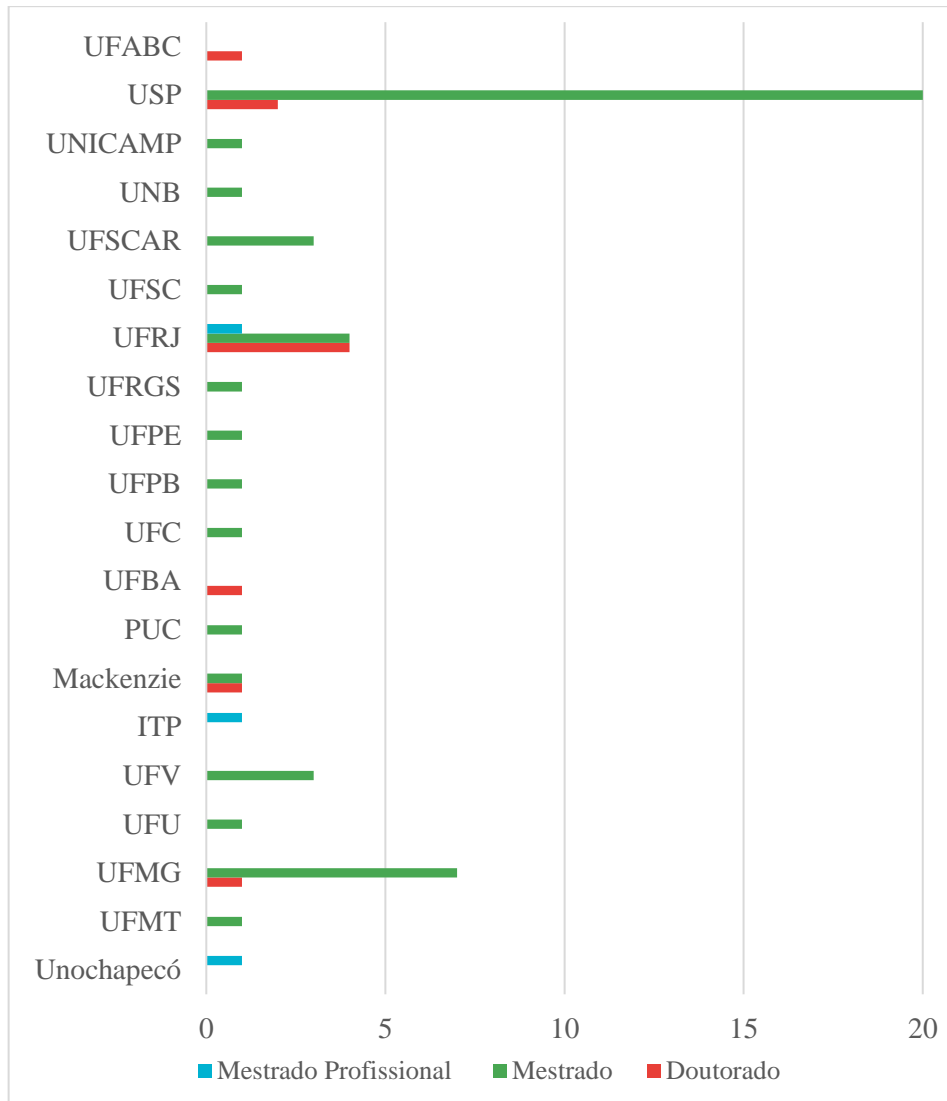
Fonte: autora

Figura A. 8 – Distribuição territorial das publicações



Fonte: autora

Figura A. 9 – Trabalhos produzidos por Universidade



Fonte: autora

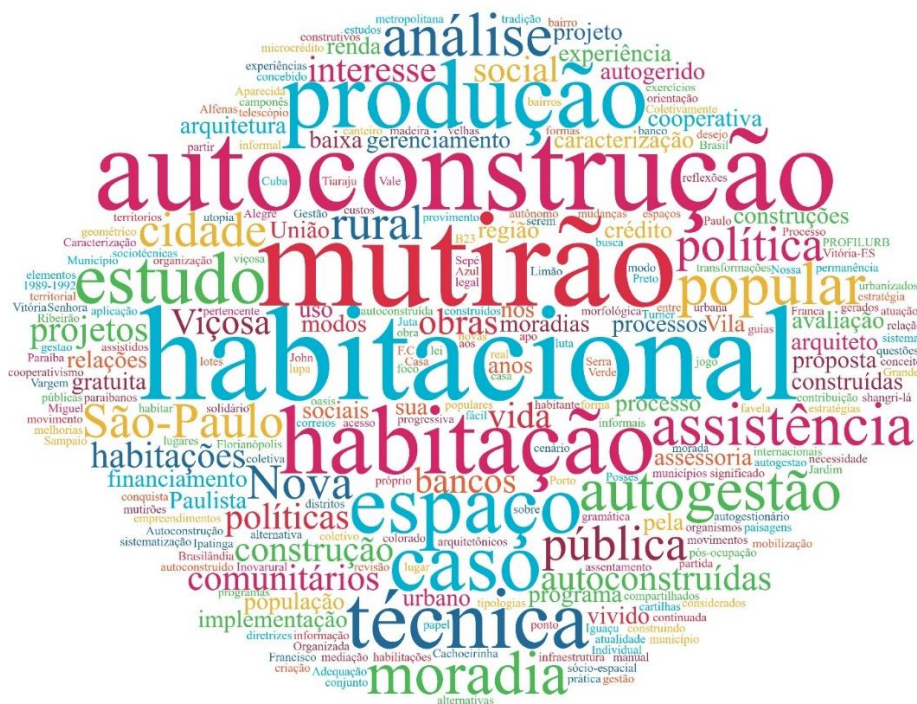
Outro aspecto observado foram as palavras mais recorrentes nos títulos, para isso gerou-se nuvens de palavras, a fim de observar os temas mais abordados. Essa ilustração foi gerada a partir do aplicativo *WordClouds*. Pela Figura A.10, observa-se que nos relativos a mutirão, palavras derivadas de habitação e autoconstrução foram os assuntos mais abordados nas dissertações de mestrado.

Já nas dissertações do mestrado profissional, Figura A.11, por não ter muitos representantes, as palavras não estabeleceram hierarquia quantitativa, ou seja, tiveram o mesmo tamanho na representação. Entretanto, pode-se notar a presença de termos como autoconstrução, compartilhada, gestão e outros termos referentes às experiências. Por fim,

para a análise das teses de doutorado (Figura A.12), percebeu-se que os termos “autoconstrução” e “São-Paulo” receberam maior destaque; este último ocorreu devido ao nome da localização dos estudos retratados que foram destacados nos títulos, especificamente no estado e na cidade de São Paulo.

Outra observação realizada foi quanto às palavras-chave dos trabalhos. A reunião desses termos também foi apresentada por meio de nuvem de palavras. Percebeu-se, a partir da Figura A.13, uma aderência dos termos escolhidos para a presente pesquisa com os disponibilizados nas teses e dissertações, ao passo que foram os que apareceram com maior frequência, exceto a moradia progressiva e autoprodução. Contudo, também possibilitou atestar o aparecimento de outros termos correlatos importantes como autogestão e assistência técnica. O entendimento das palavras-chave recorrentes e sinônimas é essencial para que a seleção de artigos pertinentes seja ampla e corresponda à realidade. Nesse sentido, alguns periódicos e eventos já estabeleceram um conjunto de referência de termos a serem utilizados pelos autores durante a submissão; essa prática padroniza as palavras utilizadas por áreas do conhecimento e limita a possibilidade de termos diversos, o que facilita o processo de buscas por determinar termos mais assertivos e diminuir a variabilidade.

Figura A. 10 – Nuvem de palavras para os títulos das dissertações de mestrado



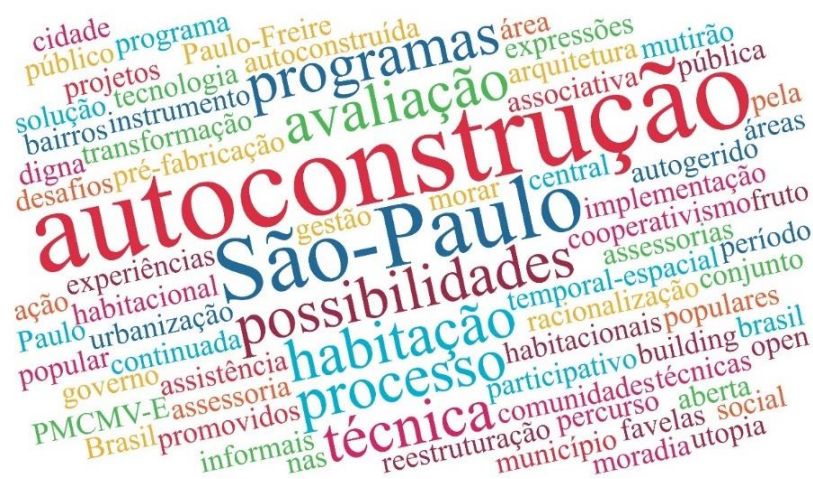
Fonte: autora

Figura A. 11 – Nuvem de palavras para os títulos das dissertações de mestrado profissional



Fonte: autora

Figura A. 12 – Nuvem de palavras para os títulos das teses de doutorado



Fonte: autora

Figura A. 13 – Nuvem de palavras para as palavras-chave dos trabalhos



Fonte: autora

1.3 ANÁLISE SISTÊMICA DOS TRABALHOS DISPONÍVEIS – PARTE I

A semelhança da abordagem temática possibilitou a classificação das publicações em categorias, conforme citado no subitem “Categorização e análise”. Nesse tópico, foi feito o reagrupamento e a síntese dos 46 trabalhos que tiveram o texto integral disponível *online*. A imposição dessa restrição se justifica, pois foi realizada leitura dinâmica no texto em busca de informações sobre os objetivos específicos, método e a extensão dos resultados, a fim de obter a caracterização e sumarização mais precisa.

No Quadro A.1, além da categorização dos trabalhos, foi apresentado o enquadramento metodológico dos estudos selecionados. O apanhado de métodos utilizados pode auxiliar como referência para pesquisadores da mesma área na escolha do método de seu trabalho. Pelos resultados encontrados, observou-se que os trabalhos utilizavam, por vezes, mais de um tipo de metodologia. Percebeu-se, também, que o Estudo de caso foi o método mais adotado pelos pesquisadores. Na categoria sobre organização e orientação (vi), por agruparem trabalhos que envolviam documentos orientativos, as pesquisas adotaram uma estratégia mais teórica, visto que, por vezes, foi realizada uma análise de manuais ou guias de instrução para a autoconstrução.

Quanto aos recortes temáticos, pôde-se observar no Quadro A.1, que o relato de experiências (i) foi a categoria mais comum de trabalhos. Em seguida, observa-se o de Assistência Técnica para HIS (ii) com 11 trabalhos, o que é um aspecto fundamental para a autoconstrução, visto que seus construtores, por vezes, são leigos e sua atuação não orientada pode impactar no desempenho do ambiente construído. Poucos trabalhos tratam sobre a autoconstrução da habitação rural (vii), por autoconstrução ser característico também das zonas rurais, sobretudo com a utilização de materiais locais e não convencionais. Não se encontrou trabalhos especificamente sobre projetos para habitações autoconstruída. Essas têm característica importante de que, por vezes, são habitações progressivas, ou seja, construídas aos poucos conforme necessidade ou disponibilidade financeira do morador, o que pode implicar na demanda de projetos evolutivos que supram essa construção fragmentada. A revisão dos trabalhos selecionados fruto dessa análise foi compreendida em um artigo a ser publicado.

Quadro A. 1 – Classificação quanto aos recortes temáticos

	Categoria	Qnt.	Autores	Métodos adotados
i	Possibilidades e experiências nas cidades autoconstruídas	12	Ikuta (2013), Loureiro (2013), Carvalho (2005), Wartchow (2012), Silva (2009a), Jacques (2013), Balthazar (2012), Nunes (2010), Lima (2006), Mororó (2012), Lamounier (2017), Santos (2015)	Estudo de caso (10) Pesquisa de campo (3) Pesquisa documental (2)
ii	Assistência Técnica para HIS	11	Vidal (2008), Leite (2017), Gomes (2014), Santos (2014), Godinho (2017), Fiorini (2019), Barros (2019), Soares (2012), Sanches (2015), Demartini (2016), Linhares (2018).	Estudo de caso (8) Pesquisa de campo (3) Pesquisa documental (3) Pesquisa qualitativa (1)
iii	Políticas Habitacionais e de financiamento	8	Gandolfi (2015), João (2014), Pereira (2006), Ferreira (2019), Sá (2009), Zylbersztajn (2018), Silva (2009b), Rossi (2012).	Estudo de caso (4) Pesquisa de campo (1) Pesquisa documental (3)
iv	Processos, sistemas construtivos e desempenho das habitações	6	Oliveira (2003), Ekerman (2018), Watrin (2003), Fragozo (2016), Gonçalves (2016), Souza (2017).	Análise pós-ocupação (2) Estudo de caso (3) Pesquisa de campo (1) Pesquisa documental (2)
v	Autogestão	4	Conti (1999), Barros (2011), Ojeda (2010), Silva (2013).	Estudo de caso (4)
vi	Organização e orientação	3	Alves (2018), Andrade (2014), Dornelas (2007).	Pesquisa ação (1) Pesquisa documental (1) Pesquisa teórica (2)
vii	Moradia Rural	2	Arruda (2007), Tavares (2011).	Estudo de caso (2) Pesquisa-Ação (1)

Fonte: autora

2 PARTE II – PUBLICAÇÕES

Com o objetivo de fazer uma pesquisa documental mais ampla sobre o assunto, realizou-se ainda uma segunda busca por publicações diversas (artigos de revista, artigos de periódico, livros, manuais) em bases de dados *online*. O procedimento adotado para essa parte da pesquisa, bem como os resultados obtidos foram detalhados nos subtópicos a seguir.

2.1 ETAPAS DA PESQUISA – PARTE II

Essa pesquisa foi realizada de acordo com o procedimento proposto por Dresch, Lacerda e Antunes Jr (2015). Esse procedimento destaca a importância de três ações, a definição da pergunta de pesquisa, a escolha de uma estratégia de busca e a sumarização dos resultados. Ainda, os referidos autores salientaram a importância da realização de buscas na literatura cinzenta (*Grey Literature*) e utilização da técnica de amostragem bola de neve (*snowball*) para ampliar e complementar os resultados. Essas ressalvas se justificam, pois, no primeiro caso, possibilita encontrar estudos primários que porventura não foram publicados por editoras comerciais e, no segundo aspecto, por evidenciar os estudos que não foram indexados nas bases utilizadas, mas estão nas referências das publicações selecionadas. Sob esse aspecto, os anais de evento são boa fonte de literatura cinzenta (HAMMERSTRØM et al., 2010).

Para auxiliar na realização dessa pesquisa foi utilizado o *software* StArt, em sua versão 3.4 beta. Trata-se de um *software* livre voltado especificamente para RSL, esse foi desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa de *Software* da Universidade Federal de São Carlos (LaPES -UFSCar). A escolha dessa ferramenta se deu por sua estruturação que divide o processo em três etapas principais (planejamento, execução e sumarização), que estão alinhadas ao procedimento metodológico escolhido. Ainda, a seleção do StArt se deu por possibilitar a importação dos metadados em diferentes formatos, ter conexão com as bases de dados pré-definidas para essa busca, ser capaz de gerar gráfico com diferentes propriedades e também exportar os dados de maneira organizada e sintetizada para o Excel[®].

2.1.1 Fase I - Planejamento

A pesquisa foi estruturada no próprio programa computacional, que possibilitou estabelecer um protocolo de pesquisa na fase inicial. Esse protocolo consistiu em definir as questões de pesquisa e as estratégias de busca, conforme sintetizado no Quadro A.2.

Embora esses critérios já tenham sido mencionados no início do capítulo, a definição desses no protocolo do *software* é fundamental para o seu funcionamento, pois existem ferramentas de sumarização e avaliação dos metadados que são feitas automaticamente a partir dessas imposições. Entre esses recursos estão a geração de gráficos por critério de inclusão e exclusão. Ainda, com a definição das bases, o StArt gera pastas específicas para o

upload dos metadados com os resultados das buscas e, com isso, o aplicativo interpreta as informações de acordo com a base escolhida. Já as palavras-chaves atribuídas são utilizadas para formação de pontuações a partir da semelhança entre os termos existentes na palavras-chaves, título e resumo das publicações importadas; esse recurso facilita o processo de seleção das publicações pertinentes.

Quadro A. 2 – Protocolo de pesquisa

Critério	Imposições
Objetivo	Traçar um panorama dos trabalhos desenvolvidos com o tema autoconstrução habitacional nos últimos 10 anos
Questões de pesquisa	Quais são os recortes mais frequentes para o estudo de autoconstrução habitacional? Quais os locais que os trabalhos se originam? Houve tendência de crescimento no número de estudos relativos ao tema?
Palavras-chave	prossive house; self-built housing; self-construction housing; self-help construction; social housing; community; cooperative.
Bases de dados	Web of Science, Scielo, Scopus e Science Direct.
Idioma dos estudos	Português, Inglês e Espanhol
Tipo de estudo	Artigos, Artigos de Evento; Livros; Manuais e publicações estatísticas e orientativas.
Critério de seleção	Ano de publicação: De 2010 a 2020; Respeito ao tipo de publicação e idiomas definidos anteriormente; Área de pesquisa: Engenharia, Ciências sociais aplicadas, multidisciplinar; Área específica: Administração Pública, Arquitetura e Urbanismo, Construção Civil, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia, tecnologia e gestão, Sociais e Humanidades, Planejamento Urbano e Regional, Engenharia Sanitária.
Critérios de Inclusão (I) e de exclusão (E)	(I) Aderência ao tema; (I) Respeito aos critérios de seleção; (E) Tratar de HIS sem autoconstrução; (E) Tratar de ATHIS sem autoconstrução; (E) Não obedecer às condições de restrição.

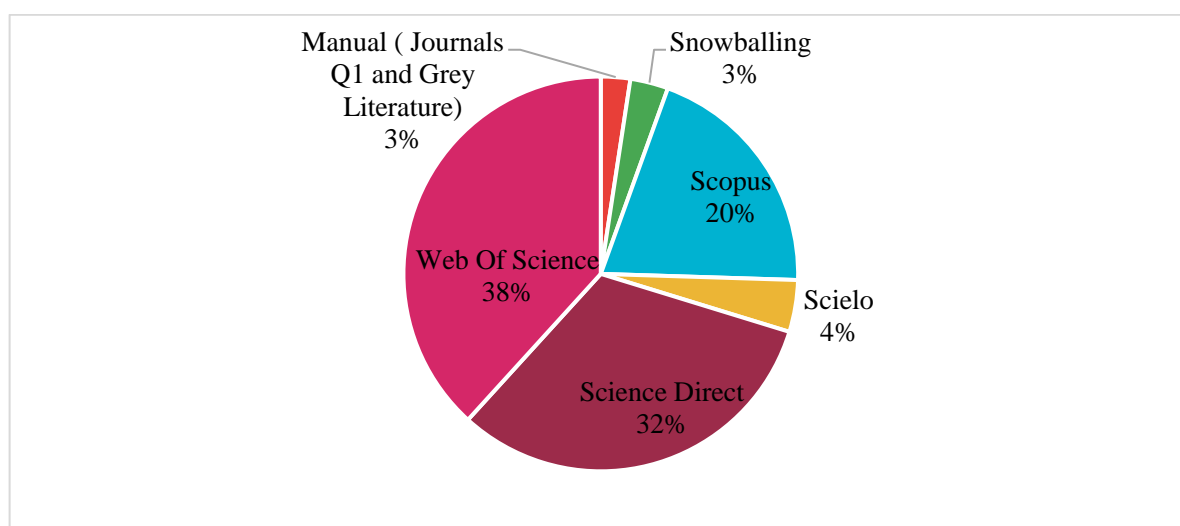
Fonte: autora

2.1.2 Fase II - Execução

Com o estabelecimento do protocolo, foi possível iniciar a segunda fase, ou seja, a execução. Essa é formada por três etapas: identificação dos estudos, seleção e extração. Na primeira etapa, a identificação dos estudos, o StArt fornece três possibilidade de obter as publicações: com a importação dos metadados das bases de dados, manualmente e pela

snowball. Ficou definido anteriormente que as fontes de publicação seriam as revistas classificadas com Q1 nas áreas de *architecture, building and construction* e *urban studies*, os mecanismos de busca foram Google e Google acadêmico para a seleção de documentos diversos e as bases de dados *Web of Science, Scopus, Science Direct e Scielo*. As revistas Q1 e o Google não foram incluídos no protocolo, pois a adição dos seus trabalhos foi feita de forma manual. Assim, inicialmente realizou as buscas pelas revistas, buscou-se por revista de SJR Q1 nas áreas pertinentes e foram encontradas 18 revistas passíveis de buscas, mas apenas 6 delas retornaram alguma publicação. A segunda busca foi nas bases de dados e, por fim, no Google. Os resultados brutos das buscas iniciais foram resumidos na Figura A.14.

Figura A. 14 – Percentual das fontes de busca em relação ao total de estudos identificado



Fonte: autora

Todas as buscas anteriormente descritas foram realizadas a partir das palavras-chaves definidas no protocolo e suas traduções para Português e Espanhol. Em algumas situações foi necessário fazer combinação dos termos para a convergência dos resultados ao objetivo do trabalho. Assim, a depender da plataforma de pesquisa foram formadas as *strings* diversas para o melhor retorno dos resultados, as combinações utilizadas foram escritas no Quadro A.3

Na busca individual, as bases de dados automaticamente colocam o operador booleano AND para unir os termos compostos. Optou-se por não delimitar ao termo estrito, com o uso das aspas, para obter uma maior amplitude de resultados.

Quadro A. 3 – Definição das *strings* de busca

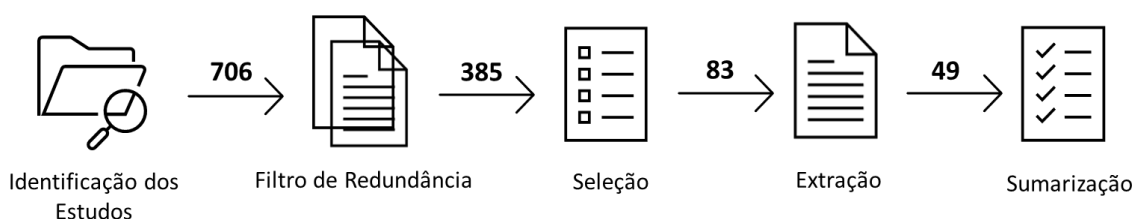
Local de busca	Strings
Revistas em Inglês	(self-built housing OR self-construction housing OR self-help construction) AND social housing; (self-built housing OR self-construction housing OR self-help construction) AND progressive housing; (self-built housing OR self-construction housing OR self-help construction) AND Cooperatives; AND Community; (self-built housing OR self-construction housing OR self-help construction).
Revistas em Espanhol	(autogestión OR autoproducción OU autoconstrucción) AND vivienda social mútua colaboración AND (vivienda OR habitación) autogestión AND comunitária
Bases de dados (Web of Science, Scielo, Scopus e Science Direct)	(self-built housing OR self-construction housing OR self-help construction) AND social housing; (self-built housing OR self-construction housing OR self-help construction) AND progressive housing; (self-built housing OR self-construction housing OR self-help construction) AND Cooperatives; AND Community; self-built housing; self-construction housing; self-help construction.
Google e Google Acadêmico	Foram utilizadas as <i>strings</i> iguais às utilizadas para a buscas nos periódicos, além das combinações com os termos em português. (Autoconstrução OR autoprodução) AND Habitação de interesse; (Autoconstrução OR autoprodução) AND Habitação progressiva; Autoconstrução AND Mutirão; Autoconstrução comunitária.

Fonte: autora

Ainda na fase de execução, posterior à identificação dos estudos, prosseguiu para uma etapa de seleção dos estudos segundo os critérios de inclusão e exclusão estipulados na fase de planejamento. Foi realizada análise do título, palavra-chave e resumo para a verificação da pertinência. O StArt realiza um processo de dupla verificação da pertinência. Assim, a seguinte etapa, denominada de extração, foi um processo de refinamento do banco de publicações por meio da leitura dinâmica de todo o texto. Para facilitar a atividade, utilizou um recurso do StArt que confere pontuações aos trabalhos importados por meio de uma análise da ocorrência dos termos utilizados como palavras-chave de busca nos títulos, resumos e palavras-chaves das publicações.

Assim, os trabalhos que tiveram maior semelhança entre as palavras, tinham uma maior pontuação que influenciava na prioridade de leitura. Durante toda a etapa de execução observou-se a ocorrência de documentos duplicados. O filtro da redundância foi feito automaticamente pelo aplicativo, todavia também foi analisado pela pesquisadora e foram efetuadas possíveis correções de falhas no processo automatizado, no total 321 publicações estavam duplicadas. A evolução do processo de filtragem para chegar à amostra final de 49 publicações pertinentes foi sintetizada na Figura A.15.

Figura A. 15 – Evolução do quantitativo de publicações



Fonte: autora

2.1.3 Fase III - Sumarização

A fase final tratou-se da sumarização das 49 publicações aceitas, ou seja, a reunião das publicações, de modo a possibilitar a extração de dados para análise. Nessa etapa, houve a exportação dos dados para planilha eletrônica Excel, a fim de gerar gráficos temáticos para um de estudo bibliométrico. Também, foi a etapa de categorização das publicações, com a criação dos grupos de enfoque teórico semelhante e a distribuição das publicações entre as categorias de conteúdo pertinentes. O resultado desse processo foi apresentado nos subitens seguintes.

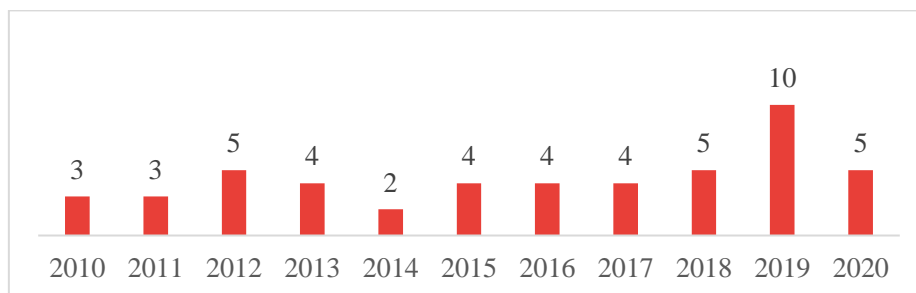
2.2 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA AMOSTRA FINAL – PARTE II

Foi realizada uma análise bibliométrica das 49 publicações pertinentes. Essa análise consistiu em estudo quantitativo sistematizado em gráficos sobre os fatores: ano de publicação, tipo de publicações, local de publicação, países de realização dos estudos e palavras-chaves das publicações.

A primeira análise foi quanto ao ano de publicação (Figura A.16). Esse fator é importante para perceber se o tema ainda é atual, ou seja, continua sendo alvo de pesquisas. Observou-se, portanto, que não seguem um padrão de crescimento, contudo o ano de 2019 apresentou um aumento expressivo. Já a Figura A.17 mostrou os percentuais da amostragem

final por tipo de publicação. O artigo de periódico foi o mais frequente (76%), seguido de artigos indexados nos anais de eventos diversos (10%). Salienta-se, ainda, que os manuais foram o único tipo de documento oriundo das buscas na literatura cinzenta.

Figura A. 16 – Evolução temporal das publicações¹¹



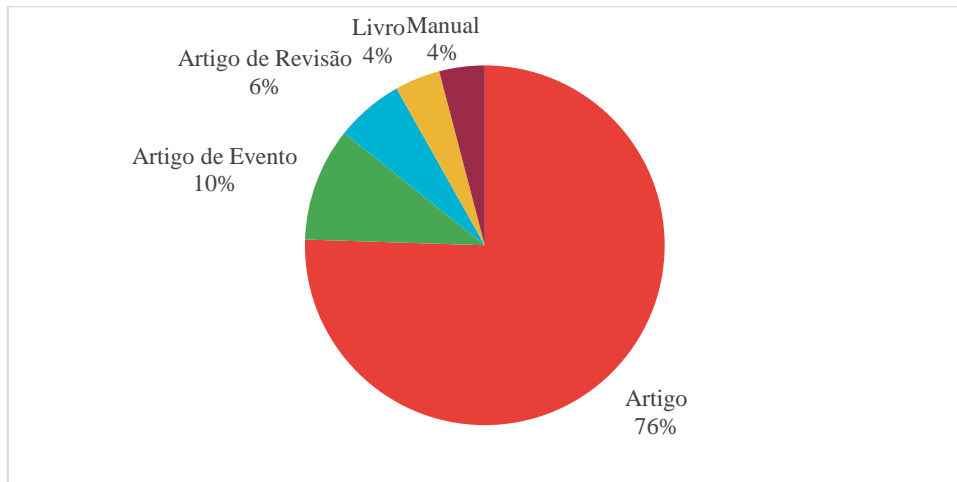
Fonte: autora

Analisou-se, também, o local de publicação dos trabalhos. Percebeu uma variedade de periódicos que publicam sobre o tema; isto é, houve poucas repetições. O *Journal Habitat International* foi o que concentrou o maior número de publicações, seis. Trata-se de uma revista de fator de impacto Q1 da editora Elsevier que foi fundada na Conferência da ONU sobre Habitat, em 1976. Seu escopo compreende trabalhos sobre assentamentos urbanos e rurais com foco principal no urbanismo. Os outros dois periódicos com maiores números de publicações selecionadas foram a *International Journal of Housing Policy* e a Revista Invi, com quatro e três artigos respectivamente. A observação de locais de publicação é pertinente por ser tanto diretório de busca quanto possibilidade para submissão futura.

Observou-se uma diversidade de países nos quais foram desenvolvidos os estudos. Esses foram ilustrados na Figura A.18. O Brasil foi o país com maior número de publicações (seis), seguido do México, Chile e Estados Unidos, cada um com quatro. Salienta-se que alguns trabalhos foram desenvolvidos em mais de um país, enquanto outros, por serem revisão de literatura não tiveram a definição de nenhum local específico.

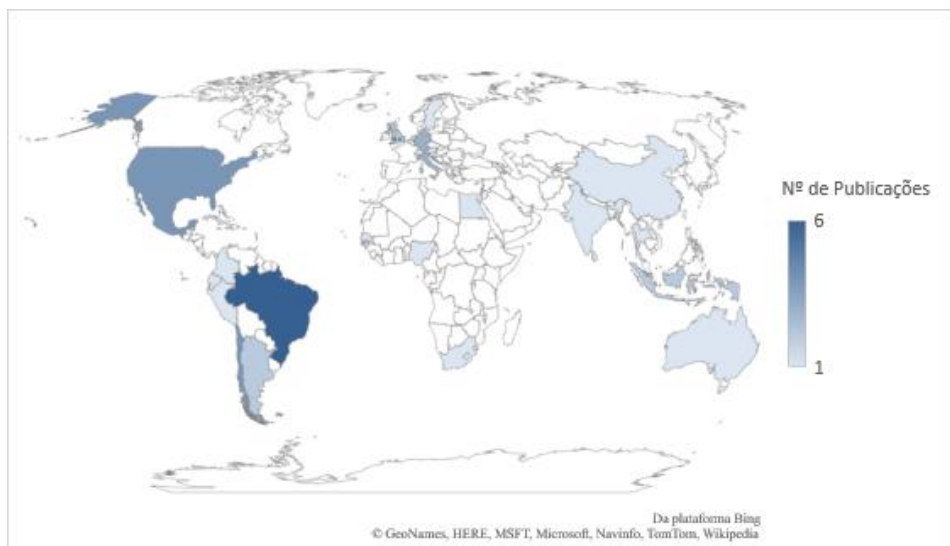
¹¹ A busca foi realizada em junho/2020, portanto o quantitativo ilustrado para o último ano representa os trabalhos publicados até o referido mês.

Figura A. 17 – Tipo de publicação



Fonte: autora

Figura A. 18 – Distribuição territorial das publicações



Fonte: autora

A última análise foi quanto às palavras-chaves. Para tal, gerou-se no próprio aplicativo de RSL uma nuvem de palavras com os termos em inglês. A partir da Figura A.19, observou-se uma congruência entre as palavras utilizadas para a formação das *strings* e as palavras-chaves das publicações, atestando a aderência dos termos escolhidos. Além destes, percebeu-se termos relativos ao local de estudo dos trabalhos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalização das buscas e análises dos trabalhos pertinentes encontrados em âmbito nacional e internacional, foi possível obter um panorama geral sobre as publicações nacionais e internacionais a respeito da autoconstrução habitacional e temas correlatos.

Os questionamentos iniciais de pesquisa puderam ser respondidos. Assim, percebeu-se, que, embora não haja tendência regular quanto ao número de trabalhos realizados anualmente, foi possível constatar que continua a ser um tema explorado nacional e internacionalmente. Ainda, o Brasil é um país que concentra quantidade significativa das produções selecionadas, em especial a região Sudeste. Contudo, não foram encontrados número significativos de publicações sergipanas que é a proposta dessa dissertação.

Quanto ao enfoque teórico, os dois grupos de análise (“teses e dissertações” e “publicação em geral”) puderam classificar os trabalhos em recortes semelhantes, o que mostra convergência entre os temas pesquisados nacional e internacionalmente, inclusive os problemas levantados eram comuns mesmo tratando de países com realidades diferentes. Salienta, ainda, que apenas uma autora, Mororó, que teve trabalho nos dois grupos.

Em suma, a reunião desses trabalhos foi fundamental para encontrar os pares de pesquisa, reconhecer quais são os autores referência na área, perceber qual é enfoque mais pesquisado e quais são as definições dos termos pertinentes, bem como as variações de conceitos e perspectivas. Ademais, esse levantamento permitiu observar possíveis lacunas do conhecimento com potenciais para serem explorados. Assim, esse estudo serviu de estímulo para o desenvolvimento do referencial teórico e dos procedimentos metodológicos da presente dissertação.

APÊNDICE B - LISTA DE VERIFICAÇÃO

Lista de verificação observação em campo – Características técnico-construtivas das habitações autoconstruídas

Fonte: Adaptado Mororó (2012); Balthazar (2012); Andrade (2014); Lamounier (2017); Meira (2002).

Instrumento elaborado para visita de campo parte do procedimento metodológico do projeto de dissertação de mestrado da discente Marina Ribeiro Viana, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil (PROEC/UFS)

Unidade de análise AGSN: Endereço:	Data da visita	Código
---	-----------------------	---------------

Implantação no lote

Aspecto observado	Dimensão/Característica	OBS
Localização		
Área do lote		
Desenho do Lote		
Croqui do lote		
Gabarito de altura		
Áreas livres		
Recuos		
Delimitação do lote (muros)		
Legenda: Lt – lateral; Ft – frente; Fd – fundo; D – direita; E – esquerda		

Edificação

Informações gerais		
Aspecto observado	Dimensão/Característica	OBS
Nº de Pavimentos		
Nº de Cômodos (por tipo)		
Detalhes do uso compartimentação		
Croqui da edificação		
Tamanho dos cômodos		

Pé direito dos cômodos		
Sistema Construtivo		
Aspecto observado	Dimensão/Característica	OBS
Fundação		
Estrutura		
Sistema de vedação vertical		
Piso		
Cobertura		
Instalações elétricas		
Instalações hidrossanitárias		
Esquadrias		
Revestimentos		
Acabamentos (louças, metais, acessórios)		
Patologias e defeitos construtivos		
Aspecto observado	Dimensão/Característica	OBS
Armadura aparente		
Corrosão das armaduras		
Descolamentos		
Dificuldade de escoar água		
Fissuras		
Funcionamento inadequado dos equipamentos hidrossanitários		
Infiltração		
Vazamentos		
Outros		
Legenda: B – banheiro; C – Cozinha; Q – Quartos; AL – Áreas Livres; EC – Espaços de circulação; V- varanda; E – escada; SE – sala de estar; SJ – sala de jantar; G – garagem; Lt – lateral; Ft – frente; Fd – fundo; D – direita; E – esquerda		

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O PODER PÚBLICO

Roteiro de entrevista - Poder Público

A presente entrevista foi elaborada com base nos roteiros presentes nos seguintes trabalhos: *Sá (2009)*; *Wartchow (2012)*; *Soares (2012)*.

Data da Entrevista:	Agente:	Órgão representado:
---------------------	---------	---------------------

- Código de identificação:
- Formação e atuação:
- Há quanto tempo trabalha nessa função?
- Quais os programas habitacionais do município?
- Tem conhecimento de quais setores da Administração Pública (municipal ou estadual) tratam sobre HIS? E quais as funções específicas?
- É um trabalho colaborativo e compartilhado?
- Qual a maior dificuldade na implantação de políticas públicas para habitação na cidade?
- Qual o planejamento da Administração Pública (municipal ou estadual) para futuras ações no setor da habitação de interesse social?
- Quais as ações que a Administração Pública (municipal ou estadual) realizou sobre as autoconstruções habitacionais na cidade?
- Como a Administração Pública (municipal ou estadual) contribuiu para o processo de regularização fundiária de habitações autoconstruídas?
- Qual a atuação da Administração Pública (municipal ou estadual) no provimento financeiro de habitações autoconstruídas?
- É realizado algum controle, por parte da Administração Pública (municipal ou estadual), quanto a prática de autoconstrução na cidade?
- Tem conhecimento de algum programa de ATHIS desenvolvido em Aracaju?
- Na sua visão enquanto profissional, qual sua opinião sobre a autoconstrução assistida como modelo de provisão habitacional?
- Você enxerga esforços da Prefeitura nesse sentido?
- Deseja fazer algum comentário adicional?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PROFISSIONAIS DE ATHIS

Roteiro de Entrevista – ATHIS

A presente entrevista foi elaborada com base nos roteiros presentes nos seguintes trabalhos: Sá (2009); Lamounier (2017); Wartchow (2012); Soares (2012).

Data da Entrevista	Agente:	Instituição representada
--------------------	---------	--------------------------

Identificação do entrevistado

- Pessoa Jurídica () Pessoa Física ()
- Código de identificação:
- Formação:
- Atuação:

Perguntas

- Há quanto tempo trabalha com ATHIS?
- Conte um pouco sobre sua experiência com os projetos de ATHIS.
- Como se dá a contratação do serviço?
- Sobre as práticas de autoconstrução, você participou da fase de projeto ou execução?
- Você prestou alguma orientação quanto à aquisição terreno?
- Ainda, como se desenvolveu a relação com os moradores no processo?
- Houve algum momento para discussão sobre as decisões de projeto / execução com os moradores?
- Tem alguma sugestão para a melhoria desta forma de trabalho?
- O poder público teve alguma influência na realização das ATHIS?
- Quem são os agentes de uma ATHIS para autoconstrução?
- Você vislumbra os autoconstrutores de HIS como clientes potenciais de um serviço de Assistência Técnica? Nesse caso, o financiamento seria responsabilidade de quem?
- Para você, quais são os pontos positivos, negativos e limitações da autoconstrução?
- Você acredita que a autoconstrução assistida pode ser uma política pública habitacional válida?
- Deseja fazer algum comentário adicional sobre as perguntas ou sobre o tema?

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA OS MORADORES

Questionário – Moradores

A presente entrevista foi elaborada com base nos roteiros presentes nos seguintes trabalhos: *Balthazar (2012); Sá (2009); Gonçalves (2016); Soares (2012); Leite (2017) e Souza (2017)*

Data da Entrevista:	Agente:	Bairro
---------------------	---------	--------

Identificação do entrevistado

- Código de identificação:
- Idade:
 - até 19
 - 20-29
 - 30-39
 - 40-49
 - 50-59
 - 60 ou mais
- Estado civil:
 - Solteiro
 - Casado
 - Viúvo
 - Separado
 - Divorciado
- Qual seu nível de escolaridade?
 - Sem escolaridade
 - EF incompleto
 - EF completo
 - EM incompleto
 - EM completo
 - ES incompleto

- ES completo
 - Técnico
 - Pós-graduação
 - Prefiro não declarar
- Quantas pessoas moram na sua casa (incluindo você)?
 - Quem são essas pessoas (grau de parentesco)?
 - Qual sua principal ocupação?
 - Qual a faixa de renda familiar mensal?
 - Não tenho renda
 - Até 1 salário mínimo (até R\$ 1045,00).
 - 1 a 2 salários mínimos (R\$ 1045,01 a R\$ 2.090,00).
 - 2 a 3 salários mínimos (R\$ 2090,01 a R\$ 3135,00).
 - Mais de 3 salários mínimos (mais de R\$ 3135,01).
 - Prefiro não declarar

Aspectos gerais

- Como era sua moradia anterior (anterior a casa autoconstruída)?
Exemplo: Tipo: favela / cortiço / casa ou ap. alugado / casa própria autoconstruída / casa própria comprada / programa de governo/ parente /outro. Local: mesma área / mesmo bairro /outro bairro/outra cidade. Qualidade muito pior / pior / igual / melhor / muito melhor
- Quais foram os motivos que levaram a mudança de casa?
- Moram há quanto tempo nessa residência (residência autoconstruída)?
- A casa que você mora é própria, alugada, cedida ou outra situação?

- Se a casa for própria, como foi adquirida?
 - Ocuparam o terreno e construíram a casa
 - Compraram o terreno e construíram a casa
 - Construíram a casa em terreno cedido
 - Compraram casa menor e fizeram ampliação
 - Recebeu do governo
 - Outra forma

- Já existia uma casa no lote? Se sim, qual a situação no momento da aquisição (estado de conservação e número de cômodos iniciais)?

Se já tinha casa – pular a parte de reforma e ampliação (perguntas iguais)

Lote

- Quanto à posse da terra, qual a situação do lote (comprado com recibo, tem escritura, ocupou)?
 - Ocuparam o terreno
 - Compraram o terreno
 - Terreno cedido
 - Ganharam (herança)
 - Recebeu do governo
 - Outra forma

- Existe algum documento que certifica a posse do lote?
 - Não sabe ou não se aplica (não é casa própria)
 - Não possui nenhum documento do imóvel
 - Possui um recibo de compra e venda simples
 - Possui documento de posse ou propriedade entregue pelo governo
 - Possui documento de posse ou propriedade registrado em cartório de imóveis (escritura)

- Mais de uma família ocupa esse lote (responsáveis por dependentes diferentes)? Se sim, tem alguma relação de parentesco?
- O que você acha da localização da sua casa quanto ao:

Resposta em escala (1) muito ruim a (5) ótimo.

 - Acesso a escolas/creches
 - Acesso a posto de saúde
 - Acesso a comércio
 - Acesso ao seu trabalho
- E qual a sua opinião sobre a disponibilidade de serviços de transporte, infraestrutura, saneamento básico na região? *Resposta em escala (1) muito ruim a (5) ótimo.*

Construção da casa

- Depois da aquisição do lote, quanto tempo levou para começar a execução da casa?
- Houve a realização de algum desenho/projeto para a construção e ou ampliação? Se sim, quem realizou?
- Como foi realizada a escolha os cômodos e a disposição deles?
- Como foi o financiamento da obra?
 - Não sabe
 - Recursos próprios (poupança e economias da família)
 - Empréstimo com familiares e amigos
 - Venda de algum bem da família
 - Uso do FGTS ou indenizações trabalhistas
 - Financiamento na loja de material de construção
 - Empréstimo ou Financiamento Habitacional em Banco
 - Apoio de programas de governo

- Outra forma
- Os recursos financeiros influenciaram de alguma forma no andamento da execução?
- Como foi a escolha do tipo de materiais de construção? Você considera essa etapa importante? *(pode escolher mais de uma alternativa)*
 - Qualidade
 - Preço
 - Estética
 - Especificação técnica
 - Outro
- Como foi a obtenção dos materiais? *(pode escolher mais de uma alternativa)*
 - Comprado de acordo com a necessidade sem planejamento
 - Comprado com planejamento inicial
 - Doado
 - Reaproveitado/Reciclado
 - Outro
- Você considera a presença de energia elétrica, água encanada e esgotamento sanitário importante para edificação? Como foi a escolha dos materiais dessas instalações? *(pode escolher mais de uma alternativa)*
 - Qualidade
 - Preço
 - Especificação técnica
 - Não teve escolha
 - Outro
- Quem executou a obra? *(pode escolher mais de uma alternativa)*
 - Mediante contratação de serviços de um profissional (pedreiro, ajudante, ecandor)
 - Pelo(a) próprio(a) dono(a) do terreno com auxílio de um profissional
 - Pelo(a) próprio(a) dono(a) do terreno sozinho

- Pelo(a) dono(a) do terreno com auxílio de membros da família
- Pelo(a) dono(a) do terreno com o auxílio de vizinhos e amigos
- Outros

- Quanto tempo levou para ficar pronta? Em quais horários a obra era realizada?

- Teve alguma dificuldade durante a construção?

- Teve algum auxílio de profissional técnico (arquitetos, engenheiros) no processo de edificação? Caso não, você considera o trabalho deles importante?

- Quais foram os primeiros cômodos construídos?

- Você realizou alguma ação de manutenção?

Reformas e ampliação da casa

- Essa casa já foi reformada/ampliada? Se sim, o que mudou? *(não precisa se for só ampliação)*

- Houve algum projeto ou orientação técnica nesse caso? *(não precisa se for só ampliação)*

- Quem executou essas obras de alteração? *(não precisa se for só ampliação)*

- O que te motivou a realizar ampliações na casa?

- No futuro, você tem algum plano de reformar/ampliar a habitação? Se sim, o que?

Percepção da satisfação

- Você percebe algum defeito ou problema na moradia? Se sim, esses defeitos afetam as atividades de rotina?
- Como você se sente morando nessa casa?
- Se tivesse oportunidade de mudar de casa, você mudaria? Para onde?
- Caso houvesse mudança, você preferiria construir ou comprar uma casa pronta?
- O que te levou a autoconstruir sua habitação?
- Como você classifica sua casa em relação a segurança e conforto:

Resposta em escala (1) muito ruim a (5) ótimo.

- Segurança contra incêndio?
- Segurança contra assaltos/roubos e invasões?
- Iluminação natural?
- Ventilação nos quartos?
- Ventilação na cozinha?
- Ventilação no banheiro?
- Ventilação na sala?
- Como você considera a temperatura de sua casa no verão?
- Como você considera a temperatura de sua casa no inverno?
- Barulho vindo de áreas vizinhas ou externas?

PROTOCOLO DA PESQUISA

Fonte: Adaptado Melo et al. (2012)

Projeto de Pesquisa-Ação: Visão Geral

- Questão de pesquisa:
 - Como se caracteriza a autoconstrução de HIS na região da metropolitana de Aracaju?
 - Quem são os intervenientes desse processo?
- Objetivos:
 - a) Analisar a existência e a influência de órgãos de fiscalização das habitações autoconstruídas, na região metropolitana de Aracaju.
 - b) Investigar os sistemas de provimento financeiro utilizados e sua influência no desenvolvimento da obra.
 - c) Identificar as tipologias e as tecnologias construtivas utilizadas nas edificações autoconstruídas.
 - d) Verificar a existência de programas de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS) voltada para autoconstrução nos municípios da região metropolitana de Aracaju e casos da aplicação da Lei nº 11.888/2008.
 - e) Investigar o papel dos intervenientes: poder público municipal e estadual, profissionais da ATHIS e autoconstrutores na formação da cidade autoconstruída.

Procedimentos de campo

- Definição da unidade análise: habitações autoconstruídas na região metropolitana de Aracaju.
- Definição do grupo de pesquisa:
 - Pesquisadores;
 - Representantes do setor público;
 - Representantes dos profissionais que trabalham com ATHIS;
 - Moradores interessados.

- Cronograma para coleta de dados
 - Entrevista com os representantes do poder público – janeiro/2021 e fevereiro/2021;
 - Entrevista com os profissionais de ATHIS – janeiro/2021 e fevereiro/2021;
 - Entrevista com os moradores – abril/2021.

Questões de pesquisa

- Específicas para coleta de campo:
 1. Como se estabelecem as práticas de autoconstrução na região metropolitana de Aracaju/SE?
 2. Qual o papel do **poder público** na provisão habitacional via autoconstrução em da região metropolitana de Aracaju?
 3. Qual o papel da **ATHIS** na produção habitacional via autoconstrução na região metropolitana de Aracaju?
 4. Qual o papel dos **autoconstrutores** na produção habitacional via autoconstrução na região metropolitana de Aracaju?
 5. Quais as características tecno-construtiva das habitações autoconstruídas na região metropolitana de Aracaju?
- Fontes de informação para cada questão:
 1. Análise dos documentos e das respostas dos questionários;
 2. Respostas entrevista setor público (Apêndice B);
 3. Respostas entrevista ATHIS (Apêndice C);
 4. Respostas dos questionários com os moradores (Apêndice D);
 5. Resposta da lista de verificação (Apêndice A).

Objetivos	Ferramentas de Pesquisa	Resultados
Realizar um diagnóstico sobre as práticas de autoconstrução em áreas caracterizadas como aglomerados subnormais (AGSN) de Aracaju (SE), a fim de auxiliar na tomada de decisão para elaboração de políticas públicas voltadas à Habitação de Interesse Social (HIS). (O. Geral)	Entrevistas estruturadas (Apêndices B, C e D) Lista de Verificação (Apêndice A)	Elaboração de relatório diagnóstico sobre as práticas de autoconstrução habitacional em Aracaju

<p>Analisar a existência e a influência de órgãos de fiscalização das habitações autoconstruídas na região metropolitana de Aracaju (O. Esp. “a”)</p>	<p>Busca documental e Entrevista (Apêndice B)</p>	<p>Estabelecimento dos intervenientes e suas relações com o processo de autoconstrução individual de moradias.</p>
<p>Investigar os sistemas de provimento utilizados e sua influência no desenvolvimento da obra. (O. Esp. “b”)</p>	<p>Busca documental e Entrevista (Apêndice D)</p>	<p>Compreensão da influência do sistema de provisionamento no planejamento das construções autônomas.</p>
<p>Identificar as tipologias e as tecnologias construtivas utilizadas nas edificações autoconstruídas (O. Esp. “c”)</p>	<p>Lista de verificação (Apêndice A)</p>	<p>Levantamento das práticas de autoprodução de habitações de interesse social em Aracaju, no que consiste num panorama sobre as técnicas construtivas utilizadas e sobre o desempenho das habitações na fase de pós-ocupação.</p>
<p>Verificar a existência de programas de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS) voltada para autoconstrução nos municípios da região metropolitana de Aracaju e casos da aplicação da Lei nº 11.888/2008. (O. Esp. “d”)</p>	<p>Busca documental e Entrevista (Apêndice D)</p>	<p>Levantamento de escritório/profissionais que trabalhem com ATHIS em Aracaju e entendimento sobre a operacionalização dos projetos de ATHIS existentes.</p>
<p>Investigar o papel dos intervenientes, autoconstrutores, poder público e profissionais da Assistência Técnica, na formação da cidade autoconstruída. (O. Esp. “e”)</p>	<p>Entrevistas estruturadas (Apêndice B, C e D)</p>	<p>Estabelecimento dos intervenientes nas suas relações com o processo de autoconstrução individual de moradias. Análise do perfil dos moradores/autoconstrutores aracajuanos e a compreensão das suas motivações para autoconstruir</p>